

# *Revista Ágora*

ISSN 1980-0096

## FICHA TÉCNICA

### **Editores**

Sergio Alberto Feldman (Universidade Federal do Espírito Santo), Brasil

Pedro Ernesto Fagundes (Universidade Federal do Espírito Santo), Brasil

### **Conselho Consultivo**

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Cleonara Maria Schwartz (Universidade Federal do Espírito Santo)

Erivan Cassiano Karvat (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)

Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília, Brasil)

Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Luis Fernando Beneduzi (Universidade Ca' Foscari de Veneza, Itália)

Luiz Geraldo Santos da Silva (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Marcos Pereira Magalhães (Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil)

Simonne Teixeira (Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil)

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (Universidade Católica do Salvador, Brasil)

### **Diagramação e capa**

Lucas Onorato Braga (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

### **Revisão**

Os autores

### **Realização**

Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

### **Imagem da capa**

Manifestação pela Anistia. Centro do Rio de Janeiro, 14/08/1979. Fundo: SNI. Acervo: Arquivo Nacional.

## Contato

Av. Fernando Ferrari 514, IC-3,  
Segundo andar/CCHN - *Campus* de Goiabeiras  
Vitória, ES, CEP: 29075-910  
Telefone: 55 27 4009-2507  
E-mail: [revistaagoraufes@gmail.com](mailto:revistaagoraufes@gmail.com)

## Objetivo

Uma das maiores dificuldades enfrentadas por discentes e docentes no âmbito dos programas de pós-graduação no Brasil é, seguramente, divulgar os resultados parciais e/ou finais obtidos com a execução dos projetos de pesquisa. Diante de uma situação como essa, é imprescindível a adoção de iniciativas no sentido de permitir que os trabalhos acadêmicos sejam compartilhados com a comunidade científica e com a sociedade em geral.

Por essa razão, propomos a criação da *Revista Ágora*, veículo eletrônico de periodicidade semestral voltado para a divulgação, sob a forma de artigo científico, do produto das pesquisas desenvolvidas por alunos e professores dos Programas de Pós-Graduação. A principal finalidade do periódico é constituir um espaço virtual de debate, de discussão que resulte em ideias originais e iniciativas transformadoras, como outrora se dava entre os gregos, os patriarcas do pensamento ocidental e precursores do conhecimento histórico. E é com esse espírito que convidamos a todos a acessar e contribuir com a manutenção da revista.

Além de artigos, *Ágora* acolhe o envio de resenhas, entrevistas, traduções e documentos historiográficos. Sua periodicidade é semestral e ela recebe colaborações em fluxo contínuo. O acesso ao conteúdo de *Ágora* é gratuito.

## Ficha catalográfica

Revista Ágora. Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica/  
Programa de Pós-Graduação em História, número 28, dezembro, 2018.  
266p.

Semestral  
ISSN 1980-0096

1. História - Periódicos

CDU 93/99

## **Dossiê**

40 anos da Lei da Anistia: movimentos, narrativas e história

- 7      Apresentação  
**Pedro Ernesto Fagundes e Ueber José de Oliveira**
- 9      Memórias subterrâneas dos desaparecimentos na Ditadura Civil Militar (1964-1985): política, autoritarismo, trauma e testemunho em K. – Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski  
**Rafael Lucas Santos Silva**
- 28     Movimento Feminino Pela Anistia: sua memória gráfica e seus impasses  
**Isabela Marques Fuchs**
- 43     Ditadura Militar: produção historiográfica e variáveis explicativas  
**Reginaldo Cerqueira de Sousa**
- 61     Lei da Anistia: justiça e perdão em Jacques Derrida  
**Amanda Corrêa Tortato**
- 75     Posição: o jornalismo alternativo na luta pela Anistia  
**Luiz Fernando da Silva Brumana**
- 89     A fogueira, a névoa autoritária e a família brasileira: a Ordem dos Advogados do Brasil e o movimento pela anistia durante a Ditadura Civil Militar Brasileira  
**Dante Guimarães Guazelli**
- 104    Ernesto Geisel: o general da “Abertura”?  
**Pedro Ernesto Fagundes**
- 116    “Golpe em Câmera Lenta”: Estado de Sítio e o cinema político de Costa-Gavras  
**José Rodrigo de Araújo Silva**

## Artigos

- 132 História da Educação e Trabalho no Brasil: a inclusão excludente e a exclusão includente  
**Camila C. Dias**
- 159 Desafios da Educação Infantil: capacitação e formação continuada em serviço  
**Luciene Carla Corrêa Francelino**
- 171 Trajetória da proteção social dos povos indígenas no Brasil e os riscos do extermínio progressivo  
**Beatriz Vasconcelos Matias e Vini Rabassa da Silva**
- 189 Fotografia, Cultura e Infância: interconexões e possibilidades  
**Isabela Czamanski Rota**
- 203 Utilização de imagens para análise da evolução histórica no espaço urbano  
**Marina Bertoli Gonçalves e Vera Lucia Nehls Dias**
- 216 O pós-11 de setembro nas cores da Marvel: análise das minisséries Guerra Secreta (2004), Guerra Civil (2005-2006) e Invasão Secreta (2007)  
**Maicon José Alves, Márcia Blanco Cardoso e Luiz Antônio Maroneze**
- 237 Sofística e política em Atenas: as contribuições do Górgias Retórico para a Democracia Ateniense  
**Lucidalva Pereira Gonçalves**

## Resenha

- 260 Egregios, Prácticas "Científicas" y Cultura Material en la institucionalización de los estudios Antiguo Oriente a fines del siglo XIX y principios del XX  
**Horacio Miguel Hernán Zapata**

# Dossiê

40 anos da Lei da Anistia: movimentos, narrativas e história

# Apresentação

O conceituado historiador francês Marc Bloch definiu, em um de seus principais livros, que o objeto da história “o homem no tempo”. Assim, para o historiador francês, o que deve mobilizar o historiador são as questões do presente, e, nesse sentido, a história passa a ser compreendida como um poderoso instrumento por meio do qual nós, homens da contemporaneidade, procuramos dirimir problemas que encontram-se contemporaneidade, incluindo aqueles que estão subscritos em um passado que não passa, parafraseando Reinhart Koselleck

Considerando tal assertiva, o objeto sobre o qual os colaboradores do presente dossiê se debruçam é a Lei de Anistia, editada em 28 de agosto de 1979, e que tem sido tema de diversas pesquisas e reflexões de variados historiadores, sociólogos, juristas e cientistas políticos – que produziram uma literatura relativamente variada a respeito da temática em nível nacional. E próximo de completar 40 anos desde sua instauração, a referida Lei tem sido revisitada nas últimas décadas, e revista sob múltiplas temáticas que o assunto acaba por ensejar. Nos últimos anos, os debates sobre os legados da Lei da Anistia ganharam numerosas abordagens, interpretações e críticas, especialmente após a criação da Comissão Nacional da Verdade, com vistas a se apurar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro no contexto do regime autoritário decorrente do Golpe de 1964.

E o presente dossiê encontra-se inserido exatamente nesse conjunto de preocupações e, dessa forma, procura cotejar diversas sub-temáticas, o que é feito com a generosa colaboração de vários estudiosos. Assim, diante da pluralidade de temáticas, o dossiê apresenta um conjunto de artigos que dialogam com inúmeras questões em torno dos legados da Lei da Anistia. Essa diversidade, em certa medida, reflete as diversas possibilidades de abordagens das questões ligadas a redemocratização e ao modelo de Justiça de Transição no Brasil.

Assim, o conjunto de textos que compõe esta edição aponta para diversas dimensões Da Lei da Anistia, o que nos remete a pensar, num espectro mais abrangente, acerca da própria democracia brasileira fundada e decorrente dela, e os dilemas em torno da própria da sua consolidação, em um momento em que seus marcos vêm sofrendo importante ameaças, diante da onda conservadora pela qual passa o país na atual conjuntura. Deste modo, buscamos, com o dossiê, além de fomentar o debate em um momento em que, mais uma vez, a temática que retorna para o centro atenções,

## Apresentação

aliar o exercício reflexivo para a compreensão dos mecanismos por meio dos quais se forjam a natureza e as características da Democracia Brasileira.

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes  
Prof. Dr. Ueber José de Oliveira  
Organizadores

# MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS DOS DESAPARECIMENTOS NA DITADURA CIVIL MILITAR (1964-1985): POLÍTICA, AUTORITARISMO, TRAUMA E TESTEMUNHO EM *K.* - RELATO DE UMA BUSCA, DE BERNARDO KUCINSKI

RAFAEL LUCAS SANTOS DA SILVA<sup>1</sup>

Resumo: Tematizando a literatura como prática discursiva que explora relações entre memória e história, realiza-se neste artigo uma análise do romance *K. - Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Nosso interesse se concentra em quinze capítulos dos vinte e nove que compõem a obra, os quais focalizam especificamente a busca desesperada de K. por sua filha desaparecida. A nossa hipótese de leitura é que o romance de Bernardo Kucinski possa ser compreendido como uma escritura que atualiza a catástrofe do regime autoritário da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), construindo uma memória coletiva dos desaparecimentos políticos, a partir de um testemunho ético da busca dos familiares por seus parentes.

Palavras-chave: Literatura de testemunho; Memória coletiva; Mortos e desaparecidos políticos.

Abstract: Thematizing literature as a discursive practice that explores relationships between memory and history, this article analyzes the novel "K. - Report of a Quest" by Bernardo Kucinski. Our interest is concentrated in fifteen chapters of the twenty-nine that compose the work, which specifically focus on K.'s desperate search for his missing daughter. Our hypothesis of reading is that Bernardo Kucinski's novel can be understood as a deed that updates the catastrophe of the authoritarian regime of the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), building a collective memory of political disappearances, based on an ethical testimony of people's search for their missing family members.

Keywords: Literature of testimony; Collective memory; Political dead and disappeared.

---

1. Mestrando na área de Estudos Literários, na Linha de Pesquisa Literatura e Historicidade, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Possui Graduação em Letras Português/Espanhol e Respektivas Literaturas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu. E-mail: i3rafael@hotmail.com.

## 1. Considerações iniciais

*Oh, pedaço de mim  
Oh, metade arrancada de mim  
Leva o vulto teu  
Que a saudade é o revés de um parto  
A saudade é arrumar o quarto  
Do filho que já morreu.  
Chico Buarque (1978)*

**B**ernardo Kucinski vem construindo uma sólida e coerente obra ficcional, desde 2011 com a publicação do romance *K. – Relato de uma busca*. Jornalista reconhecido — com uma importante obra voltada para reflexões políticas e econômicas, como o livro *Jornalismo Econômico* (1996) vencedor do *Prêmio Jabuti*, — Kucinski, após estreiar como ficcionista em 2011, aos 74 anos, já publicou *Você vai voltar pra mim* (2014), *Alice: não mais que de repente* (2014), *Os visitantes* (2016) e *Pretérito imperfeito* (2017). Dentre essas cinco ficções, há três nas quais Kucinski desenvolve agudas reflexões sobre o conteúdo autoritário do Estado durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e como a redemocratização não honrou a memória dos familiares de mortos e desaparecidos.

10

Consistem, assim, em um fundamental auxílio simbólico para enfrentar e denunciar esse horrendo e traumático período de nossa história como nação. Há 30 anos foi promulgada a Constituição (mais precisamente, em 5 de outubro de 1988), tendo como um de seus propósitos encerrar o arbítrio autoritário do Estado durante a Ditadura. Pode-se conceber que, ao longo desses anos, houve de fato um rompimento da estrutura administrativa do Estado brasileiro com as práticas autoritárias? Janaína de Almeida Teles (2010), Jorge Zaverucha (2010), Paulo Sérgio Pinheiro (1991, 1999) e Vladimir Safatle (2010) elaboraram análises que nos possibilitam compreender que há uma presença constante de práticas autoritárias na sociedade brasileira, de modo que as transformações sociais nestes últimos três decênios foram epidérmicas.

Zaverucha (2010) argumenta que “embora muitos temas da Constituição tenham recebido um tratamento progressista, este não foi o caso das relações civil-militares” (ZAVERUCHA, 2010, p. 41). O autor insiste que muitas prerrogativas dessa relação foram conservadas, por serem os termos procedurais da Constituição pouco liberais, visto que “no Brasil de 1988, os políticos optaram por não questionar o legado autoritário do regime militar” (ZAVERUCHA, 2010, p. 41).

Atualmente, os pedidos de intervenção militar em passeatas são sintomáticos da falta de uma séria reavaliação e questionamento do legado autoritário do período

da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), dado que foi eficiente a fixação de memórias oficiais exaltando-o como o período do “milagre econômico”.

São mínimas as iniciativas do governo federal em “passar a limpo” esse passado, ao impedir a abertura dos arquivos da Ditadura. Trata-se do “triste espetáculo desse repúdio à ideia de República”, conforme a expressão de Fábio Konder Comparato, utilizada ao expor que:

[...] a recusa dos recentes governos em abrir os arquivos dos horrores praticados durante o regime militar contra os, então, dissidentes, funda-se, na verdade, em outras razões, bem conhecidas de todos. É a proteção ignominiosa dos torturadores, assassinos, estupradores e todos os que lhes deram apoio, nos mais diversos órgãos do Estado, muitos dos quais estão vivos ainda hoje, a gozar de escandalosa impunidade. É, ainda, o indigno temor de enfrentar uma revolta no oficialato das Forças Armadas, adestrado tradicionalmente a defender a corporação militar acima de tudo (COMPARATO, 2004, s/p.).

Tal recusa de acesso aos documentos é, com efeito, uma grave violação de direitos humanos, que não só fomenta políticas de esquecimento como também busca estabelecer para as próximas gerações uma memória oficial de que os mortos e desaparecidos políticos eram todos terroristas criminosos. Nesse aspecto, Safatle (2010) declara que “é da incapacidade de lidar com nosso passado que vem o caráter deteriorado da nossa democracia” (SAFATLE, 2010, p. 251).

Desse modo, parece-nos sobremaneira válido aplicar ao nosso contexto político a advertência pronunciada pelo filósofo Adorno (1995) a respeito da necessidade da consciência de que eventos catastróficos podem se repetir:

Para a educação, a exigência que Auschwitz não se repita é primordial [...]. Mas o fato de a exigência e os problemas decorrentes serem tão subestimados testemunha que os homens não se compenetraram da monstruosidade cometida. Sintoma esse de que subsiste a possibilidade da reincidência, no que diz respeito ao estado de consciência e inconsciência dos homens (ADORNO, 1995, p. 119).

Sendo assim, ainda hoje, há três décadas após o dito fim da Ditadura Civil-Militar, busca-se evitar o reconhecimento das monstruosidades cometidas pelo arbítrio autoritário do Estado nesse período.

O fenômeno literário é, pois, um fundamental auxílio simbólico para enfrentar e denunciar esse horrendo e traumático período de nossa história como nação. Neste decênio, em que tanto se completa os trinta anos da promulgação da Constituição, quanto temos o cinquentenário do golpe civil-militar de 1964, houve uma mobilização de ficções contemporâneas frutíferas do ponto de vista analítico para representações complexas e multifacetadas das experiências vividas sob a Ditadura. Têm-se, por

exemplo, os romances *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher, *História natural da ditadura* (2006), de Teixeira Coelho, *Soledad no Recife* (2009), de Uraiano Mota, *Azul Corvo* (2010), de Adriana Lisboa, *O punho e a renda* (2010), de Edgar Telles Ribeiro, *K. – Relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, *Mar azul* (2012), de Paola Vidal, *Cabo de Guerra* (2016), de Ivone Benedetti, para só citar alguns.

Com isso, Perlatto (2017) considera que “houve uma espécie de *boom* na publicação de romances que elegeram a ditadura como contexto e cenário das narrativas ficcionais” (PERLATTO, 2017, p. 729). De fato, Schollhammer (2015) considera muito importantes tais publicações diante as monstruosidades cometidas pela ditadura, porquanto:

[...] a literatura sempre teve importante papel de testemunho e de memória desse tipo de atrocidades ao oferecer vivências afetivas de realidades, que, em uma narrativa fria da história, frequentemente são reduzidas à escala pasteurizada dos eventos políticos ou exploradas comercialmente na extrapolação midiática de seus efeitos mais espetaculares (SCHOLLHAMMER, 2015, p. 39).

A nosso ver, tais narrativas literárias possibilitam a reconstrução da memória histórica de tudo o que teve de ser silenciado, o que Pollak (1989) denominou *memórias subterrâneas* que ressurgem para entrar em disputa contra a *memória oficial*. Escolheu-se, assim, como objeto de análise deste artigo, o romance “*K. – Relato de uma busca*”, de Bernardo Kucinski<sup>2</sup>, que é rico em diferentes matizes ao explorar o aniquilamento das subjetividades e das liberdades civis durante a Ditadura.

Três anos após a publicação de *K. – Relato de uma busca*, Kucinski (2014) afirmou em uma entrevista que:

[...] a grande novela ou romance sobre esse período ainda precisa ser escrito. É lamento ter começado tão tarde e não ter mais o tempo e talvez a capacidade para isso. [...] É um tema que me motiva e ao mesmo tempo me comove. [...] Ele se impõe. Ele não está de forma nenhuma exaurido (KUCINSKI, 2014, s/p.).

Nosso interesse se concentra em quinze capítulos dos vinte e nove que compõem a obra, os quais focalizam especificamente a busca desesperada do personagem K. pela sua filha desaparecida, posto que nosso propósito ao analisar o romance consiste, pois, na luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que reivindicam o esclarecimento das circunstâncias da morte de seus entes e o julgamento e punição

---

2. Trabalha-se com a primeira edição do romance, publicado pela editora *Expresso Popular*. Com o reconhecimento nacional, o romance foi publicado pelas editoras *Casac Naify* e *Companhia das Letras*, com alterações nos capítulos.

dos responsáveis.

Diante disso, a nossa hipótese de leitura é que o romance *K. – Relato de uma busca* pode ser compreendido como uma escritura que atualiza a catástrofe do regime autoritário da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), disputando a memória a fim de reconstruir a memória coletiva dos mortos e desaparecidos, a partir de um testemunho ético da busca dos familiares por seus parentes. Acreditamos, assim, que tal análise do romance se justifique por ele evidenciar materialidades discursivas contra memórias hegemônicas, favorecendo a lembrança e o questionamento de múltiplas dimensões acerca dos mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura.

## **2. A catástrofe da Ditadura e a instauração do “mal de *Alzheimer* nacional” pelo arbítrio autoritário**

Com o golpe civil-militar em 1964, o Brasil passou por uma experiência catastrófica que, durante 21 anos, deformou a condição humana, reduzindo o sujeito a mero objeto e incapacitando-o para a ação política a partir do arbítrio de um Estado autoritário. Para reprimir os opositores, fez que a violência se tornasse organizada e institucionalizada, praticando assim violações aos direitos humanos. Embora a palavra “catástrofe” signifique “virada para baixo”, indicando o período da Ditadura como uma experiência nova e radical na história da nação brasileira, é importante reconhecer, como assinala Pinheiro (1999), que práticas autoritárias deitam raízes profundas em nossa constituição sociohistórica:

Essa violência de caráter endêmico, implantada no sistema de relações sociais profundamente assimétricas não é um fenômeno novo no Brasil: é a continuação de longa tradição de práticas de autoritarismo, das elites contra as “não-elites” e nas interações entre as classes, cuja expressão foi dissimulada pela repressão e censura impostas pelos governos militares. A configuração política formal da democracia abriu condições para as manifestações de protesto, e graves conflitos sociais e econômicos passaram a ser expressos com maior liberdade (PINHEIRO, 1999, p. 40).

O ensaio de Pinheiro (1999) intitula-se significativamente *O passado não está morto: nem passado é ainda*, pois para o autor há o nítido choque com a continuidade de antigas práticas autoritárias, mesmo em constitucionalismo democrático. Assim, em sua perspectiva, não há dúvidas de que “um dos traços da especificidade do caso brasileiro é a extraordinária longevidade da cultura e das práticas autoritárias [...] que podem resistir apesar da abertura democrática, das eleições e da reforma constitucional” (PINHEIRO, 1991, p. 52-53).

Dito isto, não seria de se admirar o grande esforço de tentar *assassinar a*

*memória*. Afinal, Safatle (2010) assinalou que, “por nunca ter feito um tribunal contra a ditadura, o Brasil nunca disse claramente rechaçar as práticas político-administrativas típicas dos operadores de regimes totalitários como o brasileiro” (SAFATLE, 2010, p. 251). Inclusive, vale notar que um dos candidatos à presidência deste ano, em que se completa 30 anos de Constituição democrática – mesmo que imperfeita, importante – declara abertamente em entrevista que seu livro de cabeceira é *Verdade sufocada*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI paulista entre 1970-1974; um livro, enfim, intolerante, que busca negar os fatos e as memórias traumáticas da Ditadura Civil-Militar. Assim como Pierre Vidal-Naquet define os negadores do Holocausto como *assassinos da memória*, também temos no contexto brasileiro aqueles que querem assassinar a memória dos horrores cometidos na Ditadura.

O próprio narrador de *K. – Relato de uma busca*, denuncia o mecanismo mantenedor da violência e do esquecimento ao empregar a expressão *mal de Alzheimer nacional*, para se referir o quanto aqueles que sofreram no período da Ditadura estão relegados ao esquecimento. Conforme a entrevista de Bernardo Kucinski supracitada, podemos pensar que houve o recalque de uma experiência traumática, no caso o desaparecimento e morte de sua irmã Ana Rosa Kucinski, em 1974, e que só recentemente Kucinski busca a tentativa de simbolização e de representação. O fato de o Brasil ser o único país sul-americano onde torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça para os familiares, nos permite compreender porque suas memórias foram silenciadas, demorando mais de quarenta anos para serem escritas.

Em suas entrevistas disponíveis na plataforma *Youtube*, Bernardo Kucinski sempre menciona o fato de sua idade avançada, lamentando, assim como na entrevista supracitada, que provavelmente não terá tempo para escrever um grande romance sobre a Ditadura. Com isso, somos incitados a relacionar com o argumento de Pollak (1989) de que o silenciamento é geralmente rompido “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK, 1989, p. 7).

Os estudos do sociólogo ressaltam que a elevação das memórias de um grupo ao plano hegemônico envolve o combate e a supressão das memórias de outros grupos, que passam a ocupar uma condição de marginalidade. Consequentemente, “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4).

Seligmann-Silva (2003) argutamente sintetiza que “a arte da memória, assim como a literatura de testemunho, é uma arte da leitura de cicatrizes” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 56). Dessa maneira, pelo fato de que a Lei da Anistia impôs obstáculos

às investigações dos acontecimentos, a exposição das cicatrizes no romance *K. – Relato de uma busca* é a exposição de memórias subterrâneas. Ainda em acordo com o autor, em experiências catastróficas “a memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67, grifo do autor). Tal argumento nos permite considerar o romance de Bernardo Kucinski um *compromisso contra o esquecimento* daqueles que viveram situações-limite, como o assassinato sob tortura e o desaparecimento forçado, bem como os familiares herdeiros dessa memória, o que a nosso ver faz o romance se constituir em um testemunho ético. Importante, pois, para o atual contexto emblemático da sociedade brasileira, no qual as memórias estão atravessadas por disputas sociais. Diversos agentes e sujeitos estão em constante luta para impor suas versões e interpretações da história. Nesse sentido, as ficções podem ser “um instrumento poderoso para rearranjos sucessivos da memória coletiva” (POLLAK, 1989, p. 11).

### **3. Bernardo Kucinski nos interstícios do testemunho e da representação literária da memória traumática**

Ao ser publicado em 2011, pela editora Expressão Popular, o romance *K. – Relato de uma busca* foi muito bem recepcionado pela crítica, a ponto de ser finalista dos prêmios *Portugal Telecom* e *São Paulo de Literatura* em 2012, embora fosse o trabalho de estreia do autor como escritor literário. Formado em física pela USP, em 1968, Bernardo Kucinski se dedicou ao jornalismo e à economia, sendo professor pela mesma instituição desde 1986. Quando o livro foi publicado, Kucinski estava com 74 anos e afirmou em entrevista posterior que a intenção de escrever ficção surgiu pelo fato de estar “enfadado do jornalismo, do governo, da academia, da política, da ciência econômica, de que tanto gostava, e um pouco sem ter o que fazer, depois de ser aposentado da universidade pela compulsória” (KUCINSKI, 2014, s/p.).

Tendo em vista esse enunciado específico do autor, podemos considerar, do ponto de vista analítico, no entanto, que a sua escrita do romance não surgiu apenas do tédio e do enfado, estando relacionada na verdade com um trauma. “O trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”, sintetiza Seligmann-Silva (2008, p. 69). Isso é o que fica nítido no primeiro e último capítulos, respectivamente *As cartas à destinatária inexistente* e *Post scriptum*, nos quais é frisado o teor testemunhal de sua narrativa ao expor, na forma de um narrador autodiegético, situações contemporâneas referentes ao desaparecimento de sua irmã:

De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta

de banco a ela destinada [...] e sempre me emociono à vista de seu nome no envelope. [...] é como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse [...]. Sei que as cartas à destinatária ausente continuarão a chegar. O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar (KUCINSKI, 2011, p. 15, 16, 17).

Trata-se de uma memória traumática relacionada à experiência catastrófica do período da Ditadura Civil-Militar, de modo que o romance se insere no *tema da narração do trauma de catástrofes históricas*, cujo “testemunho é, de certo modo, uma temática de reunir os fragmentos do ‘passado’ – que não passa – dando um nexos e um contexto aos mesmos” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 87).

Nesse sentido, *os fragmentos do passado* reunidos no romance *K. – Relato de uma busca* visam ser o testemunho e a simbolização literária de uma experiência traumática. De acordo com Seligmann-Silva (2005), mesmo que seja testemunho, a imaginação, como auxílio simbólico, sempre está presente, de tal modo que:

[...] percebemos agora uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e que faz com que toda a história da literatura [...] seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “teor testemunhal” que marca toda obra literária [...] esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85).

16

Esse caráter do testemunho e da relação com o “real” está posto desde a advertência do romance, cuja própria voz de Bernardo Kucinski anuncia que “tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (2011, s/p.). Em outras palavras, o trauma não é representado fidedignamente.

Acontece que a experiência traumática de Bernardo Kucinski não é a de um corpo torturado, de modo que no romance não há exposição de imagens da tortura, igual a *Em câmara lenta* de Renato Tapajós por exemplo, que ficou preso entre 1969 e 1974 no Presídio Tiradentes, na cidade de São Paulo, por integrar a Ala Vermelha, grupo maoísta de oposição clandestina à Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). No presídio, Tapajós elaborou este romance político, publicando-o em 1977, o qual foi um marco crucial por realizar uma reflexão crítica sobre as estratégias da guerrilha e, sobretudo, denunciar o emprego brutal da violência pela repressão, por recursos como o deslocamento do foco narrativo, que trazem à consciência dos leitores a verossimilhança do impacto da experiência da tortura. Dessa maneira, contrasta com a obra de Kucinski, pois em *K. – Relato de uma busca* não há o teor abjeto da narração

da tortura, nem a exposição de dados referentes aos efeitos psicológicos em vítimas torturadas, embora se mencione os cadáveres. É, pois, outro aspecto sombrio da Ditadura o eixo do romance, a saber, a violência imposta pelo arbítrio autoritário que atingiu de forma direta os familiares de militantes políticos — dado que sua família sofreu de forma indelével o episódio traumático do desaparecimento de sua irmã Ana Rosa Kucinski, militante política da organização nomeada *Ação Libertadora Nacional*.

Consideramos, assim, que a memória traumática da perda da irmã é simbolizada e representada no testemunho e na literatura. O discurso narrativo do romance é construído a partir da busca do personagem K. por sua filha, Ana, desaparecida e morta em 1974, quando era professora de Química da USP e demitida, posteriormente, “por abandono de função” com a conveniência da Congregação. Até aqui, todos são fatos ocorridos com a irmã de Bernardo Kucinski, que desapareceu dia 22 de abril de 1974 na companhia de seu marido, Wilson Silva, quando foi presa por agentes do Estado brasileiro. No romance, a tragédia paterna é exposta nitidamente desde o segundo capítulo, intitulado *Sorvedouro de pessoas*:

A tragédia já avançara inexorável quando, naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo. Há dez dias a filha não telefona. [...] O velho sentiu-se esmagado. O corpo fraco, vazio, como se fosse desabar. A mente em estupor. De repente, tudo perdia sentido. [...] O fato concreto de sua filha querida estar sumida há onze dias, talvez mais. Sentiu-se muito só. [...] Assim começou a saga do velho pai, cada dia mais aflito, mais mal dormido. [...] K. passou a contabilizar a duração da ausência da filha, outro preceito dos tempos da juventude. E não passava dia sem que tentasse algo pela filha. Já não fazia outra coisa. Para dormir, passou a tomar soporíferos [...] (KUCINSKI, 2011, p. 19-24).

17

K. é um judeu polonês que imigrou para o Brasil para fugir da perseguição política sofrida em sua juventude, mas estava completamente alheio aos problemas políticos da Ditadura brasileira até o desaparecimento de sua filha.

Com a busca pela filha, descobre que um abismo os separava afetivamente, pois não sabia que ela era militante política e, inclusive, desconhecia o casamento dela com Wilson Martins. Ambos desaparecidos, “era como se em torno dela e do marido tivessem erguido uma muralha de segredo impenetrável” (KUCINSKI, 2011, p. 59). Schollhammer (2015) considerou que a originalidade do romance “encontra-se muito mais na interpretação dos dilemas afetivos vividos pelo personagem do pai, os quais se desenvolvem ao longo do percurso frustrado e reconfigura o perfil de sua identidade” (SCHOLLHAMMER, 2015, p. 41).

O romance é composto por 29 capítulos, dos quais 15 concentram-se especificamente em K., sobre os fatos de sua desesperada busca pela filha que é exposta por uma voz narrativa heterodiegética. Há os já mencionados primeiro e último capítulos,

de caráter mais testemunhal, funcionando como moldura da narrativa. Em outros 12 capítulos, temos o discurso narrativo a partir de perspectivas homodieéticas, como a de um policial que prendeu a filha de K. e seu marido e que busca se livrar da cachorra de estimação do casal; o delegado Fleury, em monólogo de resistência à abertura da Ditadura; o pai de Wilson Martins, que faz um comovente relato da desestruturação da família a partir da perda do filho; uma amante do delegado Fleury que confessa com uma mãe que tem o filho desaparecido; os relatos traumáticos de Jesuína Gonzaga, uma ex-empregada doméstica da *Casa da Morte* de Petrópolis; um general cassado e sua avaliação dos envolvidos no golpe de 1964; e por fim, os “documentos”, como uma carta de Ana, os detalhes da *Ata da Congregação do Instituto de Química* da USP, uma mensagem de Wilson Martins para outro militante da *Ação Libertadora Nacional*.

### 3.1. Fragmentos da história, das memórias e dos silêncios

No primeiro capítulo, *As cartas à destinatária inexistente*, a contextualização pela data, 31 de dezembro de 2010, nos parece indicar uma vida afetada por uma memória traumática que não passa. Ao expor que “é como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse” (p. 16), estabelece-se referências temporais do incômodo no presente, do surgimento do trauma no passado e a continuação no futuro. Eneida Castro (2017) demonstrou a importância, neste capítulo, do emprego simultâneo de verbos no futuro indicativo, pretérito perfeito, futuro do presente e advérbio de negação para elaborar “o efeito nocivo do passado em que Ana foi morta brutalmente pela ditadura, evidenciando, por meio das marcas temporais, que o trauma não está superado” (CASTRO, 2017, p. 45). A autora indica ainda como toda a estrutura de determinados capítulos se compõe para ressaltar o desgaste físico e moral de K.

A fragmentação é um traço constitutivo do romance: o eixo do discurso narrativo protagonizado pelo personagem K. é entrecortado por outras micro-histórias. No primeiro e últimos capítulos, a desaparecida Ana Rosa Kucinski é representada como irmã, o que se altera nos 15 capítulos que tratam das desventuras da busca de K., figurando-se, assim, como filha. Com isso, acreditamos que ao empregar um narrador heterodieético nesses 15 capítulos, o autor busca sobrepor a experiência catastrófica do Brasil, além de ser uma simples tragédia familiar, para denunciar que durante a Ditadura brasileira o desaparecimento forçado foi uma estratégia de extermínio que também atingiu diretamente os familiares dos militantes políticos.

Assim, no décimo quinto capítulo, *Imunidades, um paradoxo*, o narrador é enfático ao acusar o desgaste de K. pela procura de sua filha, um esgotamento físico e

moral que é compartilhado com outros familiares; e como se não bastasse, para ainda piorar a angústia deles, é exposto como K. depara-se com o descaso da sociedade e dos órgãos governamentais, mesmo após o fim do regime autoritário da Ditadura:

O sorvedouro de pessoas não para, a repressão segue cruenta, mas o pai que procura sua filha teme cada vez menos. [...] Vai aos jornais, marcha com destemor empunhando cartazes na cara da ditadura, desdenhando a polícia; desfila como as mães da Praça de Maio, mortas-vivas a assombrar os vivos; imbuído de uma tarefa intransferível, nada o atemoriza. Recebe olhares oblíquos de susto, percebe outros, de simpatia. Ao se deparar, na vitrine da grande avenida, com sua própria imagem refletida, um velho entre outros velhos e velhas, empunhando como um estandarte a fotografia ampliada da filha, dá-se conta, estupefato, da sua transformação. Ele não é mais ele, o escritor, o poeta, o professor de iídiche, não é mais um indivíduo, virou um símbolo, o ícone do pai de uma desaparecida política. Outro ano mais, e a ditadura finalmente agonizará, assim parece a todos; mas não será a agonia que precede a morte, será a metamorfose, lenta e autocontrolada. O pai que procura a filha desaparecida ainda empunhará, obstinado, a fotografia ampliada no topo do mastro, mas os olhares de simpatia escassearão. Surgirão outras bandeiras, mais convenientes, outros olhares. O ícone não será mais necessário; até incomodará. O pai da filha desaparecida insistirá, afrontando o senso comum. Alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, para a maioria, nunca se desviou. Velhos morrem, crianças nascem. O pai que procurava a filha desaparecida já nada procura, vencido pela exaustão e pela indiferença. Já não empunha o mastro com a fotografia. Deixa de ser um ícone. Já não é mais nada. É o tronco inútil de uma árvore seca (KUCINSKI, 2011, p. 89, 90, 91).

19

Esse desespero e desgaste de K. também é enfatizado ainda mais no antepenúltimo capítulo, *No Barro Branco*, justamente o capítulo em que ocorre o seu falecimento. K. visita prisioneiros políticos, levando-lhes cigarros e chocolates, sempre com a esperança de ouvir alguma menção sobre a filha, de modo que um desses presos — historicamente, o metalúrgico Hamilton Pereira, que seria deputado estadual em 1994 pelo *Partido dos Trabalhadores* —, registraria o impacto daqueles encontros:

Sentia-se muito cansado. Haviam se passado catorze meses da impensável desapareção da filha. [...] K. se apegara à filha. Tudo o que não dera aos dois filhos homens e à mulher doente de câncer, passou a compensar com a filha. Mas agora ele vê que essa devoção à filha já era uma armadilha do destino, a tragédia em andamento, primeiro fazendo-o ligar-se ainda mais a ela para só depois a sacrificar. [...] Os presos ouviam em silêncio, de olhos fixos no rosto afogueado de K., como que hipnotizados pelas órbitas intumescidas de seus olhos vermelhos e úmidos. Muitos nunca mais esqueceriam aquele momento. O sofrimento do velho os impressionava. Um deles, Hamilton Pereira, descreveria décadas depois 'o corpo devastado de um ancião, sustentado por dois olhos – duas chamas – que eram a encarnação do desespero' (KUCINSKI, 2011, p. 167-168).

Este capítulo expõe de forma trágica como, para os familiares, os entes desaparecidos nunca morrem completamente. A esse respeito Teles (2012) argumenta

o quanto a falta de investigação do ordenamento jurídico dos órgãos brasileiros perpetuam até hoje essa tortura e esses traumas psicológicos, visto que “diante de um passado que permanece recalcado, sem uma ampla mobilização social e os rituais e leis que garantam o ‘direito à verdade’, os familiares de mortos e desaparecidos oscilam entre a busca por realizar o luto, o recalque e o desejo de restituição do passado” (TELES, 2012, p. 110).

Consideramos, dessa maneira, ser possível conceber toda a busca de K. como um paradigma da luta por *verdade e justiça* que os familiares de mortos e desaparecidos políticos têm protagonizado e que, infelizmente, ainda se deparam com diversas dificuldades mesmo em nosso atual constitucionalismo democrático. K. conhece a perseguição política por sua condição de judeu polonês durante o nazismo, mesmo assim se surpreende com o descaso e falta de ajuda para obter notícias de sua filha. Assim, para K. “a tragédia da filha era continuação do holocausto” (KUCINSKI, 2011, p. 81).

De fato, Safatle (2010) insiste nesse aspecto da ação criminosa do arbítrio autoritário da Ditadura, que, embora não tivesse havido o horror catastrófico semelhante ao *Shoal* na Alemanha, “do ponto de vista estritamente jurídico-normativo, o regime militar brasileiro era mais ilegal que o Estado nazista alemão” (SAFATLE, 2010, p. 245).

20

No decorrer do discurso narrativo, vê-se que K. fez tudo o que estava a seu alcance em busca da filha: “o pai que procura a filha desaparecida não tem medo de nada [...] angustiado, já não sussurra, aborda sem pudor” (KUCINSKI, 2011, p. 89). Ele recorre aos órgãos oficiais, *Ongs* Internacionais, consulta advogados, pessoas influentes, conhecidos na política, no exército, no *Serviço Nacional de Informações* e no *Instituto Médico Legal*, “seja onde for dentro daquele sistema que engolia pessoas sem deixar traços” (KUCINSKI, 2011, p. 23). Sendo assim, K. faz parte da mobilização dos familiares que “desde 1974, ainda durante a vigência do Estado de exceção, os familiares de mortos e desaparecidos políticos têm protagonizado a luta por verdade e justiça” (TELES, 2010, p. 254).

De acordo com Teles (2010), a luta dos familiares por *verdade e justiça* está relacionada com a crescente institucionalização do aparato repressivo do Estado. A filha de K., Ana, desapareceu em 1974, nos anos de chumbo, portanto, vítima da intensa repressão política que se consolidou a partir de 1970, quando o ministro do Exército, Orlando Geisel, definiu que o Exército assumiria o comando das atividades de segurança e criou, assim, os *Destacamentos de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna* (DOI-CODI). A autora expõe que:

Desde o início de 1971, a face secreta da repressão política se utilizou de casas de tortura em diversos estados, como a “Casa da Morte”, em Petrópolis, e de

cemitérios públicos, como o cemitério Dom Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo, para enterrar ativistas e guerrilheiros assassinados com identidades falsas. O uso de valas comuns para enterrar indigentes, algumas vítimas do *Esquadrão da Morte* e dissidentes políticos assassinados, não se restringiu à cidade de São Paulo. Isso ocorreu também em pelo menos três cemitérios do Rio de Janeiro e em um de Recife (PE) (TELES, 2010, p. 256).

No romance, as menções explícitas a essas casas de tortura encontram-se nos capítulos décimo, *A cadela*, e vigésimo, *A terapia*. Neste, focaliza-se o testemunho da personagem Jesuína Gonzaga, de vinte e dois anos, que consulta no INSS uma psicóloga por estar com graves efeitos psicológicos por ter trabalhado como empregada doméstica em uma dessas casas de tortura. Trata-se de uma perspicaz estratégia narrativa, pois, ao ser um dos capítulos mais dolorosos de se digerir no romance, somos levados a questionar o quanto mais grave consistirá os efeitos traumáticos na memória dos familiares e, sobretudo, dos próprios militantes políticos que sobreviveram a torturas. A esse respeito, Teles (2010) disserta que:

O esquecimento é impossível para aqueles que viveram situações-limite como o assassinato sob tortura e o desaparecimento forçado. A atuação dos familiares, desde o início de suas buscas, se caracterizou pela organização de diversos dossiês sobre seus parentes. Tornaram-se, assim, colecionadores das marcas do passado. [...] Assim, os familiares provocam, perturbam, interrogam e redimensionam o presente. Como sobreviventes de um tempo difícil de rememorar, ao colecionarem os fragmentos que fazem lembrar os seus, assumem-se como os herdeiros da dor (TELES, 2010, p. 298).

21

Dessa maneira, Bernardo Kucinski faz aflorar as memórias subterrâneas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. São *memórias subterrâneas*, silenciadas e esquecidas, dado o fato de prevalecer até hoje, após 30 anos de uma Constituição democrática, “a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transição da herança daqueles anos de violência” (TELES, 2010, p. 253).

Trata-se de uma dor indelével para os familiares o desaparecimento abrupto de seus entes, por isso destacamos uma entrevista de um trabalho de Janaína de Almeida Teles (2009), o qual consiste em um testemunho de uma mãe que teve o filho morto e desaparecido e que até então conserva o quarto do filho intacto, desde 1974 (mesmo ano de desaparecimento de Ana, filha de K.):

“[...] para mim é muito difícil, é uma dor imensa. A vida da minha família modificou-se por causa dessa tragédia. [...] houve uma dissolução da família. Realmente, é uma dor imensa que custo muito a me refazer. Eu tentei escrever alguma coisa sobre o meu filho, do meu sentimento, mas eu choro muito. Não tenho a menor condição de escrever sobre o meu filho. O sofrimento é maior do que eu possa escrever ou processar mentalmente. Então, eu procuro, até hoje,

através de advogados, pessoas amigas, obter algum relato sobre ele, o que eu acho que é um direito meu como cidadã brasileira. Mas isso, parece, ninguém respeita. Os processos se iniciam e a resposta é “nada consta”. Enfim, eu estou vivendo no completo desconhecimento sobre o meu filho. Desconhecimento significa o seguinte: a tela está em branco. Se a tela está em branco você pode pregar nessa tela o que você quiser. Então, ele está morto? Está vivo? É um morto-vivo? É um vivo morto? *São perguntas que eu carrego há 35 anos e não obtenho nenhuma resposta [...] por isso, eu tenho este vácuo dentro de mim. É um vácuo enorme.* Tudo pode ter acontecido e eu nada sei. [...] O que nós queremos saber é a verdade, não é dinheiro que procuramos. Dinheiro não paga uma vida humana! Você não pode usar dinheiro para se referir à vida humana, porque isto significa vilipendia-la. Dinheiro é útil para outras coisas, não para isso. *Tem que haver respeito para com esse sentimento, para o ser humano poder sentir-se digno. Essa falta de dignidade cometida é que não se descobriu até hoje.* E é o que está faltando a essa geração. Isso me corrói a vida e me desanima. [...] Nós não temos os ossos, nós não temos nada que possamos chorar ou deixar. [...] Mas a história não acabou, parece uma novela, e há sempre mais um capítulo. Isto é terrível em termos humanos. É desesperador. *A pessoa fica desestruturada, chora, é terrível não ver o filho. Eu não desejo isso ao meu pior inimigo. [...] Isso é que mais dói. Dói, pelo drama humano, e por ser um direito a que não se tem respeito* (CARMEN NAVARRO *apud* TELES, 2009, p. 12, grifos nossos).

22 Vale notar, novamente, que o primeiro e último capítulos do romance remetem justamente à perpetuação da dor até os dias atuais. É nesse sentido, pois, que Seligmann-Silva (2005) explica que “ao invés de uma representação do passado, a literatura de testemunho tem em mira a sua *construção* a partir do presente” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 79, grifo do autor).

Nesse aspecto, o testemunho e a memória estão diretamente relacionados com a catástrofe nacional, pois, conforme assinala Halbwachs (1990), a memória individual alimenta-se sempre da memória coletiva. Em outras palavras, as memórias individuais se constituem a partir da relação com o outro, precisamente no sentido em que “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (HALBWACHS, 1990, p. 29).

Dessa maneira, o romance de Kucinski está abundante em referências a personalidades e acontecimentos históricos marcantes dos anos 1970 e começo dos 1980, em que K. estava em busca da filha: além das casas de tortura já mencionadas, o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, o relatório do ministro da Justiça, Armando Falcão, sobre os 22 desaparecidos, transmitido por rádio e televisão, entre outros. Este último caso, por exemplo, sem dúvida foi um momento apreensivo para todos os familiares de entes desaparecidos, como indica significativamente o título do décimo primeiro capítulo, *Nesse dia, a terra parou*:

K. cola-se ao rádio, outros esperam junto à tevê, um grupo aglomera-se

defronte ao noticiário luminoso do Estadão; mães, irmãs, mulheres prenes de espera. Aguardam o momento com a emoção antecipada de amantes de estrelas armados de lunetas à espera do eclipse único do século. Armam-se, neste caso, de esperanças. O presidente anunciara que, ao meio-dia em ponto, o ministro da Justiça Armando Falcão revelaria o paradeiro dos desaparecidos (KUCINSKI, 2011, p. 69).

Ou seja, fica claro que a esperança não era apenas de K., mas de vários familiares, de modo que o evento está inscrito na memória coletiva desse grupo. Halbwachs (1990) defende que o sujeito não é nada mais que um instrumento das memórias do grupo, mesmo quando lembra individualmente:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 30).

Todos esses familiares que ouviram aflitos e esperançosos o pronunciamento, tiveram suas memórias colocadas à margem, uma vez que “as elites simplesmente decidiram que a página da história deve ser virada. Elas estigmatizam as tentativas de se estabelecer a verdade e a justiça como meros atos de revanchismo” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 13).

O silêncio e o esquecimento introduzidos pelo terror do desaparecimento criam, portanto, uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência dos corpos e de informações a respeito dos parentes. Mesmo passados mais de 40 anos após a morte de Ana Rosa Kucinski e Wilson Martins, ainda não se sabe exatamente o que de fato aconteceu ao casal. No romance, a morte de Ana é ficcionalizada no vigésimo capítulo, *A terapia*, como se ela tivesse se suicidado na cela de uma casa de tortura, ao engolir uma cápsula de cianureto, antes mesmo de ser submetida às brutais torturas. Para o pai, porém, permanece uma incógnita, e a partir de sua busca são denunciadas os descasos de diversos setores sociais. K. ouve do delegado que a polícia “tinha mais o que fazer” do que procurar “uma professora universitária, de quase trinta anos, adulta e vacinada” (KUCINSKI, 2011, p. 13), de maneira que em suas tentativas de busca depara-se com “uma muralha de segredo impenetrável” (KUCINSKI, 2011, p. 62).

Essa muralha impenetrável está de pé até hoje, infelizmente, como indica a contextualização da data já mencionada do primeiro capítulo. A opacidade dos procedimentos estruturais do Estado acentua a culpa de K.:

[...] Os sobreviventes daqui estão sempre a vasculhar o passado em busca daquele momento em que poderiam ter evitado a tragédia e por algum

motivo falharam. [...] Porque é obvio que o esclarecimento dos sequestros e execuções, de como e quando se deu cada crime, acabaria com a maior parte daquelas áreas sombrias que fazem crer que, se tivéssemos agido diferentemente do que agimos, a tragédia teria sido abortada. [...] Por isso, também as indenizações às famílias dos desaparecidos – embora mesquinhas – foram outorgadas rapidamente, sem que eles tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história. O 'totalitarismo institucional' exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois (KUCINSKI, 2011, p. 162-163).

Essa relação entre culpa e opacidade é, pois, um aspecto importante relativo às memórias subterrâneas, uma vez que:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 5).

24

Compreende-se, assim, que a memória envolve a disputa por parte dos agentes sociais sobre os recursos materiais e simbólicos que garantem a conservação da memória. Como já mencionamos, devido ao fato de que a transição brasileira para a democracia ocorreu sem rupturas evidentes, essas memórias dos familiares foram marginalizadas, pois elas são as heranças da repressão autoritária da Ditadura Civil-Militar (TELES, 2010). Desse modo, é preciso contrapor-se contra a *memória oficial* estabelecida pela *Lei de Anistia*, que impôs um silenciamento forçado acerca das torturas, prisões arbitrárias e perseguições, bem como silenciou os herdeiros dessas memórias, isto é, os familiares. Pollak (1989) demonstrou como a *memória oficial* uniformiza lembranças, exercendo uma função opressora contra interesses do poder vigente.

A experiência dos familiares de mortos e desaparecidos políticos aponta, assim, para questões que colaboram para assimilação de memórias antes silenciadas do *enquadramento da história oficial*. Por conseguinte, ao trazer à baila essas memórias traumáticas a partir das desventuras de K., acreditamos que o romance *K. – Relato de uma busca* se constitui como um importante testemunho ético, porquanto:

A busca desses familiares está carregada das dimensões ética e política. Ainda que não possamos recuperar muitos dos eventos da luta revolucionária ou da resistência à ditadura, essas histórias reiteradamente contadas e modificadas irrompem no presente e delas podemos extrair seus tesouros, que o tempo

sedimenta. Por meio da luta dos familiares de mortos e desaparecidos por "verdade e justiça", eles traçam e retraçam os limites de suas (nossas) identidades e da sua incessante busca por delinear o encontro consigo e com os outros, bem como as fronteiras entre memória, história e justiça (TELES, 2010, p. 298).

A reflexão crítica de um testemunho ético perpassa todos os quinze capítulos. Conforme Seligmann-Silva (2005, 2003), o testemunho articula estética e ética, por abranger discussões de direitos civis. Nesse aspecto, o vigésimo quinto capítulo, *As ruas e os nomes*, proporciona frutíferas reflexões críticas sobre a disputa pela memória a partir da homenagem aos mortos e desaparecidos políticos com o processo de nomeação de ruas:

[...] Passou a prestar atenção nas placas e indicativos de ruas à medida que o micro-ônibus percorria o caminho de volta. Estranho nunca ter pensado nos nomes das ruas. Quando chegou ao Brasil, curioso, procurava saber de tudo. Depois se acomodou. Até acontecer o que aconteceu. Rua Fernão Dias, diz uma placa. Onde mora, em São Paulo, também há uma rua com esse nome; disseram-lhe que foi um famoso caçador de índios e escravos fugidos. Percorreram algumas ruas com nomes que ele desconhecia. Depois, para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza. Esse ele sabia muito bem quem foi: jamais esqueceria esse nome. O filho do farmacêutico falara dele. Dom Paulo também. Foi quem criou o DOI-CODI, para onde levaram o Herzog e o mataram. Esse foi o Lavrenti Béria desses canalhas, o Hímmler brasileiro, dizia que para matar subversivos valia tudo; e tem nome de avenida. Avenida principal. Onde já se viu uma coisa dessas? Um vilão, 'a *menulveldiker roitsech'*, ele blasfema em iídiche. Tomado pela indignação, K. agora perscrutava cada placa e escandalizou-se ao deparar com o nome Costa e Silva na Ponte Rio-Niterói. Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5. [...] Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade (KUCINSKI, 2011, p. 156, 157, 158).

25

Assim, a rigor, o capítulo proporciona uma profunda reflexão crítica da própria nação brasileira, que, como vimos a partir de Pinheiro (1991, 1999), Safatle (2010), Teles (2010) e Zaverucha (2010), possui raízes profundas de práticas autoritárias. As placas constituem territórios da memória, que além da homenagem que encerram, denunciam a necessidade de consciência crítica e luta política em relação à violação dos direitos humanos perpetrado pelo arbítrio autoritário do Estado durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), bem como as pendências com os familiares, herdeiros dessa memória traumática, de um passado catastrófico.

## **Observação final**

Bernardo Kucinski construiu, sem dúvida, um romance rico em diversos matizes e aspectos que geram discussões frutíferas sobre os embates em torno das memórias da ditadura, bem como vários outros aspectos do romance que poderiam ter sido abordados, não sendo possível pelo escopo deste artigo. Esperamos que as passagens apresentadas e analisadas até aqui possibilitem que se visualize como o romance *K. – Relato de uma busca* é, com efeito, uma escritura que atualiza a catástrofe do regime autoritário da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Em nossa análise, nos debruçamos apenas e sucintamente nos 15 capítulos que focalizam a busca do personagem K. por sua filha, Ana Rosa, indicando como esses capítulos visam disputar a memória desse período catastrófico da história brasileira, aflorando memórias subterrâneas dos mortos e desaparecidos políticos, a partir de um testemunho ético da busca dos familiares por seus entes.

### Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: \_\_. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 119-141.
- CASTRO, Eneida Cristina Corrêa de. **O peso do corpo ausente**: estratégias narrativas em *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Estadual de São Paulo (USP).
- COMPARATO, Fábio Konder. **O direito à verdade no regime republicano**. *Jornal Folha de São Paulo* [online]. 26 de dezembro de 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- KUCINSKI, Bernardo. **K. – Relato de uma busca**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- \_\_\_\_\_. **A libertação de Kucinski**. Entrevista concedida ao *Jornal Rascunho* [online]. n. 169, 2014.
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. A história natural da ditadura. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 96, p. 39-54, 2015.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: \_\_. (org.) **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 45-58.
- \_\_\_\_\_. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 30, jan./jun., p. 71-98, 2005.
- \_\_\_\_\_. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.
- \_\_\_\_\_. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Revista Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, p. 65-82, 2008.

- PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 721 – 740, 2017.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O passado não está morto: nem é passado ainda. In: PINHEIRO *et al.* **Continuidade autoritária e construção da democracia**. Relatório final. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, NEV/USP, 1999, p. 39-72.
- \_\_\_\_\_. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 45-56, 1991.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 3-15, 1989.
- SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 237-252.
- TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 253-298.
- \_\_\_\_\_. Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares mortos e desaparecidos políticos no Brasil. SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Escritas da violência**. v. 2. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 91-124.
- \_\_\_\_\_. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: **Anais do III Seminário Internacional Políticas de la memoria. Recordando a Walter Benjamin**. Buenos Aires, p. 1-20, 2009.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-76.

# MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA: SUA MEMÓRIA GRÁFICA E SEUS IMPASSES

ISABELA MARQUES FUCHS<sup>1</sup>

Resumo: Este artigo pretende rememorar a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia a partir de suas conseqüentes manifestações gráficas impressas – no caso, revistas e cartazes. Tomo como ponto de partida conceitual a ideia de que a produção imagética não é um fenômeno reativo, mas dinâmico, tomando o pressuposto burkeniano de que estar face a face com a imagem é estar face a face com a própria história. A partir das manifestações gráficas produzidas por mulheres em prol do reestabelecimento das atividades democráticas no Brasil, retorno dos exilados e presos políticos, este artigo objetiva apresentar o debate da questão feminina da época, apresentando-o como diferente das movimentações feministas do norte e, simultaneamente, fazer um mapeamento de como as atividades dos movimentos de mulheres se uniram e também apresentar as problemáticas do pacto da anistia.

Palavras-chave: design gráfico; ditadura militar; período Geisel.

Abstract: This article aims to recollect the trajectory of the Feminine Movement for Amnesty starting from its consequents graphic manifestations – in this case, magazines and posters. I take as a conceptual starting point the idea that the imagetive production is not a reative phenomenon, but dinamic, taking Peter Burke assumption that being face to face with image is to be face to face to history itself. From the graphic manifestaions produced by women for the reestablishment of democractic activities in Brazil, return of exilated and political prisioners, this article objectivates to make a mapping of how the activities of women movements united themselves and also to show the problematic of the amnesty pact.

Keywords: graphic design; military dictatorship, Geisel period.

---

**1.** Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Atualmente pesquisa sobre a memória gráfica dos movimentos de mulheres à favor da democracia no período da ditadura Geisel (1974-1979), com financiamento da CAPES. E-mail: isa.fuchs@gmail.com

## 1. Introdução

**D**urante os vinte e um anos de ditadura, houve pessoas que denunciaram os casos de tortura e torturadores, mas de forma isolada, não enquanto um grupo organizado que buscava reparação, até a criação dos movimentos pela anistia. A Lei foi assinada, mas não podemos esquecer os silêncios em torno dela: sobre a tortura e os que torturavam; sobre o apoio da classe média à ditadura militar, ilustrada pelas *Marchas por Deus, Família e pela Liberdade*; e sobre as propostas revolucionárias, que foram continuamente derrotadas, até o ano de 1974, com o fim da *Guerrilha do Araguaia* (REIS, 2007).

Foi no ano de 1974 que Ernesto Geisel (1907-1996) assumiu seu governo, que se estendeu até o ano de 1979. Tido por muitos historiadores e jornalistas como um ditador de linha mais leve, em um governo de distensão, por diminuir a censura à imprensa e restabelecer o *habeas corpus*, Geisel mais do que de “linha branda”, era um sujeito contraditório.<sup>2</sup> Geisel tinha como objetivo simultâneo a redução do poder da “linha-dura” e o controle dos “subversivos”. Ou seja, por mais que ele almejasse um retorno à democracia de maneira lenta e gradual, ele também caçava sujeitos que se opusessem ao regime, que continuava sendo ditatorial e perverso. Geisel ainda desejava prosseguir na diretriz da ditadura instaurada em 1964.<sup>3</sup> É evidente que a categorização de “linha dura” ou “moderados” é insuficiente, visto que ignora possíveis crises militares ou alinhamentos políticos e pessoais.

As alternativas revolucionárias de esquerda, que já haviam sido exterminadas na primeira metade dos anos 1970,<sup>4</sup> identificaram-se com um processo mais moderado com fins à restauração da democracia. É neste contexto de “abertura” que emerge a

---

2. Ernesto Geisel geralmente foi retratado como moderado, se comparado com os seus antecessores da ditadura. Contudo, em 10 de maio de 2018, saiu um relatório da CIA que mostrou um memorando emitido em 11 de abril de 1974 com detalhes reveladores a respeito de uma reunião com Geisel e outros militares. O general Milton Tavares de Souza disse na ocasião que “os métodos não legais deveriam continuar a ser usados contra subversivos perigosos”. Geisel, de acordo com o memorando, “ponderou a seriedade e os aspectos potencialmente prejudiciais desta política e disse que iria pensar sobre o assunto durante o fim de semana até chegar a uma decisão se continuaria ou não com esta política”. E o documento continua: “no dia 1º de abril, o presidente Geisel disse ao general Figueiredo que a política deveria continuar, mas que cuidados deveriam ser tomados para garantir que apenas subversivos perigosos fossem executados” (Jornal do Brasil, 10 mai. 2018).

3. Em suas palavras: “Repetindo pronunciamento meu feito anteriormente, em Deus que tudo pode, espero humildemente, com fé, não defraudar a honrosa confiança em mim depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças e reafirmo que não tenho quaisquer compromissos de ordem pessoal, que meus deveres são todos com a Nação e que meu governo se realizará segundo o espírito que norteia a Revolução” (GEISEL, 1974).

4. As organizações de esquerda – como a ALN, VPR, MR-8, para citar alguns exemplos – já tinham perdido seus líderes, assassinados pelos militares. A grande maioria de seus militantes também estavam mortos, exilados ou desaparecidos. A morte de Carlos Lamarca, comandante do VPR e assassinado em 1971, de acordo com Rollemberg (2012, p.220), muitas vezes é confundida com o próprio fim da *Luta Armada*. Contudo, a luta armada foi exterminada de fato em 1974, com a instalação do exército no Araguaia na *Operação Marajoara*, que exterminou a guerrilha instalada na região amazônica brasileira.

campanha pela anistia. Por mais que o General Golbery de Couto tenha pronunciado que “jamais o Brasil teve a necessidade de recorrer a abertura alguma e nem por isso deixou de se desenvolver, nem é isso que o povo pede” (Arquivo Nacional, BR.AN.BSB. VAZ.047A.0009. Fundo Aeronáutica), as movimentações da época sugerem justamente o contrário. Para o *Partido Comunista do Brasil* (PC do B), a mobilização pela anistia deveria atrair e vir de diversos setores da sociedade, sobretudo os populares. Neste contexto, a anistia significava “a liberação imediata dos presos políticos e a anulação das condenações baseadas na *Lei de Segurança*; volta dos exilados e banidos e recuperação dos direitos políticos, sociais e profissionais dos militantes cassados pelos atos institucionais” (SALES, 2007, p.345).

Em 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia. Foi o primeiro movimento que levantou a bandeira da Anistia, liderado pela advogada Therezinha Zerbini, presa em 1969 por conta de seu envolvimento com o empréstimo do sítio em Ibiúna, onde ocorreu o congresso da *União Nacional dos Estudantes* (UNE) em 1968. Ana Lobo, Cristina Sondré Dória, Eugênia Cristina, Lilá Galvão Figueiredo, Yara Peres Santestevan, Margarida Neves Fernandes e Vírgina Lemos de Vasconcelos são os demais nomes das integrantes do MFPA. Este movimento propunha lutar por todo indivíduo que foi atingido em sua dignidade e “promover a mulher cultural, social e civicamente” (RESENDE, 2015, p.38). Deste modo, de acordo com Rosalina Cruz Leite, formava-se “uma rede de solidariedade e apoio mútuo quase que exclusiva de mulheres” (LEITE, 2009, p.114), como consta no *Manifesto* do movimento, redigido em 1975:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação que só cumprirá sua finalidade de paz se for concedida anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a idéia da necessidade de anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação (ZERBINI, 1979, p.27).

Além das ações políticas do movimento, havia principalmente o debate público, com visitas às igrejas,<sup>5</sup> coletando assinaturas para realização de manifestos na rua,

---

5. Vale lembrar que apesar de integrantes da Igreja Católica terem descrito casos de tortura, a exemplos de Dom Paulo Everisto Arns, que organizou o projeto *Brasil: Nunca Mais*, que relatava casos pessoais de vítimas da repressão; Frei Tito, que participou das atividades clandestinas da UNE, e foi preso e torturado por Sérgio Fleury na sede da *Operação Bandeirantes* (OBAN), tendo suicidado-se na França; Frei Betto e demais padres dominicanos que formavam um grupo de apoio à *Aliança Libertadora Nacional* (ALN), a Igreja Católica enquanto instituição apoiou a Ditadura Militar no Brasil. Contudo, houve diversos grupos de famílias e mães em comunidades paroquiais que reivindicavam direitos humanos, criavam grupos de apoio à familiares de desaparecidos, etc, através do trabalho inspirado na teologia da libertação. Portanto, apesar da Igreja Católica ser uma entidade paradoxal da Ditadura

em supermercados, em feiras, em pontos de ônibus, explicando para os transeuntes o que era a Anistia e qual a sua carga de importância. Os núcleos do MFPA foram se instalando pelo país por convites de Therezinha. Apenas mulheres participavam das reuniões e tornavam-se sócias; os homens apenas eram colaboradores e/ou forneciam algum tipo de apoio e suporte material (BARRETO, 2011, p.75).

O MFPA foi criado em uma época em que o debate feminista estava a borbulhar, contando inclusive com o *Ano Internacional da Mulher* da ONU, em 1975. O feminismo europeu e norte-americano estava muito bem articulado e com força e visibilidade, fazendo com que fosse propícia uma discussão sobre a condição feminina em um âmbito global. Apesar de algumas autoras utilizarem o evento da ONU como marco inicial do feminismo no Brasil, abrindo espaço para a criação de uma imprensa feminista e grupos de mulheres, prefiro entender o feminismo latinoamericano enquanto uma movimentação que não precisou de uma intervenção vinda do norte e não precisa ser encabeçado enquanto uma manifestação de *segunda onda*<sup>6</sup>.

Para falar da questão feminista do Brasil, imagino que não seja necessário entendê-lo enquanto reação do feminismo europeu, até mesmo porque as lutas de libertação sexual, por exemplo, não eram correspondentes com o cenário latinoamericano, de militância contra um horror institucionalizado e de violência de gênero nos porões da ditadura. O MFPA, inclusive, não se intitulava enquanto feminista. Para Zerbini, “as feministas brasileiras procuravam seguir as feministas inglesas ou americanas, o que não faz sentido num *Terceiro Mundo*, ou principalmente no continente latinoamericano, onde nossos problemas são pão, teto, educação, saúde” (ZERBINI, *Ibidem*, p.22). Maria Amélia Telles discordava. Para ela, o movimento deveria ser intitulado enquanto feminista (PEDRO, 2006, p.256). Porém, mesmo que não se identificassem com a pauta feminista por um viés epistemológico, várias mulheres que começaram a militar pelo MFPA, passaram a se identificar com o feminismo ao longo do tempo (*Ibidem*, p. 270).

Há também uma incoerência temporal na afirmação de que o feminismo brasileiro desenvolveu-se com o *Ano da Mulher* na ONU: o *Manifesto* elaborado pelo MFPA foi escrito em março, enquanto o *Congresso Internacional das Mulheres* foi organizado pela ONU em julho. Além disso, já em 1972 existia o *Grupo Latino-Americano de Mulheres* em Paris, fundado por Danda Prado, ex-militante comunista

---

Militar, não podemos nem esquecer das suas arbitrariedades, muito menos da política de alianças entre a Igreja e os grupos feministas politizados que buscavam espaço dentro de grupos populares, buscando ir contra a corrente do regime autoritário.

6. O feminismo de *segunda onda* pode ser sintetizado nas palavras de ordem *o privado é político*. Foi uma movimentação de reivindicação ao direito ao corpo, ao prazer, contra o patriarcado e demais lutas sobre o trabalho doméstico.

e exilada. Zuleika D'Alembert no mesmo ano fundou o *Comitê da Mulher Brasileira*, próximo ao *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). De toda forma, o MFPA participou deste evento, levando a pauta da anistia para o público mundial. Therezinha enfatizou a relevância da luta da mulher pela anistia, a busca pela igualdade, o restabelecimento de liberdades individuais e a necessidade de "fortificar o papel das mulheres no trabalho pela paz mundial" (ZERBINI, 1979, p.28).

O aparelho militar, ainda bem estruturado, via que tinha a necessidade de se construir uma vigilância ao redor da movimentação pela anistia, visto que esta movimentação exercia "intensa atividade contestatória ao governo e ao regime" (Arquivo Nacional. ACE 4214/79. Fundo SNI). Em um documento emitido pelo *Departamento da Polícia Federal* do Rio de Janeiro, em novembro de 1974, e enviado para o *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS), foi emitido o alerta de que a movimentação pela anistia era um "processo de subversão orientado pela esquerda extremista com a conivência de políticos frustrados e punidos pelos *Atos Institucionais* da Revolução de março de 1964" (Arquivo Nacional. ACE 80323/74. Fundo Serviço Nacional de Informações). O estopim para a emissão deste documento, foi o fato de pregarem cartazes em Bruxelas, capital da Bélgica, denunciando casos de tortura. O autor desta comunicação adiciona ainda que "há absoluto entrosamento entre as facções subversivas do país com as existentes no exterior" (Ibidem). Therezinha Zerbini, contudo, não tinha medo desse tipo de ameaça e entendia que as ditaduras tinham brechas que deveriam ser atravessadas.<sup>7</sup> E por que um cartaz incomodou tanto?

## 2. Memória gráfica da luta feminina pela anistia

Antes de falar especificamente sobre os cartazes, gostaria de me aprofundar na categoria de imagem para, em seguida, falar sobre os cartazes e revistas do MFPA.

Para Hans Belting, perguntar-se sobre o que é uma imagem necessita de uma abordagem antropológica, revelando os seus significados a partir do contexto social, de circulação e recepção. Deve-se entender, então, a imagem a partir da cultura, dos fazeres, enquanto entidade simbólica e item de seleção e memória (BELTING, 2005). A imagem, baseada em um dos sentidos mais primários da condição humana, é um vestígio da história, um indício da história social.<sup>8</sup> Burke ressalta a questão do imaginário

7. Esta fala de Therezinha Zerbini foi reproduzida por um agente de informações presente no ato público realizado em 27 de março de 1978 no *Teatro Ruth Escobar*. O agente reproduziu detalhadamente as falas dos participantes. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 50-Z-0-14.382. Fundo Deops/SP.

8. Peter Burke utiliza a expressão *evidência histórica* ao invés de *indício histórico*. Porém, ao longo do seu texto, ele vai problematizar a palavra *evidência*, tendo vista que "o uso de imagens por historiadores não pode e não deve ser limitado à 'evidência' no sentido estrito do termo" (2004, p.16), propondo até substituir a ideia de fontes pela ideia de vestígio ou indício.

nas imagens, como uma possibilidade de imaginar o passado de forma mais vívida:

Nossa posição face a face com uma imagem, nos coloca 'face a face com a história'. O uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de *transmitir informação ou de oferecer prazer*, permitem testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. (BURKE, 2004, p.17).

Se qualquer imagem pode ser tomada enquanto evidência histórica, impressos também podem ser vistos sob esta lente. Podemos entender a ampla categoria de impressos enquanto manifestações gráficas como cartazes, bilhetes, letreiros, livros, revistas, tabloides, jornais, capas de disco, dentre outros, que participam do dia-a-dia e são também suportes de uma memória coletiva. Assim, transmitem informação ao mesmo tempo em que oferecem deleite e fruição estética. Sob esta perspectiva, o impresso pode ser entendido como elemento suporte de uma memória coletiva, vestígio material de múltiplos pensamentos, um vestígio e rastro que inscreve-se no tempo em função de sua materialidade, como artefatos formadores de um " sistema de ideias e imagens de representação coletiva" (PESAVENTO, 2013, p.43). E o impresso, enquanto um artefato, costuma ultrapassar a vida de seus produtores originais, fazendo dele um objeto que expressa o passado "de forma profunda e sensorialmente convincente" (MENESES, 1998, p.90).

Gostaria de destacar dois tipos de impressos: o cartaz e a revista. O cartaz é um impresso efêmero, feito de papel, pouco durável e é cíclico. É uma mídia externa e, portanto, interage com o meio que está inserido de maneira direta, sendo uma forte ferramenta política por se integrar à vida cotidiana do espaço urbano e, por consequência, à vida política. A revista impressa, por outro lado, pode ser entendida enquanto uma publicação periódica destinada a um grupo específico. Ao contrário do cartaz, a revista não é uma mídia externa. Ela é adquirida por quem quer consumir um determinado tipo de informação, enquanto o cartaz torna-se visível por qualquer pessoa que passe por ele. A mensagem do cartaz é mais concisa, de passagem, enquanto a revista precisa ser lida com calma. De todo modo, tanto o cartaz quanto a revista comunicam alguma coisa, mas de formas diferentes, com impactos diferentes. E, muitas vezes, eles incomodam.

As revistas sofreram forte censura durante praticamente toda a ditadura militar. Falando especificamente do caso das revistas militantes produzidas por e para mulheres, elas encontravam-se inseridas na chamada imprensa nanica – ou alternativa – que ironizava o discurso oficial e cobrava veementemente o retorno das atividades democráticas e o respeito aos direitos humanos (HOLLANDA, 1985, p.70). Ademais, os periódicos dos movimentos de mulheres criaram uma espécie de contraponto

à imprensa alternativa, visto que este pensamento era motivo de chacota pelos componentes da própria imprensa alternativa, inclusive associando o pensamento feminista à frustração sexual (KUCINSKI, 1991, p.70).

Debates como trabalho, participação política, liberdade sexual, aborto e violência de gênero, as experiências dos grupos e das próprias mulheres cabiam a estes periódicos. Jornais escritos por mulheres – parte delas que contavam com a experiência do exílio – tinham, em seus escritos, coletâneas de reflexões e debates. Uma destas revistas é a *Maria Quitéria*, produzida pelo MFPA em 1977, dois anos após o Movimento iniciar as suas atividades.

### Imagem 1



34

Fonte: *Maria Quitéria*, 1a edição, 1977

O editorial da primeira edição de *Maria Quitéria* logo começava com a frase: "não somos feministas. Somos sim pela ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país" (Boletim Maria Quitéria, 1977). Este primeiro número vinha a fundar um novo meio de debate e interlocução do MFPA com seu público, focando-se na ideia de que o feminismo não era uma pauta incluída na luta estabelecida pelo MFPA. Tanto que a sua primeira edição foi quase exclusivamente dedicada às pautas pró-anistia. O conteúdo era diverso e contava com diferentes tipos de colaboradores: políticos do MDB, políticos com direitos cassados, representantes da imprensa e de órgãos de classe como a OAB, para citar alguns exemplos. Porém, foram publicadas poucas edições: apenas quatro números entre 1977 e 1979. Sem uma periodicidade fixa, o boletim era impresso em 16 páginas em papel jornal e em tamanho A4.

Na intenção de escolher um nome de uma personagem histórica guerreira, adotou-se *Maria Quitéria*. Uma mulher analfabeta, militar por escolha e que havia sido proibida de lutar, mas foi reconhecida como soldado pelo Exército Brasileiro. Em 1823 ela lutou "lado a lado com os homens do exército de libertação pela independência do Brasil" (Ibidem, p.2), como o boletim ressaltou.

A capa foi inicialmente projetada por Nicodemus Pessoa, colaborador da revista. Ele fez o esboço da diagramação, mas havia o diagramador na gráfica onde o boletim era impresso. Contudo, era Nicodemus quem escolhia os títulos, manchetes e demais decisões da capa. Na capa da primeira edição, *Maria Quitéria* está ilustrada ao centro do boletim em uma gravura. Utilizando seu corpo enquanto traço delimitador, está escrito o editorial da revista, com diversos detalhes. Utilizando a mesma tipografia, em destaque está a frase: "por que a nossa luta em favor da anistia?" Este questionamento não é respondido tão facilmente na capa.

As cores são típicas de uma revista de impressão barata: a tinta preta sobre um papel de cor crua. A tipografia, que mantém-se bastante semelhante no projeto gráfico, difere-se no título. *Maria Quitéria* está escrito de uma maneira bastante desenhada, rica em detalhes e na variação de pesos e formatos entre as letras. As maiúsculas, por exemplo, tem traços diferentes: ora mais finos, ora mais grossos. Assim, cria-se um contraste com o restante do material, que parece ainda mais pungente. O questionamento salta aos olhos de quem lê. No mais, é uma capa um tanto quanto simples, com poucos detalhes e pouca ornamentação, sugerindo justamente a clandestinidade em que foi impressa. Há algumas falhas de diagramação, por exemplo, que talvez não tenham sido intencionais.

Outro exemplo de manifestação gráfica do MFPA, e uma das primeiras a serem realizadas pelo grupo, é o cartaz 1975: *Ano Internacional da Mulher*.

## Imagem 2



36

Fonte: Cartaz do MFPA, 1975

O cartaz do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil enaltece o ano de 1975 como o *Ano Internacional da Mulher*, além de dedicá-lo às mulheres que lutaram pela anistia geral de 1945, onde o Estado Novo liberou os últimos seiscentos presos políticos. No cartaz, três cores prevalecem: o vermelho, o preto e o branco do papel. Ao centro, nove mulheres com mesmo rosto estão em uma composição triangular – seus cílios, seus narizes e suas bochechas rosadas são idênticas, tirando um aspecto: a boca, que vai abrindo. Com o imperativo de “saia da sombra, diga conosco” tal como

um coro, as mulheres abrem suas bocas, pouco a pouco em um grito de liberdade. A sombra, vermelha, aos poucos vai se esvaindo. A palavra *liberdade* gera um contraste com o restante do cartaz, visto que ela é customizada e está em uma cor diferente.

Este cartaz ajudou a divulgar a pauta do MFPA no *Congresso Internacional das Mulheres*, patrocinado pela ONU, ocorrido na Cidade do México, que comemorava o ano dedicado às questões da mulher. Nele, Therezinha Zerbini fez uma fala que, dentre outras coisas, destacava que o *Ano Internacional da Mulher* enfatiza a igualdade, o desenvolvimento e a paz, sendo que a Anistia conduziria a estas três metas, as quais não deveriam ter prioridade uma sobre a outra. Therezinha também conclamou as mulheres de todo o mundo para a divulgação da proposta da anistia (ZERBINI, 1979, p.28). Assim, no mesmo ano em que o MFPA foi criado, ele logo divulgou para a comunidade internacional a importância de se pensar na questão da Anistia, nas pessoas exiladas e presas políticas.

### **3. Continuidades na luta pela anistia**

Dois anos depois que o movimento já estava bem estabelecido, foram realizados os *Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia* e os *Comitês Primeiro de Maio pela Anistia*. Em 1978, enfim, formou-se o *Comitê Brasileiro pela Anistia* e foi realizado o *Congresso pela Anistia*, em novembro de 1978, em São Paulo. Este evento foi um marco para a consolidação do propósito da anistia, contando com a participação de mais de mil pessoas, sendo ilustrativo de como a rede pela anistia estava bem consolidada: já eram sessenta comitês espalhados em todo o território nacional. O encerramento do congresso se deu no teatro de *Ruth Escobar*, integrante da comissão executiva do *Comitê Brasileiro pela Anistia* de São Paulo. Após este evento, as CBAS passaram a fazer panfletagens em portas de fábricas e shows com o intuito de promover e divulgar a questão da anistia e realizar debates em salões paroquiais (RESENDE, Op.cit, p.41).

Em 1979, em Salvador, foi lançado o *Manifesto dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos do Araguaia*, e mães e demais familiares organizaram a chamada *Caravana dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia*. Com a Caravana, foi obtida a convicção de que grande parte dos guerrilheiros foram capturados ainda vivos e, em seguida, desapareceram. Além disso, também foi analisado que não foram presos, mortos e torturados apenas guerrilheiros, mas a população local de Araguaia. Por fim, houve também a indicação de diversos túmulos de corpos desaparecidos na região (SALGADO, 2003).

Em 8 de agosto de 1979, foi realizada na Praça da Sé um comício da campanha pela anistia. Tal ato representou uma vitória da campanha, visto que era proibida

a realização de atos públicos. No mesmo mês, cerca de vinte mil pessoas foram à Cinelândia, no Rio de Janeiro, pedindo uma anistia *ampla, geral e irrestrita*, e prestando solidariedade aos presos políticos que estavam em greve de fome.<sup>9</sup> Em agosto de 1979, a *Lei da Anistia* (Lei 6683/79) foi enfim aprovada, permitindo o retorno ao país de 150 pessoas banidas e 2000 exiladas.

#### 4. Lei da Anistia: problemáticas

Em seu artigo primeiro, a Lei 6683/79 diz:

É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (BRASIL. DECRETO Nº6683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Concede anistia e dá outras providências).

38

Mesmo assim, diversas pessoas exiladas preferiram continuar no país em que se refugiaram, por inúmeros motivos.<sup>10</sup> Algumas não se adaptaram ao país, visto que voltar significaria reconstruir suas vidas novamente, já estabelecidas no estrangeiro. Outras tiveram medo de retornar ao país que havia as expulsado. Algumas das pessoas que voltaram, por outro lado, pensavam da mesma forma de quando foram embora. De todo modo, a esquerda pós-exílio, nas palavras de Denise Rollemberg, “cabe no espaço entre as continuidades e as rupturas” (ROLLEMBERG, *Ibidem*, p.12).

Uma das grandes problemáticas da Lei da Anistia era a questão dos torturadores. Afinal, os movimentos pela anistia recusavam-se a contemplá-los em seu projeto de lei. Para tanto, sugeriram que no primeiro parágrafo do projeto de lei fosse marcado: “com exclusão dos torturadores” (FICO, 2011, p.322). Isabel Veiga de Santana, dirigente da Bahia do MFPA, disse que “a gente fala em anistia ampla e irrestrita, pois essa é nossa bandeira, mas nunca descartamos a possibilidade de uma anistia parcial” (Revista Veja, 1º mar. 1978). Há, atualmente, a questão da disputa de memória e disputa de narrativa no caso da anistia.

Etimologicamente falando, anistiar significa *perdoar, esquecer*. Contudo, este

---

9. Alguns presos políticos utilizaram-se de greves de fome para chamar a atenção de órgãos internacionais para as truculências do regime militar (Tribuna da Imprensa, 18 ago. 1979).

10. Ver mais em: ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. In.: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). **As Esquerdas no Brasil**. Revolução e democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 5.

nunca foi o objetivo dos movimentos pela anistia. Por exemplo: em 1995 foi oficializada a morte de pessoas desaparecidas por motivos políticos entre 1961 e agosto de 1979 através do decreto de lei nº 9.140, de acordo com “o princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na *Lei de Anistia*.”<sup>11</sup> Apesar de haver uma indenização aos parentes dos desaparecidos, não foi feita uma busca aos corpos, uma investigação mais severa para saber as causas da morte e por quem essas pessoas foram mortas. Ou seja, houve uma reparação de cunho simbólico e não efetivo de fato, na intenção de encerrar esta parte da história, deixar que as feridas fossem cicatrizadas o mais rápido possível.

O caráter recíproco da lei da anistia foi, ao longo dos anos, questionado. Afinal,

[...] não pode ser considerado anistiado de determinado crime quem nunca foi oficialmente acusado de sua prática. Ora, nenhum agente estatal do regime militar chegou a ser processado como autor de desaparecimentos forçados de opositores políticos (COMPARATO, 14 ago. 1995).

É neste ponto que Daniel Aarão Reis pontua que a *Lei da Anistia* foi um “pacto de sociedade” (REIS, Op.cit., p.172). Deste modo, o *perdão aos torturadores* foi a única alternativa possível para a aprovação da anistia – o preço a se pagar por ela: uma anistia nem ampla, nem geral, nem irrestrita – e muito menos recíproca.

39

## 5. Algumas considerações: imagem, impressos e história das mulheres

Pensar nas imagens no âmbito historiográfico é também pensar em como elas foram produzidas, distribuídas e por quem elas foram recebidas. Deste modo, a imagem não aparece na história como uma causalidade, mas como uma evidência, como supôs Peter Burke. Pensando à memória gráfica das mulheres na luta pela anistia no Brasil, vemos a capacidade da imagem atingir diferentes indivíduos, de diferentes nacionalidades, inclusive. A partir delas, podemos pensar em como a questão da anistia foi divulgada, em como ela foi atacada. Podemos entender também como as mulheres eram representadas nestes meios alternativos.

No caso dos dois impressos levantados neste artigo, uma mulher guerreira e um grupo de mulheres que soltavam a voz em um grito de liberdade, podemos vislumbrar as articulações dos movimentos de mulheres do período. Vemos, a partir destas duas imagens, uma série de ramificações e possibilidades interpretativas oriundas da

---

11. BRASIL. DECRETO Nº 9140, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

combinação entre as imagens e os textos que as acompanham. Sendo um impresso também um suporte de memória coletiva, ele é um vestígio materializado de inúmeras discussões e pautas políticas das mulheres que lutavam contra o regime autoritário instalado no Brasil. Ver uma imagem, uma experiência anacrônica *per se*, é presentificar atos e pensamentos que foram constituídos no passado. A imagem é um vestígio que se alimenta de intersubjetividades, que escapa da possibilidade de se entender a História enquanto um campo objetivo e positivista.

Também destaco que este artigo, apesar de fundar-se na ideia central da categoria histórica de *impressos*, não retoma apenas a História da Imagem, mas também a História das Mulheres. E nunca é muito destacar que a categoria *mulheres* não é abarcada na ideia de um sujeito universal de diversas correntes historiográficas. Não é levado em conta que mulheres faziam – e fazem – parte da vida pública, muito menos que a categoria *mulheres* sempre foi heterogênea: temos mulheres negras, brancas, pobres, ricas, urbanas, camponesas, trans, cisgêneras, dentre tantas outras, que tem seu espaço nas práticas sociais e, portanto, na história.

## Referências

### Fontes

40

- A anistia em julgamento. **Revista Veja**, n° 495, 1° mar. 1978.  
Arquivo Público do Estado de São Paulo, 50-Z-0-14.382. Fundo Deops/SP.  
Arquivo Nacional. ACE 4214/79. Fundo SNI.  
Arquivo Nacional. ACE 80323/74. Fundo Serviço Nacional de Informações.  
Arquivo Nacional. BR.AN.BSB.VAZ.047A.0009. Fundo Aeronáutica.  
Boletim **Maria Quitéria**, n.1, 1977.  
BRASIL. DECRETO N°6683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.  
BRASIL. DECRETO N° 9140, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995.  
Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia, 1975.  
COMPARATO, Fábio K. Que fizeste de teu irmão? **Folha de S. Paulo**, 14 de agosto de 1995.  
Documento da CIA diz que Geisel manteve execuções de subversivos. **Jornal do Brasil**, 10 mai. 2018.  
GEISEL, Ernesto. **Discurso manuscrito por Geisel para a posse**. Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/discurso-manuscrito-por-geisel-para-poss-0>>. Acesso em: 9 jul. 2018.  
Generais já consideram greve fenômeno natural. **Tribuna da Imprensa**, 18 ago. 1979.  
**Movimento Feminino pela Anistia**. Fala no México. In.: ZERBINI, Therezinha Godoy.

Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas 1979.

\_\_\_\_\_. Manifesto da mulher brasileira em favor da anistia. In.: ZERBINI, Therezinha Godoy. **Anistia – Semente da Liberdade**. São Paulo: Salesianas 1979.

ZERBINI, Therezinha Godoy. **Anistia – Semente da Liberdade**. São Paulo: Salesianas 1979.

## **Bibliografia**

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **O movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia**. Curitiba: CRV, 2011.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular** – História e Imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 12.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. n. 4. jul/dez. 2010). Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Cultura e participação nos anos 60**. 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 1a edição. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Elas se revelam na cena pública e privada**: as mulheres na luta pela anistia. IN: SILVA, Haike R. Kleber da. (Org.) A luta pela anistia. São Paulo: Unesp, 2009.

MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, vol. 21, 1998.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). **Luta, substantivo feminino**: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. vol. 26. nº52. São Paulo: dez. 2006.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. 3a edição. São Paulo: Editora Autêntica, 2013.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**. vol.23, n.45. Rio de Janeiro: 2010.

RESENDE, Pâmela de Andrade. **Os Vigilantes da Ordem**: a cooperação DEOPS-SP e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. **Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina**. 2012, vol. 1, nº1.

- \_\_\_\_\_. **Memórias no exílio, memórias do exílio**. In.: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SALGADO, Solange. Sentença: **Guerrilha do Araguaia**. Indicação de sepultura, atestados de óbito e exibição de documentos. Poder Judiciário. Justiça Federal de 1a. Instância. Seção Judiciária do Distrito Federal. 30 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/brazil/doc/araguaia.html>>.
- SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). **Revista História**. São Paulo: 2007. vol. 26. n°2.

# DITADURA MILITAR: PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

REGINALDO CERQUEIRA DE SOUSA<sup>1</sup>

Resumo: O presente texto debruça-se sobre o período ditatorial brasileiro (1964-1985) ao fazer uma análise das formas pelas quais este momento da história do Brasil tem sido compreendido pelos pesquisadores das ciências humanas, sobretudo pelos/as historiadores/as. A partir da leitura, análise e crítica da literatura produzida sobre a Ditadura Militar, este estudo classifica quatro variáveis explicativas sobre o período, a saber: a militar, a ideológica, a reconciliação extorquida e a social. Trata-se de uma reflexão motivada pelo contato, dentre as várias obras publicadas, com o trabalho de pesquisadores dedicados ao estudo sobre esse momento da recente história política brasileira.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Violência; Memória; Esquecimento.

Abstract: The present text focuses on the Brazilian dictatorial period (1964-1985) by doing an analysis of the ways in which this moment in the history of Brazil has been understood by researchers of human sciences, especially by historians. From the reading, analysis and critique of the literature produced on the military dictatorship, this study classifies four explanatory variables on the period, namely: the military, the ideological, the extorted reconciliation and the social. It is a reflection motivated by the contact, among the various works published, with the work of researchers dedicated to the study on this moment of the recent Brazilian political history.

Keywords: Military dictatorship; Violence; Memory; Oblivion.

---

<sup>1</sup>. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: ihuararuna@yahoo.com.br

*O passado só se deixa fixar,  
como imagem que relampeja  
irreversivelmente,  
no momento em que é reconhecido.*  
Walter Benjamin

Os cinquenta anos do Golpe Militar, lembrado em 2014, colocou na ordem do dia os debates sobre a Ditadura Militar no Brasil. A produção editorial sobre o tema cresceu sobremaneira para atender ao público interessado em análises tocantes à Ditadura. Nas estantes das livrarias, por exemplo, as reedições de clássicos sobre o período dividiram o espaço com uma nova e expressiva literatura acerca do autoritarismo implantado a partir de 1964.<sup>2</sup> Nas bancas de jornal, revistas especializadas abordaram o assunto com ênfase nos aspectos econômico, político, social e cultural da época.<sup>3</sup> O mesmo ocorreu nas universidades públicas e privadas através da realização de eventos e de semanas acadêmicas para que fossem suscitadas reflexões sobre o tema. Os dossiês das revistas científicas apresentavam outras abordagens acerca da intervenção das Forças Armadas na vida política do país e da violência que se instaurara com o estado de exceção, a partir da ascensão dos militares ao poder.<sup>4</sup>

44

Na mesma dinâmica, os especialistas em Regime Militar, de modo particular os historiadores e os cientistas políticos, nunca foram tão requisitados para explicar o significado do período ditatorial brasileiro para as novas gerações. Filmes e documentários foram exibidos em canais de televisão e salas de cinema para o público em geral, mas com foco em especial nos estudantes de instituições públicas e privadas. Nessa miríade de eventos, as interpretações referentes ao período, bem como as orientações ideológicas e as atrocidades praticadas na época deram o tom das reflexões e das discussões levantadas.

Momentos de rememoração como este, põem em relevo o tema da memória. No seu entorno, lutas e embates políticos inscrevem um modo de ler e de relacionar-se com o passado (SEIXAS, 2004, p. 37-58). Para tanto, recomenda-se o cuidado de evitar confundir rememorar com comemoração. Na primeira, a ação é coletiva e política. Sua intenção não é um retorno ao passado, mas romper as barreiras que a impedem de ser dizível, o que inviabilizaria uma reflexão crítica do presente. Na segunda, os

---

2.. Cf. Professores indicam dez livros para entender o golpe de 1964 e a ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/professores-indicam-dez-livros-para-entender-o-golpe-de-1964-e-ditadura.html>. Acesso em: 10/03/2016.

3. Cf. 50 anos do golpe militar de 1964. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/>. Acesso em: 10/03/2016.

4. Cf. Dossiê 1964-2014, 50 anos depois: a cultura autoritária em questão. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/dossie-1964-2014-50-anos-depois-cultura-autoritaria-em-questao>. Acesso em 10/01/2016.

eventos são lembrados como fatos de um passado glorioso (GAGNEBIN, 2014, p. 260). Ter em mente essa diferença instiga a retomar marcos para se pensar os interesses e os motivos pelos quais se definiram os temas que orientaram pesquisas acadêmicas e mesmo concepções sobre o período da Ditadura. São ocasiões para se empreender balanços do que se produziu, ou deixou-se de produzir, a respeito da época, dos seus personagens e dos seus acontecimentos (GOMES, 2010, p. 37-70).

No Brasil, outra questão se coloca. Trata-se da visão que entende o ato de lembrar como irrelevante, uma vez que nada, na estrutura da sociedade, de fato muda. Arraigada na imagem do Brasil “o país do futuro”, apontou para a necessidade de um futuro onde as marcas agonizantes de uma terra maculada pela colonização e pela escravidão importavam menos diante da brilhante história a ser construída sobre os brasileiros. A imagem da inventividade e da criatividade do brasileiro, em particular a de sua juventude, lançava os olhos para o futuro promissor e inevitável. Ressalta-se ainda a herança da ideologia da cordialidade que tanto contribuiu para encobrir a corrupção das elites políticas e econômicas e, do mesmo modo, garantir a subserviência da população (HOLLANDA, 1997).

O interesse em manter tal ordem representa uma estratégia de fuga socialmente valorizada. Para tanto, criou-se uma memória na qual os eventos eram selecionados, provocando um afastamento dos conflitos atuais em relação ao seu passado. Uma das críticas benjaminianas da história burguesa ilumina a compreensão de tal ideia (BENJAMIN, 1994, p. 222-232), situando-se num ponto importante que é o de questionar uma história como inventário do passado, pois isso deixa em “ponto cego” os elementos que se chocam e põem em risco a visão dominante: os excluídos, os vencidos, também o estranho e o que não encontrava representatividade nesta “história signo de verdade”. Como salientou Jeanne Marie Gagnebin (2014, p. 203), “Walter Benjamin denunciou [muito antes de Michel Foucault e dos historiadores da descontinuidade] as construções historiográficas habituais que cuidavam em apagar as dúvidas na transmissão da história e de silenciar os abismos irreduzíveis do acontecido.”

A historiografia crítica de Walter Benjamin (1994, p. 225), a sua história a contrapelo, procurou entender, e tornar latente, como certas experiências do passado eram, ainda que presentes, marcadas por uma ausência e, em outros casos, por um silêncio gerenciado politicamente que delimitou o que deveria ou não ser lembrado. Crítica semelhante se encontra em Hannah Arendt (2005, p. 47-73). Em *Historia e inmortalidad*, a filósofa demonstrou como a história na Modernidade não atentou para a complexidade da ação humana. A visão de progresso e a crença no futuro, dadas segundo uma previsibilidade, apresentam-se como uma das principais características daquele modelo de história. Alicerçada na racionalidade positivista do tempo retilíneo,

forçou um olhar para o passado de forma romantizada e idealizada.

A verdade que esse modelo impôs residiu no processo temporal uniforme. A visão geral da ação humana nascida dessa perspectiva de história impediu a presença de um pensamento mais preocupado com as experiências distintas no tempo. A fuga da história para esse “todo” foi o que deixou escapar o particular, em outras palavras, as singularidades e a pluralidade das ações humanas. O propósito de tais ações é a fundação da comunidade política, o espaço onde a liberdade é possível. Hannah Arendt chamava atenção para a necessidade de se pensar tempos distintos, pois eles possibilitariam arrancar do esquecimento experiências do passado que foram silenciadas.

As reflexões levantadas remetem ao tema da Ditadura Militar. Por vezes, a memória do período se deu com expressões ideológicas e políticas que impuseram uma leitura sobre seu passado. A Ditadura, como todos os regimes políticos baseados na violência, procurou justificar suas ações pregressas ao constituir uma memória enquanto elo com a sociedade. Precisou explicar a ruptura e, portanto, recorreu ao passado para fundamentar as bases pelas quais pretendiam construir a nova sociedade.

46

Do ponto de vista econômico, os militares que ascenderam ao poder em 1964 foram uma mescla confusa de conservadorismo e visão modernizadora. Eram antirreformistas, principalmente contra as reformas propostas pela esquerda, mas citavam reformas modernizantes como garantia do crescimento capitalista; consideravam-se revolucionários, mas desejavam manter a ordem social vigente, as hierarquias e as instituições tradicionais. Prevaleceu, então, o viés conservador e anticomunista (NAPOLITANO, 2014). Foi o cimento da coalização golpista fazendo convergir posicionamentos políticos variados, entre os quais se destacaram os liberais, os anticomunistas, os antipopulistas, os empresários, os latifundiários e a grande imprensa, que caracterizaram o desafio, naquele primeiro momento, de se construir uma memória oficial para o Golpe Militar.

Com o fim do governo de João Goulart, gradativamente ocorreu o processo de centralização e militarização das instituições do Estado, demarcando o fechamento da cena política e a transformação interna do Regime, o que resultou no aprofundamento da Ditadura, principalmente a partir de 1968, quando o Regime se transformou em ditatorial-militar (CODATO, 2004). Com a promulgação do AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), em dezembro daquele mesmo ano, os intelectuais liberais e a grande imprensa, que de início haviam demonstrado entusiasmo com a destituição do Presidente da República, passaram a criticar a repressão, a censura, a violência e a falta de liberdade de expressão. Do mesmo modo, setores da economia, com a crise da primeira metade da década de 1970, engrossaram o coro dos descontentes com os militares por conta

da perda de seus lucros (VIANNA, 1989, p. 91-102). Neste contexto, um conjunto de mecanismos foi mobilizado para garantir aos militares o gerenciamento do sistema político, como a propaganda sobre o desenvolvimentismo brasileiro e a ampliação da repressão.

Na década de 1970, com a política de distensão, nasceu uma memória hegemônica sobre a Ditadura, agora em torno do questionamento do radicalismo militar e da preservação da instabilidade institucional. E a esquerda, derrotada politicamente, conseguiu se afirmar nos produtos culturais com apoio da imprensa e o crescimento da indústria cultural, consagrando-se numa visão heroica da memória social sobre a Ditadura Militar (SCHWARZ, 1978). Também se referindo ao período, diversos autores mostraram que a multiplicidade de movimentos sociais, de natureza política, colocaram em xeque as noções comuns da ação política daquela época (CAPELATO, 1996).

Os referenciais de análise até então utilizados não davam conta da compreensão dessa visão polissêmica da sociedade civil. Tais questões se inscreveram no processo de democratização do país, o que levou à utilização de termos necessários para classificar essa novidade. Foi nesse solo que o termo resistência adquiriu importância e passou a significar aqueles que se impuseram contra grupos dominantes, ligados agora a um ponto comum: a construção da democracia. A perspectiva, com base na dicotomia de análises do tipo opressor e oprimido, explorador e explorados, reforçou o papel das forças coercitivas, por parte do Estado, para obtenção do controle social.

47

Nesse processo, o binômio dominação/resistência ofereceu uma chave de leitura sobre o período que muito pouco se preocupou com os segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, e por meio de diferentes práticas sociais, colaboraram com o poder constituído. Uma de suas consequências se observa no silêncio em torno das vítimas da violência política, sobretudo da tortura (KEHL, 2010). A soma destes fatores e a maneira como adentraram no tecido social, podem explicar a violência das instituições do Estado contra a sociedade.

A sensação de impunidade resultou, por exemplo, na permanência da violência e, neste caso, da violência policial. Os seus trágicos efeitos podem ser observados nas ruas das grandes e pequenas cidades do país, nos porões das delegacias, nas cadeias, nos presídios e nas periferias de todo o Brasil (HUGGINS, 2010). A violência, nesse sentido, constitui um campo amplo e complexo de estudo. Por isso a importância de se compreender como foi instituída em cada momento histórico a relação da sociedade com a violência, como se fabricou um homem violento ou dócil e como o discurso sobre a violência produziu indivíduos resistentes (FARGE, 2011, p. 28).

O processo de redemocratização e a política de Anistia projetaram no horizonte do país um modelo de sociedade democrática baseado na hegemonia do discurso

coletivo e do consenso social. Na historiografia brasileira, por exemplo, prevaleceu o modelo de história de matriz marxista cujos estudos e pesquisas partiram da temática da “revolução” e “revolta”, fomentando uma literatura, a partir da década de 1970, centrada nos sistemas repressivos e nas resistências (FALCON, 1997). Em relação à transição consensual, destaca-se outro efeito na política brasileira: atenuou-se a participação e a colaboração dos segmentos sociais e dos indivíduos em relação ao governo dos militares.

Para tanto, dividiu-se essa parte em quatro importantes eixos, a saber: a *variável militar*, a *variável ideológica*, ou o *anticomunismo*, a *reconciliação extorquida* ou a *política e a lei de anistia*, e a *variável social*. A relevância da divisão consiste no fato de lançar *feixes de luz* para a compreensão do Regime Militar, levando-se em conta, entre outros fatores, a sua complexidade e os seus campos de tensão, sejam na política, na área social ou mesmo nos modos de interpretação do período. Estas explicações não podem ser vistas como um dado fechado ou engessado em si, uma vez que seus limites são flexíveis e articulam conceitos e agentes sociais partindo de referenciais teóricos e de matrizes teóricas distintas, como a filosofia política e as ciências políticas.

### **A pluralidade de abordagens sobre a Ditadura Militar**

48

Parece consenso, entre os historiadores, considerar a década de 1970 como marco da transformação, quer no aspecto teórico, quer no aspecto metodológico, da própria historiografia.<sup>5</sup> Tais mudanças, em muitos casos, vieram atreladas à expressão “nova história;”<sup>6</sup> uma expressão problemática pela ideia de ruptura que ela evoca, sugerindo também a desqualificação do que fora produzido anteriormente (CAPELATO, 1996, p. 16). Ressalta-se, entretanto, que a história, desde sua configuração como área do conhecimento das atividades humanas no tempo, não deixou de ser alvo de críticas e de questionamentos, tampouco de responder a interesses distintos.

As transformações na historiografia foram o resultado das críticas à visão de progresso, à perspectiva cientificista e ao racionalismo de caráter positivista, ainda na primeira metade do século XX. Durante o período, as interpretações marxistas ganharam prestígio como campo de investigação nas ciências humanas. No final da década de 1960, sob o impacto do movimento de Maio de 1968, outras concepções de poder e,

---

5. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1987; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

6. A expressão “nova história” é muito conhecida na França por causa do título de uma coleção de ensaios, organizados em três volumes, pelo historiador Jacques Le Goff: “novos problemas”, “novas abordagens”, “novos objetos”. BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 9.

consequentemente de política, ocuparam espaço no trabalho dos historiadores.

No Brasil, refreados por causa da Ditadura Militar, estes debates chegaram tardiamente. Após 1964, a versão da história do Brasil passou a contar com o apoio ostensivo dos aparelhos do Estado. Até a década de 1970, por exemplo, para o ensino de história, um dos modelos privilegiados era o da história factual, com a predominância da historiografia política. Esta era constituída, em sua quase totalidade, pela história política chamada de tradicional (FALCON, 1997, p. 81). Com a sinalização de abertura política e a queda sucessiva da censura, cresceu o interesse pelo movimento de 1964, ganhando espaço, na história, o pensamento de matriz marxista (LAPA, 1982). Os anos de 1980 e 1990, entretanto, suscitaram a ampliação do debate sobre as questões de natureza política, possibilitando outras análises do poder, incluindo aí o simbólico e o imaginário. Permitiu-se uma pluralidade de estudos no que concerne à Ditadura, que possibilitaram diferentes modos de interpretar o período ditatorial.

### **Variante explicativa um: os militares**

Um grupo de estudos tem como ponto de partida a análise da categoria militar como uma variável explicativa. Evidencia a presença, no interior das Forças Armadas, de posições políticas e ideológicas antagônicas motivadas, entre outros fatores, pelas disputas de poder interno, pelo receio do esfacelamento da hierarquia militar, em razão da inserção de células comunistas nos quartéis e, após o Golpe, pelas divergências em torno do modelo adequado de regime político para a condução do país.<sup>7</sup> Assim se explica os diferentes momentos de repressão, de liberalização e, do mesmo modo, da gradativa militarização dos aparelhos do Estado, durante o período em que os militares permaneceram no controle do país.

Sobre os militares, algumas concepções, por exemplo, defendiam a ideia de que havia uma coesão na corporação. Essa coesão, embora relativa na visão de Wanderley Guilherme dos Santos, uma vez que os militares procuravam manter a unidade institucional, permitiu a unidade de orientação da corporação; pré-requisito para o sucesso na condução do Golpe e, em seguida, para a constituição de um governo forte capaz de impor, à revelia das forças partidárias e grupos sociais, os interesses referentes à segurança nacional (SANTOS, 1988, p. 95-145). Os autores que discordaram dessa visão, como Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro,<sup>8</sup> João Quartim de

---

7. Do período que vai da posse de Costa e Silva, em março de 1967, até a eclosão da crise política, em abril de 1968, o aparelho militar estava dividido em quatro correntes políticas: castelistas, albuquerqueístas, linha dura, palacianos.

8. Cf. D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; SOARES, Gláucio

Moraes, Wilma Peres Costa e Eliézer Rizzo de Oliveira,<sup>9</sup> levaram em consideração as circunstâncias históricas no que tange às intervenções militares no processo político brasileiro, ao conjunto de tensões na área militar e, do mesmo modo, às alianças entre alguns segmentos militares e civis para a obtenção de apoio político e social.<sup>10</sup>

Para estes autores, os militares também ocuparam na produção teórica do país um lugar modesto, sendo, muitas vezes, um assunto tabu entre os pesquisadores, configurando-se como um objeto de estudo delicado, dado o contraste entre a forte presença dos militares na política e sua fraca presença na teoria política (MORAES, 1985, p. 163). Contudo, em fins da década de 1960, os militares passaram a ser foco de estudos com as pesquisas baseadas na ótica da intervenção. Buscava-se, com isso, explicar as razões da intervenção militar, de modo particular a do Exército, na política brasileira. Sobre o tema, é conhecido o trabalho de Alfred Stepan (1975). Neste, o cientista político abordou a mudança na relação entre os militares e a sociedade a partir de 1964. Segundo o autor, os militares deixaram o chamado padrão moderador e, no exercício do poder político, passaram a gerenciar os negócios do Estado. No entanto, desde a Primeira República, alguns estudiosos, como Moraes, salientam que havia interferência direta dos militares na vida política brasileira (MORAES, 1985, p. 167-180). Segundo Carlo Fico (2004, p. 31), também esteve sob a tutela militar, na maior parte do tempo, a frente dos órgãos de vigilância política para gerenciar, controlar e investigar os cidadãos considerados ameaça pelo Estado.

No que se refere aos estudos sobre a categoria militar, dados analisados sobre a literatura referente à Ditadura revelaram que o número de teses, dissertações, livros e mesmo artigos sobre o tema, feitos durante os anos 1970 e início dos anos de 1980, é superior quando comparados aos estudos dos anos de 1990 (SOUZA, 1988; FICO, 2004). Explica-se o fato pelo aumento, nesta década, da literatura sobre as áreas da arte e da cultura, consequência do olhar dos pesquisadores à inserção da cultura de esquerda na indústria cultural durante a Ditadura, principalmente no final dos anos de 1960. Outro fator que explica o pouco interesse dos pesquisadores em relação aos militares tem a ver com a tradição sociológica do Brasil, de matriz europeia. Não se deu atenção aos grupos que não se enquadravam na herança teórica dos estudos sobre os

---

Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

9. Cf. MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A tutela militar**. São Paulo: Vértice, 1987; MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In: MONTEIRO, João Paulo; MORAES, João Quartim de; SCHARF, Kurt; FORTES, Roberto Salinas; ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Paulo Eduardo; RIBEIRO, Renato Janine. **Filosofia Política**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

10. Exemplifica uma dessas tensões os protestos de militares do alto escalão como o Manifesto dos Coronéis, em 1954, que apresentava as condições em que se encontravam as Forças Armadas; exigiam aumento de salário e se alertavam, segundo os coronéis, as tentativas de subversão de militares inspirados pelas ideias comunistas.

atores políticos clássicos: proletariado, burguesia.

No interior desse quadro, ressalta-se outra questão: o processo de abertura política, a partir da segunda metade da década de 1970, que direcionou o olhar dos pesquisadores para a nova República em construção. A necessidade de se pensar a conjuntura política daquele momento redobrou os apelos aos estudiosos em torno da construção de um consenso social com o objetivo de constituir a nova democracia, agora sobre os escombros de uma sociedade ferida pela arbitrariedade do Estado. Como resultado, tem-se o número de estudos sobre os militares reduzidos de forma considerável.

Mesmo diante dessa realidade, algumas abordagens sinalizaram mudanças em relação ao tema, ainda na década de 1990, com o surgimento de novas pesquisas acadêmicas sobre a temática militar nas áreas da ciência política e da antropologia. Enquadra-se, nessa perspectiva, a tese de João Roberto Martins (1993) acerca das tensões e crises políticas entre os militares, anos de 1964 a 1969, momento de reconfiguração e de recrudescimento do Regime. Na área da antropologia, merece destaque o estudo de Leirner sobre a hierarquia militar (LEIRNER, 1997). O pesquisador abordou a relação entre o mundo militar e o mundo civil, tentando compreender como se deu a socialização entre os dois universos. Ele investigou a constituição de uma identidade militar e a interferência da instituição militar na dinâmica política da sociedade. A importância destes estudos reside no fato de chamar atenção para a complexidade da categoria militar ao criticar a ideia dos militares como uma instituição autônoma do Estado, à parte da sociedade, agindo enquanto poder hegemônico.

51

### **Variante explicativa dois: a ideologia ou o anticomunismo**

Da mesma forma em que a categoria militar compõe um modo de compreender a Ditadura, outras análises enxergaram no anticomunismo uma variável explicativa do período (CODATO, 2004). Procurou-se, por meio dela, entender o enfrentamento do comunismo e o medo de sua inserção no cenário brasileiro como motivação ou justificativa política para a tomada do poder pelos militares e a progressiva centralização política do Regime. Nessa época, o anticomunismo foi um discurso recorrente nos aparelhos midiáticos para dar suporte aos movimentos insurgentes no governo de João Goulart. Em muitos aspectos, o combate ao comunismo se deu em nome da crença no crescimento econômico do país e da proteção da moralidade cristã das famílias católicas. O contexto era o da Guerra Fria, período em que os blocos capitalista e comunista disputavam zonas de influência econômica e política no mundo, em especial na América Latina (MUNHOZ, 2004).

Sobre o anticomunismo no Brasil, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta identificou três matrizes que fundamentaram a doutrina anticomunista, a saber: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Para o autor, o anticomunismo esteve presente no colapso institucional da democracia brasileira de Getúlio Vargas até o Golpe de 1964. Atuante em momentos de crise, ele se manifestou por meio de um conjunto de simbolizações, ideário, imaginário e iconografia, configurando-se uma espécie de união contra o inimigo comum (MOTTA, 2002, p. 18-46). Na perspectiva do catolicismo, em geral, o comunismo era uma ameaça, pois ele possuía um sistema filosófico que questionava e negava a existência de Deus e professava uma espécie de materialismo ateu. Além disso, era acusado pela Igreja Católica de pretender substituir a moralidade cristã e destruir a instituição familiar, a hierarquia e a ordem. Para combatê-lo, era preciso unir o mundo católico. Um momento forte dessa reação ocorreu na primeira metade da década de 1960 quando a propaganda anticomunista, inspirada nas encíclicas papais e nas cartas pastorais dos bispos, instigou os fiéis católicos a repudiarem a violência e o mal que os regimes comunistas causavam aos religiosos.

Se a noção de mal comunista estava presente no catolicismo, na perspectiva do nacionalismo não era diferente. É preciso lembrar que o nacionalismo reivindicado era inspirado no romantismo alemão, para quem a Nação compreendia um conjunto orgânico superior aos conflitos sociais. A defesa da ordem, da tradição e da centralização era uma máxima nessa visão. Por isso, os comunistas eram uma ameaça, visto que instigavam a divisão social e a destruição do corpo nacional, insuflando o ódio de classe. Já para o liberalismo, o comunismo era acusado de sufocar as liberdades individuais ao praticar o autoritarismo político. Temia-se a destituição do direito à propriedade privada por meio da estatização dos bens e da economia. No Brasil, o ponto forte do anticomunismo se deu pela luta contra o intervencionismo estatal (SILVA, 2008). Para enfrentá-lo, mobilizou-se a grande imprensa no intuito de criar, de forma intensa e ostensiva, uma imagem negativa do comunismo e chamar atenção aos possíveis danos causados à sociedade, caso tal ideologia predominasse no Brasil.

À visão das matrizes do anticomunismo, outra perspectiva somou-se ao entendimento da Ditadura, mais especificamente a partir do processo de consolidação do Regime Militar. Baseou-se na concepção de "guerra psicológica" por entender, entre outros fatores, que ela abarca questões permeadas pela política e pela moralidade (NODARI, 2012). Caracterizou-se pela mudança no conceito de inimigo, visto agora não mais exterior às fronteiras territoriais, mas pela sua capacidade de inserção no corpo social. Para enfrentá-lo, os militares recorreram à concepção psicossocial do comportamento humano no intuito de estimular e de criar formas de sentir e de agir nos indivíduos na sociedade (RESENDE, 2001). Tal concepção, por meio da propaganda,

criou uma sensação de insegurança, de tensão e de medo social, tornando o cidadão, qualquer cidadão em potencial, uma possível ameaça.

Evidenciava-se pela ideia de subversão, fosse ela encarnada no comunista ou na imagem do comportamento desviante, em outros termos, aquele indivíduo capaz de degenerar os valores morais da sociedade. Para combatê-lo, o aparato repressivo se aprimorou e a propaganda inspirada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), forjada pela Escola Superior de Guerra (ESG), disseminou a imagem do subversivo como o grande mal em diferentes instâncias da sociedade. Observa-se isso, por exemplo, na censura. O dispositivo psicológico do medo era ativado ao proibir as expressões de conotação sexual, ao se referir à infecção, termo que lembra doença, ao falar de infiltração ou sabotagem, expressões de uma nação que precisava ser imunizada dos causadores de patologias sociais, como a desordem e a corrupção da juventude. Para garantir uma sociedade "saudável", os militares promulgaram leis arbitrárias para combater a subversão e garantir a segurança, constituindo um Estado de exceção no Brasil.

### **Variante explicativa três: a reconciliação extorquida ou a Anistia Política**

Isso leva a outro tema também complexo, o da violência na Ditadura Militar. A análise do papel da violência em sua centralidade, praticada durante o período, constitui um importante campo de estudo.<sup>11</sup> São conhecidas as abordagens de Elio Gaspari sobre a repressão e a violência praticadas pelo Estado, as de Lucas Figueiredo (2005) acerca da constituição do sistema de vigilância, e as de Martha Huggins (1998), uma das primeiras análises sobre o aprimoramento das forças policiais no combate à subversão. A autora pesquisou a sistematização das atividades de órgãos especializados no controle e na execução das medidas de repressão contra grupos considerados inimigos do governo. Órgãos organizados para reprimir os movimentos de resistência, para combater a luta armada e a guerrilha urbana no intuito de destruí-las e neutralizá-las. Recentemente, destaca-se a pesquisa de Mariana Joffily (2013), sobre a formação de um dos mais terríveis órgãos de repressão e de tortura e sua violência praticada contra os aprisionados pela Ditadura, o sistema DOI-CODI.

Estes estudos chamaram a atenção para o funcionamento da máquina repressiva estatal ao demarcar um tipo de violência, a violência política, entendendo-se aqui aquela praticada nos regimes de caráter autoritário em que se observa a violência como uma experiência-limite, caso da tortura aos presos políticos nos órgãos da

---

11. Cf. GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014; GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar Brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

Ditadura. Tal violência é sempre exercida contra o outro considerado como opositor (MAGALHÃES, 2001). Esta característica das ditaduras, como salientou Hannah Arendt (2004, p. 95), põe fim à liberdade política, embora a vida privada e a atividade política não sejam necessariamente afetadas. No entanto, perseguem os opositores políticos com crueldade e sua violência volta-se contra os inimigos declarados do Regime no poder.

A violência aqui descrita deixou cicatrizes na sociedade. Difíceis de serem mensuradas, elas continuam desafiando a compreensão dos pesquisadores ao ponto de alguns a compreenderem como traumas, que quando não significados ou simbolizados, têm como consequência a repetição em forma de sintoma. Compreender tal processo tem sido o esforço de pesquisadores nos últimos anos, cujo objetivo é o de refletir e o de enfrentar questões perturbadoras sobre as consequências da violência política nas sociedades marcadas por regimes autoritários. No Brasil, o marco para esse campo de estudo tem sido o período de transição política, com o fim da Ditadura.

A política de Anistia, tal como foi praticada no período de transição do Regime, resultou na política do silêncio e do esquecimento em relação aos crimes praticados na Ditadura. Ao dialogar com a psicanálise, os estudiosos procuraram entender os motivos do silêncio em relação à violência e suas consequências na sociedade.<sup>12</sup> A Anistia, na tentativa de superar o drama vivido diante da violência contra os perseguidos políticos, não criou um espaço apropriado para a abordagem do passado violento. Ao invés de trazer essas vozes, tornou-se o espaço da mudez. Do mesmo modo, o caráter elitista e excludente da política de transição promoveu uma reconciliação extorquida causando a não punição e o perdão sem reparação dos perpetradores da violência contra a sociedade.

Maria Rita Kehl (2010, p. 124-128) acredita que o silêncio existente em relação à tortura é um dos fatores que podem explicar a repetição, em outras formas, da violência policial e das instituições do Estado. A sensação de impunidade e o medo imperam e impedem que atitudes e denúncias contra esse tipo de prática sejam realizadas. O processo de transição, além de desviar a atenção da violência praticada no período, também se manifestou na tímida preocupação e na falta de interesse em relação à abertura dos arquivos da Ditadura Militar.

A política do silenciamento empurrou para fora da simbolização um tipo

---

12. Cf. SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura:** memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009 (Volumes I e II); TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010; KHEL, Maria Rita. **Ressentimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014 (Cap. 4 – Ressentimento na política); ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Tortura:** testemunhos de um crime demasiadamente humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013 (Cap. II – A tortura no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar); GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração:** ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34 (Parte 3 – Rememoração).

de violência, aquele praticado contra os corpos dos perseguidos políticos. Seu enfrentamento passa pela significação das experiências-limites, como a tortura, o que a autora demarca como trauma. Dizer o que não quer ser dito, permite maior compreensão por parte da sociedade e de seu passado. Não refletir sobre o que ficou recalcado faz com que a violência, inclusive a policial, seja aceita com naturalidade e vista, inclusive, como um mal necessário.

A manipulação política da memória coletiva se agrava mais ainda ao negar informações às famílias de mortos e desaparecidos políticos, impedindo-lhes o trabalho do luto, uma vez que não cuidar dos mortos, no processo de luto constante, inviabiliza espantar os traumas do passado. Por isso, a Anistia não somente criou um sentimento de indiferença em relação à violência, deixou também uma ideia de que era possível viver o passado como se ele não tivesse acontecido, como ocorreu ao se negar a existência da tortura praticada pelos agentes de repressão do Estado. Esquecer, no caso, serviu para manter uma ordem estabelecida e normatizar as relações na sociedade. Expressou a incapacidade de se lidar com o passado, sinal do caráter deteriorado da democracia que surgiu no período pós-Ditadura Militar.

#### **Variante explicativa quatro: a sociedade**

Outro aspecto relevante para a compreensão da Ditadura repousa na literatura que tratou das lutas sociais como variável explicativa. Priorizaram-se a dinâmica dos grupos sociais e o comportamento dos indivíduos no momento anterior em que se deflagrou o golpe e durante a consolidação do Regime Militar (CODATO; OLIVEIRA, 2004). Sobre o tema existe uma vasta bibliografia, com destaque para os estudos sobre as esquerdas. Em maior escala, nestas abordagens, encontram-se as análises sobre a resistência na cultura, sobre o movimento estudantil e sobre aqueles que eram contrários ao arbítrio estabelecido pelos militares no intuito de reconstruir o espaço público esgarçado da política.<sup>13</sup> No entanto, as recentes pesquisas sobre o período de 1964 a 1985 têm realçado a presença dos grupos civis, ou setores de direita, na construção do Estado ditatorial brasileiro.<sup>14</sup> Amparados em Pierre Laborie, para

---

13. Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HAGEMAYER, Rafael Rosa. **Movimento estudantil 68: imagens da paixão**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997; NAPOLITANO, Marcos. O “tesouro perdido”: a resistência no campo da cultura (Brasil 1969/1976). In: DUARTE, André. **A banalização da violência: atualização do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

14. Cf. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar: repressão e pretensão de legitimidade**

quem a atitude e o comportamento de indivíduos e grupos são marcados por ações ambivalentes e por situações simultâneas de proximidade e distanciamento de acordo com as circunstâncias históricas do momento, configurando-se como uma “zona cinzenta” ou o pensar-duplo, os estudos sobre as lutas sociais buscaram entender as atitudes de personagens situados nestes espaços nebulosos de apoio aos regimes autoritários (LABORIE, 2010).

Seria enganoso, entretanto, pensar que esta área de estudo, que vem crescendo nos últimos anos e importante na medida em que se associa à categoria que pensa a complexa relação entre Ditadura e a sociedade, entre civis e militares, constitui uma novidade. Autores, entre eles René Dreifuss (1981), já haviam estudado a participação de civis na preparação e, inclusive, na execução do golpe. Seu trabalho, referência para a historiografia do período, priorizou as elites sociais e políticas. Outro trabalho na área se refere à pesquisa de Solange de Deus Simões (1985), no que diz respeito às associações femininas. Ela abordou o papel das mulheres na formação dos movimentos cívicos e na organização das marchas em favor da família, na primeira metade da década de 1960. Estas associações despontaram nos principais centros políticos e econômicos do país e foram importantes movimentos de apoio político à intervenção militar e de oposição ao presidente João Goulart.

56

Nessas reflexões, não se deve perder de vista que a Ditadura, embora discricionária e arbitrária, contou com o apoio e o consentimento de setores da sociedade. Os estudos no campo das ciências e da filosofia política têm nos alertado para o fato de que os governos, em algum nível, encontram o apoio político de sua população. Para Franz Neumann (1969, p. 258-260), mesmo os de caráter autoritário, que além do apoio de civis, apoderam-se do controle da educação, dos meios de comunicação e das instituições econômicas para assim engrenar toda a sociedade e a vida privada do cidadão ao sistema de dominação política.

Numa visão de conjunto, percebe-se que a produção historiográfica brasileira tem se esforçado, por meio de vieses teóricos distintos, para descortinar cada vez mais o passado recente da história do Brasil. A adoção das variáveis explicativas tem esse propósito: almeja a compreensão das tramas políticas construídas na Ditadura Militar. Por serem variáveis, as suas fronteiras são flutuantes ao mesmo tempo em que tentam colocar a percepção do poder não reduzido ao Estado ou à sociedade global. Para tanto, justifica-se a importância de se abordar conceitos que orientam esta análise, como conservadorismo, direita, consenso e apoio na política.

---

1964-1985. Londrina: Ed. UEL, 2001.

## Referências

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- ARENDETT, Hannah. **De la historia a la acción**. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 17, p. 161-165, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Mudanças históricas e revisões historiográficas. In: PASSETTI, Edson. *et al.* **Modernidade: globalização e exclusão**. São Paulo: Editora Imaginário, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 271-302.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Visões do golpe: a memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o Golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e de metodologia**. Rio de Janeiro:

- Campus, 1997.
- FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. São Paulo: Autêntica, 2011.
- FICO, Carlo. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar Brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- HAGEMAYER, Rafael Rosa. **Movimento estudantil 68**: imagens da paixão. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HUGGINS, Martha Knisely. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUGGINS, Martha Knisely. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, Set./Dez. 2010.
- JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: Edusp, 2013.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- KHEL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014 (Cap. 4 – Ressentimento na política).
- LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. **R., Bras., Hist.**, São Paulo, 2 (4): 153-172, set. 1982.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a

- hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. História e violência: contribuição ao estudo das paixões na política. **História-Unissinos**, número especial, jul./dez., 2001.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura Militar (1964-1969). 239p. Tese (Doutorado em Ciência Política).
- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.
- MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In: MONTEIRO, João Paulo; MORAES, João Quartim de; SCHARF, Kurt; FORTES, Roberto Salinas; ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Paulo Eduardo; RIBEIRO, Renato Janine. **Filosofia Política**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.
- MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A tutela militar**. São Paulo: Vértice, 1987.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O século sombrio**: uma história geral do século XX, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. O "tesouro perdido": a resistência no campo da cultura (Brasil 1969/1976). In: DUARTE, André. **Abanalização da violência**: atualização do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- NEUMANN, Franz. **Estado democrático e Estado autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- NODARI, Alexandre. **Censura**: ensaio sobre a "servidão imaginária". 252 p. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis-SC, 2012.
- RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985). Londrina: UEL, 2001.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Quem dará o Golpe no Brasil. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror**. A implantação: 1964. São Paulo:

Vértice, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, 2004.

SILVA, Eduardo Gomes. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro, 2008. 154f.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SOUZA, Amaury de. Março ou abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror. A implantação: 1964**. São Paulo: Vértice, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIANNA, Luiz Werneck. **A transição: da Constituinte à sucessão presidencial**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989.

# LEI DA ANISTIA: JUSTIÇA E PERDÃO EM JACQUES DERRIDA

AMANDA CORRÊA TORTATO<sup>1</sup>

Resumo: A partir das contribuições do filósofo franco - argelino Jacques Derrida a respeito dos conceitos de justiça e perdão, o presente ensaio propõe, através de uma análise sobre a justiça de transição, compreender algumas nuances da Lei da Anistia brasileira. Abordaremos a questão da efetividade do perdão em um contexto de graves violações aos direitos humanos, apoiados nas críticas derridianas sobre a função do direito e da justiça. Para tal, tomaremos como exemplo o trabalho da Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) na África do Sul, instaurada devido à ruptura com o regime do *apartheid* (1995). Com a intenção de ampliar os debates sobre as limitações do direito e os impasses da memória dialogaremos com os teóricos Giorgio Agamben e Paul Ricoeur, reforçando a necessidade de combater os abusos do esquecimento e valorizando uma política da justa memória.

Palavras-Chave: Justiça; Perdão; Anistia.

Abstract: From the contributions of franco-Algerian philosopher Jacques Derrida about the concepts of justice and forgiveness, this essay proposes, through an analysis of transitional justice, understand some nuances of the brazilian Amnesty law. We will discuss the question of the effectiveness of forgiveness in a context of serious violations of human rights, supported in derridianas criticism about the role of law and justice. To this end, we will take as an example the work of the truth and Reconciliation Commission (TRC) in South Africa, due to the break with the apartheid regime (1995). With the intention to expand discussions on the limitations of the law and enter into memory bottlenecks with Giorgio Agamben theorists and Paul Ricoeur, reinforcing the need to combat the abuses of oblivion and valuing a policy of just memory.

Keywords: Justice; Forgiveness; Amnesty.

---

1. Mestranda na linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), graduada em História, Memória e Imagem pela mesma instituição e em Direito pela Universidade Positivo (UP). A pesquisa em andamento intitula-se "Papst e Kindermann: O Epílogo de um crime e seus discursos na Curitiba e Porto Alegre dos anos 1930", financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: amanda.tortato@yahoo.com.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A defesa dos direitos humanos engloba a necessidade de um esforço conjunto - especialmente entre os sujeitos políticos - de posicionamento e interpretação que, de forma reflexiva, preservem o rol das garantias fundamentais. Tais garantias, muito além de um elenco de direitos dispostos em uma cártula, são atributos universais, dotados de historicidade e indispensáveis à vida de qualquer pessoa. Nos casos de violação a esses direitos, a exemplo de crimes contra a humanidade, surgem medidas necessárias para o apaziguamento de um passado traumático, marcado por violações e abusos que devem, de algum modo, vir à tona.

Tal esforço mostra-se imperativo ao pensarmos no conceito de Justiça de Transição, reconhecido pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Relatório s/2004/616, da seguinte forma:

A noção de "justiça de transição" discutida no presente relatório compreende o conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e se conquiste a reconciliação. Tais mecanismos podem ser judiciais ou extrajudiciais, com diferentes níveis de envolvimento internacional (ou nenhum), bem como abarcar o juízo de processos individuais, reparações, busca da verdade, reforma institucional, investigação de antecedentes, a destituição de um cargo ou a combinação de todos esses procedimentos (ANNAN, 2009, p. 325).

62

Referido conceito popularizou-se na África do Sul com a criação da Comissão Verdade e Reconciliação (*True and Reconciliation Commission – TRC*), constituída em 1995 pelo então presidente Nelson Mandela e presidida pelo arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, após o fim do regime de *apartheid*. Tal experiência, ultrapassando as fronteiras políticas, significou um passo importante para o entendimento da justiça restaurativa e da função social da memória. Nesse sentido, outras sociedades também buscaram lidar com um passado de violações aos direitos fundamentais a fim de construir um futuro democrático e pacífico, promovendo formas de reconciliação e reparação que concretizariam, a seus modos, o direito à verdade e à justiça.

A inquietação que origina o presente ensaio tem como pano de fundo o tema do perdão. O que fazer com o passado? Julgar, punir, anistiar, perdoar? Sobretudo no âmbito político, o termo causa impacto, afinal, seria incômodo que representasse a banalização de um acontecimento marcadamente injusto, como exemplo, os crimes cometidos na ditadura militar. Ao lançarmos um olhar para esse passado não tão

distante da História Brasileira, esbarramos com a Lei da Anistia, representando parte do processo que marcou a redemocratização do país.

Dentre as inúmeras problematizações que permeiam a Lei da Anistia, buscaremos encontrar apoio nas contribuições do filósofo franco-argelino Jacques Derrida. Pensador engajado, Derrida interessou-se por questões contemporâneas, o que o levou a militar, em meados da década de 1980, no processo pelo fim do *apartheid* na África do Sul. Quando Nelson Mandela instituiu a Comissão da Verdade e Reconciliação, mais uma vez, o ativismo do intelectual fez-se presente, eis que acompanhou de perto o funcionamento da comissão, especialmente interessado na questão da impunidade e das atitudes tomadas em relação aos crimes cometidos contra a humanidade. Nesse sentido, Derrida lança mão de debates em torno do perdão e da justiça, conceitos que nos interessam para exercer as reflexões propostas no presente ensaio.

O pensamento derridiano ficou conhecido pelo conceito da “desconstrução”. O termo pressupõe uma abordagem do texto que, ao mesmo tempo em que o interpreta, o desmonta, buscando encontrar nele tudo que há de evidente bem como os significados que não são oferecidos tão explicitamente ao leitor. A desconstrução, portanto, coloca em xeque a ideia de que seja possível encontrar, em qualquer âmbito, significados claros e estáveis, como se a verdade fosse um valor existente e que os conhecimentos produzidos fossem desinteressados.

Como não existe nada fora do texto, o que resta é o trabalho de interpretá-lo, desconstruí-lo, mostrando que dentro da própria lógica textual pode-se encontrar justamente o seu sentido contrário. O texto, nesse sentido, já nasce contendo intrinsecamente aquilo que o extingue. Não seria essa uma circunstância problematizadora da criação das leis e sua ideia utópica de justiça? Tais considerações parecem pertinentes para o estudo do tema aqui proposto. Desse modo, amparados nas feições derridianas sobre o perdão e a justiça, bem como em outros teóricos que o complementam, buscaremos apontar certas nuances do perdão, seus limites e potencialidades, no contexto da Lei da Anistia brasileira.

## **2 UMA MEMÓRIA INCONVENIENTE**

A História da segunda metade do século XX na América Latina carrega consigo, com exceção de alguns países, a herança de governos ditatoriais. Entre 1964 e 1985 os brasileiros viveram sob uma ditadura militar, período em que o país enfrentou torturas, perseguições políticas, assassinatos, sequestros dentre outros crimes cometidos por agentes estatais. Ao fim desses regimes, os países latino-americanos tinham um problema em comum: como lidar com esse passado recente

marcado por graves violações aos direitos humanos? Cada democracia encontrou suas respostas para o problema, destacando-se a criação das leis de anistia. Essas soluções legais, ainda que diferentes entre si, apresentavam um ponto em comum: instaurar o esquecimento e fortalecer o perdão.

No Brasil, a Lei da Anistia (nº 6.683), aprovada pelo Congresso Nacional em 28 de agosto de 1979 e assinada pelo então presidente João Baptista Figueiredo, foi o primeiro marco jurídico do processo de redemocratização. Nos termos da lei, a anistia contemplava a todos que, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, tivessem sido acusados de subversão política contra o regime, mas também aos agentes estatais que praticaram atos de violência e demais excessos passíveis de punição. Ao perdoar todos que cometeram “crimes políticos ou com eles conexos” no período citado, lideranças políticas, artistas, intelectuais e militantes que estavam exilados puderam retornar ao país.

O intuito de encerrar essa memória traumática e inconveniente da história do país acabou por desconsiderar um trauma histórico do período até hoje não resolvido: a punição dos torturadores e o esclarecimento do paradeiro das pessoas que desapareceram em decorrência do regime. Diferentemente de países como o Chile e a Argentina, onde os processos de investigação e julgamento dos acusados de fato ocorreram, no caso do Brasil, a inércia e o desinteresse pela busca da “verdade” estão relacionados ao fato de que o processo de anistia foi conduzido pelo próprio regime, prevalecendo a ideia de enterrar acontecimentos marcadamente desumanos. Na busca por colocar em pé de igualdade vítimas e torturadores, a lei apresentou-se parcial e restrita, defendendo uma ideia que, em si, não se sustenta. Como sugere Paul Ricoeur, a anistia põe fim a graves desordens políticas que afetam a paz civil, incluindo mudanças violentas de regime políticos, violência essa que a anistia, presumidamente, interrompe. Isto é “a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido”. (RICOEUR, 2018, p. 460).

Nesse sentido, foi instituída uma forma de “anestesiá-lo” esse passado através do esquecimento. Esquecer implicava em congelar uma história vergonhosa, garantindo uma memória pública que suspendesse as atrocidades que marcaram esse período em prol da construção de um presente que viabilizasse um futuro pacífico e democrático. Por óbvio, esse processo não foi aceito sem que houvessem vozes discordantes. As dificuldades vivenciadas, tanto pela comunidade nacional como pelas vítimas do corpo político, de constituir a memória de um acontecimento tão traumático de forma apaziguada não seria uma tarefa fácil. Mas até que ponto inserir o verbo anistiar em um dispositivo legal garante a efetividade da dívida histórica da

ditadura? Homens e mulheres que sofreram na pele seus abusos deveriam contentar-se em relegar ao esquecimento esse capítulo traumático das suas vidas? O direito à verdade e à memória são prerrogativas que não foram devidamente consideradas na solução imposta para o problema.

Decorridos quase 40 anos, a Lei da Anistia ainda gera polêmica quanto a seu alcance. A celeuma sobre a revisão ou reinterpretação da sua constitucionalidade envolve disputas jurídicas entre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Supremo Tribunal Federal (STF), a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) bem como a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e demais setores interessados, como a família das vítimas e grupos militantes. Foi justamente nessa atmosfera de frustração que o processo de justiça de transição foi implementado no Brasil, o que nos leva ao questionamento do conceito de justiça e seus alcances. Uma política que impossibilita o acerto de contas com o passado e, igualmente, não garante um exercício de memória crítico, que traga à tona o enfrentamento dos seus fantasmas, estaria apta para garantir a sua devida exorcização?

### **3. A DESCONSTRUÇÃO E A JUSTIÇA**

Em outubro de 1989, em Nova York, a *Cardozo Law Scholl* sediou o colóquio *Desconstrução e a Possibilidade de Justiça*. Para a ocasião, Jacques Derrida apresentou duas conferências que, agrupadas posteriormente, tornaram-se *Força de Lei, o fundamento místico da autoridade*. Na primeira delas, *Do Direito à Justiça*, o autor procura pensar o direito e a justiça no campo ético e político, apontando as intercessões e distanciamentos entre os dois conceitos.

Derrida chama a atenção para a necessária distinção entre as leis - ou o direito - da justiça. A justiça seria indestrutível, e o direito, por sua vez, essencialmente desconstrutível, por se construir a partir de camadas textuais interpretáveis e transformáveis. Nesse entendimento, o direito, embora fale em nome da justiça, não a espelha, pois é infinitamente re-interpretável, "que o Direito seja desconstrutível, não é uma infelicidade. Pode-se mesmo encontrar nisso a chance política de todo progresso histórico" (DERRIDA, 2007, p. 26). Por isso, o filósofo afirma que a desconstrução é a justiça. A desconstrução, portanto, aponta a fragilidade do argumento de que a justiça fundamenta o direito. Assim, a justiça não pode fundamentar o Direito, mas somente o desconstruir, eis que ela própria é a desconstrução.

No cerne dessa discussão encontra-se a impossibilidade de acesso à justiça, a justiça como a experiência do impossível, aquilo que não se pode experimentar ou ter acesso. O respeito ao direito não implica ao respeito à justiça:

O direito não é a justiça. O direito é o elemento do cálculo, é justo que haja um direito, mas a justiça é incalculável, ela exige que se calcule o incalculável; e as experiências aporéticas são tão improváveis quanto necessárias da justiça, isto é, momentos em que a decisão entre o justo e o injusto nunca é garantida por uma regra (DERRIDA, 2007, p. 30).

Derrida procurou apontar as contradições internas no discurso do direito, o qual, não necessariamente, é sinônimo de justiça, pois essa não se resume a mera aplicação da lei. O autor nos ajuda a entender que a justiça extrapola o campo do direito, podendo inclusive existir à margem dele. Considerando tal hipótese, poderíamos ampliar nossas possibilidades de justiça para além do domínio da lei. A abordagem conferida à questão da justiça perpassa sua função no campo jurídico-político para lhe imprimir um sentido ético.

Um segundo ponto em relação a sua abordagem sobre a justiça é o deslocamento dessa palavra do campo eminentemente jurídico-político, atribuindo-lhe, por sua vez, um peso ético. A justiça, primeiramente, é um princípio ético, que deve se ater à questão da alteridade e a negação de uma reação violenta – a “força” da lei - que está além da questão do Estado. Nesse sentido, ela escapa à ordem estatal, uma vez que uma instituição não pode representar toda a dinâmica das relações sociais. Tendo a justiça como um compromisso ético, Derrida revela seu caráter aporético, algo impossível de ser experimentado, mas cuja experiência é imprescindível, uma responsabilidade ilimitada no campo da ação moral. A desconstrução está intimamente ligada à memória histórica, e seu fundamento assim se delinea:

O sentido de uma responsabilidade sem limites, portanto necessariamente excessiva, incalculável, diante da memória; e, por conseguinte, a tarefa de lembrar a história, a origem e o sentido, isto é, os limites dos conceitos de justiça, de lei e de direito, dos valores, normas, prescrições que ali se impuseram e se sedimentaram, permanecendo, desde então, mais ou menos legíveis os pressupostos. Quanto ao que nos foi legado sob o nome de justiça, e em mais de uma língua, a *tarefa* de uma memória histórica e interpretativa está no cerne da desconstrução (DERRIDA, 2007, p. 37).

O *apelo à justiça* é um fundamento essencial na concepção ético-política de Derrida. Ao referir-se à memória histórica, sua preocupação volta-se para a necessidade de se recuperar as orientações e os sentidos contidos no campo do direito e da justiça em cada sociedade. A justiça se delinearía como a inescapável necessidade de reconhecer as exigências do “outro”, a experiência de alteridade absoluta. Nesse sentido, as escolhas tomadas por governantes, por mais que estejam dentro do âmbito jurídico,

atendem às expectativas dos governados? É justamente entre o direito e a justiça que se encontra a desconstrução, afinal, desconstruindo e desestabilizando a rigidez do direito, pode-se encontrar novos caminhos para a realização da justiça.

Segundo Paulo César Duque - Estrada:

La argumentación de Derrida sugiere, por lo tanto, que si, por un lado, toda y cualquier discusión ético-política siempre se da en el contexto de un supuesto 'nosotros' nacional, cultural, lingüístico, etc; por otro lado, siempre es preciso resistir a la adhesión inmediata, no problemática, de este 'nosotros', y abrir un espacio para interrogar: "¿'Nosotros quiénes?', "¿quién disse 'nosotros'?", "¿em base a qué, o con vistas a qué, se disse 'nosotros'?", "¿quién responde y quién disse el qué em cuanto al 'nosostros?', etc. Com este tipo de indagación, Derrida no quiere destruir o invalidar teoricamente cualquier experiencia de um "nosostros", y mucho menos impedir cualquier responsabilidad ética, jurídica o política. Al contrario, quiere pensar de outro modo la experiencia del "nosostros", y la exigência de responsabilidad intrínseca a esta misma experiencia, quiere pensarla fuera del paradigma del todo y de la reconciliación (...) (ESTRADA, 2008, p. 152).

O posicionamento de Derrida funda-se na impossibilidade de se colocar lado a lado o perdão e a punição. Opõe-se, ainda, à confusão entre os termos perdão, culpa, remorso, desculpa e anistia. A instância do perdão excede a todo o aparato legal construído para inseri-lo em contextos vários no âmbito da política:

67

Mas como a ordem do prescritível ou do imprescritível não é do perdoável ou do imperdoável, os quais não tem nada a ver, em princípio, com o judiciário ou com o penal, então essa hipérbole do direito acena para um perdão, a saber, um excesso, um suplemento de transcendência (pode-se, ao mesmo tempo em que se condena, perante a corte de justiça, perdoar o imperdoável), ou ainda para uma reapropriação humanizante, uma reimanentização da lógica do perdão. (NASCIMENTO, 2005, p. 54).

Tais questionamentos derridianos nos levam a pensar a questão do perdão para além do espaço jurídico e político, inserindo-o no campo da ética. Quando se pensa na formulação da Lei da Anistia, em que momento se outorga o poder de fazer perdoar? Há a vontade do perdão? Onde se encontra a alteridade desse ato? O perdão, justamente por transcender a ordem jurídica, pairando sob uma dimensão ética, não deveria ser devido ou obrigatório e, no entanto, foi inserido no ordenamento com força de lei.

Giorgio Agamben na obra *O que restou de Auschwitz* vê a impossibilidade de o direito esgotar a questão do nazismo. Para o teórico é necessário compreender que a questão factual não pode ser reduzida à questão jurídica. Assim, essa intervenção do

direito é um equívoco na medida em que criou uma confusão tácita entre categorias éticas e categorias jurídicas, ou teológicas e jurídicas. A seu ver:

Quase todas as categorias de que nos servimos em matéria moral ou religiosa são de algum modo contaminadas com o direito: culpa, responsabilidade, inocência, julgamento, absolvição... Isso torna difícil usá-las sem precauções bem específicas. Como os juristas sabem muito bem, acontece que o direito não tende, em última análise, ao estabelecimento da justiça. Nem sequer ao da verdade. Busca unicamente o julgamento (AGAMBEM, 2008, p. 28).

No âmbito processual, tendo como exemplo o Tribunal de Nuremberg, ilustra-se o tom de uma política normativa – pois a finalidade da norma é produzir julgamentos – que não tem por objetivo fazer justiça ou estabelecer a verdade. O julgamento é em si mesmo a finalidade. Ou seja, após as sentenças poder-se-ia ter a ideia de que o problema estaria superado e as provas de culpabilidade devidamente estabelecidas. Agamben, no entanto, desafia essa pretensão do direito de solucionar o problema. *A força da coisa julgada*, através da qual a sentença se vale, é o fim último do direito e supostamente supera demais contradições ou injustiças. Assim, “nessa criatura híbrida, a respeito da qual não é possível dizer se é fato ou norma, o direito encontra paz; além disso ele não consegue ir” (AGAMBEM, 2008, p. 28).

68

O julgamento, por sua vez, não é inócuo. O crime pressupõe a sua devida consequência: a punição. No entanto, o mal cometido, o trauma inenarrável que assolou a vida dessas vítimas, jamais será confundido com concepção jurídica da verdade. Nessa aporia entre direito e justiça é que Derrida vê a força da lei:

Desse paradoxo decorre que em nenhum momento podemos dizer *presentemente* que uma decisão é justa, puramente justa (isto é, livre e responsável), nem dizer de alguém que ele é um justo e, ainda menos, que “eu sou justo”. No lugar de “justo”, podemos dizer legal ou legítimo, em conformidade com o direito, regras ou convenções autorizando um cálculo, mas com um direito cuja autoridade fundadora apenas faz recuar o problema da justiça (DERRIDA, 2007, p. 45).

No caso da anistia brasileira, a lei busca desconsiderar crimes – e esquecer fatos – em razão dos motivos políticos que o guiaram, vinculando a resolução de um assunto notadamente delicado a um grupo geral e abstrato de pessoas. Não se individualiza o crime, pois a anistia é concedida a autores não conhecidos. O esquecimento forçado objetiva o restabelecimento da paz pública, impossibilitando o rememoração e a problematização dos fatos. Tal atitude, embora atendidos os limites da legalidade, pode ser considerada justa?

Quase após 30 anos do fim da ditadura, através da Lei nº 12.528/2011 foi criada no Brasil a Comissão Nacional da Verdade. Na esteira de vários outros países que passaram por semelhante experiência de rompimento da legalidade, o caso brasileiro também aderiu à justiça de transição. Entre a dificuldade de voltar aos confins de um passado traumático e vergonhoso e a recusa em punir os agentes responsáveis, o “direito ao esquecimento” foi instituído no ordenamento jurídico. De um lado, um movimento de trazer à tona, resgatar a memória, em constante embate com um movimento de tentar calar, uma política do apaziguamento. A experiência da tortura foi trazida para o presente através dos inúmeros depoimentos das vítimas. O *dizer a dor*, experiência complexa, mas necessária ao enfrentamento do passado, não deixa de ser uma das formas de resistência, imprescindível ao dever de fazer justiça. Segundo Ricoeur “é a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo” (RICOEUR, 2018, p. 101).

#### 4. OS USOS E ABUSOS DO PERDÃO

Nenhum governo pode perdoar. (Silêncio.) Nenhuma Comissão pode perdoar. (Silêncio.) Somente eu posso perdoar. (Silêncio) E não estou disposta a perdoar (NASCIMENTO, 2005, p. 75).

69

A passagem acima foi mencionada no texto *O perdão, a verdade, a reconciliação, qual gênero?*, uma transcrição do seminário realizado por Derrida no Rio de Janeiro, em 2004. O autor nos apresenta um exemplo citado por Timothy Garton Ash em artigo traduzido do *New York Review of Books*. A fala é de uma mulher negra, cujo marido havia sido sequestrado e morto, que viria a escutar o testemunho dos assassinos. A impossibilidade do perdão na referida fala é analisada por Derrida:

(...) ela significa assim que o perdão está fora da alçada de qualquer instituição: o perdão não tem nenhuma comensurabilidade, nenhuma analogia, nenhuma afinidade possível com um dispositivo jurídico ou político. A ordem do perdão transcende todo o direito e todo poder político, toda comissão e todo governo. Ela não se deixa traduzir, transportar, transpor na língua do direito e do poder. É da competência da pura singularidade da vítima, unicamente de sua solidão infinita (NASCIMENTO, 2005, p. 75).

O interesse pelo assunto acentuou-se com aquilo que o filósofo denominou de *globalização da confissão*. Com o fim da Segunda Guerra e da experiência vivida no

Tribunal de Nuremberg, o mundo passou a observar um movimento de arrependimento e confissão, onde inserem-se os crimes cometidos contra a humanidade. Essas proliferações de cenas de arrependimento e pedidos de perdão representam, muitas vezes, além de uma urgência de memória, um caráter espetaculoso e performativo. Derrida não parece preocupado com o ato de perdoar em si, mas com o simulacro e a hipocrisia que esse ato pode representar quando imbuído de uma exposição que denota certa performatividade, *o teatro do perdão*. Esse tema o leva a questionar, no ensaio *A história da mentira*, sobre o luto de Estado quando se choram mortes que não são as de um chefe de Estado nem mesmo a de seus concidadãos, ao que pergunta “como entender remorso ou desculpas estatais depois que o direito internacional definiu o crime contra a humanidade?” (DERRIDA, 1996, p.17).

70 Para tal, traz à tona a recusa do presidente francês François Mitterrand – e mais seis presidentes da República francesa - em reconhecer a culpabilidade do Estado francês durante a ocupação nazista na deportação de judeus, junto à instauração de um estatuto de judeus e em inúmeras outras iniciativas que não foram tomadas apenas sob a coação de dirigentes nazistas. Tal culpabilidade, já configurada como um crime contra a humanidade, foi então reconhecida pelo presidente Jacques Chirac no ano de 1995. Com a declaração pública feita em nome do Estado francês, em um ato teatral e mundialmente divulgado pela mídia, a verdade proclamada pelo então presidente francês, segundo Derrida, adquiriu o estatuto de uma verdade pública, nacional e internacional. A questão passa a se colocar no papel da verdade e da mentira através do posicionamento dos chefes de Estado que não reconheceram a culpabilidade oficial do Estado francês. Estariam eles mentindo ou dissimulando? Segundo o filósofo, essa hipótese tem que ser avaliada tendo por referência o conceito jurídico de *crime contra a humanidade*, crimes que são invenções e, justamente por tal motivo, performativos. Em outras palavras, a problemática da mentira e da confissão não tinha sentido algum antes da definição do conceito jurídico nos Estatutos do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg.

Assim, para o teórico, o que está em jogo na performatividade não é o ato de linguagem pelo qual um governante confessa uma culpabilidade, mas sim o próprio objeto das declarações: a legitimidade de um Estado supostamente soberano, a posição de uma fronteira bem como a identificação de uma responsabilidade. O êxito da performatividade produz uma verdade criadora do direito e “ao criar o direito, a violência performativa – a qual não é legal nem ilegal – cria em seguida o que é tido por verdade de direito, verdade pública dominante e juridicamente incontestável” (DERRIDA, 1996, p.21). É nesse sentido que a verdade acaba por tornar-se uma legitimação, um consenso sobre o passado. Após o pronunciamento

de Chirac reconhecendo solenemente a culpabilidade do Estado francês durante a ocupação nazista seria possível insistir em uma versão contrária a essa? Em síntese, esse reconhecimento dos erros do passado insere o conceito de perdão em um *status* de verdade, em um imbricamento teológico, político e jurídico, revelado nas falas dos chefes de Estado.

Para além da questão das cenas públicas de penitência evocadas acima, as quais contêm em si uma suspeita de banalização e teatralização, Paul Ricoeur nos convida a pensar na questão da legitimidade desse pedido:

Com que direito um homem político em função, ou o líder atual de uma comunidade religiosa podem pedir perdão a vítimas de quem, de resto, eles não são o agressor pessoal e as quais, por sua vez, não sofreram pessoalmente o dano em questão? Surge uma questão de representatividade no tempo e no espaço ao longo da linha de continuidade de uma tradição ininterrupta. O paradoxo é que instituições não tem consciência moral e são seus representantes que, ao falarem em seu nome, lhes conferem algo como um nome próprio e, com ele, uma culpabilidade histórica (RICOEUR, 2018, p. 485).

A exigência universal e infinita do perdão, apontada por Derrida, acaba por esconder sob seu próprio fundamento uma cultura específica – designada pelo autor de cristandade romana – que embora pretenda-se ampla e global, carrega consigo suas limitações. O perdão inserido em uma linguagem religiosa é imposto à sociedade independentemente da tradição cultural, política e religiosa que a compõe, tornando-se assim uma “encenação”. Dentro dessa dimensão cristã da lógica do perdão, o autor encontrou no processo sul-africano as bases para as suas considerações e críticas a respeito do caráter utilitarista dos processos de anistia. Segundo Derrida, quando Desmond Tutu, pastor anglicano líder da Comissão da Verdade e da Reconciliação, afirma a necessidade de defender a unidade do corpo nacional sul-africano acima de qualquer outro imperativo de verdade ou de justiça, ele atém-se ao conceito cristão do perdão. Ao fazê-lo, procura nele a sua condicionalidade (o perdão em troca do arrependimento, do próprio pedido de perdão, da transformação do pecador) e assim “ignora o perdão puro e incondicional, o que excede gratuitamente toda troca, todo pedido de perdão com arrependimento, reconciliação, conversão, redenção, toda economia, toda finalidade (psicológica, terapêutica, política.)” (NASCIMENTO, 2005, p. 84).

Contestando o aspecto utilitário e condicional do perdão, desqualificado por estar a serviço de uma determinada finalidade, Derrida tem como ponto de partida o imperdoável. Assim, questiona-se se aquilo que é imperdoável seria a única coisa a perdoar, eis que o perdão deveria anunciar-se, de antemão, como impossível, a única condição para que seja aceito. Os crimes contra a humanidade, com seus excessos,

escapariam a medida de toda justiça humana. O perdão, portanto, tem caráter excepcional, uma experiência do impossível:

Y sin embargo, es justamente ahí, al tornarse imposible, que Derrida ve brotar posibilidad de pensar el perdón digno de este nombre, "perdón". Pues el perdonar que se formula a partir de una lógica bien determinada que regula las relaciones entre el reconocimiento de la culpa, la confesión, el pedir perdón, la punición, la reparación, el perdón concedido, la redención y la reconciliación; o sea, un perdonar que resulta de la operacionalidad de toda esta lógica, no es perdón, sino más bien el resultado de un cálculo. El perdón "digno de este nombre" – expresión, además, que Derrida comenzó a usar con cierta frecuencia en sus últimos textos para realizar el hecho mismo de la *singularidade* de lo que quiere que, a través del pensamiento, se pretenda respetar y hacerle justicia; aquí, en este caso, la singularidade del perdón -, el perdón digno de este nombre, decía, se muestra ahora imposible. Y, sin embargo, sólo así, siendo imposible, puede acontecer (ESTRADA, 2008, p. 160).

Desse modo, a essência do perdão estaria em sua incondicionalidade absoluta, despido de qualquer pré-requisito ou regra que o assegure. Ao mesmo tempo, Derrida enfatiza que o perdão não está ligado ao esquecimento, mas ao contrário, perdoa-se para preservar a memória do acontecimento. Quanto aos crimes contra a humanidade, é certa a impossibilidade de equivalência ou retribuição de castigo, eis que o dano é irreparável. Daí o sentido aporético de que a única coisa a se perdoar é, justamente, o imperdoável.

72

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscarmos compreender algumas peculiaridades do perdão enfrentamos a dificuldade de definir seu conceito e até mesmo a impossibilidade de explicá-lo em determinados contextos históricos. Especialmente no que se refere a acontecimentos marcadamente cruéis, como o regime do *apartheid* ou a crueldade dos períodos ditatoriais, o termo assume outros sentidos, ensejando maior debate e problematizações.

Independentemente da discussão em que está inserido, como no que se refere a sua legitimidade, a sua condicionalidade ou pureza, a força ou a ineficácia de seus efeitos, pensar sobre o perdão é um exercício necessário para a compreensão de seus limites éticos e o seu cabimento em um mundo marcado por constantes violações aos direitos humanos. O horizonte ético do perdão envolve sua inserção em demandas individuais e coletivas, nos obrigando a pensá-lo através do deslocamento de perspectivas, para além do sentido sobre o qual se funda e é incorporado pelos chefes de Estado.

Nesse sentido, o pensamento de Derrida se faz primordial, uma vez que o filósofo enquadró o perdão em um campo do impossível que se possibilita. Só admitindo a existência do imperdoável, do que já nasce com a sua antítese, é que se pode falar do perdão. Apresentando essas aporias, o autor nos auxiliou a compreender o perdão sob outra perspectiva, através de seu caráter excepcional e desprendimento de qualquer instância que se diga apta a declarar a sua possibilidade. Já no campo do direito, percebe-se sua importância para a reorganização de determinada sociedade, junto à necessidade de olhar para frente por meio de uma perspectiva conciliadora, possibilitando o sentimento de justiça e reconciliação, essencial para o bom funcionamento de qualquer sociedade democrática. O conceito de justiça, entretanto, é contestável, uma vez que essa não é sinônimo do direito. Um ato dotado de legalidade, do ponto de vista jurídico, que atende aos limites do ordenamento, não é necessariamente um ato justo. A justiça excede o direito, está dentro de outra esfera – a ética – o que nem necessariamente nos leva a soluções ideais para os problemas sociais.

Tendo como ponto de partida a justiça de transição, apontamos alguns aspectos da Lei da Anistia brasileira. Os questionamentos que a envolvem, assim como outros crimes contra a humanidade aqui citados, perpassam os argumentos políticos, morais e jurídicos. O embate sobre o sentido e a eficácia da anistia se faz presente mesmo decorridos quase 40 anos desde a entrada em vigor da lei, revelando as lutas pela memória oficial desse período. Desse modo, o acerto de contas com um passado autoritário e as graves violações aos direitos humanos, continuam em aberto. Isto é, a instauração de uma política oficial de esquecimento adotada pelo Estado brasileiro, representa um obstáculo para o processo de justiça transicional. Sem o devido acerto de contas com o passado, nos deparamos com a impossibilidade de solidificação da democracia, um processo em constante porvir. Demandas por justiça e verdade farão parte do nosso presente enquanto houver a necessidade de consolidação de políticas que revelem a gravidade do nosso passado.

Assim, a desconstrução. Palavra tão cara a Derrida e essencial para a busca de alguns sentidos para o tema da anistia e o conceito de perdão no presente ensaio. Diz-se busca, eis que não houve a intenção de encontrar respostas para as indagações aqui propostas. Os horizontes do perdão e suas inquietações no plano político buscaram apontar as tensões que estão além do seu uso tradicional e, até certa medida, óbvio. Derrida vai além, contestando cada uso – e abuso – de sua aplicabilidade, firmando aquilo que a sua teoria mais tem de valioso: a impossibilidade de uma existência sem questionamentos e sem referenciais. Duvida-se de tudo, busca-se a origem de tudo, e até mesmo o perdão, dotado de uma pureza e tradição cristã tão enraizada, merece

ser desafiado e revisto.

#### REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ANNAN, Kofi. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. Relatório S/2004/616 apresentado ao Conselho de Segurança da ONU em 23.08.04. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, nº. 01, pp. 320-51, Brasília, jan/jun, 2009, p. 325.
- DERRIDA, Jacques. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_, Jacques. História da mentira: prolegômenos. In: **Estudos Avançados**, **10(27)**, <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000200002>, 1996, p. 7-39.
- \_\_\_\_\_. O perdão, a verdade, a reconciliação: qual gênero? In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). **Jacques Derrida**: pensar a desconstrução. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 43-92.
- DUQUE-ESTRADA, P.C. Perdón, Historia y Justicia: Nota sobre la (Im)Posible Relación con el otro. In: CRAGNOLINI, M. B. (Dir.) **Por amor a Derrida**. Buenos Aires, La Cebra, 2008, p. 147-162.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

# POSIÇÃO: O JORNALISMO ALTERNATIVO NA LUTA PELA ANISTIA

LUIZ FERNANDO DA SILVA BRUMANA<sup>1</sup>

Resumo: Durante os 20 anos da Ditadura Militar, grupos de oposição se articularam para denunciar as atrocidades do regime. No Espírito Santo, um expoente de luta era o jornal *Posição*, criado na segunda metade da década de 1970, quando a Anistia e a volta da democracia, duas propostas quase intrínsecas, ganhavam força entre a população. Inevitavelmente, os jornalistas do efêmero periódico reforçaram essas trincheiras e se viram diretamente envolvidos com seus personagens, seus ideais e seus sofrimentos. É exatamente a forma com que o jornal abordou a anistia durante as suas 66 edições que será discutida neste artigo. Como fontes: reportagens, notas e editoriais, além de relatos de história oral dos profissionais de imprensa e de Perly Ciprino, preso político da época.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Anistia, Jornalismo

Abstract: During the 20 years of the Military Dictatorship, oppositional groups have articulated to denounce the regime's atrocities. In the state of Espírito Santo, the struggle was the newspaper *Posição*, created in the second half of the 1970s, when amnesty and the return of democracy, two intrinsic proposals, gained strength among the population. Inevitably, the journalists of the ephemeral period reinforced these trenches and became directly involved with their characters, their ideals and their sufferings. It is exactly how the newspaper addressed the amnesty during its 66 issues that will be discussed in this article. Sources: reports, notes and publishers, as well as reports of oral history of press professionals and Perly Cipriano, political prisoner of the time.

Keywords: Military Dictatorship, Amnesty, Journalism

---

1. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, licenciado em Letras e mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: brumanaluiz@gmail.com

## QUANDO A ANISTIA VIRA PAUTA

“Vem completa, vem de túnica imaculada, vem nua, anistia. E nua, não dará margens para murmurações, recriminações, protestos, ressentimento, vociferações e lágrimas. Assim te desejo, assim te quero para os que necessitam de ti e para os que não necessitam”, a frase faz parte do texto “Anistia”, de Carlos Drummond de Andrade, que foi publicado pelo jornal alternativo capixaba *Posição* em sua 61ª edição.

A pequena publicação nanica, como era conhecida aquela imprensa aguerrida, mas sem grande estrutura, surgiu em Vitória, em 29 de outubro de 1976, durante um regime militar que já durava doze anos e dava claras demonstrações de pouca “simpatia” para com a função jornalística. Os mais céticos previam perspectivas pessimistas e até mesmo os otimistas não vislumbravam grande futuro para aquela empreitada: “Tanto críticos quanto pessoas chegadas a nossa redação eram unânimes: ‘Não dura nem três edições’” (POSIÇÃO, ed. 39, p. 9).

A primeira edição ganhou as ruas, a segunda veio quinze dias depois e, assim sucessivamente, o periódico chegou ao número 66, firmando-se com linguagem mais ousada que outros veículos e tocando em temas não citados pela imprensa tradicional – naquela época, com grande circulação no Espírito Santo, havia *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário*.

Era um jornal feito por jornalistas e, por isso, sofria com a falta de estrutura. Funcionava inicialmente no edifício Glória, mas a redação mudou de endereço três vezes e chegou a rodar suas páginas em Belo Horizonte para fugir à censura e às restrições locais. A publicação costumava se afirmar imune às três escalas da censura – autocensura, censura empresarial e censura governamental –, e primava por uma cobertura de resistência e independência. Era o que não se havia feito na imprensa capixaba desde o Golpe de 1964.

Entre as pautas: valorização do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); incentivo ao movimento estudantil, cobertura da luta por terra e chegada de migrantes ao Estado; além, obviamente, da Anistia. Exaltá-la significava precisamente escrever sobre Direitos Humanos, como pontua Azevedo (2011, p.186). Portanto, era um assunto terminantemente proibido pela censura durante o período militar, assim como os temas relacionados aos presos políticos, cassados e exilados.

A anistia e os lançamentos dos comitês regionais não ganhavam tanto espaço na mídia tradicional, cabendo aos jornais alternativos exaltar a Anistia Ampla, Geral

e Irrestrita. Quando um jornal se propõe a defender uma bandeira, ela pauta desde editorial, matéria e, sempre que há uma oportunidade, estampa a capa da publicação. Assim foi no jornal *Posição*. O diferencial, entretanto, é que o periódico capixaba adotou um personagem como principal foco: Perly Cipriano.

## UM ROSTO PARA A ANISTIA

Preso em Pernambuco em 1970, o jovem Perly Cipriano havia deixado o curso de Odontologia na Ufes dois meses antes de se formar e cair na clandestinidade. Decidiu viajar para Kiev, na Ucrânia, então União Soviética, onde estudou Direito Internacional Público na universidade local. Voltou ao Brasil e, depois de uma rápida passagem no Espírito Santo, decidiu seguir para o Nordeste brasileiro, onde se aproximou da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e passou a atuar politicamente junto ao grupo.

“Fui preso em Olinda em uma praça e torturado ali mesmo. Levaram-me para a delegacia, onde também era a prefeitura. Fui torturado lá também. Depois fui levado para o DPPS, o DOPS deles”, conta o ex-presos político em entrevista concedida ao autor deste artigo. Ele ficou dois meses em uma cela totalmente nu e sem contato com outros detentos. Foi submetido ao pau de arara, afogamento e demais métodos de tortura. Foi julgado e condenado a 84 anos e 8 meses. Cumpriu aproximadamente 10 anos, três anos e meio dos quais em Pernambuco. Foi transferido para presídio no Rio de Janeiro, onde os jornalistas do *Posição* foram visitá-lo.

77

Eu estava preso no Rio de Janeiro e já recebia visita de algumas pessoas do Espírito Santo. Jô Amado, Luzimar, Umberto, Tânia, Ana Doimo, Batista Canholato. Eram essas as visitas que eu tinha com mais regularidade. Eu recebi o *Posição*. Não lembro se foi o Batista Canholato que me entregou ou foi por meio do Correio. Nós tínhamos acesso ao Correio, mesmo eles revistando tudo. Mas acho que foi pelo Batista mesmo. Recebi, achei muito interessante e expressei para outras pessoas meu interesse e soube mais tarde que Rogério Medeiros que mandou me entregar os jornais. Passei a receber as demais edições na prisão regularmente. (CIPRIANO, entrevista concedida ao autor, 20 de maio de 2016)

Foi a partir de uma carta, datada de 10 de setembro de 1978, e assinada por Arne Strom, que os jornalistas tomaram conhecimento da situação do preso político. A correspondência explicava que o movimento Anistia Internacional, entidade global

criada em 1961 com o intuito de promover ações e campanhas para que os direitos humanos sejam respeitados e protegidos, buscava ajudar pessoas que passavam por dificuldades e fazia algumas perguntas sobre Perly. A carta deu origem a uma reportagem na 44ª edição do *Posição*, de 07 de outubro daquele ano, na qual explicava as conjunturas da prisão do capixaba. Pontuava no final que “hoje é a luta de todos aqueles que discordam da ditadura militar. Amanhã é a anistia”.

Quatro edições depois, o próprio preso político capixaba (nasceu em Aimorés, Minas Gerais, mas é morador do município de Barra de São Francisco, no Espírito Santo, desde os três anos de idade) contava sua história. O título da reportagem: “Perly, uma voz na sucursal do inferno”. Na entrevista, ele relembra os maus-tratos pelos quais passou, chegou a relatar que, além da tortura, era obrigado a se alimentar de comida com terra, cuspe, ponta de cigarro, além de ter uma metralhadora apontada para sua cabeça constantemente. Falou sobre a luta democrática, a expectativa do fim do regime e afirmou que a anistia não poderia ocorrer “como concessão do príncipe. Toda possibilidade só pode surgir através de uma anistia ampla obtida nas reivindicações populares. As grades só se abrirão pelas mãos do povo” (POSIÇÃO, ed. 48, p.3).

78

Perly voltou a pautar o jornal alternativo seis meses depois, quando o pacote de anistia já era esperado. A reportagem, ilustrada com uma foto do preso político paramentado de capelo e beca para a formatura na Ufes que por pouco não ocorreu, exaltava no título: “Anistia sem a liberação de Perly não é anistia”. A equipe do *Posição* viajou a Barra de São Francisco para entrevistar os familiares de Perly. Em um relato emocionado, Dório Cipriano contou que o filho sempre teve a “política na veia” e que, se pegou em armas, foi porque viu muita coisa errada no País. Era a história mais que ideal para a ideologia do jornal alternativo.

O preso político passou a trocar correspondências com os jornalistas, estreitando ainda mais os laços. Em uma delas, Perly afirmava que a rotina carcerária continuava a mesma, mas que sentia que do lado de fora o mundo se movimentava aceleradamente em prol de mudanças. Também aproveitou para elogiar o jornal alternativo e se mostrar esperançoso com a possibilidade de anistia: “Li um editorial do *Posição* sobre a anistia e achei excelente. Meus parabéns pelo jornal inteiro. Assim que colocar os pés na rua chego aí para conversar sobre tudo” (POSIÇÃO, ed. 35, p. 8).

## **ANISTIA EM REPORTAGENS, CAPAS E EDITORIAIS**

A primeira vez que o jornal nanico do Espírito Santo mencionou a anistia foi ainda na sua 18ª edição. Na última página daquele número, *Posição* debatia a necessidade de uma assembleia popular constituinte. Com depoimentos do deputado federal Max Mauro, trazia um trecho da carta de Joaquim Leite de Almeida para a cúpula do diretório estadual do MDB propondo diversas ações, a primeira da lista: uma anistia geral. Fundadores e colaboradores constantemente alegam que a anistia estava entre os primeiros objetivos do jornal alternativo. Mas, de acordo com as matérias publicadas, o tema passou a ocupar mais espaço de forma gradativa, se intensificando nos anos finais da publicação, quando a pauta passou a ser debatida também por alternativos de outros estados e pela sociedade organizada. No Espírito Santo, todavia, a cobertura da anistia pelo jornal nanico representou um pioneirismo.

“A cobertura deve coincidir com a criação do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) do Espírito Santo. Passamos a dar cobertura porque era importante”, explicou Jô Amado em entrevista. Tania Mara Ferreira faz coro: “A anistia era uma discussão nessa época. Todas as causas de esquerda e movimento social, o jornal estampou”. A relação passou a ser tão próxima que até o então presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo (CBA), Ewerton Montenegro Guimarães, contribuía com o periódico esporadicamente.

Mas a questão só veio a ser discutida mais amplamente na 35ª edição do jornal, datada de 11 de maio de 1978, quando o tema foi capa e pautou reportagem de quatro páginas, além do editorial. “Fizemos uma edição especial sobre esse assunto, em que a palavra ‘Anistia’ aparecia em vermelho na capa. Foi a primeira vez em que usamos outra cor na confecção do jornal”, lembrou Robson Moreira, também em entrevista. A capa ainda era composta por uma ilustração de uma cabeça decapitada e, logo abaixo, um poema forte e sombrio sobre as ações da tirania na tentativa de calar as vozes da oposição.

No fundo do poço da história, como uma água mais sonora e brilhante brilham os olhos dos poetas mortos. Terra, povo e poesia são uma mesma entidade encadeadas por subterrâneos misteriosos. Quando a terra floresce, o povo transpira liberdade, os poetas cantam e mostram o caminho. Quando a tirania obscurece a terra e castiga os ombros do povo, em primeiro lugar ela procura a voz mais alta, e cai a cabeça de um poeta no fundo do poço da história. A tirania corta a cabeça que canta, mas a voz no fundo do poço volta aos mananciais secretos da terra e, da obscuridade, sobe pela boca do povo. Anistia (POSICÃO, ed. 35, p. 1).

O tom da capa se manteve no editorial. Com o título “Omissão Histórica”, *Posição* exaltava a imprensa independente, pontuando que seu trabalho nunca foi tão necessário, e que, cumprindo os preceitos do jornalismo, os profissionais e os meios de

comunicação até da grande imprensa estão informando a população sobre assuntos defendidos por variados setores da sociedade. "O grito da Resistência" era o título da primeira reportagem. Um material histórico sobre a anistia concedida em 1945 após o fim de um regime autoritário, no caso o Estado Novo, e o início de uma democracia efêmera.

Na reportagem, a equipe contabilizava 515 mil brasileiros (vivos) marginalizados da vida política do País pela repressão naquela época, entre eles: exilados, processados, presos e pessoas que tiveram seus direitos cassados. Os dados foram usados como gancho para o depoimento do Mário Martins, senador pelo então estado da Guanabara com o maior número de votos, cerca de 400 mil, e que foi cassado pelos militares. O ex-parlamentar criticou o AI-5 e afirmou: "a anistia não pode entrar nessa campanha de pechincha até bem pouco anunciada pelo governo. Ela terá que ser ampla e nobre. Sem miudezas, sem baixezas e sem mesquinharía". (POSIÇÃO, ed. 35, p. 5)

80

O juiz João Batista Herkenoff, que viria a fazer parte do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo, também foi entrevistado nesta 35ª edição. Magistrado, ele iniciou o debate afirmando que a anistia não é um assunto político-partidário e sim suprapartidário, o que o possibilita a se pronunciar sem ferir as limitações de seu cargo. Ele a classificou como um símbolo de paz, justiça e unidade, além de exaltar a capacidade da anistia ampla de não apenas favorecer um indivíduo ou um grupo, mas de proporcionar a pacificação de um povo.

Transcrevendo um documento elaborado pelo cineasta uruguaio Daniel Silveira, *Posição* finalizava a cobertura da anistia na 35ª edição com o depoimento do ex-deputado pelo PSB Francisco Julião. Exilado no México, concedeu entrevista depois de 14 anos de silêncio. Ele analisou os partidos comunistas latino-americanos, afirmou que as guerrilhas são instrumentos válidos na luta pela liberdade de um povo, criticou a socialdemocracia, exaltou as lutas camponesas, lembrou quando foi preso e explicou como é viver e trabalhar em outro país.

Na edição 34ª, uma antes da especial sobre anistia, *Posição* decidiu divulgar aos seus leitores uma concorrência no mínimo inusitada. Com iniciativa de jornais independentes, foi lançado nacionalmente o concurso "Um cartaz para a Anistia", coordenado pelos membros do *Pasquim*, no Rio de Janeiro. Buscava premiar aquele que melhor expressasse com criatividade e força o apoio à causa.

Eventualmente, a menção à proposta da anistia entrava em alguma entrevista ou em alguma reportagem do *Posição*. Se o evento fizesse referência à campanha,

não deixava de ser registrado. Isso aconteceu no seminário promovido no Colégio do Carmo, em Vitória, pelo Movimento Democrático Brasileiro, com a participação de Eny Moreira, presidente nacional do Comitê Brasileiro da Anistia e do general Peri Bevilacqua. Este leu uma monografia previamente preparada sobre a história da anistia no País.

Na 36ª edição, o deputado Max Mauro atrelava o retorno do Estado de Direito e da democracia à concessão de uma anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos, exilados e banidos. Inclusive, segundo ele, dependeria disso a convocação de uma constituinte. O parlamentar ainda frisava, na entrevista concedida aos jornalistas do alternativo, que a anistia em nada deveria ser percebida como perdão, já que sendo ele um opositor do regime, não se arrepende de questionar atitudes de um sistema imposto à nação durante os 14 anos.

Logo, os apoios e declarações em favor da anistia saíram do campo dos debates e opiniões e foram para a prática. No dia 03 de novembro de 1978 ocorria o 1ª Congresso Nacional pela Anistia, no auditório da Universidade Católica de São Paulo. O evento ganhou as páginas da edição 46 do *Posição*, com o título de apenas uma palavra: "Basta". O alternativo ainda destacava, no mesmo texto, a decisão judicial que responsabilizou formalmente o governo Geisel pela prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog.

Em 16 dezembro de 1978, uma nota na *Coluna Recortes* dava visibilidade a uma campanha paralela promovida pelo CBA para arrecadar Cr\$ 300 mil. O dinheiro, como pontua o alternativo, seria usado para pagar a "hospedagem" de Flávia Schilling em presídio uruguaio. A brasileira foi condenada a 12 anos de prisão. Pouco tempo depois, o periódico alternativo fez questão de reforçar que ela continuava presa por meio de uma reportagem com o título "Flávia ainda nas garras da ditadura uruguaia". *Posição* teve acesso a três cartas que a jovem enviou a sua família e nas quais transparece firmeza em suas convicções políticas.

Se a prisão de Flávia Schilling no exterior era conhecida e contava com certa visibilidade na imprensa, a situação de outras pessoas atingidas pela repressão, entretanto, não dispunha da mesma cobertura. A primeira vez que o alternativo capixaba tocou neste assunto específico foi em 24 de janeiro de 1979, na reportagem "Exilados e a abertura: A vingança do regime", publicada na edição 50. A matéria iniciava lembrando o corpo do preso político Alfeu de Alcântara Monteiro, encontrado boiando no Rio Guaíba, Porto Alegre, em 4 de abril de 1964, pouco depois do Golpe Civil-Militar. Pontuava que o episódio serviu para assinalar "que a repressão política

seria brutal”.

Usando como gancho o decreto recém-assinado pelo presidente Ernesto Geisel determinando o fim do banimento no País, a reportagem voltava a atacar o regime, revelando que a concessão não passava de uma mera ilusão. Afinal, logo após a assinatura da determinação, uma lista com caráter policialesco foi divulgada constando o nome de oito “indesejáveis”, sendo que apenas um deles estava oficialmente banido, os demais exilados. Entre os “Oito Odiados” estavam o professor Paulo Freire, além de Miguel Arraes e Leonel Brizola.

Para debater o assunto, o alternativo capixaba recapitulou acontecimentos históricos, como os sequestros dos embaixadores dos Estados Unidos, República Federal Alemã e Suíça, além do cônsul do Japão. A liberdade de todos foi trocada pelo envio de presos políticos para fora do País, totalizando 128 banimentos. Com o decreto do governo, essas pessoas se tornaram apenas exiladas. *Posição*, entretanto, revelava na sua 50ª edição que, desse montante, 116 se encontravam efetivamente fora do Brasil em 1979. Dois foram expulsos por terem dupla nacionalidade e um deles morreu em um acidente de carro na França, dois suicidaram-se no exílio na Europa; o major Joaquim Pires Cerveja “desapareceu” em meio à ditadura argentina; três foram assassinados pelos órgãos de repressão ao voltarem clandestinamente para ao território brasileiro; e outros três regressaram e respondiam a processos por conta de seus supostos crimes.

82

Aquela reportagem, da 50ª edição, ainda contava com um cartaz da CBA usado como ilustração. Lembrando os anúncios do velho oeste americano, a palavra “Procurados” vinha logo em cima da composição e, ao lado, uma faixa com “Anistia – Qualquer informação procure o Comitê Brasileiro da Anistia mais próximo”. Fotos de 28 pessoas, entre homens e mulheres, estavam em ordem logo abaixo de um pequeno texto que dizia: “Eles foram presos, sequestrados e torturados. Eram pais de família. Encontram-se desaparecidos e talvez mortos” (POSIÇÃO, ed. 50, p. 12).

O mesmo cartaz foi novamente publicado na página 3 da 52ª edição, em 16 de março de 1979, mas o motivo da veiculação era diferente da anterior. A reportagem era “Tortura e torturadores: Limite Intransponível” e vinha acompanhada da reprodução da capa do jornal mineiro *Em Tempo*, que havia publicado uma lista com 442 nomes de militares acusados de tortura ou de infringir os direitos humanos. A denúncia fazia parte do livro “Documentos de presos políticos acerca da repressão fascista no Brasil”, do Comitê Pro-Anistia dos Presos Políticos do Brasil e publicado pela Edição Maria da Fonte, de Lisboa. Aquela era a segunda lista. A primeira, contendo 233 nomes, havia

sido publicada em julho do ano anterior pelo mesmo periódico e resultou em três atentados à sede do jornal mineiro.

*Posição* ainda trouxe em suas páginas um depoimento de uma fonte militar que destacou que “não se pode sequer pensar em colocar esses oficiais denunciados como torturadores no banco de réus, porque se estará julgando a própria instituição que se lançou como um todo nessa guerra” (POSIÇÃO, ed. 52, p. 3). Por fim, ainda pontuou que os exemplares do jornal *Em Tempo* com a lista dos militares haviam sido apreendidos. Questionava: “E a ‘abertura’, como é que fica?”

Naquela mesma edição, com o título “Anistia”, o colaborador Fausto Porto ainda redigia um artigo sobre o evento de lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção do Espírito Santo, no qual foram eleitos o advogado Ewerton Montenegro Guimarães e o professor Ferdinand Berredo de Menezes como presidente e vice, respectivamente, da entidade. O procurador Hélio Bicudo, figura nacional da oposição, esteve presente no evento e, segundo Fausto, a imprensa tradicional não registrou o motivo de sua visita ao Estado.

Dois páginas depois do artigo, na contracapa daquela edição, *Posição* voltava a abordar um assunto que englobava a anistia: o exílio da capixaba Zélia Stein no México. O texto era de Maurício Correia e detalhava a história da líder estudantil de Vitória, que pediu asilo no Uruguai e passou a sofrer com a ditadura daquele país. Ficou presa por cinco meses, até conseguir um salvo-conduto que a permitiu voar para a Cidade do México, onde passou a trabalhar como jornalista. O periódico independente trouxe um depoimento de Zélia.

Em uma edição com diversas alusões à anistia, o editorial não poderia fugir ao tema. A equipe do alternativo apontava que, depois de 15 anos, o momento era de crise no regime. Uma crise social que se mostrava irreversível desde janeiro daquele ano, o que também tornava impossível prever o rumo do processo político. O texto apontava que setores como os estudantes, os sindicalistas, os trabalhadores, a classe média, pequenos e médios empresários e os assalariados passaram a dar força aos movimentos em prol da anistia, da democracia e de uma constituinte. Por outro lado, os detentores do poder proclamavam que a anistia só seria concedida àqueles considerados “não perigosos”. O editorial finalizava sua reflexão apontando que havia sido este o contexto da instauração do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo.

Já o editorial da 55ª edição, publicado quando o jornal passou a ser semanal e membros mais atrelados ao PCB assumiram a direção, trouxe como título “Luta Armada

e Anistia” e analisava a conjuntura que levou algumas pessoas a pegarem em armas contra a ditadura. No final, clamava: “E a anistia ampla, geral e irrestrita é um dos pontos de luta contra o regime. Todos os que combateram o regime devem estar hoje, fora das grades, junto com o povo” (POSIÇÃO, ed. 55, p. 2). Ao todo, nas 66 edições do jornal *Posição*, das quais cada uma dispunha de um editorial, 9% deles trataram especificamente da anistia.

Mobilizações do interior também foram parar nas páginas do *Posição*. Em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 3 de julho, o jornal divulgava a intenção de promover uma manifestação em prol da anistia, ampla, geral e irrestrita realizada por todos os setores representativos da comunidade cachoeirense. Seria uma noite de vigília, organizada pelo jornalista Arnaldo César de Araújo Barreto, na qual se reivindicaria a devolução de todos os direitos aos políticos, jornalistas, estudantes, escritores, cientistas, operários, militantes, líderes sindicais, cassados e presos após o dia 31 de março de 1964. O local da vigília era a Câmara de Vereadores daquele município.

Meses antes, em dezembro de 1978, também ganhou as páginas do periódico alternativo uma passeata de protesto contra a ditadura promovida pelo Movimento Estudantil em Vitória, na qual faixas pedindo “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” foram estendidas pelas principais vias da capital.

84

A 60ª edição do *Posição*, publicada um pouco antes da votação da lei da anistia, em 1º de julho de 1979, trouxe uma cobertura grande sobre os presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro, entre eles Perly Cipriano. Uma emblemática foto do grupo estampou a capa da publicação, que destacava: “Eles sobreviveram ao centro de tortura do regime”. O periódico detalhava que aqueles homens eram acusados de “crimes de sangue” ou “crimes contra a humanidade” e, por isso, não seriam agraciados com a anistia proposta pelo presidente Figueiredo. No editorial, *Posição* reforçava qual era “a anistia que a ditadura queria”.

Ao comentar a versão final do projeto de Anistia enviado pelo então presidente Figueiredo ao Congresso, *Posição* classificou a proposição como sofista, já que não era ampla, geral e nem irrestrita. Diferenciando aqueles que seriam beneficiados ou não, o nanico capixaba chegava a clamar que não apenas torturadores fossem punidos, mas que todo o sistema de repressão caísse. Até aquele momento, segundo dados reproduzidos da revista *Veja*, havia 700 condenados por assalto a bancos, 28 por atos de terrorismo e 85 assaltantes (fora os de banco). Pela proposta governista, eles só receberiam anistia caso tivessem cumprido suas penas ou se não estivessem foragidos. Restariam, então, 239 condenados, sendo que 149 deles foram julgados em primeira

instância e poderiam recorrer ao Superior Tribunal Militar. Os demais 90 estavam foragidos na época e teriam que submeter seus casos ao tribunal por meio de recursos, a fim de saber se seus delitos são considerados ou não “crime político”.

E a anistia realmente veio, após uma discussão complicada no Congresso. A proposta original enviada pelo Executivo não atendia aos desejos de parte da população, afinal não contemplava os presos políticos acusados de crimes de terrorismo, ou seja, aqueles que pegaram em armas contra o regime; os demitidos; magistrados afastados da sua função; e os estudantes atingidos pelo decreto-lei 477, que definia o que era considerada infração dentro do meio acadêmico e universidades. Durante o processo de votação, Figueiredo se pronunciou afirmando que não iria aceitar nenhuma emenda à sua proposta, como pontuou *Posição* no editorial de sua 62ª edição. A publicação alternativa chegou a acusar as lideranças do regime de não ter “respaldo moral” para ditar nenhuma norma social.

Logo abaixo do editorial daquela edição, havia uma carta assinada por 15 pessoas, entre elas Perly Cipriano. Eram os presos políticos do complexo Frei Caneca (no qual estava o presídio Milton Dias Moreira) que pediam apoio a uma anistia ampla, geral e irrestrita. Classificava a proposta governista para a anistia como contraditória, falha, aquém dos desejos populares, emoldurados por diatribes ideológicas e casuísticas.

85

Os autores da carta, no momento da publicação, promoviam a maior greve de fome do regime, que chegou a durar 32 dias. Na última página da 62ª edição, *Posição* substituiu as tradicionais charges por fotos dos presos políticos. Junto às fotografias, vinha uma única frase: “Esses homens estão em greve de fome nos cárceres da ditadura... pela anistia ampla, geral e irrestrita”.

A 62ª edição publicava ainda três cartas dos presos políticos. A primeira, datada em 22 de julho de 1979, era em conjunto e exigia o fim “de tanta demagogia”, se referindo à postura dos detentores do poder. A segunda carta tinha como função aproximar mais a luta dos capixabas e fora escrita por Perly Cipriano. A última correspondência foi redigida por Gilney Amorim Viana, também preso político, e pontuava que a greve de fome nada mais era do que um mecanismo para romper com as amarras do poder e quebrar o isolamento político.

Na última edição daquele ano, datada de 7 a 14 de setembro, a anistia voltou a ser citada no editorial. O foco era as ações da classe operária no processo de abertura, mas o nanico registrou como uma delas as manifestações nas ruas do Rio de Janeiro pela anistia ampla, geral e irrestrita, das quais participaram diversos trabalhadores.

Aquela edição ainda contava com a reportagem sobre “Estudantes debatem a anistia”, sobre evento ocorrido na Ufes em 27 de agosto, onde foi lançado o livro “A Esquerda Armada” de Luzimar Nogueira Dias, diretor do *Posição*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos seus quatro anos de existência, o jornal *Posição* priorizou a cobertura de temas que confrontavam o regime autoritário. Efêmero, durou apenas quatro anos, depois de problemas financeiros e mudanças na direção, que levaram ao comando do periódico militantes do Partido Comunista, a publicação se distanciou de seu objetivo inicial: ser um jornal feito por jornalistas.

Mesmo com pouco tempo de circulação em comparação com a imprensa tradicional, mas com considerado sucesso quando se refere às publicações alternativas, *Posição* publicou 38 reportagens tratando sobre anistia aos presos políticos ou sobre tortura. Esse percentual perde apenas para as coberturas sobre o próprio regime; questões trabalhistas, como greve de motoristas e cobradores de ônibus e manifestações; e temas populares, a exemplo de saneamento nos bairros populares e aumento no índice de analfabetismo.

86

Já quanto aos editoriais, espaço em que o periódico se posiciona sobre temas que a direção considerava relevantes, a anistia pautou 9% deles. Sendo a grande maioria nas quinze últimas edições, ou seja, momento em que a pauta passou a ser mais massivamente discutida pela sociedade civil, fomentando ainda mais o debate.

A equipe do *Posição* levantou a bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o que foi feito com mais afinco após os jornalistas conhecerem pessoalmente Perly Cipriano, o capixaba que estava na “sucursal do inferno”, como o periódico chegou a noticiar. Aquele era o personagem e o rosto que a publicação iria usar toda vez que a anistia fosse veiculada, tornando a pauta mais próxima dos moradores do Espírito Santo, dos estudantes da Ufes – já que o preso político estava prestes a se formar em Odontologia – e dos comunistas, que sabiam que um conterrâneo estava irredutível na luta, apesar das adversidades.

*Posição* também contribuiu com aqueles que estavam atrás das grades. Para eles, como pontuou Perly Cipriano, o trabalho jornalístico foi responsável por divulgar as lutas que empreendiam diariamente no cárcere, expondo as diversas formas de crueldade a que estavam sendo submetidos. *Posição* não foi o único veículo do País

a entrevistar os detentos do presídio Milton Dias Moreira. Mas foi a cobertura feita pelo jornal que contribuiu para sensibilizar os capixabas quanto à luta, principalmente estudantes, professores e militantes da esquerda. Era uma força a mais na tentativa de unificar em torno da anistia as frentes de oposição ao regime autoritário.

Após a pesquisa também ficou claro que o jornal nanico, mesmo promovendo uma cobertura importante, não abordou a anistia desde as primeiras edições. A bandeira passou a ser discutida pelo Movimento Feminino pela Anistia de forma mais ampla, coincidentemente, no mesmo período que *Posição* ganhava as ruas de Vitória. Porém, na época, o jornal se preocupava mais em cobrir as articulações do Movimento Democrático Brasileiro e apontar as contradições do regime. A anistia ganhou espaço a partir da 35ª edição, em 11 de maio de 1978, quando diversos movimentos sociais já haviam aderido à luta. Mesmo assim, sua contribuição foi importante, principalmente ao dar visibilidade às mobilizações regionais.

## **BIBLIOGRAFIA**

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento:** uma reportagem – Belo Horizonte, MG: Editora Manifesto, 2011.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha:** a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet – São Paulo: Disal, 2004.

## **ENTREVISTAS**

AMADO, Jô. **Criando o jornal Posição.** 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016.

CIPRIANO, Perly. **O Posição de dentro da prisão.** 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 20 de maio de 2016.

FERREIRA, Tânia Mara. **A produção do Posição.** Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016.

MOREIRA, Robson. **O Posição e a repressão**. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016.

VILAÇA, Adilson. **A história do Posição**. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016.

## **PERIÓDICOS IMPRESSOS**

Posição, edições 1 a 66. (acervo da Biblioteca Estadual do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo e coleção preservada por Tânia Mara Ferreira).

# A FOGUEIRA, A NÉVOA AUTORITÁRIA E A FAMÍLIA BRASILEIRA: A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E O MOVIMENTO PELA ANISTIA DURANTE A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA

DANTE GUIMARAENS GUAZZELLI<sup>1</sup>

Resumo: Este artigo pretende analisar a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no movimento pela Anistia. Farei, para tanto, um breve histórico da entidade e do surgimento da luta pela anistia na ditadura civil-militar. Finalmente, farei um levantamento da atuação da OAB em relação ao tema da anistia e a análise do parecer do Conselho Federal ao projeto de Lei de Anistia feito pelo governo em 1979.

Palavras-chave: OAB; anistia; ditadura civil-militar.

Abstract: This article intends to analyze the participation of the Brazilian Bar Association (OAB) in the movement for Amnesty. I will therefore make a brief history of the entity and the emergence of the fight for amnesty in the civil-military dictatorship. Finally, I will make a survey of the action of the OAB in relation to the subject of amnesty and the analysis of the Federal Council's opinion on the draft Amnesty Law made by the government in 1979.

Keywords: OAB; amnesty; civil-military dictatorship.

---

1. Mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Rede Municipal de Porto Alegre. E-mail: dante.guimaraens@gmail.com

**E**ste artigo pretende analisar a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no movimento pela Anistia. Para isto será feito um levantamento da atuação da entidade em relação ao tema para, finalmente, analisar o parecer do Conselho Federal ao projeto de Lei de Anistia feito pelo governo em 1979.

Como afirma a historiadora Marly Motta em seu estudo sobre a entidade, desde sua fundação em 1930,

a OAB sempre procurou equilibrar, em permanente tensão, as suas duas faces: a de corporação profissional dos advogados, voltada para a defesa de interesses particulares, e a de instituição, comprometida com as demandas mais gerais da sociedade (2008, p. 29).

O historiador Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos afirma, em seu livro a respeito da atuação do Conselho Federal da entidade entre 1945 e 1965, que durante este período houve variações entre momentos em que a entidade tinha um caráter mais corporativo e outros em que tomavam posturas mais políticas (2013, p. 228-229). No final do Estado Novo, nota-se a Ordem com uma postura mais ativa no cenário político nacional, enquanto que na década de 1950 ela age de forma mais classista, devido a questões mais práticas relacionadas ao ofício do advogado que estavam em debate naquele momento.

90

Já no início da década de 1960, a OAB voltou a atuar fortemente no cenário político, inicialmente durante o episódio da Legalidade, no qual o Conselho Federal inclinava-se para uma solução de compromisso (MATTOS, 2013, p. 110). Posteriormente, a entidade coloca-se na oposição ao governo de João Goulart, apoiando, em seguida, o golpe (MATTOS, 2013, p. 111-132).

A partir da década de 1970, “a Ordem foi uma das principais construtoras da abertura democrática, mas igualmente foi por ela construída”: ao ter papel ativo na redemocratização, ela acabou criando uma imagem de defensora da democracia e dos direitos humanos (MOTTA, 2008, p. 29). Porém, como vimos acima, este não foi o posicionamento da entidade desde o início da ditadura. Denise Rollemberg aponta que a Ordem atuou de forma homogênea como instituição, passando “do pólo de apoio integral ao golpe (...), identificando-se com uma cultura política de direita, para uma posição de crítica explícita e contundente ao regime” (2008, p. 7).

Os advogados de presos políticos pressionaram a entidade para modificar sua posição em relação ao golpe e à ditadura, passando de apoio a oposição. Segundo Mattos, já em 1964 começaram a surgir dentro do Conselho Federal vozes que se levantavam contra as violações às prerrogativas dos advogados no exercício de sua profissão, sem afetar, porém, a relação próxima que a entidade tinha com os novos

donos do poder (2013, p. 127-130).

Neste processo de modificação de postura da OAB, teve papel central a mobilização contra as prisões de advogados de presos políticos, no final da década de 1960, entre eles membros do Conselho Federal, como Sobral Pinto, e de associações internacionais de juristas, como Heleno Fragoso (DORA, 2011, p. 55). Estes acontecimentos forçaram a Ordem a tomar uma postura de oposição ao regime e de defesa das prerrogativas da classe. Neste momento há também o afastamento de juristas inicialmente envolvidos com o golpe em relação à ditadura – como Afonso Arinos, Adauto Lucio Cardoso e Aliomar Baleeiro.

A ruptura definitiva com o regime ocorreu a partir da eleição de José Cavalcanti Neves para a presidência da organização, em 1971 (ROLLEMBERG, 2008, p. 30). Neste momento, a Ordem firmou posição no campo da luta pela redemocratização, além de clamar pelo restabelecimento do *habeas corpus* – que havia sido retirado nos casos contra a segurança nacional através do AI-5 – e respeito à pessoa humana, entre outros direitos violados pelo regime. Conforme Spieler e Queiroz, esta mudança de postura foi construída “a partir do posicionamento de advogados e advogadas que, a cada dia, sentiam-se mais limitados nas suas possibilidades de atuação profissional”: devido a cerceamentos na prática da advocacia por parte do governo, a OAB foi chamada a tomar uma postura de oposição à ditadura e de defesa dos direitos humanos (2013, p. 33).

Estas posturas de crítica à ditadura já eram percebidas em entidades estaduais nos anos anteriores. Um exemplo são as posturas do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS), que participou ativamente das investigações e denúncias das violências cometidas pela ditadura em 1966, através da Comissão Parlamentar de Inquérito realizada pela Assembleia Legislativa gaúcha para elucidar a morte do ex-sargento Manoel Raymundo Soares (GUAZZELLI, 2018, p. 130-140). Nos anos seguintes esta entidade assumiu posturas críticas em relação à ditadura (GUAZZELLI, 2018, p. 153-154).

Nos anos seguintes também são percebidas nas atas do Conselho sul-riograndense da OAB manifestações contrárias aos procedimentos realizados pela ditadura civil-militar, em especial às prisões de advogados (GUAZZELLI, 2018, p. 154). Neste contexto, o presidente da OAB/RS, Alter Cintra de Oliveira, fez um apelo, em agosto de 1967, “ao Presidente da República, Câmara e Senado em favor da anistia aos crimes políticos” (OAB/RS, 1969, p. 3).

Com o aumento da repressão a partir do Ato Institucional nº 5, decretado em dezembro de 1968, a Ordem gaúcha reafirmou seu compromisso na crítica e denúncia às violências e arbitrariedades cometidas pelo regime (GUAZZELLI, 2018). Esta postura

foi reforçada pela guinada tomada pelo Conselho Federal da OAB com a ascensão de Cavalcanti Neves, o que pode ser percebido na posse do conselho estadual em fevereiro de 1973 (GUAZZELLI, 2018, p. 185). Nela, Alter Cintra de Oliveira, que deixava o cargo, ressaltava, entre as medidas tomadas em sua administração, o

problema de transição institucional que estamos vivendo e apontou a necessidade de se restabelecer o “*habeas corpus*” em sua forma tradicional, de assegurar-se a independência do Poder Judiciário e de pacificar-se a família brasileira por um decreto de anistia ou, pelo menos, permitindo-se a revisão das punições impostas na fase inicial da revolução de 1964 (OAB/RS, 1974, p. 3-4).

Assim percebe-se que já circulava antes de 1975 entre as entidades dos advogados a noção da necessidade do instituto jurídico da anistia, aliada a outras questões, como o restabelecimento do *habeas corpus*. Nos anos seguintes, estas serão causas levantadas pela OAB, em parceria com outras organizações da sociedade civil.

A partir das gestões de Caio Mário (1975-77) e de Raymundo Faoro (1977-79), a Ordem assumiu posturas mais conciliatórias, buscando um diálogo com o governo, porém sem deixar de fazer denúncias em relação a violências cometidas pela repressão, além de encampar uma pauta mais social, defendendo a liberdade sindical. Desta forma, a OAB passou a participar mais ativamente na defesa dos direitos humanos, aproximando-se das novas entidades (VIOLA, 2008, p. 141).

Um exemplo da atitude da Ordem como interlocutora entre a ditadura e a sociedade civil é a chamada Missão Portella, arquitetada pelo ditador Ernesto Geisel em 1977 e levada adiante pelo Senador Petrônio Portella. Após tentativas malsucedidas, Geisel viu que “a Missão Portella havia encontrado um interlocutor de peso, o presidente da OAB” Raymundo Faoro (MOTTA e DANTAS, 2006, p. 163).

Mesmo dialogando com o governo, o líder da Ordem reforçava que a entidade não se afastaria de posições definidas e princípios fixados como o retorno ao pleno Estado de Direito, a volta do *habeas corpus* e das garantias da magistratura (LUIZ, 2011, p. 8).<sup>2</sup> Assim, em maio de 1978, durante a VII Conferência Nacional da OAB Faoro afirmava que “dentro da névoa autoritária acendemos a fogueira que reanima as vontades, esclarece os espíritos” e a entidade debatia proposições que abrangiam além dos princípios supracitados, a necessidade da anistia política (MOTTA e DANTAS, 2006, p. 166).

---

2. A postura foi sancionada pelo Conselho Federal da OAB (MOTTA e DANTAS, 2006, p 163). Luiz aponta que a única voz contrária foi a do jurista Dalmo Dallari, que afirmava que a atitude comprometia a posição crítica da entidade em relação à ditadura (2011, p. 10-11).

Posteriormente, na gestão de Eduardo Seabra Fagundes (1979-1981), a Ordem voltaria a ter uma postura mais combativa, o que levou à ataques, como o atentado à bomba à sua sede que mataria a funcionária Lyda Monteiro da Silva (MOTTA e DANTAS, 2006, p. 173). Neste momento houve um aumento da defesa dos direitos humanos por parte da entidade. A OAB também se posicionou a “favor da ‘anistia ampla, geral e irrestrita e sem gradualismo’, como ‘preliminar indispensável’ para recompor o pacto social e pacificar o país” (MOTTA, 2008, p. 25).

A atuação da Ordem nestes anos estava relacionada a um novo contexto político que surgia. Vemos na segunda metade da década de 1970 uma guinada das esquerdas brasileiras em relação a movimentos de “resistência e luta democrática”, que se baseavam em uma

(...) conjuntura de resistência, que incluía uma plataforma de luta pelas liberdades democráticas e uma política de alianças que ia na direção de setores mais moderados da oposição, tendo como objetivo ampliar o movimento da sociedade civil contra a ditadura militar (ARAUJO, 2007, p. 323).

Decorrente da derrota dos grupos que haviam optado pela luta armada no fim anos 1960 e início dos 1970, surgiu um novo posicionamento político de esquerda, não mais relacionado ao enfrentamento e à radicalidade, sendo informado “política e simbolicamente por um outro *ethos*: a luta pelos direitos humanos, contra o arbítrio e contra o autoritarismo” (ARAUJO, 2007, p. 332).

Assim bandeiras como direitos humanos, luta contra o arbítrio e o autoritarismo foram fundamentais para os movimentos que surgiram neste período. Juliana Carlos aponta diversos movimentos que representam esta modificação, porém ressalta que o movimento pela Anistia foi um dos primeiros nesse sentido. Este movimento, iniciado em 1975, “representou um centro aglutinador de pessoas insatisfeitas ou atingidas, direta ou indiretamente, pelos atos de exceção do regime militar” (2008, p. 182).

As mobilizações populares em prol da anistia iniciam-se com a organização do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), liderado pela advogada paulista Therezinha Zerbine em 1975, incentivado pelo Ano Internacional da Mulher. (RODEGHERO, DIENSTMANN e TRINDADE, 2011). Entre 1978 e 1979, dentro de um contexto de fortalecimento dos movimentos estudantil e sindical “pelas liberdades democráticas”, surgiram núcleos do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) que reforçaram e radicalizaram a luta.

A partir desta luta foram levantadas bandeiras mais amplas e deu-se “grande visibilidade à temática dos direitos humanos vinculando fortemente a luta pela conquista da anistia à luta pela democracia e pelo respeito aos direitos dos brasileiros”

(CARLOS, 2008, p. 182). Ao lutar pelo fim da ditadura e denunciar a tortura, este movimento criticava a base do regime e exigia a restauração da democracia, marcando “o nascimento dos movimentos brasileiros de direitos humanos” (CARLOS, 2008, p. 186).

Este movimento em direção a uma luta democrática contra a ditadura foi marcado pela presença de advogados, em especial aqueles que defendiam os perseguidos pelo regime. Os advogados acabaram convertendo-se em “interlocutores dos presos políticos com o Estado e a sociedade civil, colaborando para que os presos saíssem da sua condição de isolamento”, auxiliando os perseguidos e suas famílias tanto na questão emocional quanto em seus atos e manifestações contra o regime (TELES, 2013, p. 292).

Ao mesmo tempo, estes advogados, devido à sua atuação profissional na Justiça Militar, emergem durante a ditadura no espaço público denunciando e atacando as violências e o arbítrio cometidos pelo Estado.<sup>3</sup> Era uma prática dos advogados a publicização de seus trabalhos, levando a uma vinculação com a resistência democrática (DORA, 2011, p. 59). Isto era possibilitado ainda pela rede de solidariedade criada pelos advogados em prol dos perseguidos políticos, o que mobilizou a opinião pública e empurrou os limites da política institucional e refreou o aparato repressivo, “a despeito da impossibilidade de alterar a política repressiva global da ditadura” (TELES, 2013, p. 302).

Eles procuravam mostrar-se, desta forma, mais do que defensores de partes individuais: usavam de seu ofício para lutar em favor da redemocratização. É curioso notar que este processo realizado tem paralelo com um movimento realizado por advogados franceses do final do século XVIII quando militavam contra a tortura e o castigo corporal: lá também eram utilizadas estratégias jurídicas em prol desta campanha (HUNT, 2009, p. 106). Assim, os advogados, aliados às entidades de direitos humanos, aos presos e seus familiares, conseguiram estabelecer “uma rede de solidariedade que, pouco a pouco, conseguiu sensibilizar a sociedade civil e impor desgastes à ditadura”, além de romper o isolamento criado pela ditadura e denunciar as violências da repressão brasileira no exterior (TELES, 2013, p. 296).

Conforme aponte, neste contexto, a OAB buscou engajar-se em lutas tais como a luta pela anistia, tema que já era presente dentro dos debates dos Conselhos Estaduais e Federal. Lucas Monteiro de Oliveira sinaliza neste sentido ao descartar que a proximidade do MFPA com a entidade, à qual Therezinha Zerbine fazia parte:

---

3. Um exemplo desta prática de denúncia no estado do Rio Grande do Sul por parte dos advogados é a participação dos advogados e de suas entidades – como o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS) e a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS) – em eventos de grande repercussão como o “caso das mãos amarradas” e o “caso do sequestro dos uruguaios”.

as reuniões do comitê do Espírito Santo, por exemplo, eram realizadas na sede da OAB (2015, p. 18). Para este autor, a atuação do órgão máximo dos advogados deu-se porque a legislação de segurança nacional dificultava o trabalho cotidiano; por esta razão que teria sido confeccionada uma tese sobre necessidade da anistia no VII Congresso Nacional da OAB (OLIVEIRA, 2015, p. 18-19).

A eleição de Eduardo Seabra Fagundes para a presidência da OAB em 1979 coincidiu e colaborou com o clímax das mobilizações pela anistia. Um exemplo foi a Declaração de Florianópolis, confeccionada durante a Reunião dos Presidentes das Seccionais realizada entre 30 de maio e 2 de junho “cujo parágrafo inicial deixou clara a posição da Ordem a favor da ‘anistia ampla, geral e irrestrita e sem gradualismo’, como ‘preliminar indispensável’ para recompor o pacto social e pacificar o país” (MOTTA e DANTAS, 2006, p. 175). De acordo com Marly Motta e André Dantas, durante as discussões do projeto de anistia enviado pelo ditador Figueiredo em junho de 1979, a “ênfase na defesa dos direitos humanos, tema tradicional da pauta da OAB, ganhou nova expressão” (2006, p. 175).

O Conselho Federal reuniu-se, em vinte e quatro de julho, para debater a anistia a partir do parecer do conselheiro José Paulo Sepúlveda Pertence, que foi incumbido pelo Conselho Federal para analisar o projeto de Lei de Anistia proposto pelo Governo (MOTTA e DANTAS, 2006, p. 177).<sup>4</sup> Este documento foi aprovado pelo Conselho Federal, tendo sido acrescentadas três resoluções aditivas ao Parecer, e encaminhado ao presidente do Senado em 15 de agosto e juntado ao processo do Projeto de Lei.

O parecer analisa do Projeto de Lei de Anistia focando especialmente em três questões: a discriminação feita pelo projeto entre condenados e não condenados (presente no artigo 1º, § 2º do projeto), o “condicionamento do retorno ou reversão dos servidores públicos à existência de vaga e ao interesse da administração” (artigo 3º do Projeto) e a “exclusão desse benefício ‘quando o afastamento tiver sido motivados por improbidade do servidor’” (artigo 3º, § 4º) (OAB, 1979, p. 1). Baseado nestes pontos e na opinião de juristas consagrados do direito brasileiro, ele aponta que o projeto está mais próximo do indulto do que de uma anistia.

Na sessão em que foi apresentado o parecer o Conselho Federal acrescentou três resoluções aditivas, entre as quais destaca-se a primeira, que buscava estender a anistia aos ex-dirigentes sindicais que sofreram restrições devido a medidas interventoras

---

4. Durante a década de 1960, Sepúlveda Pertence havia atuado em diversos cargos públicos, dos quais destaca-se promotor do Ministério Público do Distrito Federal (a partir de 1965) e secretário jurídico do então ministro do Supremo Tribunal Federal Evandro Lins e Silva. Sua carreira pública foi interrompida pelo Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, através do qual ele foi afastado e compulsoriamente aposentado. Com isto ele passou a advogar, atuando na OAB como conselheiro federal durante as décadas seguintes. Com a redemocratização atuou como procurador-geral da república e ministro do STF. Sepúlveda Pertence deve ter sido escolhido para realizar este parecer devido a sua biografia e seu vasto conhecimento jurídico (VERBETE SEPULVEDA PERTENCE).

(OAB, 1979, p. 12). Isto se relaciona com a postura que a entidade passa a ter após a presidência de Raymundo Faoro (1977-1979), momento em que ela passa a ter uma pauta social, defendendo a liberdade sindical (MOTTA, 2008, p. 13-22).

Para o conselheiro Sepúlveda Pertence a anistia é o olvido, é o apagamento do crime: o que se deu, deixar de ser. Assim ele aponta que o projeto de lei do governo vai contra esta característica (OAB, 1979, p. 1-2). Como em outros pronunciamentos da Ordem, é afirmado que, “no processo de construção o (sic) Estado de Direito, a anistia ‘é um passo necessário, mas não suficiente’” (OAB, 1979, p. 11) Mesmo que a anistia fosse ampla, geral e irrestrita, objetivo que o parecer buscava alcançar, frisa-se que ela não alterava outras questões presentes no regime em vigor, como a legislação de segurança nacional e a sobrevivência da chamada “comunidade de informações”.

A concepção de anistia presente no documento fica mais clara quando analisamos as críticas ao projeto do governo. Ao tratar do artigo 3º do projeto de lei, no qual se estabelece as regras para o retorno de funcionários públicos civis ou militares afastados de seus cargos pela repressão, Sepúlveda Pertence aponta que a anistia não poderia impor condicionamentos ao retorno ou reversão destes funcionários, em especial no que se refere a necessidade de vagas. Ao mesmo tempo afirma que não se deveria excluir o benefício a funcionários que tenham sido absolvidos em processos de improbidade ou aqueles que não tenham passado por processo.

96

O conselheiro se aproxima, assim, da crítica a anistia de 1895 proposta por Rui Barbosa: nela é apontado que não é possível conceber que, “depois de investidos na anistia, e pelo próprio ato que nela os investe, os anistiados continuem a pagar pelo crime, cujo esquecimento ela ordena” (BARBOSA, 1896, p. 80). Assim, parecer está afinado com a definição de Paul Ricoeur, segundo a qual na anistia “a arbitragem é posta acima da justiça processual que mantém os conflitos vivos sob o pretexto de decidi-los” (2007, p. 461): uma vez anistiados, os indivíduos não deveriam passar por novos processos administrativos, uma vez que a anistia se dá fora da esfera judicial.

Sepúlveda Pertence, partindo da ideia de que a anistia é o esquecimento, o olvido, “a lei com sinal trocado”, critica o fato de que, de acordo com o projeto de lei, os funcionários públicos afastados da função, teriam que passar por procedimentos para serem agraciados (OAB, 1979, p. 2). Isto ficava mais absurdo já que os anistiados dependiam de vagas para o retorno, o que poderia impossibilitá-lo.

O inverso da anistia também estava presente, segundo o parecer, no fato do projeto discriminar entre aqueles condenados por crimes políticos, e que não seriam beneficiados pela lei de anistia proposta, e os que não haviam sido condenados, seja por não terem sido processados ou por terem fugido, e que eram beneficiados pela anistia. O parecer então se concentra na arbitrariedade que era restringir a anistia, quando se tratava de crimes de “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”

(referente ao artigo 1º, § 2º), já que o projeto, segundo Sepúlveda Pertence, visava anistiar os agentes do estado:

13. Não há, com efeito, como aceitarmos – à luz dos valores do Estado de Direito Democrático que integram o compromisso da Ordem perante a nação – que a condenação ética do terrorismo sirva para excluir os contestatários violentos de uma ditadura dos benefícios da mesma lei de anistia, na qual a mais forte e universal condenação ética da *tortura policial* não foi óbice à extensão da impunidade legal aos crimes dos que a tronaram rotina, no procedimento da repressão aos adversários do regime (OAB, 1979, p. 4)

Podemos ver neste trecho que, para o parecerista, existe certa “equivalência”, no que se refere à anistia, entre as ações armadas – as quais são, ainda segundo Sepúlveda Pertence, equivocadamente qualificadas de “terrorismo” – e a tortura policial: pelo trecho, as duas, apesar de serem eticamente condenáveis, deveriam ser anistiadas. Deste modo surge a crítica do conselheiro, já que no projeto do governo não é vista esta “equivalência”. Como ele afirma, o projeto restringe

de um lado (...) o alcance da anistia com relação à criminalidade política, para dela excluir – a vista da circunstância fortuita da existência de condenação – parte dos autores de alguns delitos caracterizadamente políticos, objetiva e subjetivamente. E, de outro lado, amplia-se ineditamente o conceito de crime comum conexo a crimes políticos, para beneficiar com a anistia, não apenas os delitos comuns de motivação política (o que encontra respaldo nos precedentes), mas também, com o sentido já mencionado, os que tenham, com os políticos, qualquer tipo de relação (OAB, 1979, p. 5).

97

Notamos no trecho acima uma das principais críticas da OAB ao projeto do governo: ao mesmo tempo que não anistiava os condenados por crimes tipificados na Lei de Segurança Nacional, beneficiava os agentes do Estado que reprimiram violentamente, sob a tolerância ou estímulo do regime, segundo o parecer. A Ordem, assim, “considerava a iniciativa governamental mesquinha, por criar uma divisão arbitrária entre os condenados e não condenados por um mesmo crime” (OLIVEIRA, 2015, p. 77).

Contrapondo a isto, ele sinalizava que “toda a amplitude que for emprestada ao esquecimento penal desse período negro de nossa História poderá contribuir para o desarmamento geral, desejável como passo adiante no caminho da democracia” (OAB, 1979, p. 5). Este trecho aponta que para que a sociedade caminhasse em direção a democracia, alguns setores da oposição, em especial aqueles que buscavam um diálogo com o governo, concebiam que poderia haver algum tipo de reciprocidade.

Havia neste momento duas concepções de anistia por parte da oposição:

enquanto setores mais moderados pensavam a anistia como esquecimento que levaria a reconciliação e a paz, grupos mais radicais, como os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), pensavam na anistia como resgate da memória e direito a verdade, lutando, assim, pelo reconhecimento das mortes e desaparecimentos por parte do estado, responsabilização do Estado pela tortura e não reciprocidade na anistia (SOUSA, 2011, p. 199-206; GRECO, 2003, p. 319-320). Heloísa Greco define estas duas concepções como *anistia-amnésia* – que, definido como esquecimento, e a memória instituída pelo regime – e *anistia-anamnese* – que era visto como rememoração, como memória instituinte e contradiscurso (2003). Através da análise deste documento, pode-se ver que a OAB se posicionava mais próximo ao primeiro grupo, o qual também compunham setores do MDB e do MFPA.

Outro trecho do parecer nos deixa um pouco mais claro como se dava o diálogo entre governo e os grupos oposicionistas:

20. Se assim se chega, no entanto, a impor à sociedade civil a anistia da tortura oficial – em nome do esquecimento do passado para aplainar o caminho do futuro Estado de Direito – não é admissível que o ódio repressivo continue a manter no cárcere umas poucas dezenas de moços, a quem a insensatez da luta armada pareceu, em anos de desespero, a única alternativa para a alienação política a que a nação fora reduzida. (OAB, 1979, p. 6)

98

Através disso podemos levantar alguns pontos que nos permitem uma aproximação da percepção da Ordem em relação ao projeto de anistia do governo. Inicialmente, pode-se notar uma sensação de imposição à sociedade civil: a ditadura estava forçando uma lei de anistia que buscava beneficiar os integrantes do aparato repressivo. Havia a compreensão por parte de setores da oposição de que este projeto anistiava os torturadores, mas deixava de fora aqueles que foram condenados por tomaram parte em ações armadas. Partindo desta análise poder-se-ia afirmar que o parecer não buscava consagrar uma interpretação da lei de Anistia que se beneficia os torturadores; quem tinha este objetivo era o governo, ao fazer este projeto.

Através da análise do parecer pode-se afirmar que nele a OAB buscava anistiar os condenados, desta forma se utilizando do precedente do governo ao conceder anistia a indivíduos que cometeram ações violentas. Sob este ponto de vista, o Conselho Federal da OAB acabava realizando uma ação próxima da realizada por advogados de presos políticos.<sup>5</sup> Assim podemos ver que “a instituição da anistia só pode responder a um desígnio de terapia social emergencial, sob o signo da utilidade e não da verdade” (RICŒUR, 2007, p. 462): no parecer isto fica claro, já que a anistia é pensada como

---

5. Sobre o tema dos advogados de presos políticos ver: DORA, 2011; SPIELER e QUEIROZ, 2013; GUAZZELLI, 2018.

medida para alcançar a democracia e não a justiça ou a verdade.

No parecer não são negados os atos violentos da ditadura, que é apresentada com arbitrária, violenta e repressora. Já os atos violentos realizados pela oposição são entendidos como resposta a um contexto em que se fechavam todas as outras formas de atividade política, e não crimes contra humanidade, o que seria a intenção do governo (OAB, 1979, p. 4). Esta tipologia caberia aos atos da repressão uma vez que são caracterizados pela constância de três elementos: "a) o caráter inumano e hediondo do ato criminoso; b) a enunciação não taxativa da enumeração desses atos; e c) o fato de que sejam praticados em meio a uma política de perseguição geral e sistemática a uma parcela da população civil" (SILVA FILHO, 2011, p. 287).

Na sessão em que foi apresentado o parecer ao Conselho Federal, apenas um conselheiro, Godoy Bezerra, foi contrário, afirmando que seria uma "colocação política", além de denunciar as manifestações no Conselho como "revanchistas" promovidas por "agentes da agitação" que "transformariam a OAB em 'cenáculo de pantomimas'" (MOTTA e DANTAS, 2006, p. 177). Isto mostra que havia na cúpula nacional vozes que não concordavam com as posturas que a Ordem vinha tomando.

Ao confrontar o parecer do Conselho Federal da OAB com o projeto aprovado notamos que somente um ponto foi acrescentado na redação da lei – a primeira resolução aditiva do Conselho que buscava estender a anistia aos ex-dirigentes sindicais que sofreram "restrições de direitos decorrentes de intervenções nos respectivos órgãos de classe" (OAB, 1979, p. 12), que sofreu veto presidencial (BRASIL, 1979). Através disso podemos notar como era restrito o espaço de intervenção de entidades oposicionistas, mostrando que a supracitada negociação era restrita. Posteriormente, a OAB e os advogados de presos políticos buscaram, através do judiciário, a ampliação da anistia aos condenados e a exclusão dos torturadores (LUIZ, 2011, p. 12-14).

Este parecer voltou ao debate público no ano de 2010, durante a argumentação do ministro relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153, no qual a OAB buscava saber se crimes praticados por militares e policiais — como a tortura e desaparecimento — durante a ditadura estão cobertos pela lei de anistia. Em seu voto, o ministro Eros Grau afirmou que a percepção de que a Lei de Anistia de 1979 beneficiava os agentes do Estado estava presente no parecer da entidade, o que colocava a "OAB de hoje contra a OAB de ontem" (BRASIL, 2010, p. 58). Através da análise do documento podemos notar que, como afirma o então presidente da OAB Cezar Britto, "o parecer atacava a Lei de Anistia porque ela excluía aqueles acusados de subversão e dava a entender que os torturadores estavam beneficiados" (RONCAGLIA, 2008).

## Referências bibliográficas

- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- BARBOSA, Rui. **Anistia Inversa**. Caso de teratologia jurídica. Rio de Janeiro, 1896.
- BRASIL. **Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153**. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf>
- BRASIL. **Mensagem presidencial nº 267 de 28 de agosto de 1979**. Brasília, 1979. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/Mensagem\\_Veto/anterior\\_98/vep267-L6683-79.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/anterior_98/vep267-L6683-79.pdf)
- CARLOS, Juliana de Oliveira. A anistia e a luta pelos direitos humanos no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, UNICAMP, Vol. 13, n. 24-25, 2008.
- DORA, Denise Dourado. **Advocacia em tempos sombrios**: De como um grupo de advogados enfrentou o regime militar de 1964. Rio de Janeiro: FGV/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2011. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais.
- ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.
- GRECO, Heloísa. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Tese de doutorado em História.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LUIZ, Edson Medeiros Branco. O 'Legal' e o 'Social': Advogados, Ordem dos Advogados do Brasil e a Sociedade na construção e aplicação da Lei da Anistia Brasileira, Lei 6.683/79. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.
- MATTOS, Marco Aurélio V. L. de. **Os cruzados da ordem jurídica: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964**. São Paulo: Alameda, 2013.
- MOTTA, Marly Silva da e DANTAS, André Vianna. **História da Ordem dos Advogados**

**do Brasil, v. 5** – Da redemocratização ao Estado Democrático de Direito (1946-1988). Rio de Janeiro: OAB, 2006.

MOTTA, Marly. 'Dentro da névoa autoritária acendemos a fogueira...' – a OAB na redemocratização brasileira (1974-80). **Revista Culturas Jurídicas**, Rio de Janeiro, v. 3, nº 1, jan/jul 2008.

OAB. **Parecer para o Processo C.P. nº 2164/79** – Projeto de Lei de Anistia. Rio de Janeiro: 1979.

OAB/RS. Ata da sessão ordinária do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – 18/8/67. Porto Alegre: 1967. In: OAB/RS. **Livro de Atas do Conselho** - 10 - 1966-1968. Porto Alegre: 1969.

OAB/RS. Ata da sessão ordinária do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, na Seção do Rio Grande do Sul, realizada no dia sete (07) de fevereiro de 1973. Porto Alegre: 1973. In: OAB/RS. **Livro de Atas do Conselho** - 12 - 1971-1973. Porto Alegre: 1974.

OAB/RS. Ata da sessão ordinária do Conselho, realizada em 14 de março de 1978. Porto Alegre: 1978a. In: OAB/RS. **ATAS do Conselho** – [Livro] 14 – 1977 1978 1979. Porto Alegre: 1980.

OAB/RS. Ata da sessão extraordinária do conselho, realizada em 27 de julho de 1978. Porto Alegre: 1978b. In: OAB/RS. **ATAS do Conselho** – [Livro] 14 – 1977 1978 1979. Porto Alegre: 1980.

OAB/RS. Ata da sessão ordinária do Conselho, realizada em 03 de julho de 1979. Porto Alegre: 1979. In: OAB/RS. **ATAS do Conselho** – [Livro] 14 – 1977 1978 1979. Porto Alegre: 1980.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política**. São Paulo: USP, 2015. Dissertação de Mestrado em História Social.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. Pela "pacificação da família brasileira": uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 34, nº 67, jan/jun 2014, pp. 67-88.

RODEGHERO, Carla Simone, DIENSTMANN, Gabriel e TRINDADE, Tatiana. **Anistia ampla, geral e irrestrita**: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RONCAGLIA, Daniel. Leia parecer da OAB de 1979 a favor da anistia ampla. **Revista Consultor Jurídico**. São Paulo, 2008. Disponível em [https://www.conjur.com.br/2008-nov-16/leia\\_parecer\\_oab\\_1979\\_favor\\_anistia\\_ampla](https://www.conjur.com.br/2008-nov-16/leia_parecer_oab_1979_favor_anistia_ampla)

ROSA NETO, Félix Silveira. Entrevista concedida a Dante Guimaraens Guazzelli em Porto Alegre, no dia 8 de dezembro de 2010.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. As dimensões da justiça de transição no Brasil, a eficácia da lei de anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: ABRÃO, Paulo; PAYNE, Leigh A.; TORELLI, Marcelo D. (Orgs.). **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Center, 2011, pp. 278-306.

102

SOUSA, Jesse Jane Vieira de. Anistia no Brasil: um processo político em disputa. In: ABRÃO, Paulo; PAYNE, Leigh A.; TORELLI, Marcelo D. (Orgs.). **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Center, 2011, pp. 188-211.

SPIELER, Paula e QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coords). **Advocacia em tempos difíceis**: ditadura militar 1964-1985. Curitiba: Edição do Autor, 2013. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13745>

TELES, Janaína de Almeida. Em defesa da liberdade e da justiça: os advogados de perseguidos políticos de São Paulo nos anos 1970. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, vol. 102, maio/2013.

VERBETE SEPULVEDA PERTENCE. In: ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São

Leopoldo: Editora UNISINOS, 2008.

# ERNESTO GEISEL: O GENERAL DA “ABERTURA”?

PEDRO ERNESTO FAGUNDES<sup>1</sup>

Resumo: Nossa meta é analisar as narrativas sobre o processo de transição democrática no Brasil. Analisaremos os trabalhos que tratam da participação de diferentes segmentos da sociedade nos debates, principalmente, sobre a Anistia. Destaque para as disputas de narrativas em torno do general Ernesto Geisel.

Palavras-chave: Ernesto Geisel; Anistia; Ditadura Militar.

Abstract: Our goal is to analyze the narratives about the process of democratic transition in Brazil. We will analyze the works that deal with the participation of different segments of society in the debates, mainly on Amnesty. Highlight for the disputes of narratives around the general Ernesto Geisel.

Keywords: Ernesto Geisel; Amnesty; Military dictatorship.

---

<sup>1</sup>. Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS).

## Ernesto Geisel: um documento indiscreto

O Brasil teve um reencontro, em 10 de maio de 2018, com uma das figuras mais controversas da sua história recente. Nessa data, Matias Spektor, pesquisador e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), divulgou numa rede social um memorando proveniente do Departamento de Estado dos EUA. O autor do escrito foi William Colby, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA).

O documento descrevia uma reunião, realizada em maio de 1974, entre o general Ernesto Geisel, recém empossado na presidência, com integrantes da cúpula da Comunidade de Informação. Entre os presentes dois personagens centrais dos órgãos de repressão: os generais João Batista Figueiredo e Confúcio Danton de Paula Avelino, que na época, atuavam respectivamente, na chefia do Serviço Nacional de Informação (SNI) e no Centro de Informações do Exército (CIE).

A reunião poderia ser mais um encontro rotineiro entre os dirigentes do governo militar. Contudo, para muitos setores da sociedade, em especial os meios de comunicação, o teor das tratativas dos militares apresentou informações consideradas “chocantes”. Em parte, porque o documento da CIA, divulgado por Spektor, fez referência a uma prática recorrente utilizada pelas forças de segurança no enfrentamento dos opositores do regime: as execuções sumárias.

A leitura do documento permite algumas reflexões sobre dois importantes aspectos que marcaram o início do mandato do general Ernesto Geisel (1974-1979). O primeiro, Geisel tinha pleno conhecimento dos mecanismos utilizados pelos órgãos de repressão contra os guerrilheiros, inclusive às citadas execuções sumárias. O segundo aspecto, mas não menos perturbador, o general-presidente teria solicitado que todas as execuções, a partir daquele momento, deveriam acontecer apenas após sua anuência.

Apesar de relatos sobre Geisel conhecer as ações repressivas serem notórias, como aponta Elio Gaspari em suas obras, a informação de Matias Spektor causou um grande impacto. Tanto que, a postagem de Spektor foi compartilhada e comentada por milhares de pessoas. Horas depois, estava nos principais sites de notícias e programas jornalísticos da televisão.

Mas qual seria a justificativa para tamanha repercussão? Nesse texto pretendemos indicar que uma das possíveis repostas para essa questão é a maneira como, nas últimas décadas, a imagem do general Geisel foi reconstruída pela chamada grande imprensa, no geral, e nas obras escritas pelo jornalista Elio Gaspari, em especial. Entretanto, antes iremos contextualizar os fatos que marcaram o governo de Ernesto Geisel.

O governo Geisel

Após quase uma década no poder, o governo militar, implantado após o golpe

de 1964, apresentou os primeiros sinais do esgotamento. Nessas circunstâncias, em 15 de março de 1974, o general Ernesto Beckmann Geisel foi empossado na Presidência da República. Essa época foi marcada por inúmeras crises políticas e econômicas.

Entre esses episódios, podemos citar: o resultado das eleições de 1974 – amplamente favorável para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); o fim do chamado “Milagre Brasileiro” e consequentes desdobramentos no âmbito econômico, como o crescimento da inflação; as constantes denúncias de casos de tortura, morte e desaparecimento – com destaque para o caso do jornalista Vladimir Herzog.

Em 25 de outubro de 1975, após comparecer voluntariamente para prestar esclarecimentos nas dependências do Departamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado na capital de São Paulo, o então diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, Vladimir Herzog, foi encontrado morto, supostamente enforcado, em sua cela nas dependências do 2º Exército, na mesma cidade. As forças de segurança alegaram que o jornalista cometeu suicídio. Entretanto, essa versão não foi aceita pelos familiares e colegas de Herzog. Seu velório e, especialmente, e um culto ecumênico em sua memória transformou-se num dos momentos mais significativos da redemocratização brasileira.

Na tentativa de contornar e controlar as “tensões da Abertura”<sup>2</sup>, a cúpula militar deu início a uma série de articulações visando uma distensão “lenta, controlada e segura”. Nesse sentido, o primeiro movimento do Governo Militar ocorreu logo após a posse de Geisel. Entretanto, segundo Kinzo (1988), esse momento de “Distensão” foi marcado por uma “Abertura Controlada”.

Para garantir seu “[...] projeto de distensão política gradual e segura”, o governo Geisel precisou manobrar para barrar dois focos de resistência. Em primeiro lugar, procurou neutralizar as forças civis, em especial o MDB, para manter sob a direção do governo o ritmo e, principalmente, a velocidade das iniciativas da distensão. Um segundo foco de resistência, mais “doméstica”, estava nas Forças Armadas. Na interpretação da autora, o desafio era monitorar os setores militares ligados ao aparato repressivo, também chamado de “linha dura”.

A atuação da cúpula militar como o “ator principal” no projeto político da “Abertura” é destacada pela memória dos próprios participantes dos governos dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Segundo esses militares que atuaram no governo, o sucesso da abertura política – apesar da interferência inoportuna dos líderes civis – deveu-se à atuação da dupla Ernesto Geisel/Golbery do Couto e Silva. Ainda a partir dessa versão, ambos teriam coordenado

---

2. KINZO, Maria D’alva G. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1988, p. 184.

a disputa contra a chamada “linha dura” dos militares e devolveram à sociedade civil o Estado de Direito.

Para esses militares, na análise D’aráújo (1995), as tarefas fundamentais do projeto foram desencadeadas, coordenadas e controladas por cima, sem a intervenção dos grupos civis, nem mesmo de parlamentares da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Assim, do ponto de vista dos atores militares, pretendeu-se claramente um processo de abertura “lento e seguro” e conduzido pelo alto, do qual estariam excluídas as forças de oposição (D’ARAÚJO, 1995). O símbolo máximo dessa manobra foi a demissão, em 12 de outubro de 1977, do general Sylvio Frota, ministro da Guerra e principal quadro militar da chamada “linha dura”. Essa foi a mais importante manobra realizada pelo General Ernesto Geisel para garantir seu projeto de “distensão gradual e segura: o controle absoluto sobre a sucessão presidencial.”<sup>3</sup>

Com esse movimento, o general Geisel conseguiu atingir seu objetivo central: tornar o general João Batista Figueiredo, seu candidato previamente escolhido, único sucessor na disputa presidencial. Ao mesmo tempo, o governo dominou possíveis reações dos militares da chamada “linha dura”. Em síntese, na perspectiva de Kinzo (1988), a partir de medidas excepcionais e de um estilo autoritário, Geisel obteve sucesso em seu projeto de “distensão política gradual e segura”, sobretudo por que soube neutralizar todas as fontes de pressão.<sup>4</sup>

Contudo, nesse mesmo contexto a campanha pela Anistia ganhou mais visibilidade entre 1975 e 1979. A campanha pela Anistia agregou diferentes setores da sociedade em torno de uma reivindicação que, momentaneamente, unificou a oposição à ditadura. É possível afirmar que na primeira linha das entidades que compuseram os movimentos pela Anistia estavam o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), os Comitês de exilados no exterior, o “Comitê 1º de maio pela Anistia”, as entidades estudantis e, a partir de 1978, o Comitê Brasileiro da Anistia (CBA).

Sem estabelecer gradações ou nivelamentos em relação as entidades citadas acima, podemos afirmar que todas – ressalvadas sempre suas particularidades e dessemelhanças – foram legítimas protagonistas da campanha pela Anistia. Apesar de reconhecer que os primeiros clamores por anistia surgiram no imediato pós-golpe de 1964, foi a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em 1975, que efetivamente representou o início da primeira onda de mobilizações das militantes nas atividades em torno dessa palavra de ordem.

Outro importante fator agregador dessa fase das mobilizações foram as

---

3. KINZO, Maria D’alva G. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1988, p. 184.

4. KINZO, Maria D’alva G. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1988, p. 221.

atividades em conjunto, a partir do ano de 1976, que reuniram dirigentes do MFPA e de comitês de solidariedade e de anistia no exterior, sobretudo, em Portugal e na França. Dessa forma, nesse momento inicial as atividades das militantes do MFPA – no âmbito interno – e os comitês pela anistia criados pelos brasileiros exilados em diversos países da Europa – no âmbito externo – conseguiram estabelecer ações e iniciativas em conjunto no sentido de ampliar esses clamores iniciais sobre a temática que, até então estava restrita a pauta do Governo Militar e aos familiares dos atingidos pela repressão.

O ano de 1977 representou outro momento fundamental nas mobilizações pela Anistia. Essa data marcou a efetiva entrada em cena dos militantes do movimento estudantil na campanha, principalmente após as massivas manifestações estudantis de maio daquele ano. Os estudantes ocuparam posição de destaque nas manifestações em defesa das “Liberdades Democráticas”. O surgimento do “Comitê 1º de Maio pela Anistia” e da chamada Comissão Pró-UNE foram momentos fundamentais para transformar a pauta da Anistia numa bandeira de mobilização de diferentes seguimentos da sociedade brasileira.

Outro marco nas mobilizações em favor da Anistia foi o surgimento, em fevereiro de 1978, do CBA. Em agosto de 1979, foi aprovada a Lei nº 6683/79, no Congresso Nacional. Em seguida foram realizadas a reforma partidária que, através da Lei nº 6767/79 (de 20/12/1979), permitiu o retorno do pluripartidarismo e, principalmente, eleições gerais – exceto para presidente – em 1982.

Encerrando o período dos militares no poder, em 1985, Tancredo Neves foi eleito para o cargo de Presidente da República – mesmo que ainda através do voto indireto no Colégio Eleitoral. Após os 21 anos de ditadura, um civil voltou a ocupar esse posto. Durante a presidência de José Sarney (1985-1990), que tomou posse definitivamente após a morte de Tancredo Neves, ocorreram eleições em 1986 para a escolha da Assembleia Constituinte. A promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, em 05 de outubro de 1988, fechou o ciclo da redemocratização brasileira.

O ano de 1990 foi marcado pela posse de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito diretamente desde 1960. O mandato do presidente Collor foi abreviado após sua renúncia, em dezembro de 1992, em meio a um inédito processo de impeachment. Os governos seguintes, de Itamar Franco (1992-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), notabilizaram-se por ações no campo econômico. O objetivo era controlar a crise inflacionária, uma das heranças perversas da ditadura militar brasileira.

Assim, o contexto memorial da primeira década após o fim da ditadura militar foi marcado por uma condenação pública do passado autoritário brasileiro, especialmente, nos casos relacionados à tortura e aos desaparecimentos forçados. Nos

meios de comunicação, na comunidade acadêmica, na literatura e no cinema surgiram obras que procuraram expor as graves violações dos direitos humanos cometidos em nome da “lei e da ordem”.

Ainda durante a década de 1990, diante do panorama memorial claramente desfavorável, como destacam diversos ex-integrantes da cúpula dos governos militares, alguns antigos oficiais começaram a apresentar sua “versão da história” através de entrevistas e publicações. Provavelmente incomodados com os efeitos dessa derrota na disputa pela narrativa do passado, esses militares procuraram defender seu legado. Em 12 de setembro de 1996, em plena fase de “disputa pelo passado”, o general Ernesto Geisel faleceu, aos 88 anos. Na ocasião, como sublinhou Napolitano (2014), os maiores veículos de imprensa do país tentaram destacar os aspectos positivos da memória do governo Geisel. Paradoxalmente, o falecimento do general-ditador serviu, segundo essas matérias, para demarcar o ressurgimento de Geisel como um “estatista” dotado de um espírito “democrático”. Podemos indicar como exemplos da construção da “memória positiva” sobre o governo Geisel as manchetes de três dos mais importantes e tradicionais jornais brasileiros: Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil.

As três publicações destacam o falecimento de Ernesto Geisel em suas primeiras páginas. No geral, as linhas editoriais adotadas assumiram um teor apologético, tais como:

Geisel, que fez a abertura, morre aos 88 anos. (Folha de São Paulo, pg. 1, 13 de setembro de 1996) Morre Geisel, o patrono da distensão.  
(O Globo, pg. 1, 13 de setembro de 1996) Morre Ernesto Geisel, o ditador da abertura. (Jornal do Brasil, pg. 1, 13 de setembro de 1996)

Sobressai nas manchetes da grande imprensa o uso recorrente de expressões que reforçam a associação da figura de Ernesto Geisel com o restabelecimento da democracia. Refiro-me aos termos “abertura” e “distensão” utilizados como sinônimos de redemocratização do país. Nos textos dos jornais, literalmente, Geisel é “consagrado” como o “patrono” que “fez” a “abertura”.

Contudo, como focalizaremos a seguir, esse movimento de “reabilitação” da imagem de Geisel foi intensificado no início da década de 2000. Nessa época, o jornalista Elio Gaspari começou a publicar os primeiros livros de uma série que tinha como pano de fundo a ditadura militar brasileira. Mas, como protagonistas Ernesto Geisel e seu ministro Golbery do Couto e Silva.

A consagração de Geisel: o sacerdote, na visão do jornalista Nos livros, o ex-presidente Ernesto Geisel e seu ministro Golbery do Couto e Silva são chamados pelo autor, respectivamente, de “sacerdote” e “feiticeiro”. Como jornalista, durante os anos 1970, o autor trabalhou na cobertura do cotidiano político-administrativo do Palácio

do Planalto. Nesse período, manteve uma relação próxima com Golbery do Couto e Silva e Heitor Aquino Ferreira, um dos principais assessores do ministro Golbery. Anos depois, ambos cederam a Elio Gaspari acesso privilegiado a documentos oficiais, agendas pessoais, áudios e documentos dos órgãos da Comunidade de Informação. Ademais, com as controvérsias em relação ao acesso privilegiado do autor às fontes documentais, o jornalista reuniu, ainda, inúmeras horas de entrevistas com os dois personagens centrais de seus livros: Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. De posse desse material, Elio Gaspari, por meio de uma narrativa refinada, reconstruiu os episódios mais importantes da ditadura militar brasileira. Aliás, nos anos seguintes, essas publicações se tornaram referência obrigatória entre os especialistas da temática e, ao mesmo tempo, um sucesso editorial. Na obra que inaugurou a coleção, *A Ditadura Envergonhada*, o jornalista ítalo-brasileiro concentrou seus esforços em apresentar o panorama político dos principais acontecimentos que marcaram os anos iniciais da ditadura.

Já *A Ditadura Escancarada* enfoca os acontecimentos a partir da edição do Ato Institucional nº 5, em 1968. Como foi dito, o autor reproduziu diálogos até então inéditos sobre a reunião entre o presidente Costa e Silva (1967-1969) e seus ministros para debater os termos da medida. A partir de gravações da discussão, chamada de “missa negra” pelo autor, essa reunião culminou no mais notório dos atos institucionais. Pouco depois, o autor lançou os livros que analisaram os principais acontecimentos do governo do General Geisel. São eles o livro *A ditadura Derrotada*, de 2003, e *A Ditadura Encurralada*, lançado em 2004. Ambos compõem o segundo volume da coleção *O Sacerdote e o Feiticeiro*. Como o nome da coleção indica, as obras abordam questões sobre as biografias de Geisel e Golbery. Os principais acontecimentos do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) foram o tema central de *A Ditadura Encurralada*, terceira obra da série. Os desdobramentos das eleições de 1974, com expressiva vitória do MDB, são tratados no início do livro. Outro tema analisado foram os desencontros nas relações entre o governo Geisel e a nova política de direitos humanos de Jimmy Carter (1977-1981), na época, ocupando o cargo de presidente dos Estados Unidos. Outro ponto de destaque nesse volume são os episódios que marcaram os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel Filho, respectivamente em outubro de 1975 e janeiro de 1976, nas dependências do DOICODI de São Paulo. O autor indica que a repercussão negativa, sobretudo da morte de Herzog, foi um evento determinante para definir o enfrentamento entre Ernesto Geisel e a chamada “linha-dura”. A demissão do general Sylvio Frota – ministro do Exército e postulante a sucessor presidencial – foi narrada pelo autor como uma verdadeira disputa de xadrez: lance a lance. Para Gaspari, a vitória ou, melhor dizendo, o xeque-mate de Geisel na

disputa contra os frotistas foi fundamental para definir a sucessão presidencial – com a escolha do general João Baptista Figueiredo como candidato do Palácio do Planalto – e, ao mesmo tempo, para garantir o ritmo da distensão política. O autor também apresentou os efeitos da chamada “Lei Falcão” e do “Pacote de Abril”, respectivamente, em 1976 e 1977. A Lei nº 63339/76, mais conhecida como “Lei Falcão” – uma alusão a Armando Falcão, Ministro da Justiça da época – foi uma manobra do governo Geisel para impedir o crescimento eleitoral do MDB. Ainda sobre o impacto da massiva votação da oposição, nas eleições de 1974, essa mudança nas

regras eleitorais pretendia limitar o acesso a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Em 1977, o governo militar remeteu uma série de propostas de reformas para aprovação no Congresso Nacional. Entretanto, os membros do Poder Legislativo reagiram às tratativas do governo militar em aprovar tais reformas. Diante dos impasses com o Congresso Nacional, em 1º de abril de 1977, através do Ato Complementar n.º 102, o governo militar colocou o Congresso Nacional em recesso. O general Geisel baixou ainda uma série de atos constitucionais e decretos-lei que ficaram genericamente conhecidos como “Pacote de Abril”. Essas medidas significaram a imposição das almeçadas reformas políticas e judiciárias.

As duas medidas pretendiam frear o crescimento eleitoral da oposição no parlamento e retomar o controle sobre o Poder Legislativo. Entretanto, se no campo institucional a cúpula do Governo Geisel obteve êxito, como destaca Elio Gaspari, o mesmo não ocorreu em relação a outros setores da oposição, em especial, os militantes estudantis. As manifestações estudantis de 1977 são outro tema abordado pelo autor. Para tratar desses acontecimentos protagonizados pelos estudantes, Elio Gaspari dedicou um capítulo inteiro às manifestações estudantis. Com o sugestivo título “A geração de 1977 vai para a rua”, esse trecho apresentou as reações do governo Geisel à radicalização das manifestações da oposição. Como salienta o autor, surpreendidos pelas manifestações de maio de 1977, os militares intensificaram o acompanhamento do chamado “problema estudantil”. Em suma, esses volumes da obra de Elio Gaspari tiveram como efeito a consolidação da abordagem que enfatizou o papel dos militares, especialmente no período de Geisel, como moderadores da transição política brasileira. Nesse aspecto, os livros serviram para enfatizar o protagonismo dos militares na condução da “Abertura”. Depois do sucesso editorial e dos prêmios dos primeiros livros sobre a ditadura militar, foi preciso esperar doze anos para que o jornalista Elio Gaspari publicasse, em 2016, o quinto volume da série. Na primeira parte do livro, intitulado *A Ditadura Acabada*, o autor retoma a narrativa sobre as articulações de Geisel e Golbery para garantir o controle sobre a sucessão presidencial, o ritmo da

abertura e as manifestações hostis da “tigrada”.<sup>5</sup>

O tom geral de *A Ditadura Acabada*, como nas obras anteriores, foi acentuar o protagonismo do projeto de “distensão” de Geisel. Tanto que, ao longo do livro, são utilizados vários sinônimos – “descompressão”, “distensão” e “abertura” – para demarcar o papel dos militares no controle do ritmo e da velocidade dos acontecimentos. Assim, para o autor, a aprovação da Lei da Anistia, o retorno dos exilados, o pluripartidarismo, as eleições de 1982 e, finalmente, a entrega do poder aos civis, em 1985, foram ações conduzidas de maneira “linear” e “cadenciada” pelos militares. Utilizando um termo recorrente do autor, Geisel e seus comandados souberam controlar a “calibragem” da transição política. Em outras palavras, o projeto de distensão de Geisel se transformou na abertura política executada pelo general Figueiredo. Mesmo enfatizando o caráter “militar” do projeto de abertura dos militares, o autor também reservou um capítulo da Parte I de *A Ditadura Acabada* para abordar a campanha pela anistia. Nesse capítulo, com o singelo título “A Anistia”, foram destacados alguns aspectos da campanha pela anistia, especialmente as atividades do MFPA e de Therezinha Zerbine sua fundadora. A preocupação com as atividades das CBA’s e a situação dos exilados políticos, que poderia arranhar a imagem do país no exterior, também foram analisados no trecho. Apesar disso, o movimento pela anistia foi apresentado como mais um “obstáculo” ao projeto de “Abertura” de Geisel. Em outras partes do livro, o autor apresentou os principais acontecimentos econômicos e políticos que marcaram o governo do general Figueiredo. São destacados, ainda, os acontecimentos que levaram à saída de Golbery no governo, em 1981. Os últimos momentos da ditadura, como a campanha pelas Diretas Já e a “construção de Tancredo” na disputa no colégio eleitoral, em 1985, são os temas que encerram o livro. Em suma, as obras de Elio Gaspari consolidaram uma narrativa que enfatizou o protagonismo dos militares no comando da transição democrática. Como salienta Napolitano (2014), na atualidade, as narrativas que destacam os militares, especialmente o ex-presidente Ernesto Geisel, como os grandes condutores da “abertura” são as mais aceitas, por exemplo, entre os setores liberais e da grande imprensa.

Apresentadas essas perspectivas sobre esse momento da ditadura militar, cabe agora uma interrogação: qual a opinião dos ex-militantes dos movimentos pela Anistia, dos ex-presos políticos, dos familiares de mortos e desaparecidos sobre essa temática?

A última batalha do general Geisel:

Em geral, nos últimos anos esses setores têm manifestado seu despreço aos caminhos que levaram à aprovação da Lei da Anistia de 1979, os limites em relação aos

---

5. Termo empregado pelo autor para denominar os integrantes dos órgãos de repressão política.

chamados crimes correlatos e, sobretudo, o caráter de autoanistia da lei, materializada no “perdão dos torturadores”. Esses são apenas alguns dos pontos controversos sobre esse episódio que marcou a transição política brasileira.

Esses embates colocam em campos opostos as memórias dos participantes da campanha pela Anistia e dos defensores do legado do Governo Geisel. Assim, essa disputa ocorre nos terrenos político e institucional. Entre esses momentos de disputa podemos citar: discussões para a aprovação da Lei n.º 9.140/95, chamada de Lei dos Mortos e Desaparecidos. Em 2010, o “campo de batalha” foi o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na ocasião foi debatido uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, peça apresentada pela seção nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O objetivo da ação era contestar partes da Lei da Anistia. O saldo final foi sete (07) votos pelo arquivamento da ADPF 153. Ou seja, a maioria dos ministros resolveu endossar e ratificar os princípios da Lei nº 6.683/1979.

Outro capítulo desse embate aconteceu durante a cerimônia de entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Criada em 2012 a CNV, durante dois anos e sete meses, realizou centenas de entrevistas, coligiu milhões de documentos e realizou inúmeras audiências públicas para, finalmente, apresentar seu Relatório Final.

Realizada em 10 de dezembro de 2014, a cerimônia de entrega do Relatório Final contou com a participação de diversos ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, parlamentares e da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, fato que serviu para tornar o evento mais carregado de significados políticos. Esse momento representou o encerramento oficial dos trabalhos da CNV, criada pela Lei nº 12528/11.

O texto do Relatório Final da CNV é composto por 3 volumes divididos em 18 capítulos, e mais 09 textos temáticos que tratam de graves violações aos direitos humanos de trabalhadores, estudantes, meios militares, homossexuais, povos indígenas, igrejas cristãs e camponeses, entre outros.

Contudo, alguns setores da sociedade, em especial os militantes dos direitos humanos e os familiares de mortos e desaparecidos políticos, apresentaram alguns questionamentos sobre o conteúdo do documento. Para esses setores, em termos gerais, não ocorreram grandes “descobertas”, principalmente, no que diz respeito ao destino dos chamados desaparecidos políticos, ao número total de mortos durante a ditadura e, sobretudo, aos responsáveis pelas “graves violações dos direitos humanos”.<sup>6</sup>

---

6. Sobre algumas dessas críticas, ver: “Fundadora do Tortura Nunca Mais considera frustrante relatório da CNV”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560330-fundadora-do-torturanunca-mais-consi->

Recentemente, em 30 de julho de 2018, a discussão foi retomada depois da solicitação do Ministério Público Federal (MPF/SP) de reabrir a investigação sobre o assassinato de Vladimir Herzog. Essa medida foi tomada após a condenação do governo brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esse fato trouxe à tona, novamente, as controvérsias sobre os limites da Lei da Anistia.

Em resposta, o jornal O Globo, através de um editorial intitulado “Nada justifica a revisão da Lei da Anistia”, apresentou os argumentos contrários a qualquer possibilidade de mudança da legislação. Datado de 02 de agosto, o texto afirmou que a anistia foi “...aprovada pelo Congresso, de forma livre, em 1979, embora ainda em um governo militar, de João Baptista Figueiredo...”.<sup>7</sup>

Na tentativa de justificar sua participação no golpe de 1964 e no apoio a ditadura, o editorial de O Globo atualizou os argumentos – defendidos por setores da imprensa liberal e de alguns ministros do STF, na ocasião do julgamento da ADPF 153/2010 – sobre esse momento da história recente. O primeiro é que a redemocratização brasileira “[...] envolveu amplos espectros da oposição e da sociedade em geral, o que concedeu à mudança do regime elevada dosagem de legitimidade”.

Noutro trecho do texto os editores reiteraram que a aprovação da Lei da Anistia teria “legitimidade” porque “...está lastreada em sólida institucionalidade”. O editorial encerra com uma reflexão sobre os riscos para a “estabilidade na democracia” de se “trazer de volta um passado já diferido pelas instituições”.<sup>8</sup>

Em suma, a Lei da Anistia representou um avanço na direção da “conciliação nacional”. Dessa forma, qualquer tentativa de revisão do texto causaria, segundo o editorial, fissuras na sociedade brasileira. Assim, no prisma de O Globo, o problemático seria tratar de temas ligados ao nosso passado, no caso em tela, da Ditadura Militar.

Na prática, esse temor sobre o “passado” evidencia os meandros do complexo quadro de disputas de narrativas sobre nossa história recente. Na opinião de Traverso (2007), no presente, podemos compreender as interpretações sobre a Lei da Anistia como um símbolo da ‘reconciliação’ e, sobretudo, Ernesto Geisel como o ‘moderador’ e ‘patrono’ da “Abertura” ocupam a posição de “memórias fortes”. Em síntese, na atualidade, existe uma disputa pela narrativa sobre a ditadura militar, no geral, e chamada Lei da Anistia, em particular.

Ainda segundo Traverso (2007), nos contextos marcadas por disputas políticas

---

dera-frustrante-relatorio-da-cnv.shtml>.

7. Leia mais: <https://oglobo.globo.com/opiniao/nada-justifica-revisao-da-lei-da-anistia22940394#ixzz-5NiKfTq1,02/08/2018>.

8. Leia mais: <https://oglobo.globo.com/opiniao/nada-justifica-revisao-da-lei-da-anistia22940394#ixzz-5NiKfTq1,02/08/2018>.

sobre eventos traumáticos do passado, as chamadas “memórias fortes” são mais visíveis e reconhecidas, inclusive, de forma institucional. Como no caso do Brasil, como citados, onde o Congresso Nacional aprovou, em 1979, e o STF legitimou, em 2010, os termos da Lei da Anistia. Fornecendo assim “legitimidade” – institucional e jurídica – para as teses que defendem o “legado democrático” de Ernesto Geisel.

Em contrapartida, nas últimas décadas os movimentos pela Anistia, sobretudo, o MFPA sofreram um processo de invisibilidade política. Suas ações, entidades e dirigentes foram apartadas, sobretudo na imprensa, das narrativas sobre a transição democrática brasileira. Dessa forma, sob esses seguimentos existiria uma “memória débil”.

No mesmo sentido, Reis Filho (2004) afirmou que, inicialmente, os militares brasileiros, apesar de terem ganho a batalha das armas, acabaram derrotados nas “batalhas da memória”. Momentaneamente, como indicamos, essa situação não se aplica as narrativas sobre a campanha pela Anistia. Por fim, podemos afirmar que no atual contexto memorial, o general Ernesto Geisel ganhou sua última batalha. Contudo, no campo da memória essas vitórias são transitórias.

## REFERÊNCIAS

- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (intr. e org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- GASPARI, Elio, *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_, Elio, *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_, Elio, *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_, Elio, *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_, Elio, *A Ditadura Acabada*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2016.
- KINZO, Maria D'alva G. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1988.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- TRAVERSO, Enzo. *El pasado. Instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Marcial Pons: Madrid, 2007.

# “GOLPE EM CÂMERA LENTA”: ESTADO DE SÍTIO E O CINEMA POLÍTICO DE COSTA-GAVRAS

JOSÉ RODRIGO DE ARAÚJO SILVA<sup>1</sup>

Resumo: O período que antecede o golpe militar no Uruguai (1973) foi marcado por um intenso autoritarismo promovido pelo governo do presidente Jorge Pacheco Areco (1967-1972). As medidas de exceção e violência política por parte do Estado serviram de inspiração para o filme Estado de Sítio (État de Siège) do cineasta grego naturalizado francês Constantin Costa-Gavras. Este artigo tem por objetivo analisar a película enquanto uma fonte histórica do período em debate, observando a obra como um importante veículo de denúncia dos mecanismos autoritários e repressivos dos governos latino-americanos entre as décadas de 1960 e 1980.

Palavras-chave: Cinema político; Violência; América Latina

Abstract: During government of president Jorge Pacheco Areco (1967-1972), just before the military coup (1973), Uruguay experienced a period of intense authoritarianism. The film Estado de Sítio (État de Siège), by greek diretor Constantin Costa-Gavras, takes place during this period, when population suffered under the rule of political violence. This paper analyses this film as a source of historical information about the Period and as a critico fauthoritarian and repressive mechanisms of Latin America governments between 1960's and 1980's.

Keywords: Political cinema; Violence; Latin America

---

1. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: rodrigope81@hotmail.com

Uruguai, 31 de julho de 1970. Este é o ponto de partida para compreendermos a sucessão dos fatos que levaram à morte de um funcionário do Estado norte-americano durante o governo de Jorge Pacheco Areco. O sequestro de Anthony Dan Mitrione foi marcado pela ação de um dos maiores grupos da guerrilha urbana na América do Sul – O Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T). A trama seria facilmente confundida com o roteiro de um filme hollywoodiano, tendo em vista os papéis desempenhados por suas personagens - “bandidos”, “mocinhos”, o assassinato de um cidadão americano e um pouco de ação tendo como pano de fundo um enredo político. Entretanto, algumas publicações no jornal francês Le Monde sobre as funções desempenhadas por Mitrione inspiraram outro tipo de produção.

Ao ler três referências distintas sobre a identidade deste cidadão e seu trabalho em alguns países da América do Sul, o cineasta grego naturalizado na França Constantin Costa-Gavras, questiona-se sobre as reais atividades desenvolvidas por Mitrione. Afinal de contas, algo destoava nas informações relatadas pela imprensa. Em um primeiro momento, o Le Monde atribuía-lhe a função de oficial, outrora de policial e finalmente de diplomata. Qual seria, portanto, o verdadeiro trabalho deste funcionário norte-americano em solo latino? Quais as motivações que levaram os Tupamaros a cometerem o seu assassinato? E ainda, por quais razões a imprensa reproduzia um discurso contraditório e pouco esclarecedor sobre este homem? Não tendo dúvidas de que deveria prosseguir em suas investigações, Costa-Gavras embarca rumo à jornada que o levaria a produzir um dos maiores marcos do cinema político: o filme Estado de Sítio.

117

Na ocasião, envolto em leituras sobre o embaixador americano John Peurifoy que havia participado do golpe militar na Grécia e depois na Guatemala, Gavras se deparou com esta história e decidiu mudar os rumos de suas pesquisas. Convidou o amigo, escritor e roteirista Franco Solinas para elaborar o roteiro e decidiu viajar até o Uruguai com a finalidade de investigar melhor o caso.<sup>2</sup> As informações contidas na película são muito próximas dos fatos relatados pela imprensa na época. Gavras e Solinas construíram um roteiro que além de instigante, tem a pretensão de cumprir com a função social de denunciar abusos não apenas do governo uruguaio, mas de todo o sistema político que havia se instalado na América do Sul em meados do século XX, resultado das intervenções dos Estados Unidos e do cenário mundial vigente provocado durante a Guerra Fria.

---

2. É importante ressaltarmos a participação de Franco Solinas na escrita do roteiro, tendo em vista o seu posicionamento político. Solinas na ocasião era membro ativo do Partido Comunista Italiano. Embora Gavras tenha declarado em 2009 durante sua participação no festival pernambucano de cinema (Cine-PE) que “todo cinema é político”, devemos ter a consciência de que as posturas do diretor e do roteirista direcionam a análise e a construção da narrativa. Sobre a elaboração do roteiro de Estado de Sítio, Cf. Falcoff (1976).

Estado de Sítio traz à baila uma questão crucial quando se fala sobre o papel do cinema nos debates históricos e do lugar que o cineasta ocupa ao produzir uma obra que se apropria dos discursos da história para construção de sua narrativa. Nesta perspectiva, o filme seria a nosso ver uma possibilidade de leitura da história, tal qual o texto escrito. Com uma metodologia específica de análise, o cinema possibilitaria ao leitor do texto imagético uma versão sobre a narrativa da história. “Marc Ferro, por exemplo, em seus percursos a respeito do tema atribuiu ao cinema uma categoria fundamental para pensar historicamente e para compreender o século XX” (LUCAS, 2010, p. 159).

Desde que os historiadores passaram a pensar e utilizar o cinema como uma possibilidade de fonte e enquanto recurso didático, vários questionamentos foram levantados sobre o papel da sétima arte na sociedade contemporânea. Mais do que isso, esses estudiosos passaram a provocar algumas reflexões sobre os papéis desempenhados pela arte no sentido mais amplo. Da idealização da obra à sociedade de consumo; do produto enquanto objeto ao seu valor simbólico; da satisfação pessoal à dimensão da coletividade. O cinema estaria, portanto, inserido neste debate estando muito além do propósito de entretenimento.

Mesmo quando um filme é visto como uma obra despreziosa de ações ligadas aos contextos políticos, por exemplo, ele pode ser discutido e analisado sob diversos aspectos. Entretanto, alguns roteiros sem grandes reflexões filosóficas ou investimentos financeiros passam frequentemente despercebidos pelos cinéfilos, acadêmicos e críticos. Rotulados por alguns como “cine-pipoca”, estes filmes caem facilmente no esquecimento sem ao menos terem suas temáticas abordadas por esses especialistas. Em contrapartida, na mesma via de análise, o cinema político expressaria a máxima do gênero ocupando o status de “arte engajada”.

Durante toda a história do cinema, os filmes serviram em diversas situações como formas de denúncia e reflexão aos sistemas políticos e econômicos – é o caso de filmes como *Tempos Modernos* (1936) e os problemas provocados pelo sistema capitalista – ou até mesmo como um artifício para o Estado promover a sua imagem e “doutrinar as massas” através da propaganda política – a exemplo de filmes como *A Mãe* (1926), um clássico do cinema soviético, ou das obras da cineasta Leni Riefenstahl sob o governo Nazista de Adolf Hitler.<sup>3</sup>

---

3. Durante o governo do Terceiro Reich, o cinema desempenhou um papel fundamental nas propagandas promovidas pelo partido de Adolf Hitler. Para obter bons resultados, o Ministro da Propaganda alertava para os filmes não serem enfadonhos e partirem das necessidades e dos desejos das massas. Em 12 anos do regime Nazista, foram produzidos cerca de 1.350 longas-metragens de propaganda política que eram exibidos em todas as partes do país. Das 62.000 escolas alemãs, 40.000 possuíam salas de projeção. Para maiores informações sobre o tema, Cf. Pereira (2003); Arendt (1998).

Em nossa abordagem, não teremos como objetivo central analisar os filmes produzidos com a finalidade de promoção dos partidos ou governos. Optaremos pela reflexão do cinema que possibilita o pensamento sobre os fatos que por vezes foram suprimidos das “histórias oficiais”. Percebendo, desta forma, o cinema enquanto lugar de memória. Como nos esclarece Jorge Nóvoa quando afirma que,

Não deve ser uma exclusividade olhar os filmes apenas como obra de arte ou de um ponto de vista tão somente estético ou ainda no quadro apenas da história do cinema. O cinema tornou-se, ao nosso olhar, um saber sobre a história. Muito mais que isso, uma excelente forma de representação dela. O discurso que o cinema aporta ao pensamento histórico não pode ser negligenciado, porque envolve uma razão que é assumidamente poética. Por isto mesmo, trata-se de um extraordinário meio de difusão desse saber, e ainda um lugar de memória (NÓVOA, 2005, p. 15).

No esforço de compreendermos não apenas as propostas do Costa-Gavras em *Estado de Sítio*, mas a própria atmosfera em que a trama estava inserida, abordaremos brevemente a situação política, econômica e social do Uruguai face às disputas de poder que desencadearam o golpe militar em 1973. A esta altura, o leitor deve estar se perguntando qual seria a relação entre os acontecimentos de julho de 1970 e o controle do Estado pelos militares anos depois. Pois bem, de certa forma todos estes fatos possuem uma ligação que transcende as dimensões governamentais. Antes da efetivação do golpe militar sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, o governo de Jorge Pacheco Areco (1967-1972) ensaiava o uso da violência e da repressão em um longo processo que ficou conhecido como “golpe de estado em câmera lenta”.

Até a década de 1960, a situação do Uruguai era atípica em relação aos outros países da América do Sul. A maior área de concentração populacional já estava nos centros urbanos. De acordo com Alain Rouquié (1984), mais da metade da população vivia em Montevideu, o que resultava numa maior atenção do Estado à dinâmica social desta cidade. O campo e seus trabalhadores estavam fora das preocupações estatais e por consequência, seus problemas e reivindicações não eram percebidos pelos moradores da capital. O mundo observava o Uruguai como um lugar de estabilidade e calma, conferindo-lhe o título de “Suíça da América Latina”.

Outro ponto peculiar do país foi a sua relação com os partidos políticos. Dois partidos foram basilares para a formação do pensamento social uruguaio: o partido Blanco e o Colorado. O partido Colorado governou o país durante noventa e três anos ininterruptos (1865-1958). Ou seja, quase um século de um regime praticamente sem inovações ou grandes alterações estruturais. Com isso, a formação do corpo militar esteve intimamente ligada ao pensamento do partido que governou o país por quase cem anos, o que resultou em um Exército majoritariamente colorado e conservador.

Tan es así, que en 1917 se expulsa de la Escuela Militar a los cadetes blancos, y en 1958, quando el Partido Nacional (Blanco) gana las elecciones, los militares venel cambio con malos ojos: al nuevogobiernole resulta difícil encontrar generales "simpatizantes". Hay quienes venenello una de las razones de la prescindencia militar: el ejército no es autónomo; al estar vinculado a una familia política, no se halla por encima de los partidos ni se arroga el derecho erigirse em autoridad suprema y garante de los intereses nacionales (ROUQUIÉ, 1984, p. 162)

Esta formação contribuiu para a postura conservadora que o Exército imprimiu ao regime militar. Por outro lado, as práticas repressoras exercidas ao longo dos anos pelos governos que antecederam os militares criaram um ambiente favorável à institucionalização da violência após o golpe de Estado. Além da postura conservadora, outro fator que influenciou fortemente a conduta do Estado repressor foram as intervenções dos Estados Unidos no país, como o envio de agentes da Agency for International Development (A.I.D) denunciado por Gavras.

A economia uruguaia perdurou durante muito tempo baseada na exportação de produtos primários, com ênfase na pecuária. Todavia, com o final da Segunda Guerra Mundial os países diminuíram o ritmo de importações o que atingiu diretamente a estrutura econômica do Uruguai. De uma hora para a outra, a "Suíça da América" diminuiu sensivelmente a sua renda baseada nas exportações gerando uma grave crise no país. Essa instabilidade abalou as estruturas do bem estar social conquistado pela democracia.

120

As tensões sociais rapidamente apareceram e em meio a elas um movimento que migrou do interior rumo à capital. Os cañeros – plantadores de cana-de-açúcar da região norte do país – não eram contemplados com os avanços trabalhistas concedidos aos trabalhadores urbanos. Em 1962, este movimento revelou aos moradores de Montevideu uma realidade que até então havia sido desconsiderada pelos governantes. Enquanto, por exemplo, nas áreas urbanas os índices de analfabetismo eram baixos, na região rural a situação configurava-se de forma bem diferente.

Porém, os cañeros não possuíam uma proposta somente de reformas sociais e de melhorias para o campo. Suas reivindicações iam ao encontro de demandas mais profundas, dentre elas, a questão da reforma agrária. Essas reivindicações acabaram se unindo a de outros setores da população, que estavam ocupando fábricas e aderindo a greves. Assim, essa confluência de interesses acabou por fomentar a consciência de classe entre estes trabalhadores, que acabaram por fundar, então, a Convención Nacional de Trabajadores (CNT), em 1966 (FERNANDES, 2009, p. 181).

No mesmo ano de fundação da CNT, a eleição para presidência é favorável para o partido colorado. Em meio às revoltas sociais e aos novos rumos que o país tomava,

os uruguaios acreditaram que só um partido com experiência na gestão pública poderia controlar e apaziguar os ânimos do povo. Por isso, a melhor alternativa seria eleger o candidato Oscar Gestido.<sup>4</sup> A tentativa de segurar as rédeas da crise foi interrompida pela morte do presidente em dezembro de 1967. Em consequência, assumiu a presidência o então vice Jorge Pacheco Areco.

As medidas adotadas por Areco assemelhavam-se as de um país ditatorial. Sua postura conservadora foi alicerçada cada vez mais através de um governo repressor. Não havia uma ditadura declarada, afinal de contas o presidente havia assumido legalmente o país, contudo os meios utilizados para manter a ordem foram próximos aos meios que países como o Brasil utilizaram para legitimar o estado de exceção. No caso do Uruguai, foram decretadas Medidas Prontas de Seguridad (MPS) que em outras palavras seriam uma forma de inibir qualquer tipo de manifestação contrária às decisões do governo.

A situação se agravou ainda mais quando Areco decretou o congelamento dos preços dos produtos e dos salários da população. Desta forma, "as MPS se tornaram condição imprescindível para impor uma política econômica onde o congelamento salarial foi peça chave e para impedir a reação do movimento operário" (PADRÓS, 2005, p. 273). Com essas e outras medidas, o estado de terror passou a fazer parte do cotidiano da população. Os estudantes e líderes sindicais foram fortemente reprimidos, presos e torturados.

Como uma forma de reação ao governo, surge o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T) que tinha como inspiração as guerrilhas rurais e o movimento revolucionário cubano. Como a maior parte da população estava concentrada nas áreas urbanas, os Tupamaros adaptaram as suas ações e transferiram a resistência para a capital. É importante ressaltarmos que este grupo surgiu como uma resposta às arbitrariedades do governo. Ressaltamos esta questão, pois algumas literaturas atribuem o endosso da repressão política promovida pelo estado como um enfrentamento à luta armada do MLN-T.

Até mesmo o embrião do movimento que surge em 1962 envolto nas lutas dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar, caracteriza-se enquanto uma reação às tentativas de golpes dos grupos de orientação fascista no início da década de 1960. A organização foi denominada El Coordinador e tinha como um dos seus líderes Raúl Sendic, que ficou conhecido por conduzir orientações posteriores do movimento. Quando esse projeto embrionário é abortado para o surgimento dos Tupamaros

---

4. Como explicitamos anteriormente, o partido colorado governou o país quase um século ininterruptamente. Com o início da crise, o partido de oposição (Blanco) consegue eleger seu candidato nas eleições de 1958. Posteriormente, com o agravamento da mesma, o povo elege novamente o candidato do partido colorado.

em 1965, os seus membros adotam a luta armada e as ações práticas como regime condutor.

O MLN, como nova organização, se propôs ser um movimento revolucionário que vislumbrava objetivos políticos segundo as necessidades do país. Surgiu como movimento ilegal, subversivo da legalidade burguesa, mas também da tradição legalista da esquerda uruguaia. Independente em relação aos interesses de qualquer centro externo – do Estado ou revolucionário –, caracterizou-se pela liberdade de movimento e de decisão, e pela sua inovadora metodologia: a ação como máxima para o desenvolvimento da revolução – “a ação nos unifica, as palavras nos distanciam” (CABRAL, 2007, p. 160).

Uma das ações principais dos Tupamaros foi desencadeada no dia 31 de julho de 1970 e utilizada pelo Costa-Gavras como mote para o filme. Em sua estrutura, Estado de Sítio não difere muito das outras obras do cineasta. Entretanto, o elemento de suspense da narrativa é rapidamente revelado, pois já no início da película o diretor mostra o reconhecimento do corpo de Philip Michael Santore (Yves Montand) dentro de um carro abandonado. O impacto das cenas iniciais com a revelação do que seria o “final da história”, demonstra o desejo de Gavras em sensibilizar o público, deixando no ar o que teria feito de tão grave aquele homem para ter tal desfecho.

122

Logo em seguida, mostra-se a cena do seu velório dentro de uma igreja com a família de Santore e muitos membros das forças armadas. Esta relação entre “Deus, Pátria e Família” nos sugere uma crítica ao conservadorismo da época. Embora a personagem tenha uma aparência que se revela satisfatória aos padrões tradicionais estabelecidos pela sociedade – um homem com esposa e filhos, funcionário de um órgão estatal e possivelmente de preceitos religiosos – este seria o principal suspeito de envolvimento com atos que negam os princípios morais, éticos e cristãos.

As ações dos Tupamaros ao tomarem posse dos automóveis que serão utilizados nos sequestros também são reveladoras. Um dos motoristas ao ser abordado pelo grupo não se mostra surpreso e afirma que recentemente já havia acontecido outra abordagem com a finalidade de um assalto a um banco – ou expropriação, como ressalta uma integrante do movimento. Desde que passaram a utilizar os meios de ação como estratégia de combate, as abordagens se tornaram comuns aos moradores de Montevideu, seguindo sempre o mesmo padrão: o grupo entrava no veículo, seguia até o ponto determinado, abandonava o carro e só após algumas horas o dono do veículo deveria prestar uma queixa na polícia.

Ainda sobre as expropriações, outra cena que nos chama a atenção está relacionada a uma senhora aparentemente bem vestida e de posses. Quando esta senhora abandona o veículo com alguns Tupamaros, notamos um contraste nas

imagens. Propositalmente isto acontece em uma espécie de lixão, onde observamos crianças em situação desumana colhendo alimentos e outros objetos. A imagem da mulher pertencente à alta sociedade que se vê apavorada não apenas pela abordagem do grupo, mas pelo local em que foi forçada a descer, cria uma metáfora da situação social vivenciada pelos uruguaios naquele momento.

Durante esta ação, três pessoas foram escolhidas como alvo do sequestro. Uma delas foi o embaixador brasileiro Aloysio Dias Gomide (que no filme é chamado de Fernando Campos). A inspiração para o sequestro do embaixador partiu da ação bem sucedida do sequestro ao embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick, através de uma parceria entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN) conhecidas por adotarem a luta armada como uma forma de resistência. O sequestro de Elbrick havia acontecido em setembro de 1969 e em troca os membros das organizações negociaram a libertação de quinze presos políticos que foram encaminhados ao México e a leitura de um manifesto em rede nacional.<sup>5</sup>

Após o sucesso desta ação, outras também foram realizadas no país como, por exemplo, a do cônsul japonês Nobuo Okuchi pela libertação de cinco presos políticos; e a do cônsul alemão, Ehrenfried Ludwig Von Holleben que resultou na troca de quarenta presos enviados à Argélia. Os Tupamaros resolveram adotar a mesma medida com a finalidade de libertar os presos políticos do Uruguai. Além do embaixador brasileiro, outro escolhido foi o segundo secretário da embaixada dos Estados Unidos (no filme, Anthony Lee) que conseguiu escapar.

Na própria construção do roteiro, Gavras e Solinas provocam os espectadores quando atribuem a um grupo de jornalistas o papel de indagar o porta-voz do governo sobre os sequestros. Os jornalistas assumem na narrativa o importante papel de conduzirem pontualmente os raciocínios e questionamentos que nortearão toda a película. As perguntas são estrategicamente elaboradas com o intuito de que suas respostas esclareçam ao público em qual contexto político está sendo ambientada a trama. A censura, por exemplo, aparece de forma sutil em um diálogo entre um jornalista e um funcionário do governo.

Ao questionar sobre a quantidade de membros do MLN-T envolvidos no sequestro, rapidamente o jornalista é interrompido pelo funcionário alertando para que este não utilizasse a palavra "Tupamaros", pois esta estava "proibida por lei". De forma irônica, outro jornalista complementa que o colega deve fazer referência ao grupo como os "inomináveis". Este ponto foi abordado como uma forma de alerta

---

5. O documentário "Hércules 56" produzido por Silvio Da-Rin em 2006, aborda as memórias sobre o sequestro do embaixador pelos seus articuladores e pelos presos que foram libertos após a negociação. Os detalhes da ação também foram descritos no livro do Fernando Gabeira "O que é isso, companheiro?", posteriormente adaptado para o cinema por Bruno Barreto com título homônimo em 1997.

à censura que estava sendo imposta no país. Tal proibição de fato existiu e pode ser percebida, por exemplo, em uma matéria da revista *Veja* de 1970. A matéria faz referência ao recolhimento de jornais brasileiros em solo uruguaio pela utilização da “palavra maldita”.<sup>6</sup>

Se o cônsul brasileiro e um agente policial americano estão sequestrados em poder de um grupo terrorista que exige a libertação de todos os presos políticos do país, qual a melhor fórmula de resolver a questão? Para o governo uruguaio apresentaram-se inúmeras soluções, mas talvez a mais original de todas foi internacionalizar a censura à imprensa, proibindo qualquer menção ao nome da organização terrorista – Tupamaros. A imprensa local, que vem observando essa recomendação, está, no entender do governo uruguaio, para o fim do terror. A imprensa brasileira, porém, que não sabia dessa nova tática de repressão policial por meio de supressão de vocábulos, continuou usando a expressão Tupamaros. O resultado disso foi que as autoridades, talvez acreditando numa possibilidade fulminante de libertação dos sequestrados, resolveram apreender os exemplares dos jornais “O Estado de São Paulo” (150 exemplares), “O Globo” (cem) e “Jornal do Brasil” (cinquenta). Como apreender jornais é muito mais fácil e seguro que prender terroristas, apesar da existência de um acordo cultural que prevê a circulação de jornais entre os dois países, as publicações brasileiras foram para os porões espaçosos da polícia uruguaia (*VEJA*, 12/08/1970).

124 O governo de Jorge Areco adotou a estratégia da censura como uma forma de inibir o acesso às informações sobre o grupo. Possivelmente eles acreditavam que destituídos de uma identidade e tendo o nome da organização suprimido das matérias, o grupo enfraqueceria facilmente. O fato é que os “inomináveis” ganharam ainda mais notoriedade, mesmo com a mudança brusca de seus integrantes que passaram naquele momento de uma fase em que eram associados ao Robin Hood - pelos discursos e feitos heroicos entre os anos de 1968 e 1969 - para uma postura mais radical.

O Sequestro de um funcionário da embaixada norte-americana e do cônsul de um país que servia como modelo à conduta repressora do governo uruguaio, atendia aos anseios do MLN-T. Mas o ponto chave da trama teria seu esclarecimento com a série de entrevistas feitas ao funcionário do Agency for International Development (A.I.D), Philip Santore. Essa agência teria a função de desenvolver programas assistencialistas nas áreas de saúde e educação, além de elaborar “experiências técnico-científicas” em países da América Latina. Sempre que são feitas referências ao A.I.D. as personagens afirmam a importância desse programa no país. Esta seria uma forma de justificar a intervenção dos Estados Unidos nos rumos dos países beneficiados.

Ao colocar o sequestrado frente ao seu sequestrador, Gavras nos oferece um recurso muito usual em obras cinematográficas: o jogo com as expectativas do

---

6. “A palavra maldita” foi a expressão utilizada pela revista *Veja* como título da matéria a respeito do caso.

público. Na medida em que um membro dos Tupamaros interpela Santore em uma sequência magistral de perguntas e respostas sobre a participação deste em atos ilícitos, o espectador se sente envolvido na trama supondo as possíveis respostas e reelaborando as perguntas. Sobre esta técnica, Jullier e Marie (2009, p. 68-69) ressaltam que o espectador participa da cena graças a uma capacidade mental chamada “teoria do espírito” que seria o poder de imaginar – podendo sentir e agir – o que as pessoas que ele olha sentem e pensam baseado no que ele próprio sente e pensa.

Da mesma forma, acontece com as cenas seguintes sobre os quadros da tortura. Santore foi acusado de participar ativamente no treinamento de militares e policiais na América do Sul ensinando a estes técnicas de tortura para serem aplicadas durante as inquirições dos presos políticos. Para o treinamento eram utilizados mendigos e moradores de rua nesses países. Anthony Dan Mitrione pertencia ao F.B.I e havia sido designado para chefiar o treinamento na América Latina, além de ministrarcursos e palestras nos Estados Unidos.

Entre as denúncias, Gavras ressalta os lugares que possivelmente Mitrione teria passado e executado o treinamento desses homens. Na lista são citados os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. Sobre este último, encontramos alguns indícios da existência do treinamento nos documentos do acervo DOPS que estão sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE-PE). Um relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em 1961, referente ao ano anterior, mostra o quanto os funcionários da Secretaria de Segurança Pública foram beneficiados com um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos que ficou conhecido como Ponto IV.<sup>7</sup>

125

O Convênio de Cooperação Técnica, Instrução e Equipamento, firmado entre o Governo do Estado e o Governo Americano (ponto IV), possibilitará meios substanciais para a execução dos nossos planos de trabalho. O estágio feito nos Estados Unidos da América do Norte, por alto funcionário da Secretaria de Segurança Pública, marca o início das atividades de polícia em nosso Estado [...] esboçada nas conferências, acompanhada de ilustrações e com o comparecimento da oficialidade da polícia militar, delegados de polícia da capital e do interior e funcionários civis, foram realizadas pelo secretário de segurança pública a transmissão das informações colhidas na viagem de estudos feita aos Estados Unidos da América do Norte.<sup>8</sup>

Corroborando as especulações apresentadas por Estado de Sítio, o documento

---

7. No discurso de posse do presidente norte-americano Harry Truman em janeiro de 1949 foram estabelecidos quatro pontos norteadores da política dos EUA a partir daquele governo. O quarto ponto do discurso (Ponto IV) elencava algumas medidas que seriam tomadas com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos países “subdesenvolvidos”. Segundo Gilbert Rist (2008), o Ponto IV inaugurou a “era do desenvolvimento”.

8. Relatório do secretário de Segurança Pública apresentado à Assembleia Legislativa de Pernambuco referente ao ano de 1960. Recife, 1961, p. 47 e 49. Fundo: APEJE – Setor de Documentos Impressos.

revela que este treinamento não apenas aconteceu, mas que recebeu o nome de Convênio de Cooperação Técnica, Instrução e Equipamento, o que sugere uma intervenção logística nos Estados em que este acordo foi firmado. Para obter bons resultados, os policiais e demais militares deveriam ter acesso a equipamentos que auxiliariam nas inquirições dos presos. Como exemplo, podemos citar a cadeira do dragão, que foi amplamente utilizada durante a ditadura militar brasileira.

Sentou-se numa cadeira conhecida como cadeira do dragão, que é uma cadeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco, e que na parte superior tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque chamado magneto; que, além disso, a cadeira apresentava uma travessa de madeira que empurrava as suas pernas para trás, de modo que a cada espasmo de descarga as suas pernas batessem na travessa citada, provocando ferimentos profundos.<sup>9</sup> (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 36)

126

O projeto Brasil: Nunca Mais(BNM) apresenta uma lista de instrumentos e técnicas de torturas que foram utilizados durante os anos de intervenção militar. Nesta lista, além da cadeira do dragão, são mencionados o pau-de-arara, a geladeira, a pimentinha, o afogamento, torturas com a utilização de insetos e animais, além da aplicação dessas técnicas em mulheres grávidas e crianças. O BNM catalogou inúmeras técnicas de torturas – entre físicas e psicológicas, em um detalhado registro utilização sistemática dessa prática nos órgãos estatais do país durante aqueles anos.

Quando indagado sobre o assunto, Santore afirma que não conhecia essa prática, mas que havia lido alguma coisa nos jornais comunistas. O discurso se aproxima do que foi defendido pelos militares anos depois para justificar a violência nas prisões. “Em um país imenso, desequilibrado, e com tradição de violência pode haver alguns excessos, casos isolados. É provável”, afirma o interrogado. Ao adotar essa postura, os responsáveis tentam eximir-se da responsabilidade de reconhecer que essas práticas foram importantes instrumentos de sustentação do regime, transferindo para os funcionários subordinados a culpa pelos possíveis “excessos” que possam ter existido.

Os torturadores passaram a executar a violência com o princípio de que a partir dela os presos colaborariam entregando seus companheiros de movimento. Com o passar do tempo os agentes automatizaram tais práticas. A recorrência usual era justificada como um esforço para conter os avanços do terrorismo. Sempre que questionados, o governo se posicionava na defesa de seus homens garantindo que se a esquerda assumisse seria muito pior.

Quando a tortura entra em prática, os torturadores são instruídos para que seu

---

9. José Milton Ferreira de Almeida em depoimento nos autos de qualificação e interrogatório. Rio de Janeiro, 1976

uso tenha uma finalidade satisfatória. No caso dos governos autoritários deste período que utilizaram essas técnicas, a orientação versava sobre a obtenção de informações. Estes informes eram repassados para órgãos especializados que processavam seu conteúdo conduzindo estrategicamente o andamento das investigações. Em Estado de Sítio, observamos algo parecido quando uma repartição recebe atualizações durante a investigação sobre o paradeiro das pessoas sequestradas.

A sequência apresentada com os instrutores brasileiros torturando um homem que servia como cobaia durante as aulas, torna a narrativa ainda mais forte. Para Gavras, não bastava apenas falar sobre a violência, seria preciso demonstrar, colocar as imagens em foco para sensibilizar ao máximo aqueles que assistem. Quando o diretor evidencia aquilo que possivelmente o espectador (em muitos casos) teria preferido deixar fora do seu campo de visão, chamamos essa escolha de confrontação (JULLIER; MARIE, 2009, p. 64).

Após a abertura política, alguns filmes brasileiros abordaram os anos de repressão utilizando em seus roteiros o tema da tortura. Como exemplo, podemos citar o filme *Que bom te ver viva* (1989) da cineasta brasileira Lúcia Murat. O filme é uma compilação de memórias traumáticas de um grupo de mulheres que foram torturadas enquanto estiveram presas. A diretora optou pela utilização dos depoimentos intercalados com um monólogo que foi dramatizado, na ocasião, pela atriz Irene Ravache. Durante toda a narrativa não observamos nenhuma cena explícita de tortura.

Estado de Sítio propõe o inverso. Embora a construção dos diálogos demonstre um interesse do diretor em provocar uma reflexão mais ampla sobre a conjuntura política e social da América Latina, a escolha pelas cenas explícitas de tortura questiona os limites do indivíduo enquanto corpo físico submetido a uma força que está além da matéria. Afinal de contas, o interesse maior do torturador é ter influência sobre o fator psicológico daquele que está sendo torturado. O jogo político que parece sobrepor a própria condição humana é finalmente apontado por Gavras quando no final da sequência observamos a bandeira do Brasil e a frase "Ordem e Progresso".

O projeto da tortura implica numa negação total – e totalitária- da pessoa, enquanto ser encarnado. O centro da pessoa humana é a liberdade. Esta, por sua vez, é a invenção que o sujeito faz de si mesmo, através da palavra que o exprime. Na tortura, o discurso que o torturador busca extrair do torturado é a negação absoluta e radical de sua condição de sujeito livre. A tortura visa ao avesso da liberdade. Nesta medida, o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que nas mãos do torturador, se transforma em objeto (PELLEGRINO, 1982, p. 03).

A produção é desafiadora. Denunciar os abusos dos governos ditatoriais em pleno auge de seu funcionamento demanda um esforço daqueles que o produziram

para alertar a comunidade internacional sobre o que estava acontecendo nesses países. Estado de Sítio teve suas principais cenas filmadas no Chile, ainda sob o regime democrático de Salvador Allende. Obviamente sua exibição foi censurada pelo governo brasileiro, sendo liberada apenas no início da década de 80.

A demarcação do tempo no filme é outro detalhe que merece a devida atenção. Durante o desenrolar dos acontecimentos, observamos as sequências marcadas pelos dias da semana. Esta escolha do diretor demonstra sua intenção em aproximar a ficção ao desencadear dos fatos em sua forma original. Gavras e Solinas construíram o roteiro de acordo com o tempo médio do sequestro real. Este esforço aproxima-se do processo desenvolvido pelos historiadores quando estes escolhem o tema e a temporalidade abordada; selecionam e delimitam o corpus documental; e finalmente constroem suas narrativas.

A música escolhida como tema reforça o universo vivenciado pelos grupos que atuaram na resistência. Ao retratar a presença dos policiais em uma Universidade e a violência destes contra um grupo de estudantes que reivindicava a autonomia da instituição, escuta-se uma música que ressoa nos caixas do pátio. Trata-se da canção "Hasta Siempre", interpretada pelo cantor cubano Carlos Puebla. O esforço dos policiais que tentam a todo custo impedir que a música fosse executada, nos sugere uma ação automática daqueles que foram treinados para esta finalidade. A maneira que ocorre a cena torna a sequência um tanto cômica e provocativa. A seguir, um trecho da canção:

128

Tu amor revolucionario  
Te conduce a nueva empresa  
Donde esperanla firmeza  
De tu brazo libertario.

Aquí se queda la clara,  
La entrañable transparencia,  
De tu querida presencia  
Comandante Che Guevara.<sup>10</sup>

Como explicitamos anteriormente, o filme é construído em flashback. Tem o seu início com os policiais encontrando o corpo de Philip Santore e logo em seguida a sucessão dos fatos que culminaram em sua morte. A cena final fecha o ciclo e deixa em aberto novas possibilidades. Quando observamos o caixão com o corpo de Santore saindo da igreja e logo em seguida a chegada de outro representante do governo norteamericano com sua família aparentemente feliz, temos a nítida impressão de que tanto os Estados Unidos quanto o Uruguai ficaram indiferentes ao caso. Repondo o funcionário como se repõe uma mercadoria que tem o seu prazo de validade vencido.

---

10. PUEBLA, Carlos. Hasta Siempre. Santiago: Jota Jota/DICAP, 1969.

Após este exercício de análise fílmica e os debates suscitados pelo tema, percebemos o quanto muitas vezes um filme vai além do que é apresentado de forma direta e explícita. Quando tratamos de cinema político este horizonte é ainda mais amplo, pois envolve questões ligadas ao contexto histórico e social abordados, além da seleção de memórias e sentimentos dos que vivenciaram os fatos abordados. Ao escolhermos o cinema enquanto fonte ou leitura da história é fundamental atentarmos para os aspectos da construção narrativa, marcada pela “manipulação” dos materiais que compõe a obra. “O filme é o produto final de diversas etapas de elaborações que culminam na edição. Esta se configura como um processo de escolhas que legitimam e autorizam discursos sócio-históricos” (BEHAR, 2010, p. 184).

Estado de Sítio e o cinema político de Costa-Gavras estão inseridos nessa afirmativa, tendo em vista que sua escolha legitima o discurso daqueles que tiveram seus direitos violados pela imposição de governos autoritários. As denúncias ao longo da narrativa sugerem uma reflexão mais ampla sobre o papel social que o cinema adquire, intervindo e abordando temas que foram por vezes silenciados nas “histórias oficiais”. Tal como o historiador que se apropria da documentação e constrói a sua narrativa, o cineasta – à sua maneira – o faz com objetivos próximos, tecendo leituras do tempo com ampla liberdade através de imagens compiladas e criadas.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ESTADO de Sítio (État de Siège). Direção: Costa-Gavras. França-Alemanha-Itália, 1972, 120 min.

PUEBLA, Carlos. Hasta Siempre. Santiago: Jota Jota/DICAP, 1969.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (Pernambuco). Relatório do secretário de Segurança Pública apresentado à Assembleia Legislativa de Pernambuco referente ao ano de 1960. Recife, 1961, p. 47 e 49. Fundo: APEJE – Setor de Documentos Impressos.

VEJA. A palavra maldita. São Paulo: Editora Abril, 12/08/1970, p. 16.

### BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

BEHAR, Regina. Conterrâneos velhos de guerra: o cinema escreve a história “vista de baixo”. In: CURY, Claudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. (Org.). Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do

século 20. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2010, p. 183-201.

CABRAL, J. P. C. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXXIII, p. 156-171, dezembro 2007.

FALCOFF, Mark. The Uruguay that never was: a historian looks at Costa-Gavras's State of Siege. University of Oregon. Journal of Latin American Lore. UCLA (University of California, Los Angeles). Vol. 2. No. 2. Hiver, 1976.

FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GABEIRA, Fernando. O que é isso, companheiro? 32. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JULLIER, Laurent; MARIE, Michel. Lendo as imagens do cinema. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

LUCAS, M. R. L. Cinema, história e cultura visual. In: CURY, Claudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. (Org.). Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do século 20. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2010, p. 159-163.

NÓVOA, Jorge. Costa Gavras: política, história e cinema. In: Revista Eletrônica O Olho da História. Edição nº 7, p. 01-26, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PELLEGRINO, Hélio. A tortura política. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 de junho de 1982.

PEREIRA, Wagner. Cinema e Propaganda Política no Fascismo, Nazismo, Salazarismo e Franquismo. In História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, p. 101-131, 2003.

RIST, Gilbert. The History of Development: from western origin to global faith. London and New York: Zed Books, 2008.

ROUQUIÉ, Alain. El Estado Militar en América Latina. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.

Artigo

# HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL: A INCLUSÃO EXCLUDENTE E A EXCLUSÃO INCLUDENTE

CAMILA C. DIAS<sup>1</sup>

**Resumo:** A História da Educação brasileira é integrante da História e do mundo, existindo articulação nos campos econômico, ético, social, político e educacional. Uma forma de compreender a escola é por meio do contexto europeu, em que ela foi construída e de onde migrou para estas terras junto com os seus colonizadores. Esse modelo de escola está enraizado em um sistema fabril, que emerge com uma necessidade industrial em expansão e se consolida como uma instituição que serve ao modelo econômico-social capitalista. Diante disso, este artigo estudará a dualidade estrutural existente na educação, recuperando a história da educação profissional. Logo em seguida, contextualizará a educação moldada na integração, além da educação profissional e das mudanças recentes no mundo do trabalho, finalizando com a nova dualidade estrutural baseada nos conceitos de inclusão excludente e exclusão includente.

**Palavras-chave:** Educação; História; Exclusão.

**Abstract:** The history of Brazilian education is integral to history and the world, and there is articulation in the economic, ethical, social, political and educational fields. One way to understand the school is through the European context, in which it was built and migrated to these lands along with their settlers. This school model is rooted in a factory system that emerges with an expanding industrial need and is consolidated as an institution that serves the capitalist economic-social model. Thus, this article will study the structural duality in education, recovering the history of professional education. Next, it will contextualize the education molded in the integration, besides the professional education and the recent changes in the world of the work, finalizing with the new structural duality based on the concepts of excluding inclusion and inclusive exclusion.

**Keywords:** Education; History; Exclusion.

---

1. Doutoranda em História. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. E-mail: camila.dias@erechim.ifrs.edu.br

## Introdução

No final do século XX, houve uma ampla reavaliação da disciplina de História, o que possibilitou um alargamento dos campos de interesse dos historiadores. Pode-se dizer que as humanidades se abriram para novas apreciações epistemológicas, passando a existir um intenso intercâmbio de disciplinas que se preocupam com o fenômeno humano e social. Isso significa “que os historiadores não se preocupam apenas com o que seus pares produzem, mas também estão atentos aos trabalhos de filósofos, sociólogos, antropólogos, críticos literários, psicólogos, psicanalistas, entre outros” (MARCZAL, 2016, p.210). Surge, com isso, uma relação de apoio entre determinados conhecimentos e os estudos históricos começam a utilizar métodos emprestados de outras disciplinas, com o intuito de melhor abordar e compreender seus novos objetos.

Pode-se dizer que houve uma dilatação do campo epistemológico da História, ou seja, aconteceu uma renovação e expansão das áreas de estudos dos historiadores, e os pesquisadores se defrontaram com múltiplas possibilidades de investigação. Para Chartier (1991), essa alteração no modo de fazer história não está relacionada a alguma crise nas ciências sociais, mas, sim, às alterações nas práticas de pesquisa, com a renúncia do primado do social por uma visão do cultural.

E com essa pluralidade de pesquisas, principalmente na visão da História Cultural, uma temática que vem crescendo e se ressignificando cada vez mais **é a História da Educação**. “A preocupação com a historiografia da educação tem levado pesquisadores conhecidos a investigar, com objetos diferentes, a produção existente nesse campo” (CARVALHO; NUNES, 1993, p.7). Dessa forma, pode-se afirmar que “a História da Educação vive um tempo de grandes debates e interrogações, no qual se manifesta claramente a vontade de refletir sobre o sentido da disciplina, do ponto de vista do ensino e da investigação” (NÓVOA, 1996, p.430). Ante o exposto, o foco do artigo visa um estudo sobre a História da Educação brasileira com viés para o ensino profissional.

Diante disso, pode-se afirmar que a História da Educação brasileira é integrante da História e do mundo, existindo articulação nos campos econômico, ético, social, político e educacional. E uma forma de compreender a escola é por meio do contexto europeu, em que ela foi construída e de onde migrou para estas terras junto com os seus colonizadores. Esse modelo de escola está enraizado num sistema fabril, que emerge com uma necessidade industrial em expansão e se consolida como uma instituição que serve ao modelo econômico-social capitalista. Assim sendo, adentra, recruta e conduz ao mercado de trabalho. Dessa maneira, a função do sistema educativo se

voltou ao preparo para o mundo do trabalho, deixando de lado a educação para o desenvolvimento pleno do indivíduo em sua cultura.

No século XX, houve uma grande mudança na base da eletromecânica para a microeletrônica, ou seja, do taylorismo/fordismo para o toyotismo. O taylorismo/fordismo, considerado um procedimento rígido em comparação à flexibilidade do toyotismo, tinha por finalidade, de acordo com Kuenzer, "atender às demandas de educação de trabalhadores e dirigentes a partir de uma clara definição de fronteiras entre as ações intelectuais e instrumentais, em decorrência de classes bem demarcadas que determinavam o lugar e as atribuições de cada um" (2002, p. 6).

Desse modo, o taylorismo/fordismo formava trabalhadores num sistema dual, baseado em um ensino para dirigentes, que pensam o processo de trabalho, e outro para os demais trabalhadores, que executam as tarefas estabelecidas pelos primeiros, necessitando de pouca formação e qualificação profissional, ou seja, baseado no modelo de produção fabril. Assim, é responsável pela desqualificação do trabalhador, uma vez que lhe aliena a concepção e o produto final do seu trabalho. O pressuposto dessa pedagogia é o ensinar a fazer, o "saber fazer" (TOLENTINO, 2002).

Kuenzer discorre, ainda, que do paradigma taylorista/fordista decorrem várias modalidades de fragmentação pedagógica, como é o caso da dualidade estrutural e da fragmentação curricular. A dualidade estrutural diz respeito aos tipos diferentes de escola, "segundo a origem de classe e o papel a elas destinadas [sic] na divisão social e técnica e trabalho" (KUENZER, 2002, p. 7). Já a fragmentação escolar se refere à divisão do conhecimento em áreas trabalhadas isoladas. Conforme a autora, a expressão dessa fragmentação é a grade curricular, que distribui as diferentes disciplinas com suas cargas horárias por séries e turmas de forma aleatória, "supondo que a unidade rompida se recupere como consequência 'natural' das práticas curriculares, ficando por conta do aluno a reconstituição das relações que se estabelecem entre os diversos conteúdos disciplinares" (KUENZER, 2002, p. 8).

Assim sendo, no taylorismo/fordismo, os conteúdos frutos do conhecimento humano são vistos como um produto final e oferecidos de forma fragmentada nas disciplinas, cabendo ao indivíduo apenas a sua assimilação. Para isso, o método mais adequado é o da repetição, e ao aluno não é permitida a intervenção nesse processo, pois o seu papel é o de memorizar os conteúdos e reproduzi-los quando solicitado (TOLENTINO, 2002).

Entretanto, com o toyotismo, organiza-se outro processo de gestão do trabalho, propondo ao funcionário trabalhar na totalidade do processo, tomando decisões, participando e assumindo responsabilidades. Nesse contexto, sobre a base do

desenvolvimento tecnológico propiciado pela microeletrônica, entram a criatividade, o trabalho de negociações, ou seja, todo um conjunto de habilidades que o indivíduo precisa ampliar com foco no processo produtivo.

O capitalismo dimensionou sua força de trabalho num sentido de deixá-la mais diversificada e complexificada, havendo uma pressão sobre os processos educativos, institucionalmente organizados. Diante desse novo cenário, passam a existir setores e organismos internacionais – como o *Fundo Monetário Internacional* (FMI), a *Comissão Econômica para América Latina e Caribe* (CEPAL), o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), a *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura* (UNESCO), entre outras. A escola, como um setor social, começa a sofrer forte pressão de parte destes órgãos. Tal pressão visa à adequação a uma política educacional que vislumbre a formação de indivíduos que se adaptem ao processo de desenvolvimento em voga, cujos princípios se pautam no desenvolvimento de competências e habilidades, para que se tornem aptos a entrar no mercado de trabalho.

Com esse direcionamento, a contar dos anos 1990, as alterações ocorridas no mundo do trabalho, com a globalização da economia, a reestruturação produtiva e novas formas de relação entre Estado e sociedade civil, a partir do neoliberalismo, “mudam radicalmente as demandas de disciplinamento e, em decorrência, as demandas que o capitalismo faz à escola” (KUENZER, 2002, p. 8). As leis do mercado se tornam acentuadas no sistema educativo brasileiro. A educação passa a ser voltada para a vida produtiva, enquanto o conceito de trabalho, conseqüentemente, sofre modificações para se adequar às novas realidades de mercado sob a ótica da acumulação capitalista. Exigem-se do trabalhador, nessa nova ordem econômica, novas ações, articuladas com o conhecimento científico, capacidades cognitivas superiores e, mais especificamente, capacidade de intervenção crítica e criativa perante situações inusitadas, que exigem tomadas de decisões e soluções rápidas, originais e teoricamente fundamentadas, para responder ao caráter dinâmico que caracteriza a tecnologia na contemporaneidade (KUENZER, 2000).

Dessa forma, fundamentalmente, este artigo estudará a dualidade estrutural existente na educação, recuperando a trajetória da educação profissional brasileira. Logo em seguida, contextualizará a educação moldada na integração, além da educação profissional e das mudanças no mundo do trabalho, finalizando com a nova dualidade estrutural baseada nos conceitos de inclusão excludente e exclusão includente.

Vale lembrar que existem inúmeras pesquisas que tratam da educação profissional no Brasil. Estudos mais recentes usam abordagens teóricas diferentes, e a maioria deles adota a ótica institucional, enfocando o sistema escolar brasileiro e as políticas públicas. Entretanto, tem crescido o interesse pela abordagem que investiga

as relações entre trabalho e educação, em uma perspectiva histórico-crítica. A presente pesquisa, além de eleger o ensino profissional como objeto histórico, busca construir uma problematização conceitual sobre o tema. O método de exposição, ainda que tenha uma constituição que recai sobre uma perspectiva linear histórica, cronológica, é pautado, principalmente, por demonstrar que a política de educação profissional é resultado de disputas e tendências complexas ao longo da história do país, frente a uma correlação de forças entre as classes que disputam o poder e a direção econômica e política da sociedade.

Segundo a historiadora Virgínia Fontes (2010), na história brasileira, o capital se preocupa em forjar mão de obra adequada, adaptada e dócil às suas necessidades. De acordo com Marise Ramos (2010), além de nunca ter saído da pauta da política educacional brasileira, a educação profissional também nunca perdeu duas características que lhe são inerentes: a primeira é a economicista, que a vincula muito fortemente à dinâmica do mercado de trabalho e a aponta como meio de preparar as pessoas para esse mercado, e a segunda é a da dualidade, que a situa como a educação destinada à classe trabalhadora e aos seus filhos. A educação para o trabalho, historicamente, vem arraigada em uma tradição associada à formação de mão de obra que reproduz o "dualismo existente na sociedade brasileira entre as 'elites condutoras' e a maioria da população, levando, inclusive, a se considerar o ensino normal e a educação superior como não tendo nenhuma relação com educação profissional" (BRASIL, 1999, p. 2). Sendo assim, nas palavras de Ramos (2010, p.1), "o que se modifica ao longo da história da educação profissional é como esses aspectos vão se transformando à luz do modelo de acumulação do capital e a forma como eles se configuram nos países de capitalismo dependente, como o Brasil".

136

### **Trajatória da educação profissional brasileira**

A formação para o trabalho no Brasil foi marcada pela dicotomia entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). Foram os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofícios, e, em virtude disso, habituou-se o povo brasileiro a ver a educação para o trabalho como destinada somente a indivíduos das categorias desfavorecidas social e economicamente.

No período colonial, os jesuítas tiveram papel importante na disseminação do ensino profissional, pois alguns colégios e residências jesuíticas foram os primeiros núcleos de formação para o trabalho. Assim, as "escolas oficinas ensinavam ofícios ligados a atividades de carpintaria, de ferraria, de construção de edifícios, embarcações,

de pintura, de produção de tijolos, telhas, louça, etc., de fabricação de medicamentos, de fiação e de tecelagem” (MANFREDI, 2002, p. 69).

Com a descoberta de ouro no estado de Minas Gerais, foram instituídas as *Casas de Fundação e da Moeda*. Com elas, surgiu a necessidade de um ensino mais especializado, destinado aos homens brancos, filhos dos empregados da própria Casa. Diferentemente do que ocorria nos engenhos, as habilidades dos aprendizes, adquiridas em um período médio de cinco anos, eram avaliadas por uma banca examinadora, e, em caso de obterem êxito na avaliação, eles recebiam uma certidão de aprovação.

Nessa mesma época, final do século XVIII, os *Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil* foram criados, e, para a realização das atividades, operários especializados vinham de Portugal para recrutar pessoas com alguma condição de produzir. Segundo Fonseca (1961), algumas vezes a necessidade era tão grande que se recorria ao chefe de polícia, pedindo-lhe que enviasse alguns presos que estivessem em condições de realizar algum trabalho profissional.

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa, o *status* do Brasil se modificou: deixou de ser colônia para se tornar sede do Reino. Portanto, algumas decisões foram tomadas, como a abertura dos portos ao comércio estrangeiro e a permissão de instalação de fábricas no país. Assim, com a abertura dos portos e das indústrias, D. João VI criou o *Colégio de Fábricas*, com o objetivo de atender à educação de artífices, manufactureiros e aprendizes vindos de Portugal, visando à sua subsistência.

Várias experiências referentes à educação profissional foram registradas nos anos 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufactureiros que se destinava ao auxílio dos menos abastados da sociedade brasileira. As crianças e os jovens desamparados eram encaminhados para instituições como as *Casas de Educandos Artífices*, ou os *Liceus de Artes e Ofícios*, onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. Tais casas eram “vistas mais como obras de caridade do que como obras de instrução pública” (MANFREDI, 2002, p. 77).

Em 1889, ao final do período imperial e um ano após o fim da escravidão, o país se encontrava com uma “economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas” (BRASIL, 2009, p. 2). Em meio a esse contexto, nascia a perspectiva de alteração do cenário em relação ao ensino profissional.

No período republicano, o panorama começou a mudar. Segundo Garcia (2000), emergiu a necessidade de um ensino especializado na melhoria da mão de obra, ou seja, uma aprendizagem que preparasse o trabalhador para as atividades industriais, justificada pelo aumento do número de indústrias no país. Porém, de um modo geral,

a educação profissional, nos primeiros anos do Brasil República, foi utilizada pela classe dirigente como meio de contenção do que ela considerava desordem social, ocasionada por um cenário social em transição, marcado pela urbanização e por uma notável mobilização popular e classista em busca de melhores condições de vida (BRASIL, 2008). Nessa fase, o Brasil se firmou como um país exportador de café, e a indústria deu um significativo salto, porém, na área social, várias revoltas e problemas aconteceram no território brasileiro.

Em 1906, por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro, o Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época), Nilo Peçanha, iniciou o ensino técnico no Brasil, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa. Em julho de 1909, quando falece Afonso Pena, Peçanha assume a presidência do Brasil e emite o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, criando 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada unidade da Federação, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. Essa rede federal de escolas se transformaria mais tarde nas Escolas Técnicas e, posteriormente, nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (MANFREDI, 2002).

A justificativa contida no decreto para a criação de tais escolas era a necessidade de prover os desfavorecidos da fortuna. Fica claro, portanto, que os objetivos das escolas correspondiam a qualificar mão de obra e a manter o controle social de um segmento da população: os filhos das classes proletárias, considerados nocivos à sociedade e à construção da Nação.<sup>2</sup> Isso se explica porque a Constituição de 1891 não buscava empreender qualquer tipo de projeto de inclusão social e econômica da população historicamente marginalizada. Assim, tentou-se buscar, por meio da educação profissional, uma alternativa de controle desses sujeitos.

Em 1927, foi sancionado pelo *Congresso Nacional* o projeto de Fidélis Reis, o qual previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país. Em 1930, com a criação do *Ministério da Educação e Saúde Pública*, foi estruturada a *Inspetoria do Ensino Profissional Técnico*, que passava a supervisionar as *Escolas de Aprendizes Artífices*, antes ligadas ao *Ministério da Agricultura*. Em 1934, essa Inspetoria foi transformada em *Superintendência do Ensino Profissional*.

Em 1931, Francisco Campos, à época titular do recém-criado *Ministério da Educação e Saúde Pública*, durante o governo provisório de Getúlio Vargas,

---

2. No período da República no Brasil, uma série de revoltas tomou conta do país. Nessa época, houve uma exclusão socioeconômica das populações do campo e da cidade. No meio rural, verificou-se uma hegemônica opressão dos coronéis contra a população; já nos centros urbanos, existia a exclusão fomentada por um governo preso às tradições autoritárias e ao perfil conservador dos grandes proprietários. No entanto, a formação da classe operária, influenciada pelo ideário socialista e anarquista, foi responsável pela organização dos primeiros movimentos grevistas e levantes populares, como a Revolta da Vacina, de 1904 (SOUSA, 2011).

implementou uma reforma do ensino federal de caráter elitista. Segundo Romanelli (2005), essa reforma, chamada de *Reforma Francisco Campos*, realizou-se por meio de alguns decretos. Os Decretos Federais nº 19.890/31 e 21.241/32 regulamentaram a organização do ensino secundário; já o Decreto Federal nº 20.158/31 organizou o ensino profissional comercial.

A reforma dificultava a participação das classes menos favorecidas, pelo lado do ensino secundário, e pelo outro, a educação profissional não teve o cuidado necessário, visto que a reforma somente regulamentou o ensino comercial e, ainda assim, não permitia o acesso ao ensino superior dos originários desse ramo da educação. Essa situação apenas reitera a dualidade estrutural enraizada na cultura e na história brasileira, em que existe um descaso com as classes menos favorecidas, resignando-as a uma formação profissional voltada à qualificação de mão de obra, e, ainda, que dificulte a entrada ao ensino superior. Nesse sentido, a educação profissional se distancia do ensino acadêmico: este se volta à formação de seres ditos “pensantes”, e aquela, à formação de sujeitos aptos a trabalharem como mão de obra qualificada.

A situação da educação nacional, no começo da década de 1930, reforça a acirrada condição da dualidade na educação. Em 1937, é outorgada a Constituição Federal brasileira, que tratou especificamente do ensino técnico, profissional e industrial no artigo 129. A Carta Magna de 1937 destinou o ensino profissionalizante aos menos favorecidos e reforçou, assim, o marco da discriminação. Romanelli acrescenta que, “oficializando o ensino profissional, como ensino destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos; estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola” (2005, p. 153).

Além disso, no mesmo ano, foi assinada a Lei nº 378, que transformava as Escolas de Aprendiz e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus (BRASIL, 2009). Entretanto, de acordo com Manfredi (2002), essa mudança pouco alterou os objetivos das antigas instituições.

Em 1942, a reforma de Gustavo Capanema instituiu as leis orgânicas do ensino<sup>3</sup>, que remodelaram setores da educação, entre eles, o ensino profissional. Com a reforma, este passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestría; e

---

3. As leis orgânicas do ensino constituíram uma série de decretos-leis que começaram a ser emitidos durante o Estado Novo e se complementaram após o seu término. O Estado Novo durou de 1937 a 1945; as leis orgânicas foram decretadas entre 1942 e 1946. Basicamente, as leis orgânicas, chamadas de Reforma Capanema, consubstanciaram-se em seis decretos-leis que ordenavam o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 83).

o segundo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e abrangia várias especialidades. Porém, as leis orgânicas geraram um dualismo educacional, ou seja, o sistema de ensino se evidenciou, mais uma vez, bifurcado, com um ensino secundário público destinado às classes abastadas e um ensino profissionalizante voltado às classes populares. “A escola deveria contribuir para a distinção de classes e, desde cedo, separar pelas diferenças de chances de aquisição cultural, dirigentes e dirigidos” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 86).

O sistema de ensino profissionalizante instituído pela *Reforma Capanema* não conseguiu atender às exigências imediatistas da industrialização crescente, pois o parque industrial, em rápida expansão, necessitava de mão de obra em curto prazo. Diante desse cenário, estruturou-se um meio de agilizar essa formação. Assim, o presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 4.048, em 1942, criando o *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)*, e, em 1946, o *Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)*. Esses serviços, desenvolvidos pela iniciativa privada, representaram (e representam) uma formação paralela ao ensino regular. Nesse mesmo período, pelo Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, as *Escolas de Aprendizes Artífices* se transformaram em *Escolas Industriais e Técnicas*, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação. Apesar do avanço que isso significou, manteve-se a rigidez dos caminhos destinados aos diferentes segmentos sociais e, portanto, a dualidade: de um lado, a formação de dirigente e, do outro, a formação de mão de obra. Assim, conforme Kuenzer, reitera-se a existência de dois caminhos diferenciados, “para os que aprenderão a exercer sua função na escola (dirigentes de 2 níveis – superior e médio) e no processo produtivo (trabalhadores, que complementam os poucos anos de escolaridade obtida com cursos profissionalizantes em locais e com duração variáveis)” (2007, p. 15).

Os anos de 1956 a 1961 (governo Juscelino Kubitschek) retrataram o aprofundamento da relação entre Estado e economia. Ficou explícita a real passagem da economia agrária, que era, até então, o referencial do Brasil em relação à economia mundial, para a economia industrial. Na educação, os investimentos priorizaram a formação de profissionais orientados para as metas do desenvolvimento do país. As *Escolas Industriais e Técnicas*, em 1959, foram transformadas em autarquias com o nome de *Escolas Técnicas Federais* e ganharam autonomia didática e de gestão.

Em 1961, com a promulgação da Lei nº 4.024/61, primeira *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, observa-se uma flexibilização, dando a possibilidade de

acesso ao nível superior aos alunos oriundos de qualquer ramo de ensino, atingindo-se, assim, a equivalência formal sem necessidade de exames complementares. Entretanto, como destaca Kuenzer (2007), a dualidade na educação não foi superada, uma vez que foram mantidas as duas redes de ensino.

O período de 1964 a 1985 é caracterizado pela modernização da estrutura produtiva à custa do endividamento externo (BRASIL, 2008). No âmbito do sistema escolar como um todo, os governos militares iniciaram um projeto de reforma do ensino fundamental e médio pela Lei nº 5.692/71. Essa lei instituiu, de maneira compulsória, todo currículo de segundo grau como ensino técnico-profissional, ou seja, estabeleceu a equiparação entre o curso secundário e os cursos profissionalizantes.

O ensino de 1º e 2º graus, nesse contexto, tinha o objetivo de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971). Logo, o currículo desses dois níveis se apropria de uma concepção, claramente, de educação voltada para o trabalho. Esse modelo de ensino articulado aos princípios econômicos<sup>4</sup> e políticos da ditadura possuía, segundo Kuenzer (2007, p. 16), alguns objetivos:

- a contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 1960;
- a despolitização do ensino secundário, por meio de um currículo tecnicista;
- a preparação de força de trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciava com o crescimento obtido no “tempo do milagre”, o qual pretensamente anunciava o acesso do Brasil ao bloco do 1º mundo; essas demandas eram marcadas pelo surgimento de empresas de grande e médio porte, com organização taylorista/fordista, produção em massa de produtos homogêneos, grandes plantas industriais, economia de escala, utilização de tecnologia intensiva de capital com base rígida, eletromecânica.

Com a implantação da Lei nº 5.692/71, evidenciou-se a tentativa de evitar a continuação da dicotomia entre o ensino profissional e o propedêutico. Kuenzer (2007, p. 21) considera um avanço a incorporação da dimensão “qualificação para o trabalho” como parte integrante do “desenvolvimento individual e social e, portanto, como

---

4. O modelo econômico implementado foi estruturado com base nos seguintes princípios: política de arrocho salarial das classes trabalhadoras; indexação dos preços das mercadorias de acordo com a correção monetária determinada pelos índices de inflação; política cambial que privilegiava a sobrevalorização do dólar; fim da estabilidade no emprego, por meio da adoção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); modernização e ampliação da infraestrutura ligada aos setores agrícola e industrial; política de juros subsidiados, com taxas abaixo dos índices inflacionários, para os vários ramos produtivos; direcionamento da produção agrário-industrial para o mercado externo, em detrimento do mercado interno (JÚNIOR FERREIRA; BITTAR, 2008).

objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus” e, ainda, observa que essa modificação estabelece um sistema de via única para todos.

Porém, na prática, essa tentativa de acabar com a dualidade existente na educação brasileira foi frustrada, pois se identificaram dois problemas. O primeiro se refere a um enorme despreparo das escolas para atender às demandas da lei, ou seja, os cursos eram de baixa qualidade. O segundo é que não havia uma necessidade de qualificação para o trabalho em massa, o que acarretou uma enorme oferta de técnicos que não seriam absorvidos pelo mercado de trabalho.

Diante desse cenário, quatro anos depois da Lei nº 5.692/71, o Ministério da Educação (MEC) forneceu nova orientação por meio do Parecer nº 76/75, o qual corroborou o caráter complementar entre a educação geral e a formação especial, permitindo a coexistência de todas as ofertas possíveis (técnico pleno, técnico parcial e habilitação básica). A esse respeito, Kuenzer (2007, p. 24) observa que o parecer “acomodou a legislação à realidade, legitimando tudo o que já existia de tal modo que tudo permanecesse como era antes de 1971”. É importante ressaltar que a dualidade do ensino voltou com toda a sua força, a oferta propedêutica (agora chamada de “básica”) se reafirmou como via preferencial para o ingresso no nível superior, permanecendo os antigos ramos (agora denominadas “habilitações plenas”), como vias preferenciais de acesso ao mundo do trabalho (PAMPLONA, 2008). Complementando, Frigotto (2010) salienta que a Reforma 5.692/71 nada mais era do que um adestramento rápido com vistas ao mercado de trabalho. Ramos (2010, p. 45) destaca, em sua crítica à referida lei, que ela “estava centrada na formação específica em detrimento da formação geral especificamente no ensino industrial, conhecimentos das áreas de Ciências Sociais e Humanas e, eventualmente, das Linguagens tinham pouca relevância na formação dos estudantes”. Sob um olhar pragmático, caso o estudante viesse a trabalhar ou a prosseguir os estudos na área em que se habilitou tecnicamente e suas experiências de vida não desafiassem seus conhecimentos naquelas áreas, pouco se sentiam tais lacunas de formação. Outros estudantes, porém, ao tomarem diferentes rumos, acabavam tendo de supri-las por meio de estratégias as mais diversificadas.

Com a Lei nº 6.545, promulgada em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro são transformadas em CEFETs. Essa mudança confere mais uma atribuição àquelas instituições: formar tecnólogos e engenheiros de operação, processo que se estende às outras instituições bem mais tarde.

Em 1982, a Lei nº 7.044 estabeleceu uma suposta escola única e introduziu a “preparação básica para o trabalho”, ou seja, ela extinguiu ao nível formal a escola única de profissionalização obrigatória. Assim, a dualidade existente na legislação anterior foi resgatada, com as escolas da elite e da classe média voltadas fundamentalmente

para a preparação para o ensino superior.

Segundo Pamplona (2008, p. 30), a “década de 1980 termina com novas expectativas devido à abertura democrática e à possibilidade de mudanças e esperanças para nossa sociedade”. Na visão do autor, nesse contexto a educação profissional é consolidada mediante diretrizes firmadas pelo governo.

### **As políticas para a educação profissional de 1990 a 2004**

Nos anos 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, houve a reforma dos ensinos médio e profissional, cujo objetivo era uma melhor oferta educacional e sua adaptação às novas demandas econômicas e sociais de uma sociedade em tempos de globalização da economia e mudanças tecnológicas, possuidora de novos padrões de produtividade e competitividade. No entanto, é imprescindível ressaltar que tal reforma foi diretamente influenciada por organismos internacionais de cunho neoliberal e que algumas das recomendações dessas agências representantes e responsáveis por garantir a rentabilidade do sistema capitalista foram assimiladas pela política educacional brasileira (SILVA, 2011).

No desenrolar da década de 1990, principalmente na primeira metade, vários projetos de reestruturação dos ensinos médio e profissional foram debatidos, cada um representando diferentes aspirações e desejos de distintas correntes e grupos sociais. No âmbito do governo federal, as propostas se centralizaram em dois eixos: o do Ministério do Trabalho (MTB), por meio da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), e o do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC). Em 1995, iniciou-se um debate sobre a educação profissional, dirigido pela SEFOR, o qual envolveu representantes do governo, do patronato, dos trabalhadores, das universidades e das organizações educativas vinculadas à educação de jovens e adultos. Com base nas discussões, um novo projeto foi elaborado. De acordo com Manfredi (2002, p. 115), este foi fundamentado em um “diagnóstico crítico das atuais condições e carências da educação escolar”, expresso no documento *Questões críticas da educação brasileira*.

Analisadas as condições, construiu-se um documento voltado não só aos trabalhadores com contratos formais, mas também aos desempregados, aos que possuíam precária escolarização e aos que foram deslocados do mercado pelas mudanças tecnológicas e por processos de reestruturação produtiva. Nessa medida, o Plano Nacional de Educação Profissional previa a qualificação/requalificação e a formação continuada dos trabalhadores, a fim de superar a visão de treinamento, negando a dualidade entre educação básica e educação profissional.

Com essa discussão realizada pela SEFOR, notava-se a intenção da construção de uma proposta para flexibilizar os currículos e adaptar o ensino ao mercado de trabalho. Entretanto, as discussões estabelecidas no âmbito do MEC tomaram rumos diferentes. A Secretaria Nacional do Ensino Técnico (SENETE), em 1991, elaborou a proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que teve como inspiração os modelos de países desenvolvidos. A proposta defendia o pensamento de que o Brasil deveria realizar investimentos na formação e no desenvolvimento de recursos humanos, semelhantemente ao que foi feito nos países detentores de tecnologia de ponta, para que, assim, pudesse ingressar em um novo patamar de desenvolvimento (MANFREDI, 2002).

O Sistema Nacional do Ensino Tecnológico seria composto pelas escolas técnicas federais, estaduais e municipais, bem como pelas instituições particulares, além do Sistema S, como, por exemplo, o SENAI e o SENAC. O referido sistema foi formado pela rede de CEFETs, que deveriam se articular. Assim, considerados unidades centrais do Sistema, foram incentivados a oferecer cursos de nível médio, superior e de pós-graduação, além de fornecer assistência técnica às unidades descentralizadas de 2º grau.

Com a posse do ministro Paulo Renato, criou-se a SEMTEC, e o projeto supracitado serviu de base para a formulação do Projeto de Lei nº 1.603/96, que, posteriormente, transformar-se-ia no Decreto nº 2.208/97. A reforma do ensino médio e profissional, inicialmente articulada por distintas propostas, acabou se concretizando em um projeto conservador que separou a educação básica da formação profissional, “aproximando-se muito mais dos interesses imediatos dos empresários e das recomendações dos órgãos internacionais” (MANFREDI, 2002, p. 119). Ou seja, propôs uma escola para intelectuais e outra para trabalhadores, reiterando o conceito de dualidade estrutural que perpassou a história educacional brasileira.

144

### **Projeto oficial da reforma do ensino médio**

Anteriormente à efetivação da reforma do ensino médio, o rompimento da dualidade entre o ensino básico e o ensino profissional era representado pelo modelo dos CEFETs, pois apresentavam qualidade tanto para a formação para o trabalho quanto para o prosseguimento dos estudos em nível superior. Porém, segundo Kuenzer (2007), isso não interessava aos organismos internacionais nem às autoridades brasileiras, que passaram a considerar esse modelo caro demais para um país em desenvolvimento.

A partir das indicações referidas, iniciou-se uma tendência de políticas com objetivo de reduzir os custos da rede federal de escolas profissionais. Assim, as bases

para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil foram instituídas pela LDB – Lei nº 9.394/96 e pelo Decreto Federal nº 2.208/97. O governo federal buscava “soluções” para o “problema” da formação dos trabalhadores, atacando em dois campos. O primeiro, via MEC, na sua intervenção no processo de discussão e elaboração da Lei de Diretrizes e Bases – que tramitou desde 1988 e foi aprovada em dezembro de 1996, Lei nº 9.394 –, em que o ensino médio foi separado do ensino técnico profissional, e através do inicialmente PL nº 1.603/96, que se transformou no Decreto nº 2.208/97, bem como da Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997, que muda a concepção das escolas técnicas e dos centros federais de educação tecnológica (GARCIA, 2000).

A Lei nº 9.394 apresentou três conceitos de considerável importância para a estrutura educacional brasileira: uma concepção mais ampliada da educação básica (nela incluindo o ensino médio); uma ampliação do significado de educação para além da escola; caracterização do ensino médio como etapa final da educação básica, qualificado por “consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos pelo educando no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, a inserção no mundo do trabalho, bem como o exercício da cidadania” (RAMOS, 2009, p. 236).

Com a aprovação da referida lei, iniciam-se algumas reformas na educação brasileira, dentre elas, o Decreto nº 2.208/97, que regulamentou a educação profissional e sua relação com o ensino médio e criou o *Programa de Expansão da Educação Profissional* (PROEP). Porém, esse mesmo decreto aboliu a concepção político-pedagógica que estava sendo construída pelos CEFETs de romper com o modelo tecnicista, ou seja, essa concepção dos Centros Federais de Educação Tecnológica visava à inclusão, por exemplo, das disciplinas de Filosofia e Sociologia na grade curricular. Assim, seguindo as diretrizes do Decreto, as escolas retiraram dos currículos quaisquer disciplinas que ampliassem a compreensão de homem e de sociedade, com a justificativa de que os “inchavam”, aumentando o tempo de estudo. Esse ato reforçou a dualidade entre o ensino médio e o técnico. Dessa forma, por meio do Decreto, a dicotomia começou a ser resgatada.

Reiterando essa visão, Frigotto (2010) concorda que o Decreto nº 2.208/97 restabeleceu a dualidade entre a educação geral e específica, humanista e técnica, destruindo, autoritariamente, o pouco ensino médio integrado existente, sobretudo, nos CEFETs. Na concepção da reforma, o ensino médio tinha função de desenvolver a pessoa humana, articulando conhecimentos e competências para a cidadania e para o trabalho. Logo, seu objetivo se tornou a preparação para a vida. Já o ensino profissional, de caráter complementar, voltou-se ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e era destinado “a alunos e egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovens e adultos, independentemente da

escolaridade alcançada” (MANFREDI, 2002, p. 129).

Dessa maneira, houve a separação entre ensino médio e ensino profissional, criando sistemas de redes diferenciadas, o que acarretou uma ruptura entre o acadêmico e o tecnológico. Ou seja, reforçou-se a ideia de uma rede de ensino regular que visa à preparação para a continuidade dos estudos em nível universitário e de outra, do ensino profissional, pautada na lógica do mercado.

Todavia, em janeiro de 2003, com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciou-se o processo de revogação do Decreto nº 2.208/97, e, em 2004, materializou-se o Decreto nº 5.154, que permitiu o retorno do sistema integrado dos cursos profissional e propedêutico. Isto é, redefiniu-se a organização do ensino profissionalizante, passando a oferecer a possibilidade de sua integração ao ensino médio. Pamplona (2008, p. 52) dá destaque a essa questão, comentando que, “de forma integrada, o curso profissionalizante voltou a ser feito em uma só matriz curricular, junto com o ensino médio, contando com a inclusão dos princípios da terminalidade e da continuidade, preconizados pela Lei 5.692/71”.

Contudo, a integração proposta pelo Decreto nº 5.154/04 não se limitou ao retorno dos preceitos da Lei nº 5.692/71; pelo contrário, para o novo modelo, exigiu-se um maior comprometimento e relacionamento entre as disciplinas, focando o mundo do trabalho juntamente com a ciência geral e a cultura. Com efeito, o novo decreto definiu as várias formas de integração entre ensino profissionalizante e ensino médio, previstas em seu §1º, art. 4º, as quais são: integrada (sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno), concomitante (oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio e com matrículas distintas para cada curso) e subsequente (oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio) (BRASIL, 2004).

Frigotto (2010, p. 34) esclarece que a gênese do ideário proposto pelo decreto era a de recuperar a perspectiva politécnica ou tecnológica do ensino médio, superando “tanto o academicismo quanto a visão de profissionalização adestradora”. Contudo, a proposta original não avançou, tanto que o Conselho Nacional de Educação estabeleceu diretrizes que acabaram enquadrando o Decreto nº 5.154/04 no espírito da tradição da formação técnico-profissional, reiterando o conteúdo do Decreto nº 2.208/97, então revogado.

De acordo com Soares (2001), para a consolidação de uma educação integral, que acople o ensino básico e profissional, formando um ensino unitário, deve-se considerar e refletir sobre a especificidade do modelo de industrialização adotado no Brasil, que, por não contemplar a geração de tecnologias internamente, coloca o

país numa posição subordinada e dependente. Esse cenário influencia diretamente o entendimento do que seja apropriação do conhecimento científico e tecnológico, bem como sua realização no nível da formação técnica e profissional, em qualquer grau de ensino. O desenvolvimento da formação profissional no Brasil, assim, está associado ao seu processo de industrialização, fundado na dependência tecnológica acentuada e na quase total ausência de investimentos em pesquisa científica e tecnológica. Dessa forma, tal carência desses investimentos apenas reitera a presente e futura dependência em relação aos países que detêm tecnologia de ponta, tendo uma educação profissional fundamentada em conteúdos superficiais sem embasamento em pesquisas e adensamento de conhecimentos que poderiam construir soluções tecnológicas para efetuar uma tentativa de autonomia nesse sentido.

Apesar das tentativas de romper com a dualidade teoria e prática, não houve significativa mudança para, realmente, findar-se essa dicotomia. Tal separação se ampara, historicamente, em anos de distanciamento entre os ensinamentos profissional e propedêutico. Além disso, a ideia de união entre tais ensinamentos necessita, inicialmente, de uma alteração de mentalidade, ou seja, a cultura brasileira traz enraizado o conceito de que a educação profissional é voltada ao assistencialismo e à formação de mão de obra, já a educação propedêutica forma dirigentes, “seres pensantes”, que fazem parte de classes mais favorecidas economicamente.

147

Conforme Kuenzer (2002), a educação integral se inscreve no campo da utopia, como condição a ser construída por meio da superação do capitalismo. Porém, a autora também relata que, embora exista a possibilidade de avançar rumo à unitariedade, deve-se considerar que a superação dos limites somente é possível mediante a categoria contradição.<sup>5</sup>

Dessa maneira, a superação da visão dicotômica (dualidade estrutural) não consiste numa questão pedagógica, uma vez que “é socialmente determinada pela contradição entre capital e trabalho”. Ou seja, a cisão entre trabalho intelectual e prático, que culminou em duas redes de ensino, uma de educação geral, para a formação de dirigentes, e outra profissional, para a formação de trabalhadores, “tem origem na separação entre propriedade dos meios de produção e a propriedade do trabalho” (KUENZER, 2011, p. 49).

---

5. “[...] contradição que permite compreender que o capitalismo traz inscrito em si, ao mesmo tempo, a semente de seu desenvolvimento e de sua destruição. Ou seja, é atravessado por positivities e negatividades, avanços e retrocessos, que ao mesmo tempo evitam e aceleram a sua superação. É a partir desta compreensão que se deve analisar a unitariedade como possibilidade histórica de superação da fragmentação” (KUENZER, 2002, p. 13).

Em consequência, a superação da dualidade estrutural não é uma questão a ser resolvida pela educação, pois, segundo Kuenzer (2011, p. 49), “a dualidade só será superada com a superação da contradição entre propriedade dos meios de produção e a propriedade de força de trabalho”. Assim, a autora relata que as dificuldades que têm moldado os processos de construção de uma proposta de qualidade para educação, da perspectiva dos que vivem do trabalho, não podem ser resolvidas por soluções pedagógicas. Afinal, a ruptura entre a educação geral e a educação profissional, o trabalho intelectual e o trabalho prático está enraizada na constituição do modo de produção capitalista.

Apoiando esse indicativo sobre superação da dualidade, Frigotto (2011, p. 13) afirma que “romper com a dualidade estrutural é equação complexa e não se resolve com reformas só no campo da educação, mas será significativo se resultar de mudanças estruturais na ordem social, econômica e cultural da sociedade”. Em síntese, não é possível superar a dualidade estrutural a partir da escola, senão a partir de transformações na sociedade.

## **Educação profissional e as mudanças no mundo do trabalho: algumas considerações**

148

A educação brasileira é permeada por inúmeros desafios que se defrontam com a falta de condições materiais e de apoio político. O mesmo se pode comentar sobre a realidade social e profissional, que se encontra em profundas mudanças e que exige, a todo instante, tomadas rápidas de decisões, adaptações e conhecimentos. Devido a essa instabilidade, várias instituições educacionais não conseguem acompanhar e se adaptar, na mesma velocidade, a tais mudanças. Consequentemente, essas instituições, por algum tipo de limitação, não se envolvem, totalmente, na realidade local, regional e mundial (VARGAS, 2008).

A partir do final do século XX, a globalização capitalista alterou estruturas econômicas, administrativas e políticas, forçando modificações pedagógicas e educacionais. Passou-se, assim, a exigir um modelo de ensino reformulado, voltado a atender às necessidades do capital, requerendo uma educação que priorize a formação técnico-profissional, ou seja, voltada à produção e à tecnologia.

Dessa maneira, a sociedade moderna, submetida à lógica do capital, às novas

tecnologias e aos novos modelos de gestão flexível,<sup>6</sup> procura ampliar as formas de exploração do trabalho. Por consequência, as formas tradicionais de educação profissional, baseadas no paradigma taylorista/fordista, têm se tornado historicamente superadas, dando lugar ao toyotismo – inserção da microeletrônica.

Um dos requisitos do novo modelo produtivo (toyotismo) se refere à chamada qualificação intelectual, que privilegia as capacidades cognitivas superiores, entre elas, a abstração, a concentração e a exatidão, que se opõem à memorização de procedimentos, típica dos processos produtivos tradicionais – taylorista/fordista (PAIVA, 1995).

Nesse novo modelo, portanto, existe a transferência de atividades manuais e operacionais para as máquinas e os equipamentos, acarretando relevantes impactos para a qualificação profissional. Inicialmente, as atividades se tornam mais simplificadas, exigem menor uso de força física e menor contato dos trabalhadores com o objeto a ser transformado, e o trabalho passa a ser menos maçante e estressante. Em contrapartida, a transferência dessas atividades provoca efeitos prejudiciais sobre a classe trabalhadora. Além de transformar o conteúdo do trabalho, que se torna desmaterializado, concorre para a eliminação e/ou substituição de inúmeros postos de trabalho (APRILE; BARONE, 2004). Ainda, em consequência dessa transferência, segundo Kuenzer (2002), deve-se atentar para uma aparente contradição: quanto mais as tarefas se simplificam, mais os conhecimentos são exigidos dos trabalhadores, que necessitam conviver com o conhecimento e novos comportamentos, como, por exemplo, analisar, sintetizar, avaliar e enfrentar os desafios das mudanças, estabelecer relações, ter rapidez de respostas e criatividade face a situações desconhecidas, comunicar-se clara e precisamente, interpretar e usar diferentes formas de linguagem, criar resistências às pressões, administrar e conviver com as diferenças, trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, desenvolver o raciocínio lógico-formal aliado ao próprio senso crítico e à capacidade criativa, além de buscar o aprendizado permanente.

São inseridas na pedagogia toyotista algumas ideias como a “formação do homem em todas as suas dimensões de integralidade com vistas à politecnicidade, a superação da fragmentação do trabalho em geral, [...] o resgate da cisão entre teoria e prática, a transdisciplinaridade, e assim por diante” (KUENZER, 2002, p. 2). Porém, a preocupação principal da sociedade em relação à educação passa a ser a adaptação

---

6. A gestão flexível apresenta ligação direta ao toyotismo. Na produção flexível, o conhecimento tácito muda de qualidade, passando a exigir maior aporte de conhecimentos científicos que não podem ser obtidos somente por meio da prática, senão por meio de cursos sistematizados (KUENZER, 2007).

ao mercado de trabalho. Termos como "competitividade", "atitude" e "criatividade" são ressignificados pela ótica empresarial e transferidos às escolas.

Assim, a sociedade, com poderes e inovações, está marcada por novas condições de trabalho, com o objetivo de suprir as demandas atuais. A necessidade do trabalhador de se manter ou se inserir no mercado de trabalho o leva a procurar cada vez mais qualificação. Vargas (2008) ressalta, no entanto, que a certificação educacional complementada pela profissional, que era adquirida nos cursos técnicos ou superiores, já não garante a inserção no mercado de trabalho. De fato, os antigos vínculos existentes entre qualificação profissional e exercício profissional já não se mantêm, pois se percebe, no processo de reestruturação produtiva, um excedente de força de trabalho, dando ao capital poder de escolha entre aqueles considerados adaptáveis às novas demandas produtivas, em detrimento de uma grande quantidade de indivíduos excluídos do mercado de trabalho ou introduzidos em condições de precariedade, tais como empregos temporários sem vínculo formal e baixos salários (SILVA, 2011).

150

Superficialmente, esse discurso da educação voltada à dinamicidade, a conhecimentos e a novos comportamentos aponta para uma progressiva elevação de escolaridade e educação profissional para todos. Porém, não leva em conta a crescente escassez de postos de trabalho. Por essa razão, para os poucos que ocuparão as vagas de manutenção, concepção, gerência e chefia, a formação possuirá maior complexidade, custo e duração, ao passo que, para uma multidão de trabalhadores, excluída do emprego ou inserida em trabalhos precários, a formação será simplificada, de curta duração e com baixo custo. Isso não significa, entretanto, que não há uma tendência de elevação da escolaridade básica, mas o cenário atual aponta "um crescente aprofundamento das desigualdades, mesmo que haja elevação dos níveis de educação dos trabalhadores" (DELMONDES, 2006, p. 57).

Nesse novo regime de acumulação capitalista, o trabalho se encontra cada vez mais desqualificado, intensificado e precarizado, pois no sistema toyotista ele passou a ser imaterial. Conforme Kuenzer (2002, p. 12), "do ponto de vista da gestão empresarial, a recomposição da unidade do trabalho não passa de ampliação de tarefas do trabalhador, sem que isto signifique uma nova qualidade na formação, de modo a possibilitar o domínio intelectual da técnica".

Com o atual modelo de acumulação capitalista, os avanços científico-tecnológicos conferem tamanha dinamicidade aos processos produtivos que o mercado toma a função de ditar as qualificações que devem ser priorizadas para os diferentes setores de produção e de serviços, estabelecendo, inclusive, a quantidade de cargos e postos necessários e sua duração (APRILE; BARONE, 2004). Dessa maneira, o domínio do mercado sobre as instituições educacionais aumenta, pois ele diz, orienta e comanda as tendências e exigências de que precisa para sobreviver, determinando às instituições as novas capacidades que precisam ser desenvolvidas. Esse mesmo mercado, cada vez mais, requer qualificação

constante e, ao mesmo tempo, é extremamente seletivo, visto que busca profissionais que desenvolvam suas funções de forma eficiente (FARIA,2008).

Nos últimos tempos, as relações de trabalho têm sofrido modificações. A economia competitiva e globalizada não se volta para a criação de emprego, mas para a produtividade. Os novos parques industriais, mais avançados tecnologicamente, são marcados por uma descentralização, a produção de vários produtos e serviços é terceirizada, de maneira que há uma flexibilização produtiva<sup>7</sup> (PORTO JÚNIOR; PINO, 2010).

Como a inserção de tecnologia é ligada diretamente a mudanças e inovações, é interessante que os cursos profissionalizantes sejam constituídos e organizados com a finalidade de propiciar a adaptação do indivíduo às transformações que acontecem no trabalho, além de aprimorar capacidades como autonomia, criatividade, discernimento, decisão, responsabilidade e polivalência (PORTO JÚNIOR; PINO, 2010). Nesse novo mundo do trabalho, em que a competitividade cresce a cada dia, a informação é preponderante para o sucesso. Pozo e Postigo (2000) afirmam que a informação é muito volátil e flexível, e o que a escola pode fazer é formar seus alunos para obterem acesso e darem sentido à informação, proporcionando-lhes capacidades de aprendizagem que lhes permitam uma assimilação crítica dos conteúdos.

Contudo, da mesma maneira que forma e constrói essas novas exigências, a educação deve preparar o indivíduo para o fracasso, para o desemprego, para a exclusão, ou seja, para as novas formas de contrato entre capital e trabalho. O Estado educa para o consenso, assim, termos neoliberais como a “empregabilidade”, o “empreendedorismo”, o “comunitarismo” se tornam senso comum para a grande massa, propagando a ideia do capital. Além disso, a educação para os trabalhadores tem por objetivo a conformação social, isto é, busca que estes aceitem “a ideia de que a escassez de emprego está ligada à falta de qualificação das massas trabalhadoras, culpabilizando os indivíduos pelo próprio insucesso e mascarando o caráter estrutural do desemprego na sociedade do capital” (SILVA, 2011, p. 7).

Conforme Fogaça e Salm (2006), há uma tensão entre o desenvolvimento econômico e educacional, pois a política educacional brasileira se encontra descolada da política de desenvolvimento. Havendo uma clara limitação do trabalho, em razão

---

7. A flexibilização produtiva nas empresas é composta por um duplo arranjo: por um lado, um núcleo de trabalhadores estáveis/qualificados e, por outro lado, trabalhadores instáveis/pouco qualificados. A flexibilidade criou novas formas de relacionamento interempresarial desde a criação de empresas de focos em determinadas fases do processo produtivo, a terceirização de outras, gerando cadeias produtivas entre empresa mãe e o conjunto de fornecedores (PORTO JÚNIOR; PINO, 2010).

dessa rápida expansão do sistema educacional quanto ao desempenho econômico do país, percebe-se uma possível não absorção de mão de obra qualificada, conseqüentemente, um excedente de desempregados ou indivíduos vivendo em subempregos ou na informalidade. Segundo Salm (1996), o desemprego deste século é um problema social e político, devido, principalmente, à reestruturação produtiva e às políticas neoliberais.

Diante do cenário estabelecido, não basta haver um ensino profissionalizante que atenda às demandas do mercado. É necessário o desenvolvimento de um ensino que contemple a formação integral do sujeito, que deve ocorrer independentemente do cargo ou função que este irá desempenhar no setor produtivo. Em outras palavras, a formação na escola não deve ser considerada como mero investimento em capital humano.

Frigotto (2005) ressalta que, apesar das declarações favoráveis à integração entre formação básica e formação específica, a política de educação profissional se processa mediante programas focais e contingentes numa travessia marcada por intensos conflitos e no terreno da contradição. Tal contradição é evidenciada na incompatibilidade entre a fala e a atitude do governo, que sustenta que as políticas da educação profissional são baseadas na ruptura da histórica visão hierárquica e dogmática do conhecimento, e, por outro lado, deflagra políticas públicas comprometidas com o capital (SILVA, 2011). Teoricamente, o governo intenta levar à classe trabalhadora, além de mais oportunidades no mundo do trabalho, uma educação transformadora, inclusiva, formadora de novos sujeitos exercitantes de sua cidadania, mas é extremamente contraditório o discurso de igualdade nos moldes do capital.

152

Na própria legislação da educação profissional, há uma determinação de “que cada instituição deve poder construir seu currículo pleno de forma a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico com flexibilidade de atender às demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade” (BRASIL, 1999, p. 566). Assim, a escola deve priorizar a necessidade de um mercado permeado de constantes modificações, voltando-se à ótica do capital. Por sua vez, Silva (2011) alerta que a educação também serve como controlador social, pois, de acordo com o discurso proferido pela classe hegemônica, para a inserção no mercado é necessário haver uma formação básica e profissional.

Há vários anos, Kuenzer estuda a relação entre educação e trabalho no Brasil, verificando, por meio de suas pesquisas, que, apesar do discurso que aponta a unitariedade como um dos objetivos do toyotismo no trabalho e na educação, a

separação entre trabalhadores e dirigentes, entre trabalho intelectual e trabalho instrumental se acentua, cada vez mais, no modo de produção capitalista. Em face das mudanças no mundo do trabalho sob o novo regime de produção flexível, verificaram-se transformações na forma de objetivação da dualidade estrutural. Nessa perspectiva, é necessário buscar explicar como isso se dá, por meio do “estabelecimento de uma nova dialética entre o mundo do trabalho e a educação, a partir das macrocategorias que configuram o regime de acumulação flexível” (2002, p. 14). Diante disso, a pesquisadora elucidou dois termos que podem tentar explicar esse processo contemporâneo, a saber: “exclusão includente” e “inclusão excludente”.

Pela perspectiva do mercado, os estudos realizados<sup>8</sup> possibilitaram a conclusão de que está em curso um processo que pode ser denominado de “exclusão includente”. Tal conceito possui ligação direta com o mercado. Ou seja, identificam-se vários artifícios de exclusão do trabalhador do mercado formal, acompanhada de artifícios de inclusão do trabalhador ao trabalho precarizado. Dessa maneira, o trabalhador, que possuía maior segurança, direitos e melhores condições no mundo do trabalho formal, é despedido e reempregado com salário menor, mesmo com carteira assinada, ou reintegrado ao mundo do trabalho por meio de empresas terceirizadas, prestando o mesmo serviço ou, ainda, prestando serviço na informalidade, de modo que “o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado” (KUENZER, 2002, p. 14).

A autora esclarece que, em tempos de mundialização do capital e reestruturação produtiva, a exploração do trabalho precarizado é a lógica das novas relações entre capital e trabalho, viabilizadas por Estados de caráter neoliberal. Assim, esse tipo de lógica não se trata de efeitos passageiros, mas da própria possibilidade de acumulação do capital. Além da exclusão includente, correspondente à lógica do mercado, existe outra lógica equivalente e em direção contrária, do ponto de vista da educação, ou seja, a ela dialeticamente relacionada: a inclusão excludente.

A inclusão excludente estabelece relação com as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar, “aos quais não correspondem os necessários padrões de qualidade que permitem a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo” (KUENZER, 2002, p. 15). Dito de outro modo, essa inclusão é voltada a uma educação precarizada e desqualificada.

---

8. Ver o Diagnóstico de necessidades de educação de trabalhadores, realizado pelo Conselho Municipal do Trabalho de Curitiba, SICT/PR, 2000, disponível em meio eletrônico (KUENZER, 2002, p. 15).

Nessa lógica da inclusão excludente, a autora elencou alguns exemplos de estratégias utilizadas apenas para melhorar as estatísticas educacionais, como: aceleração de fluxo; progressão automática; a troca de formação básica por cursos rápidos de formação profissional; certificação profissional conferida por alguns cursos supletivos; formação superior acelerada em instituições superiores de respeitabilidade discutível, entre outras. Baseia-se em uma certificação de mentira esse conjunto de artifícios, que, aparentemente, constituem uma modalidade de inclusão, porém, conforme a autora, “fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência” (2002, p. 15).

Como síntese dessa nova dualidade estrutural, estão, de um lado, a exclusão includente do mercado e, de outro, a inclusão excludente da educação. Nas palavras de Kuenzer (2002, p. 16),

[...] do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, se estabelece um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas “professadas” na direção da democratização, aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão, nem permanência.

154

Em resumo, do lado do mercado, um processo de exclusão includente, que tem garantido diferenciais de competitividade para os setores reestruturados através da combinação entre integração produtiva, investimento em tecnologia intensiva de capital e de gestão e consumo precarizado da força de trabalho. Do lado do sistema educacional e de educação profissional, um processo de inclusão que, dada a sua desqualificação, é excludente (KUENZER, 2002). Dessa maneira, os processos de inclusão excludente da educação se articulam aos processos de exclusão includente existentes no mundo do trabalho, fornecendo ao capital a força de trabalho técnica e socialmente disciplinada, como manda a cartilha do toyotismo. Essa expressão pedagógica desse princípio se dá por meio da pedagogia das competências com suas categorias e demanda estudos aprofundados para que se elucidem seus propósitos e seus mecanismos enquanto nova pedagogia a serviço do capital (KUENZER, 2000).

Diante do cenário atual, várias perguntas são postas, como: educar, atualmente, é preparar para o mercado de trabalho? O ensino técnico é voltado a agir apenas em função do mercado de trabalho? Qual o papel da educação média, técnica e profissional?

Tais questionamentos ainda não apresentam claras respostas. Dessa forma, há um longo caminho a percorrer para que o papel da educação não se restrinja apenas aos ditames do capital. A educação é muito mais ampla e requer o conhecimento de todo o processo produtivo, que abrange a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho, os princípios e valores necessários à tomada de decisões, o desenvolvimento de potencialidades e de capacidades para pensar e ver o mundo.

## REFERÊNCIAS

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Resgatando a pedagogia do capital: o modelo da qualidade total e alguns dos impactos sobre a qualificação profissional. **Organizações & Democracia**, v. 5, n. 2, p. 249- 264, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/414/314>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1937.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 17 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º. do art. 36 a 42 da Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Parecer nº 16/99**. Aprovado em 05 de outubro de 1999. Diretrizes curriculares para a educação profissional de nível técnico. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE\\_CEB16\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da República do Brasil**, Brasília, DF, 23 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Concepções e diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação: **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/>>

arquivos/centenario/historicoeducacaoprofissional.pdf.>. Acesso em: 17 jun. 2017.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de Carvalho; NUNES, Clarice. Historiografia da Educação e Fontes. In: **Cadernos ANPED**. Caxambu: ANPED, n. 5, p. 7-64, set. 1993.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. São Paulo, v.11, n.5, p.173-191, jan./jun.1991.

DELMONDES, Lúcia Aparecida. **Os(des)caminhos da educação profissional**: uma análise das experiências dos egressos dos cursos técnicos de Campo Grande, MS. 2006. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de et al. Uma reflexão sobre o trabalho e a educação profissional no Brasil. **Revista Científica Digital da Faetec**, ano I, v. 1, n. 1, p. 01-11, 2008.

FOGAÇA, Azuete; SALM, Cláudio. Educação, trabalho e mercado de trabalho no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, out./dez. 2006.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

156

FONTES, Virgínia. Educação profissional e ensino médio integrado no Brasil: um balanço das conquistas e reivindicações. **EPSJV /Fiocruz**, 2010. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educacao-profissional-e-ensino-medio-integrado-no-brasil-um-balanco-das>>. Acesso em: 22 set. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho**. SP: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41.

\_\_\_\_\_. A ruptura com o dualismo estrutural. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, jan./jun. 2011.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.PDF>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

JÚNIOR FERREIRA, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na

ditadura militar. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, set./dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622008000300004&script=sci\\_artte](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622008000300004&script=sci_artte)>. Acesso em: 22 ago. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luiz; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-96.

\_\_\_\_\_. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. EM e EP na produção flexível: a dualidade invertida. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 43-56, 2011.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCZAL, Ernesto Sobocinski. **Introdução à historiografia**: da abordagem tradicional às perspectivas pós-modernas. Curitiba: Inter Saberes, 2016.

NÓVOA, António. História da educação: percursos de uma disciplina. **Análise Psicológica**, Lisboa, n. 4, p. 417-434, 1996.

PAIVA, Vanilda. Inovação tecnológica e qualificação. **Educação & Sociedade**, Campinas: Papirus, ano XVI, n.50, abr. 1995.

PAMPLONA, Ronaldo Mendes. **As relações entre o estado e a escola**: um estudo sobre o desenvolvimento da educação profissional de nível médio no Brasil. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

PORTO JÚNIOR, Manuel José; PINO, Mauro Augusto Burkett Del. Mundo do trabalho e educação integral: formação humana e produção de subjetividades. In: ENDIPE, 11, Belo Horizonte, 2010. **Anais...**, Belo Horizonte, 2010.

POZO, Ignacio; POSTIGO, Y. **Los procedimientos como contenidos escolares: uso estratégico de la información**. Barcelona: Edebé, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. O ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: Educação profissional e ensino médio integrado no Brasil: um balanço das conquistas e reivindicações. **EPSJV /Fiocruz**, 2010. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educacao-profissional-e-ensino-medio-integrado-no-brasil-um-balanco-das>>. Acesso em: 22 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42 – 57.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SALM, Cláudio. Emprego e desemprego no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 45,1996.

SILVA, Rute da. Educação das crianças no contexto da reforma educacional brasileira dos anos 90: uma perspectiva para além do capital. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, 5, Florianópolis, UFSC, 2011. **Anais...**, Florianópolis, 2011.

SOARES, Rosemay Dore. **Escola média no Brasil: porque não unitária?** 2001. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=12>>. Acesso em: 28jan.2018.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.v. III. p. 229-242.

158 TOLENTINO, Soraya. **Educação profissional e o Senac: cidadania ou submissão?** 2002. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

VARGAS, Vanderlei Beltrão de. **A formação do técnico agrícola no Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS.2008.94 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008.**

# DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

LUCIENE CARLA CORRÊA FRANCELINO<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo é resultado de uma ação empírica realizada para viabilizar a plena utilização de recursos didáticos que favoreçam o processo de apropriação do conhecimento de alunos da educação infantil da rede municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Partindo da premissa de que nos primeiros anos de vida a criança aprende através da interação com o lúdico, foi realizada uma oficina com professores da Escola Municipal de Educação Básica *CarimTanure*, cuja finalidade era explorar todas as possibilidades de utilização de recursos didáticos disponíveis na instituição afim de tornar os procedimentos de ensino-aprendizagem dinâmicos e significativos para todos os envolvidos no processo. A interação entre o grupo promoveu, além da troca de experiências, a reflexão sobre a prática pedagógica dos participantes, fazendo emergir a proposta de realização frequente de momentos de capacitação no interior da unidade escolar.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Recursos Didáticos. Lúdico.

**Abstract:** This article is the result of an empirical action carried out to make feasible the full utilization of didactic resources that favor the process of appropriation of the knowledge of children's education students of the municipal network of Cachoeiro de Itapemirim. Based on the premise that in the first years of life the child learns through interaction with the playful, a workshop was held with teachers of the Municipal School of Basic Education *CarimTanure* whose purpose was to explore all possibilities of use of didactic resources available in the institution, in order to make teaching-learning procedures dynamic and meaningful for all involved in the process. The interaction between the group promoted, besides the exchange of experiences, the reflection on the pedagogical practice of the participants, making emerge the proposal of frequent realization, of moments of qualification within the school unit.

**Keywords:** Infant Education. Didactic resources. Ludic.

---

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Título da pesquisa em andamento: *Entre o cuidar e o curar: as Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia e a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim (1929-1950)*. Professora da rede municipal de Cachoeiro de Itapemirim. E-mail: lucienecarla20@hotmail.com.

## Introdução

**A**té o segundo quartel do século XIX as instituições que se dedicavam à educação de crianças pequenas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, eram principalmente as creches e os jardins de infância, organizados com fins pedagógicos. No Brasil, os espaços dedicados ao atendimento de crianças em seus primeiros anos de vida possuíam uma natureza basicamente assistencialista, cuja finalidade era acolher órfãos ou cuidar de crianças de mães trabalhadoras. Tais instituições eram denominadas creches, asilos ou orfanatos. Estas entidades eram destinadas a amparar as camadas desfavorecidas economicamente: crianças sujeitas à desnutrição, aos acidentes domésticos, ao abandono ou à mortalidade precoce. A sociedade, através de entidades filantrópicas, procurava alternativas para amparar a infância para além da esfera familiar (RIZZO, 2003).

Em virtude do crescente processo de industrialização pelo qual passou a sociedade brasileira em fins do século XIX, houve um aumento significativo do número de mulheres no mercado de trabalho. Além disso, era grande o contingente de imigrantes europeus que ingressavam nas fábricas e nos estabelecimentos comerciais do país. Tais fatores impulsionaram o surgimento de movimentos que lutavam por direitos trabalhistas. As lutas desses trabalhadores estavam relacionadas às melhores condições de trabalho e à criação de instituições destinadas à educação e ao acolhimento dos filhos menores (OLIVEIRA, 1992).

As ideias educacionais relacionadas as teorias de Froebel<sup>2</sup> em relação à fundação de jardins de infância chegaram ao Brasil nesse período e incentivaram a criação de tais instituições no Rio de Janeiro, em 1875, e em São Paulo, no ano de 1877. Esses espaços de “educação infantil” eram destinados às camadas mais abastadas da população e possuíam um caráter pedagógico voltado para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Havia a preocupação em diferenciar tais instituições das propostas assistencialistas das creches e dos asilos, destinados às camadas populares. Essa diferenciação entre a educação destinada às elites e a ofertada aos menos favorecidos permaneceu durante muitos anos como um paradigma da educação brasileira (MENDES, 2015).

Nos anos 1960 e 1970, a educação infantil manteve o caráter assistencialista, cuja finalidade era compensatória, ou seja, buscava satisfazer as necessidades orgânicas com alimentação e cuidados com o corpo. Nesse período, o governo incentivava a criação de programas mantidos por entidades filantrópicas ou comunitárias, que apresentavam soluções imediatas para a questão da infância. Alves (2011) menciona

---

2. Friedrich Froebel (1782-1852) foi um pedagogo e educador alemão, considerado o fundador dos jardins de infância. Defendia que os primeiros anos de vida era uma fase decisiva do desenvolvimento psíquico da criança, por isso, deveria ser estimulada com atividades lúdicas. Para maiores informações ver Arce (2002).

que num segundo momento a preocupação passou a ser também a carência referente a aspectos relacionados com a cognição, na medida em que o fracasso escolar estava estreitamente associado à carência econômica. Para atuar com crianças em fase de creche (0 a 3 anos) não era exigida nenhuma qualificação específica, pois tais profissionais atuavam apenas com cuidados relacionados à higiene e à alimentação e, para tanto, a única exigência era gostar de crianças. Lobo (2011) menciona que:

A política assistencialista presente historicamente na dinâmica do atendimento à infância brasileira fez com que a formação e a especialização do profissional na área se tornassem desnecessárias, pois, para tanto, segundo a lógica dessa concepção, bastariam a boa vontade, gostar do que se faz e ter muito amor pelas crianças (Lobo, 2011, p.141).

Nessa perspectiva, a educação infantil – na fase pré-escolar – passou a ser encarada como uma etapa preparatória para a escolarização futura, ou seja, para o ensino primário. A formação exigida para os profissionais que atuavam com crianças em idade pré-escolar (4 a 6 anos) era o curso normal ou magistério em 2º grau.

### **Conquistas da educação infantil**

A partir da década de 1980, diversos seguimentos da sociedade civil como pesquisadores, organizações não governamentais, educadores, acadêmicos e defensores dos direitos da criança se mobilizaram para propor mudanças na educação visando a qualidade e a inserção da criança desde o seu nascimento. Esses anseios ecoaram no congresso nacional, assegurando, por meio da Constituição de 1988, a inclusão da creche e da pré-escola no sistema educacional brasileiro. O inciso IV do Artigo 208 da Constituição Federal garante que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.”<sup>3</sup> Em 1990, o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) reforça e assegura tais direitos (BITTAR, SILVA, MOTA, 2003).

Outra importante conquista da educação infantil foi a implementação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) 9394/96, que estabeleceu a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Essa legislação definiu a criança como pessoa-cidadã, com necessidades e características próprias. O *Ministério da Educação* (MEC), em consonância com a LDB 9394/96, publicou diversos documentos que reafirmaram, orientaram e contribuíram para o aprimoramento desse importante

---

3. Houve uma reformulação a partir da resolução CNE/CEB nº05/2009, em que o atendimento pré-escolar passou a ser até os 5 anos de idade.

período da educação básica, dentre os quais podemos destacar a *Política Nacional para Educação Infantil*, de 1996, e o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (RCNEI), publicado em 1998.

Diversos estudiosos têm procurado evidenciar a importância de atividades lúdicas na educação infantil, porque nessa fase da vida as crianças aprendem essencialmente através de histórias, jogos, cantigas, brincadeiras e outros recursos relacionados à imaginação e à fantasia. Através de atividades divertidas e prazerosas as crianças podem vivenciar e internalizar princípios relativos à justiça, ao respeito e à solidariedade e se apropriar de conhecimentos imprescindíveis para o seu pleno desenvolvimento.

A criança aprende através da interação com o meio e com outros indivíduos. Nessa perspectiva, Vygotsky (1998) destaca que na brincadeira há dois elementos importantes: a situação imaginária e as regras. Através do lúdico a criança incorpora elementos da cultura e desenvolve a cognição por meio da zona de desenvolvimento proximal. De acordo com esse conceito elaborado pelo autor, esse “lugar” em que a aprendizagem acontece é uma espécie de zona intermediária, que estabelece a distância entre o nível de desenvolvimento real, formado por funções já consolidadas pela criança, que permite realizar diversas tarefas com autonomia, e o nível de desenvolvimento potencial, caracterizado por habilidades que necessitam ser desenvolvidas com o auxílio e a mediação de parceiros experientes – adulto ou criança mais velha – que se tornam os auxiliares no processo ensino-aprendizagem.<sup>4</sup>

Em Cachoeiro de Itapemirim – município do sul do Estado do Espírito Santo – foi elaborada uma proposta pedagógica norteadora para a educação infantil no ano de 2012, que representou um avanço para a educação no município na medida em que contemplou as especificidades e características próprias das escolas e dos agentes envolvidos no processo educativo. Esse documento foi, a princípio, sistematizado por um grupo de vinte pessoas, dentre elas: professores, pedagogos e gestores, que, durante dezoito meses, participaram de encontros e estudos referentes ao tema. Concomitantemente, houveram cinco fóruns municipais<sup>5</sup> em que, além de serem apresentadas as motivações para a elaboração do documento, foram ouvidos os anseios e as expectativas da comunidade escolar.

---

4. No contexto da educação infantil o professor deve assumir o papel de principal mediador, criando estratégias e promovendo atividades que despertem o interesse e favoreçam o desenvolvimento de diferentes potencialidades das crianças.

5. Fórum do Magistério (professor, gestor, pedagogo e auxiliares de CEI); Fóruns de pais e/ou responsáveis das crianças; Fórum de cozinheiras, vigias, serventes e de secretários; Fórum de crianças (*Referencial Curricular para a Educação Infantil no Município de Cachoeiro de Itapemirim*, 2012, p. 16).

## Capacitação de professores: uma experiência coletiva

A partir da análise dos elementos legislativos referentes à educação infantil no Brasil, percebemos que houveram avanços significativos, mas existem muitos desafios a serem superados. Barreto (1998) destaca, por exemplo, a qualidade no atendimento prestado às crianças de 0 a 5 anos. Alcançar essa meta, ou superar as dificuldades ainda existentes, envolvem questões diversas. Neste artigo nos limitaremos a abordar a complexidade do tema referente à capacitação do profissional que atua nessa modalidade de ensino.

De acordo com as especificidades próprias do trabalho com crianças pequenas, os profissionais devem ter uma formação sólida e contar com cursos de atualização constantes. Se analisarmos os avanços e os recuos na formação de professores que atuam na educação básica veremos que não há uma especificidade curricular que contemple aqueles que pretendem atuar na educação infantil, tampouco há uma compreensão de que existe um perfil para o profissional da área. Se as crianças nessa faixa etária – 0 a 5 anos – aprendem a partir da interação com o lúdico, os profissionais, ainda durante a formação acadêmica, deveriam ter a oportunidade de verificar se possuem – ou pretendem desenvolver – habilidades que atendam às necessidades pedagógicas dessas crianças (KISHIMOTO, 2002).

Esse artigo é resultado de uma ação empírica realizada para viabilizar a plena utilização de recursos didáticos que favoreçam o processo de apropriação do conhecimento de alunos da educação infantil da rede municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Partindo da premissa de que nos primeiros anos de vida a criança aprende através da interação com o lúdico, realizamos uma oficina com professores da Escola Municipal de Educação Básica *CarimTanure*<sup>6</sup>, com a finalidade de explorar todas as possibilidades de utilização de recursos didáticos disponíveis na instituição, afim de tornar os procedimentos de ensino-aprendizagem dinâmicos e significativos para todos os envolvidos no processo, além de promover a troca de experiências entre os profissionais que atuam na instituição.

A escola está situada em um bairro da periferia de Cachoeiro de Itapemirim, município do sul do estado do Espírito Santo. A instituição atende cerca de 150 crianças da educação infantil, com idade entre 0 a 5 anos, e uma turma de 25 alunos do 1º ano do ensino fundamental. Além da equipe técnica, atuam diretamente junto com os alunos dezessete professoras e cinco auxiliares de creche (imagem 1). Os profissionais da

---

6. A escola foi fundada no município de Cachoeiro de Itapemirim no ano de 1994, com a finalidade de prestar atendimento às crianças da educação infantil. Em 2018 a instituição passou a atender também crianças do 1º ano do ensino fundamental.

escola participaram de momentos agradáveis de estudo, ampliando e compartilhando conhecimentos que se tornarão importantes ferramentas no cotidiano da sala de aula.

**Imagem 1-** Participantes da oficina



Fonte: acervo particular da autora

164

Recentemente a escola recebeu um valioso kit contendo variados materiais didáticos, como: jogos de encaixe; sólidos geométricos de madeira; jogos da memória das profissões, de animais, numerais e alimentação; alfabeto em libras; CD com músicas sobre o esquema corporal; blocos lógicos; palco de madeira para teatro de fantoches; além de diversos livros de literatura ilustrados, de altíssima qualidade. Esses instrumentos representam um importante recurso didático, entretanto, se não forem utilizados de forma adequada podem perder a sua função pedagógica (imagem 2).

**Imagem 2** – Utilização do kit: “Contando Histórias”, com o uso de fantoches.



Fonte: acervo particular da autora

Para explorar todo o potencial que um recurso pedagógico pode fornecer é preciso, sobretudo, planejar adequadamente as atividades de acordo com a faixa etária das crianças e organizar os espaços onde ocorrerão as interações. Esse foi um dos enfoques da oficina que ministramos paravinte profissionais da educação infantil – professores e auxiliares – no dia 11 de maio de 2018, durante o conselho de turma,<sup>7</sup> que ocorre a cada trimestre no decorrer do ano letivo. Esse momento é classificado por muitos profissionais que atuam na área da educação como enfadonho, entretanto, parte do tempo destinado ao conselho de turma foi utilizado para a realização da oficina, que proporcionou momentos de interação e produção coletiva de saberes, além da troca de experiências entre os profissionais envolvidos.

Inicialmente, todos ouviram atentamente a história: *A arca de ninguém*.<sup>8</sup> Iniciamos a interação usando essa metáfora e destacando que todos os profissionais que atuam na instituição se interessam pelo bem-estar e pleno desenvolvimento das crianças. Em seguida ocorreu a apresentação do material pedagógico citado anteriormente, com sugestões de utilização dos mesmos (imagem 3).

### **Imagem 3** – História *A arca de Noé*

---

7. Também conhecido como conselho de classe.

8. Essa história é uma versão da *Arca de Noé*, na qual os animais, ao invés de buscarem refúgio na embarcação para se salvarem do dilúvio, ficam discutindo sobre questões individuais. Ao fim, acabam percebendo que, apesar das diferenças, todos estavam no “mesmo barco”.



Fonte: acervo particular da autora

166

Em relação ao jogo da memória das profissões foi sugerido a realização nas turmas de uma enquete sobre o trabalho executado pelos pais ou responsáveis, podendo convidá-los para interagirem com as crianças, afim de relatarem aspectos relacionados à escolha profissional e atuação no mercado de trabalho. Para ampliar o universo de possibilidades dos alunos, outros profissionais da comunidade com diferentes profissões, como músicos, vendedores, atletas, motoristas, entre outros, poderiam ser convidados para relatarem suas trajetórias de vida. Após diferentes situações de aprendizagem envolvendo as profissões, as crianças, divididas em grupos, utilizariam o dominó, na primeira etapa da atividade, para identificar as profissões contidas nas peças do jogo. Em seguida um grupo por vez apresentaria aos demais colegas algumas profissões, destacando as características de cada ofício representado nas peças do dominó. As participantes classificaram esse recurso didático como essencial para motivar a participação da família no contexto escolar, além de promover a autoestima de diversos profissionais que vivem na comunidade e que executam tarefas de baixa remuneração, mas de suma importância para a sociedade.

A música está presente em diferentes momentos e etapas da vida. A utilização desse importante recurso com crianças favorece o modo como estas percebem o mundo que as cerca, auxiliando o pensamento subjetivo, aguçando a memória, o raciocínio lógico, a imaginação e a fantasia.<sup>9</sup> Na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental podemos utilizar músicas que explorem o esquema corporal,

---

9. Delalande (1979) destaca que o processo de musicalização pode utilizar sons produzidos pelo próprio corpo, como bater palmas, encher as bochechas com ar e bater na boca, assobiar, estalar os dedos.

fazendo com que a criança conheça e se aproprie do próprio corpo, entendendo que o mesmo possui diversas funções e ocupa um lugar no mundo. Durante a oficina utilizamos um violão e cantamos músicas – em forma de adivinhas – relacionadas às partes do corpo. Durante a execução da canção, as participantes deveriam descobrir qual parte do corpo estava sendo apresentada. Esse momento foi marcado por muita euforia e animação.

Abordamos a importância da *Linguagem Brasileira de Sinais (Libras)*,<sup>10</sup> evidenciando que a escola é um local de respeito às singularidades e potencialidades de cada indivíduo, um espaço capaz de favorecer o desenvolvimento de valores como respeito, solidariedade, autonomia e liberdade, além de viabilizar a inclusão dentro e fora do contexto escolar. Durante a realização da oficina utilizamos o alfabeto em libras, que apresentava o alfabeto convencional e sua representação na linguagem brasileira de sinais. Sugerimos às participantes – divididas em dois grupos – que formassem duas palavras utilizando o alfabeto, sendo estas respectivamente: doce e vida, paz e amor. Em seguida, deveriam escolher alguém do grupo para apresentar as palavras para as demais participantes através da linguagem de sinais. A atividade foi um sucesso e mobilizou a todas.

Para favorecer o aprendizado de libras em sala de aula, podemos introduzir sinais que simbolizem ações que fazem parte da rotina diária, como: beber água, ir ao banheiro, dar bom dia ou boa tarde, além de propor que cada criança utilize libras para apresentar aos colegas o seu nome ou a primeira letra do mesmo. No ambiente escolar, todas as pessoas que estão direta ou indiretamente em contato com as crianças devem estar preparadas para utilizar a libras como primeira língua para as crianças surdas e como segunda língua para as ouvintes. Dessa forma, múltiplas possibilidades e metodologias de ensino podem ser empregadas com surdos e ouvintes, tornando o aprendizado lúdico, significativo e favorável à inclusão (CÓRDULA, 2013).

O material utilizado na oficina é rico em possibilidades, capaz de estimular o raciocínio lógico, a oralidade e oportunizar uma aprendizagem de qualidade através da interação com o lúdico. Mas para que tais objetivos sejam alcançados o papel do professor é fundamental, disponibilizando os materiais para a turma, organizando ou criando os espaços necessários para a efetivação da proposta pedagógica e selecionando os instrumentos adequados à faixa etária das crianças, levando em consideração os conhecimentos que estas possuem e os que necessitam adquirir. Acreditamos que o profissional que atua na educação infantil precisa ter uma formação

---

10. A Libras passou a ser utilizada pelo *Instituto Nacional de Surdos* do Rio de Janeiro em 1857. Havia a proposta de implantá-la em todo o território nacional, mas devido a questões burocráticas e impasses governamentais a regulamentação da Libras, através da legislação – Lei de Libras – ocorreu apenas em agosto de 2001. Para mais informações sobre o tema ver Santiago (2009).

sólida e permanente, conforme determina o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*:

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional [...] refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade [...] (RCNEI 1998, p.41).

O professor de educação infantil, além de estar em constante formação, deve se manter acessível e disponível para a aprendizagem, sendo capaz de refletir sobre sua própria prática, a fim de aprimorá-la continuamente, tornando o processo de ensino-aprendizagem dinâmico e significativo. Sobre a identidade pessoal e profissional do professor, Nóvoa (1995) assevera que, além da formação em serviço, o docente precisa avaliar constantemente sua ação pedagógica e ter predisposição para a mudança. Os momentos de interação entre os profissionais que atuam na área educacional são de suma importância para o desenvolvimento e o aprimoramento da prática pedagógica. A formação em serviço pode ocorrer na troca de experiências entre indivíduos que estão inseridos no mesmo contexto escolar e que, por isso, compreendem as especificidades locais e os desafios que precisam superar no dia a dia.

168

## **Conclusão**

No Brasil, desde o século XIX, a educação infantil manteve um caráter meramente assistencialista, destinada a atender as necessidades relacionadas ao cuidado das crianças pertencentes às camadas populares. Mas, a partir dos anos 1980, diversos setores da sociedade civil se mobilizaram exigindo a qualidade do ensino prestado nas escolas públicas, contemplando a criança desde os primeiros anos de vida. Dessa forma, a *Constituição de 1988* determinou a inclusão da creche e da pré-escola no sistema educacional brasileiro. Em 1996, através da LDB 9394/96, a educação infantil foi estabelecida como a primeira etapa da educação básica. A partir de então, diversos documentos foram elaborados pelo MEC e pelas prefeituras municipais reafirmando e orientando a prática pedagógica nessa importante etapa de ensino. Para que tenhamos uma educação de qualidade, além de diretrizes norteadoras, é preciso que o professor tenha uma sólida formação e permaneça em constante aprimoramento.

Acreditamos que a escola se tornará efetivamente um espaço de produção de

conhecimentos quando a formação de professores ocorrer nas unidades escolares onde os mesmos atuam, por meio de workshops, oficinas ou minicursos, uma vez que tais espaços representam de forma efetiva a realidade em que a comunidade escolar está inserida. Os relatos de experiências reais vivenciadas no cotidiano da sala de aula são capazes de motivar e promover uma análise da realidade que favoreça o planejamento de ações eficazes para que a educação infantil, como primeira etapa da educação básica, promova efetivamente o desenvolvimento integral das crianças através da interação com profissionais capacitados que reflitam e avaliem constantemente sua prática pedagógica. O professor possui um saber que é plural, na medida em que é originário da formação acadêmica que possui e proveniente de sua história e trajetória profissional, sendo constituída através da relação com o mundo que o cerca e das relações que estabelece com os diversos atores sociais. Compartilhar experiências com seus pares é criar um universo de possibilidades que pode favorecer a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, além de promover a união e a interação da equipe.

Os programas tradicionais de capacitação de professores, em geral, trazem especialistas ou consultores que não conhecem a realidade regional ou as especificidades de cada escola. Muitas vezes são apresentadas propostas inovadoras, mas que não contemplam a resolução de problemas reais e específicos, por isso, não causam impacto positivo na prática cotidiana do professor, muito menos na aprendizagem das crianças. Entendemos que a formação continuada em serviço é uma possibilidade real de transformar o ambiente escolar em espaço de desenvolvimento profissional.

169

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Bruna Molisani Ferreira. Infâncias e Educação Infantil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. **Revista Aleph Infâncias**, ano v, n. 16, nov./2011.
- ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BARRETO, Ângela Maria Rabelo. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**, v. 2, Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.
- BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M.A.C. Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil. In: **Educação infantil, política, formação e prática docente**. Campo Grande: UCDB, 2003.
- BRASIL, Maria Ghisleny Paiva. **Espaço(s) na educação infantil: entre políticas e práticas**. Tese de Doutorado. 2016. Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ), Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd), Rio de Janeiro, 2016.

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90. Brasília, DF; Congresso Nacional, 1990.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.
- CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. Brincar e Aprender: o lúdico como metodologia de ensino. *Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 6, 2013.
- DELALANDE, François. **Pédagogiemusicale d'éveil**. Paris: Institut National de Audiovisual, 1979.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Avanços e retrocessos na formação dos profissionais de educação infantil. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.) **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 107-115.
- LOBO, Ana Paula. Políticas públicas para Educação Infantil: uma releitura na legislação brasileira. In: VASCONCELLOS, Vera. (Org.) **Educação da infância: história e política**. 2ª ed. Niterói: EDUFF, 2011.
- MENDES, Sarah Lima. Tecendo a história das instituições do Brasil infantil. **Revista Saberes**, Natal, v. 1, n. 11, 2015, p. 94-100.
- NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio (Org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SANTIAGO, Sandra Alves Silva. **Exclusão da pessoa com deficiência, educação para quê?** Tese de Doutorado. 2009. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2009.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Proposta Pedagógica de Educação Infantil**. Cachoeiro de Itapemirim, 2012.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Aprendizagem, desenvolvimento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1998.

# TRAJETÓRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E OS RISCOS DO EXTERMÍNIO PROGRESSIVO

BEATRIZ VASCONCELOS MATIAS<sup>1</sup>

VINI RABASSA DA SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho visa apresentar a trajetória da proteção social para povos indígenas no Brasil, que teve seu início somente em 1910 e passa por diferentes fases, até a primeira década dos anos 2000. Evidencia-se, assim, desde as primeiras intervenções do Estado com políticas de cunho assimilador para os indígenas, bem como os avanços e retrocessos a partir daí. Nesta trajetória, destaca-se a importância da *Constituição Federal de 1988* como uma conquista importante que apontou para os direitos dos povos tradicionais e serviu para embasar as políticas de proteção social. Esta trajetória serve para evidenciar a necessidade de superar a implementação de programas e serviços sociais, que perversamente acabam por contribuir, muitas vezes, para a assimilação ou extermínio progressivo destes povos.

**Palavras-chave:** Proteção Social; Povos Indígenas; Autodeterminação.

**Abstract:** This paper aims to present the trajectory of social protection for indigenous peoples in Brazil, which began only in 1910 and goes through different phases until the first decade of the 2000s. It is evident from the first interventions of the State that proposed policies that assimilated the indigenous to the national society, as well as the advances and setbacks therefrom, demarcating the importance of the Federal Constitution of 1988 in this process, as an important achievement that pointed to the rights of traditional peoples, and served to underpin social protection policies. This trajectory serves to highlight the need to overcome the implementation of social programs and services that perversely end up contributing, many times, to the assimilation or progressive extermination of these native peoples.

**Key words:** Social Protection; Indigenous Peoples; Self-determination.

---

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL, com pesquisa em andamento sobre proteção social de povos indígenas e o princípio da livre determinação. Bolsista PROSUC/Capes. Bacharela em Serviço Social/UCPEL. E-mail: biavasconcelosmatias@gmail.com

2. Mestre e doutora em Serviço Social/PUCRS. Professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. E-mail: vini.silva@ucpel.edu.br

## Introdução

Para compreender o atual conjunto de políticas de proteção para povos indígenas no Brasil, é preciso conhecer a trajetória de avanços e retrocessos que foram acontecendo desde 1910, ano em que o Brasil cria o primeiro serviço de proteção para povos indígenas. Influenciado pelos tratados interamericanos e mundiais sobre direitos dos povos, o *Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais* (SPILTN) foi criado em junho de 1910, através do Decreto 8.072, passando a denominar-se apenas como *Serviço de Proteção ao Índio* (SPI) a partir de 1918. O Serviço tinha por objetivo prestar assistência leiga, afastada da catequese da Igreja Católica, a todos os índios no território nacional, assentada na diretriz republicana da separação Estado-Igreja, visando a integração dos indígenas na sociedade brasileira, através dos *Centros Agrícolas*, civilizando-os e transformando-os em trabalhadores nacionais, através de métodos e técnicas educacionais.

A atuação do SPI se concentrou na pacificação de grupos indígenas em áreas de colonização recente, sendo instalados postos indígenas em São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso e outras regiões. Após o órgão considerar que a pacificação havia sido consolidada, eram feitas negociações com os governos estaduais para a criação de reservas de terras para a sobrevivência física dos índios. Progressivamente, eram introduzidas atividades educacionais voltadas para a produção econômica e ações destinadas a atender as condições sanitárias dos índios. O sistema do era integrado, ainda, pelo *Ministério da Agricultura Indústria e Comércio* (MAIC), *Apostolado Positivista no Brasil* e *Museu Nacional* (LIMA, 1987; OLIVEIRA, 1947).

No final do século XIX e primórdios do século XX, um grupo de pensadores, que criou o *Apostolado Positivista no Brasil*, tendo por base os seus preceitos, ergueu a bandeira em favor da causa indígena. Com a instauração da República, os pensadores positivistas que detinham influência entre os militares, encaminharam por meio do *Apostolado Positivista do Brasil*, ainda em 1891, a única proposta sobre os direitos dos índios para a *Assembleia Nacional Constituinte*. (RODRIGUES, 2011). Já o MAIC, desde a sua criação em 1906, previa na sua estrutura a instituição de um “serviço para catequese e civilização dos índios” (SOUZA LIMA, 1997, p. 86).

O *Serviço de Proteção ao Índio* (SPI) é resultado das convergências e divergências entre esses órgãos e acabou impondo uma pedagogia que alterava o sistema produtivo indígena, transferia indígenas de suas terras e as liberava para colonização, contrapondo-se aos seus próprios objetivos principais que previam respeitar as terras e a cultura indígena.

Para administrar a vida indígena formalizou-se, em 1916, uma classificação legal

de índio, através do *Código Civil* e mantida pelo Decreto nº 5.484, de 1928 que no Art. 2º pontuava que:

Para os efeitos da presente lei são classificados nas seguintes categorias os Índios do Brasil:  
1º índios nômades;  
2º índios arranchados ou aldeados;  
3º índios pertencentes a povoações indígenas;  
4º índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados (BRASIL, 1928).

Independente da categoria em que estivesse classificado, para qualquer indígena que supostamente não estivesse inteiramente adaptado à sociedade, restaria a tutela do Estado brasileiro.

Em 1939, cria-se no *Ministério da Agricultura* o *Conselho Nacional de Proteção aos Índios* (CNPI), através do Decreto-Lei nº 1.794, dedicado à integração dos indígenas à comunidade brasileira, e ao estudo de todas as questões que se relacionassem com a assistência e proteção aos indígenas, seus costumes e línguas, tendo por objetivo atuar como órgão formulador e consultor da política indigenista brasileira. Com a criação deste CNPI, havia a pretensão de deixar para o SPI somente atribuições executivas, entretanto isto não ocorreu (OLIVEIRA, 1947).

Com a participação de destacados antropólogos, o CNPI passou a atuar na formulação de políticas indigenistas brasileiras, tentando levar ao SPI as premissas antropológicas da época, questionando os cânones e práticas sertanistas. De acordo com a orientação das discussões e dos debates latino-americanos e internacionais sobre a relação com os povos indígenas, embora o *Conselho* considerasse inevitável a integração dos índios à sociedade nacional, ele defendia que o órgão indigenista – SPI – não deveria estimular este processo. Entretanto, o SPI acabou por envolver de militares a trabalhadores rurais, que não possuíam qualquer preparação ou interesse pela proteção aos índios, os quais com o seu trabalho junto aos *Postos Indígenas* de todo o país, acabaram por gerar resultados diametralmente opostos à proposta do CNPI. Casos de fome, doenças, maus tratos e escravização da população indígena passaram a ser frequentemente denunciados. Finalmente, no início da década de 1960, sob acusações de genocídio, corrupção e ineficiência, o SPI foi investigado por uma *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI), e o processo levou à demissão ou suspensão de mais de cem funcionários de todos os escalões (OLIVEIRA E FREIRE, 2006: 131).

Percebendo, que a trajetória inicial da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas foi demarcada pela complexidade de relações, ora intencionando a sua assimilação cultural e aproveitamento de sua força braçal para o desenvolvimento nacional e ora buscando salvaguardar a sua cultura originária, oferecendo-lhes meios

para a sua sobrevivência, este artigo apresenta, a partir de uma revisão bibliográfica e documental, um resumo sobre a proteção social proposta para os povos indígenas, considerando também tratados internacionais, a fim de dar visibilidade às contradições que permeiam esta trajetória e os riscos de que os programas sociais destinados a estes povos contribuam, perversamente, para a sua destruição.

### **Direitos dos indígenas no âmbito internacional**

No âmbito internacional, a *Declaração Universal de Direitos Humanos* de 1945, aprovada em 1948 pela *Organização das Nações Unidas* (ONU), constituiu-se como base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defendendo a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhecendo que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a todos os cidadãos do planeta (ONU, 1948). No mesmo ano, a *Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem* já apontava em seu preâmbulo que «todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, como são dotados pela natureza de razão e consciência, devem proceder fraternalmente uns para com os outros» (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1948).

174

O *Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos* de 1966, adotado pela Resolução n. 2.200 A (XXI) da *Assembleia Geral das Nações Unidas*, só foi ratificado pelo Brasil através do Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992, o que evidencia a demora do país em aderir a pactos e convenções importantes na defesa dos direitos do povos.

Ainda no âmbito internacional, em 1969 a *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, também consagrou diversos direitos cíveis e políticos, entre outros: o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, o direito à vida, o direito à integridade pessoal, o direito à liberdade pessoal e garantias judiciais, o direito à proteção da honra e reconhecimento à dignidade, à liberdade religiosa e de consciência, à liberdade de pensamento e de expressão e o direito de livre associação. O Brasil promulgou a convenção com o Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, que atribui os *Deveres dos Estados e Direitos Protegidos*, no Capítulo I, Artigo 1, Incisos 1 e 2, contemplando a questão racial.

1. Os Estados-Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.
2. Para os efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano (BRASIL, 1992).

## **A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), outros órgãos e leis indigenistas no Brasil**

Em 1967, durante o Regime Militar, o SPI e o CNPI foram extintos e substituídos pela FUNAI (ABREU, 2015), criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que começou a funcionar vinculada ao *Ministério da Justiça*, que passa a exercer a coordenação da principal executora da política indigenista do Governo Federal, tendo oficialmente a missão institucional de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil (FUNAI, 2018).

Segundo Gomes (2002), sob vários aspectos, o então novo órgão indigenista não iria diferir muito do velho, passando a ter as suas atividades de planejamento centradas na sede, que foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília.

Situada em um período de grande crescimento econômico, a FUNAI surgiu com orçamento maior do que o do SPI, o qual foi usado para criar a sua própria infraestrutura administrativa e operacional que durou pelos anos seguintes.

A partir da década de 1980 os orçamentos foram diminuindo, coincidindo com o fim do ciclo de crescimento econômico e com a desaceleração do ímpeto de resolução projetada da questão indígena. A FUNAI era fiscalizada internamente por um setor de controle de informações, cujos cargos foram sempre ocupados por agentes do *Serviço Nacional de Informações* ou oriundos do Exército, que informavam, espionavam e vetavam atos e pessoas considerados subversivos ou ameaças à segurança nacional. Em suma, a FUNAI foi instituída para ser um SPI menos carregado de história e ideologia, mais eficiente e impessoal na administração para cumprir o propósito indigenista fundamental do Estado brasileiro que era de fazer o índio virar um brasileiro como outro qualquer (GOMES, 2002).

A partir de 1971, a FUNAI criou um curso de formação de indigenistas, ministrado por professores e antropólogos por ela indicados, especialmente da *Universidade de Brasília*. A demarcação das terras indígenas e o crescimento demográfico passaram a ser debatidos e a FUNAI melhorou, substancialmente, o legado do SPI. Por outro lado, suas deficiências inatas, como a deformação do uso do poder, a subordinação a uma política desenvolvimentista e essencialmente anti-indígena, a corrupção em vários níveis e a incúria administrativa provocaram, em contraposição, a reação cada vez mais política dos povos indígenas (GOMES, 2002).

O destino dos índios foi aos poucos se revertendo positivamente em função de novos fatores sociais que estavam ocorrendo na sociedade brasileira e no mundo indígena. No decorrer da década de 1980 surgiram novas lideranças indígenas, que traziam um discurso mais contundente e afinado com os tempos e agiam com mais determinação política. Esses novos fatores se exerceram independentemente

da ação da FUNAI, mas não se pode dizer que à sua revelia. Houve momentos em que o órgão teve ímpetus ativistas que marcaram uma presença positiva, tais como entre 1975 e 1979, e entre 1984 e 1985. Entretanto, os civis que os substituíram, após 1985, não compreenderam as possibilidades socioculturais da relação entre ativismo e institucionalização, considerando sua tarefa apenas como administração de conflitos inter-étnicos (GOMES, 2002).

Ou seja, a FUNAI, desde o começo da sua história até as proposições da *Constituição Federal de 1988*, não protegia, tampouco promovia os direitos dos indígenas nos moldes atuais da autarquia, pontuando que ainda na atualidade cabem algumas ressalvas ao trabalho desempenhado, pois segundo Gomes (2002), desde 1986 a FUNAI vem perdendo importância para ajudar os povos indígenas em relação aos novos obstáculos que os perseguem e pouco faz para justificar sua existência, uma vez que seus objetivos principais não foram atingidos, devido à judicialização do processo de demarcação de terras indígenas, por parte dos sindicatos rurais, governantes e proprietários de terras em geral, também pelo assédio de atores econômicos como madeireiros, garimpeiros e pecuaristas, assim nem todas as terras indígenas foram demarcadas e garantidas.

Sobre a história da defesa e proteção dos indígenas no Brasil é importante destacar o *Conselho Indigenista Missionário* (CIMI), criado em 1957 como um organismo vinculado à *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB), que em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas, quando no auge da Ditadura Militar o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, não promovendo o direito da livre determinação e fomento da preservação dos modos tradicionais de vida dos povos indígenas. O CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Em sua prática junto aos povos indígenas, ainda nos dias atuais, o CIMI denuncia as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo melhor para todos (CIMI, 2018).

Em termos de legislação é necessário lembrar que em 1973 foi criado o *Estatuto do Índio*, pela Lei 6.001/73, que se expressa pela contradição ao propor a preservação da cultura indígena e, ao mesmo tempo, manifestar a intenção de integrá-los à comunhão nacional, transparecendo a intencionalidade de um direcionamento dos povos tradicionais, com estratégias persuasivas para a sua adesão à cultura dominante,

quando finalmente deixariam de ser considerados “relativamente incapazes” e, não mais necessitariam da tutela do Estado. Assim, como explica Cunha, o tipo de integração requerido pelos indígenas não é o aparentemente pretendido pelo Estatuto: “não é, pois, querer assimilar-se: é querer ser ouvido, ter canais reconhecidos de participação no processo político do país, fazendo valer seus direitos específicos (2009, p. 257).”

A referida lei reconhecia os territórios indígenas e o direito destes sobre a exploração dessas terras, porém sanciona que, em caso de não haver solução alternativa, pode a União intervir em área indígena para a realização de obras públicas que sejam de interesse ao desenvolvimento nacional, para a exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional, dentre outras situações, podendo essa intervenção dar-se por meio de medidas como deslocamento temporário e remoção de grupos tribais de uma área para outra. Previa, também, estender os direitos civis aos indígenas, bem como apontava para a necessidade de demarcação das terras indígenas. Entretanto, mantinha a tutela do Estado, para os não integrados à nacionalidade, e para o índio requerer sua liberação do regime tutelar estabelecia alguns requisitos.<sup>3</sup> A lei também classificava os indígenas como integrados, em vias de integração e isolados e, para os últimos, não se aplicavam os contratos de trabalho e, portanto, os benefícios previdenciários, conforme consta no Artigo 4º (BRASIL, 1973).

Em 1989 é sancionada a Lei 7.716, que define os crimes resultantes do preconceito de raça e cor, sinalizando para criminalizar ações de discriminação contra os indígenas. Porém, segundo alguns estudiosos, as políticas sociais brasileiras, até esse momento, visavam integrar os povos indígenas à sociedade brasileira,

Os índios deveriam o mais rápido possível ser integrados à sociedade nacional, ou seja, precisavam viver de maneira igual à dos brancos, nas cidades ou nas vilas, deixando de serem índios para abrir caminho à ocupação de suas terras pelos não índios (LUCIANO, 2006, p.71).

Este era o objetivo da integração para fins de ocupação do território indígena, particularmente o modelo de desenvolvimento econômico pretendido pelo regime militar requeria.

---

**3.** Art. 9º Qualquer índio poderá requerer ao Juiz competente a sua liberação do regime tutelar previsto nesta Lei, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que preencha os requisitos seguintes:

I - idade mínima de 21 anos;

II - conhecimento da língua portuguesa;

III - habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional;

IV - razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.

§ O Juiz decidirá após instrução sumária, ouvidos o órgão de assistência ao índio e o *Ministério Público*, transcrita a sentença concessiva no registro civil (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973).

[...] uma cruenta expansão sobre a Amazônia e planos desenvolvimentistas de integração nacional, cujos impactos sobre os povos indígenas foram internacionalmente denunciados ao longo dos anos de 1970 e 1980 (LIMA, 2015, p.439).

## **A Constituição Federal de 1988 e os direitos internacionais para povos indígenas sancionados pelo Brasil**

Somente com a *Constituição Federal de 1988* (CF/88) foi reconhecido o direito dos indígenas de terem reconhecidas e preservadas sua cultura de modo geral e suas terras (capítulo VIII, Artigos 231 e 232), cabendo à União demarcar, proteger e fazer respeitar os bens a elas inerentes. As terras indígenas, nesta *Carta Magna*, são caracterizadas e é defendido o usufruto exclusivo de todas as riquezas nelas existentes, bem como a posse permanente dos indígenas sobre as mesmas, e que a exploração em terras indígenas só pode se dar com autorização do *Congresso Nacional* e ouvidas as comunidades afetadas, as quais terão participação assegurada nos resultados da lavra. A carta ainda veda a remoção dos indígenas de suas terras, exceto por situações que ponham em risco a soberania nacional ou catástrofes e epidemias que ponham em risco as comunidades indígenas, sendo que tais decisões devem ser deliberadas pelo *Congresso Nacional*, bem como deve ser garantida a volta das comunidades para suas terras, logo que cesse o risco.

178

A CF/88 ainda nomeia o *Ministério Público* como defensor dos direitos e interesses dos indígenas, comunidades e organizações em seu Art. 232: “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o *Ministério Público* em todos os atos do processo.”

Diante desses avanços, é importante destacar que a conquista de direitos, de políticas e programas sociais para povos indígenas, no Brasil, não têm sido meramente concessões do Estado, pois:

No Brasil, existe de fato, desde a década de 1970, o que podemos chamar de movimento indígena brasileiro, ou seja, um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas objetivando uma agenda comum de luta, como é a agenda pela terra, pela saúde, pela educação e por outros direitos. Foi esse movimento indígena articulado, apoiado por seus aliados, que conseguiu convencer a sociedade brasileira e o *Congresso Nacional Constituinte* a aprovar, em 1988, os avançados direitos indígenas na atual Constituição Federal (LUCIANO, 2006, p.59).

Aliás, a luta pelo reconhecimento dos povos originários também em nível internacional foi avançando graças aos movimentos sociais, a partir da década de

1970, que pleitearam o reconhecimento da diversidade, obrigando a OIT a revogar a *Convenção 107*. Em 1986, uma equipe de especialistas iniciou a revisão e seu conteúdo foi debatido na *Conferência Internacional do Trabalho*, em 1988 e 1989. A *Convenção* nº 169 de 1989, da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) oferece diretrizes mínimas para que os estados nacionais respeitem a diversidade de formas de expressão e da organização social dos povos indígenas e tribais, incentivando o diálogo e a consulta. As novas diretrizes apontavam para o reconhecimento longo e permanente do modo de vida dos povos indígenas e tribais e orientavam para o respeito à diversidade de sua organização social e cultura frente às relações de trabalho na execução de projetos de desenvolvimento, garantindo que os povos tenham direito ao desenvolvimento a partir de suas próprias prioridades. A *Convenção 169* da OIT busca melhorar as condições de vida e de trabalho destes povos sem interferir na liberdade de opção pela diferença, sendo o primeiro instrumento de padrão internacional que considera a auto identificação – Art. 2º, Inciso 2 – como um critério fundamental nas ações de reivindicação de identidade. Com isso, o próprio grupo deve ser capaz de reconhecer e aceitar outras pessoas que pertençam ao seu grupo, ou povo. Reconhece, também, as aspirações de tais povos em assumir o controle de suas instituições, ter respeitada sua forma de vida e definir os critérios de desenvolvimento econômico para manter e fortalecer a sua identidade, incluindo a manutenção de sua língua, religião e a garantia de autonomia e de autogoverno (OIT, 1989).

Um dos principais aspectos desta *Convenção* é a determinação de que os governos consultem os povos interessados sempre que seja estudada, planejada ou aplicada qualquer medida legislativa ou administrativa que os afete diretamente, com procedimentos apropriados e de forma transparente, privilegiando suas instituições representativas, e garantindo a participação de todos os representantes dos povos interessados – Art. 6º, Incisos 1 e 2. Assinala, ainda, que os governos devem considerar os estudos que evidenciem impactos de determinadas ações sociais ou naturais sobre os povos originários e agir em cooperação com eles, a fim de preservar e proteger a cultura, sociabilidade, espiritualidade, o meio ambiente e os territórios por eles habitados – Art. 7º, Incisos 3 e 4. Assegura, ainda, o direito a serem consultados antes de apropriação indevida de suas propriedades, posses ou de que lhes interditem o uso de suas terras, o que caracteriza o direito à *Consulta e ao Consentimento Prévio, Livre e Informado* (CCPLI) – Art. 17º (OIT, 1989).

Embora o Brasil tenha ratificado a *Convenção 169*, em 2002, o Estado não avançou na regulação da garantia do direito à consulta para as comunidades tribais. Então, os próprios indígenas criaram protocolos para tentar garantir os procedimentos apropriados ao processo de consulta, de forma a atender às características específicas e

peculiares da comunidade ou povo consultado e a proposta ou medida a ser consultada. Como aponta o estudo do antropólogo Grupione (2011/2016), há uma indisposição do Estado em respeitar o direito de participação dos povos tribais, garantido pela *Convenção 169* e, para buscar assegurar seus direitos, os próprios indígenas criaram alguns protocolos. Anteriormente, os Decretos nº 23/24/25 e 26 de 1991, fizeram com que o que era só de responsabilidade da FUNAI acabasse sendo distribuído entre alguns Ministérios, o que pode ter contribuído, algumas vezes, para o não cumprimento do objetivo por não haver mais um único órgão que coordenasse e controlasse as ações. O Decreto nº 23 de 4 fevereiro de 1991, dispunha sobre as condições para a prestação de assistência à saúde das populações indígenas no Art. 5º. Após a distribuição das ações para populações indígenas entre os Ministérios, apenas algumas ações foram desenvolvidas.

O *Ministério do Meio Ambiente* desenvolveu o *Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas* (PDPI), fruto de um longo processo de discussão conjunta entre o Governo, o *Movimento Indígena Organizado da Amazônia*, parceiros e instituições financiadoras internacionais, estimulado pela avaliação de pouca participação indígena em linhas de financiamento de projetos já existentes. Sua origem está conectada ao processo de apoio à proteção de florestas tropicais brasileiras pelo *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* (PPG7). No site do Ministério existem registros de 1991 a 2004. Houve o desenvolvimento da Gestão Ambiental em Terras Indígenas (T.I.s), Conservação e Recuperação da Biodiversidade em T.I.s, ação de fomento à gestão Ambiental em T.I.s, Fortalecimento Social e Econômico via coordenadoria do Agroextrativismo. Foi implantada a "Carteira indígena", uma ação do governo federal, resultado da parceria com o *Ministério do Meio Ambiente* (MMA), através da sua *Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável* (SEDR) e com o *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome* (MDS), através da sua *Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* (SESAN), com o objetivo de contribuir para a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, em todo o território nacional. A Carteira apoia projetos com foco na produção de alimentos, agroextrativismo, artesanato, gestão ambiental e revitalização de práticas e saberes tradicionais associados às atividades de autosustentação das comunidades indígenas, de acordo com as suas demandas, respeitando suas identidades culturais, estimulando sua autonomia e preservando e recuperando o ambiente das terras indígenas. Foi desenvolvida, também, a *Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas* (PNGATI), que apontava entre seus objetivos o reforço à consulta aos indígenas. Convém destacar que estas orientações políticas ainda aparecem em vigor, até os dias atuais, no site do Ministério

(MMA, 2018).

O *Ministério do Desenvolvimento Social* (MDS) doou recursos financeiros para o projeto “Carteira Indígena” ou “Fome Zero Indígena”. Sob a gestão do MDS, criou-se o *Bolsa Família* para os povos indígenas, que é o mesmo para todos os beneficiários, indígenas ou não. Porém, a maneira como os povos indígenas têm acesso às etapas de cadastramento, de acompanhamento familiar, de atendimento, são diferenciadas e acompanhadas pela FUNAI, assim como o processo de recebimento/saque dos benefícios nas cidades. Segundo o site da FUNAI, as famílias indígenas cadastradas têm prioridade no recebimento do benefício em relação às famílias não indígenas, mas para que haja permanência no programa, devem ser observadas as mesmas condições cumpridas pelas famílias não indígenas. A *Fundação* deve acompanhar e orientar as famílias indígenas beneficiárias do *Programa Bolsa Família* (PBF) para que tomem cuidados especiais no ato de sacar o benefício nas agências e correspondentes bancários (MDS, 2018).

Em relação à cultura, preservação e celebração da mesma, o *Ministério da Cultura* (MinC) criou o *Prêmio Culturas Indígenas* e os *Pontos de Cultura* para povos indígenas, que se trata de espaços para divulgação e apreciação dessa cultura.

O *Ministério da Saúde* (MS) criou a *Secretaria Especial de Saúde Indígena* (SESAI), em outubro de 2010, responsável por coordenar a *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas* e todo o processo de gestão do *Subsistema de Atenção à Saúde Indígena* (SasiSUS), no âmbito do *Sistema Único de Saúde* (SUS). Algumas de suas atribuições são: desenvolver ações de atenção integral à saúde indígena e educação em saúde, em consonância com as políticas e os programas do SUS, observando as práticas de saúde tradicionais indígenas; realizar ações de saneamento e edificações de saúde indígena. O SasiSUS é descentralizado, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e responsabilidade sanitária dos 34 *Distritos Sanitários Especiais Indígenas* (DSEIs). Cada distrito conta com um dos *Conselhos Distritais de Saúde Indígena* (Condisi), compostos por 1.390 conselheiros distritais de saúde indígena (MS, 2018).

Já no que tange à questão ambiental, o *Instituto Socioambiental* (ISA) é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada às questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Desde 2001, passou a ser uma *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público* (OSCIP), com sede em São Paulo (SP) e subsedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA). O Instituto trata o tema dos *Povos Indígenas no Brasil*, sendo uma referência nacional na produção, análise e difusão de

informações qualificadas sobre os mesmos. Mantém, desde o início da década de 1980, pesquisas sobre os índios no país, possui uma ampla rede de colaboradores que contribui com informações e artigos para publicações impressas e para os sites do tema. Disponibiliza à sociedade brasileira e ao público das línguas portuguesa, inglesa e espanhola um conjunto sistematizado de informações sobre povos indígenas, tema que possuiu uma grande lacuna. Na internet, as informações sobre a sociodiversidade indígena estão disponíveis nos sites *Povos Indígenas no Brasil* (PIB) e em sua versão especial para a educação infantil, os *Povos Indígenas no Brasil Mirim* (PIB Mirim). A série impressa *Povos Indígenas no Brasil*, publicada desde 1980, é outra importante fonte de informações produzida pela equipe do ISA, que evidencia o acompanhamento permanente das políticas públicas voltadas a essas populações. O último volume da série compreende o período de 2006 a 2010 e foi lançado em novembro de 2011, trazendo dados importantes para compreender e dar visibilidade à questão indígena (ISA, 2018).

Estes avanços na proteção social dos povos indígenas após a promulgação da CF/88 apoiaram-se em dois Decretos importantes, respectivamente, de 2004 e 2009, o Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004, que promulga no Brasil a Convenção n. 169 da *Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas*, e o Decreto nº 7.037 de 9 de novembro de 2009, que dispõe sobre o *Programa Nacional de Direitos Humanos* e revoga o Decreto nº 4.229/02, estabelecendo em sua Diretriz 10 a “garantia da igualdade na diversidade”, o que deu origem a várias ações integradas de Ministérios para combater a pobreza de vários segmentos sociais, entre eles os povos indígenas e comunidades tradicionais.

182

### **Problematizando alguns tipos de proteção social**

Considerando o brevemente exposto até aqui, constata-se que, até 2016, houve uma série de legislações, Tratados Interamericanos e Mundiais, Convenções e Decretos, em nível internacional e nacional, que embasaram diversos dispositivos, alguns ainda existentes, dirigidos à garantia dos direitos dos indígenas. Entretanto, a aplicação e desenvolvimento de programas para a garantia dos direitos humanos e sociais dos povos indígenas ainda permanece distante do previsto. Exemplificando, a *Política Nacional de Assistência Social*, consolidada com o *Sistema Único de Assistência Social* (SUAS), transformado em lei em 2011 (Lei nº 12.435), embora tenha contemplado grande percentual de famílias indígenas com seus programas, projetos e benefícios, como o *Benefício de Prestação Continuada* (BPC), *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* (PETI), *Cadastro Único* (CadÚnico) e *Programa Bolsa Família* (PBF), não consegue

atender às necessidades específicas das populações indígenas.

O primeiro *Centro de Referência de Assistência Social* (CRAS) indígena foi implantado na Aldeia Bororó, em Dourados, no Mato Grosso do Sul, sendo destinado exclusivamente a uma população indígena no país, localizada no centro de Dourados atendendo as etnias Guarani Caiowa, Guarani Nandevã e Terenas (SITE DOURADOS NEWS, 2007).

Após a *IX Conferência Nacional de Assistência Social* que aconteceu no ano de 2013, o *Conselho Nacional de Assistência Social* (CNAS), através da Resolução nº 1 de 4 de fevereiro de 2014, publicou as deliberações sobre regionalização reiteradas no encontro, dedicando-se especificamente aos indígenas. Para garantir e orientar o trabalho social com famílias indígenas foram elaboradas orientações técnicas e teóricas para o "Trabalho Social Com Famílias Indígenas na Proteção Social Básica", pelo *Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário* (MDSA), por meio da *Secretaria Nacional de Assistência Social* e do *Departamento de Proteção Social Básica*. O documento aborda a forma a ser usada para identificar as pessoas indígenas, apontando para o respeito ao princípio da autoidentificação:

"Índio", segundo o conceito adotado no Brasil, é, portanto, qualquer pessoa que assim se identifica e pertence a uma comunidade que a reconhece como tal. Não são traços tidos como característicos que definem os indígenas: cocares de penas, maracas, corpos nus sob pinturas de urucum e jenipapo, bordunas, zarabatanas, arcos e flechas. Por isso, os antropólogos costumam dizer que indígena é mais um *modo de ser* do que de aparecer (MDSA 2017, p. 13, grifo do autor).

183

Em síntese, as orientações do documento apontam para a necessidade de garantir o protagonismo dos indígenas em todas as ações a serem desenvolvidas, as quais nem devem iniciar sem o consentimento explícito da comunidade a ser atendida.

Entretanto, tendo por base um estudo de caso realizado em aldeias Guaranis, os autores Quermes e Carvalho levantam a hipótese de que "as políticas assistenciais não têm conseguido alterar a situação de vulnerabilidade social dos povos indígenas por não serem específicas para esse grupo social" (2013, p. 770), referindo-se especificamente ao *Benefício de Prestação Continuada* (BPC) e *Programa Bolsa Família* (PBF). Apontam, também, que o aumento da atuação de *Organizações Não Governamentais* (ONGs) ambientalistas e indigenistas acaba por privatizar o indigenismo e que a inclusão desses povos nos *Programas de Transferência de Renda* (PTR), é uma forma de recompensá-los pela perda de seus territórios. Por fim, os autores asseguram que:

[...] é inegável a relevância sobre o papel desempenhado pela assistência social junto aos povos indígenas. No entanto, são vários os fatores causadores e agravantes da vulnerabilidade destes povos e isso requer a

articulação de outras políticas, o que limita a intervenção da assistência social. A situação dos indígenas é agravada pela falta de perspectiva, pelo confinamento e conflitos pela retomada de terras que se encontram em posses dos fazendeiros. Embora tendo seus direitos étnicos e culturais reconhecidos pela CF/88, a demarcação de terras consideradas indígenas deveria ser prioridade na estratégia de enfrentamento da pobreza indígena. Assuntos relacionados à demarcação ocorrem de forma morosa, o que contribui com uma realidade de insegurança e descaso (QUERMES & CARVALHO, 2013, p. 788).

A abordagem da PAS serve para exemplificar a complexidade da implementação de programas sociais para as comunidades indígenas, o que, guardadas as devidas características e especificidades, pode ser estendido para outras políticas setoriais como saúde, educação, habitação e saneamento. As ações oscilam entre o respeito ao direito à escuta e à livre determinação dos povos indígenas e a mera transposição de tipos de proteção social destinados a todas as pessoas que deles necessitarem, sem a atenção devida à questão da diversidade. Estas formas de proteção social têm contribuído para a assimilação de hábitos e costumes no meio da cultura indígena que acabam por fragilizar a sua forma de ser e de viver, contribuindo para o desaparecimento de sua cultura originária.

### **Considerações finais**

184

Após esta breve visão sobre o desenvolvimento da proteção social aos povos indígenas no Brasil, com seus avanços, suas contradições e limitações, ainda vale lembrar que, na atualidade, além da questão das políticas públicas serem insuficientes e majoritariamente de caráter universalista, não contemplando as especificidades indígenas, o atendimento às demandas desses povos se deu posteriormente a dos demais cidadãos, ou seja, a proteção pensada pelo Estado para os indígenas, na perspectiva do reconhecimento destes como portadores de direitos é recente, o que torna ainda mais complexa a garantia do acesso a direitos que respeitem as características culturais, sociais e ambientais dessas populações.

Entende-se que grande parte das necessidades e dificuldades que os 'indígenas brasileiros' vem tendo após a invasão portuguesa, em 1500, e que se estendem e até se agravam em determinados aspectos nos dias atuais, derivam-se da expropriação de suas terras pelos portugueses, com a consequente destruição e desrespeito a sua cultura, crenças e modos de organização social pelos colonizadores. Mesmo após a independência formal do Brasil, os povos indígenas continuaram marginalizados, perseguidos, desrespeitados e desprotegidos pelo Estado brasileiro, como aponta o relatório da *Comissão Nacional da Verdade*, vol. 1, de 2014, que investigou violações

de direitos humanos cometidas no país entre os anos 1946 a 1988, reconhecendo os povos indígenas como vítimas de políticas de exceção pelo Estado brasileiro. Entre suas principais conclusões do relatório produzido pela *Comissão* está a revelação de que as expulsões, remoções forçadas, massacres, envenenamentos e outros tipos de violações tinham o “objetivo central de forçar ou acelerar a ‘integração’ dos povos indígenas e colonizar seus territórios sempre que isso fosse considerado estratégico para a implementação do seu projeto político e econômico”. Ainda mais relevante é o fato de o relatório incluir em suas recomendações a “regularização e desintrusão das terras indígenas esbulhadas e degradadas como forma de reparação coletiva pelas graves violações decorrentes da não observação dos direitos indígenas na implementação de projetos de colonização e grandes empreendimentos realizados de 1946 a 1988” (RELATÓRIO CNV, 2014).

Como apontam dados de 2016, vivem no Brasil 246 povos indígenas, falantes de mais de 160 línguas diferentes, segundo dados do *Instituto Socioambiental* (ISA). O último censo realizado pelo *Instituto Brasileiro de Geografia Estatística* (IBGE) em 2010 demonstra que os indígenas representam menos de 0,5% da população do país, um total de 896.917 pessoas. Nessa perspectiva, constituem efetivamente uma minoria. Mas esse ínfimo percentual populacional esconde uma diversidade cultural e linguística que é frequentemente ignorada e desconhecida (GALLOIS, KLEIN E DAL’ BO, 2016, p.32).

Sem condições de subsistir dignamente em suas terras, ou fora delas, por falta de proteção social adequada, os indígenas passam por processos degradantes em função da demora ou da não demarcação de suas terras e, em decorrência dessas violências, a resistência e a reprodução cultural são dificultadas ou interrompidas.

A importante conquista, após a CF/88, de proteção das áreas ocupadas tradicionalmente pelas comunidades tradicionais por meio da demarcação de terras ainda tem que ser reconhecida como a principal luta a ser empreendida pelos povos indígenas, pois apesar de em 2016 “as terras reconhecidas, em diversos estágios do processo de demarcação [...] perfazem aproximadamente 13% do território nacional [...] 90% está nos estados da Amazônia Legal” (GALLOIS, KLEIN E DAL’ BO, 2016, p.34). E, de fato, a demarcação de todas as terras indígenas é o passo imprescindível para a reparação histórica que o Brasil deve às populações indígenas, sem o qual a proteção social tenderá sempre a ser paliativa frente aos propósitos de desenvolvimento da autonomia e de respeito à cultura destes povos.

Enquanto isso não acontece, é fundamental manter a proteção social para estes povos, superando os programas implantados sem a consulta prévia, ou com condicionalidades que desrespeitam as particularidades da comunidade, ou ainda, com

a oferta de recursos responsáveis pelo abandono de hábitos e costumes tradicionais, que conduzem a uma rápida assimilação. Somente assim será possível minimamente tentar evitar que a proteção social ofertada perversamente contribua para o progressivo extermínio destes povos tradicionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Justiça. **Fundação Nacional do Índio**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 1, de 4 de fevereiro de 2014**.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **IX Conferência Nacional de Assistência Social (2013)**.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-lei nº 1.794, de 22 de novembro de 1939**.

\_\_\_\_\_, **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011, v.1.

186

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social. **Trabalho social com famílias indígenas na proteção social básica**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

\_\_\_\_\_, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)**. Brasília: CNV, 2014. 976 p.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Relatório Grupo de Trabalho Povos Indígenas**. Brasília, março/2007.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.

## **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.**

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.**

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.**

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999.**

\_\_\_\_\_, Câmara dos Deputados. **Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969.**

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução do CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.**

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991.**

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). **Conselho Indigenista Missionário.** <https://www.cimi.org.br/o-cimi/o>. Acesso em: 24 de abril de 2018.

187

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

GOMES, M. P. **O Índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

GALLOIS, Dominique Tilkin; KLEIN, Tatiane e DAL' BO, Talita Lazarin. **Povos Indígenas, Políticas Multiculturais e Políticas da Diferença.** Rev. Cult. e Ext. USP, São Paulo, n. 15, p.31-48, mai. 2016.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Protocolos de Consulta.** Elaboraões Indígenas do Direito de Consulta no Brasil. Povos Indígenas no Brasil 2011/2016 - Instituto Socioambiental.

QUERMES, P. A. de Araújo; CARVALHO, J. Alves de. **Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas.** Estudo de Caso em Aldeias Guaranis. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 769-791, out./dez. 2013.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Sobre tutela e participação: povos indígenas e**

**formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI.** In: MANA, n 21, v 2, p. 425-457, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v21n2/0104-9313-mana-21-02-00425.pdf>>. Acessado em: 29 de abril de 2018.

LUCIANO, Gersem dos Santos (org.). **O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos Indígenas de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <[http://laced.etc.br/site/Trilhas/livros/arquivos/CoLET12\\_Vias01WEB.pdf](http://laced.etc.br/site/Trilhas/livros/arquivos/CoLET12_Vias01WEB.pdf)>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

OLIVEIRA, Humberto de. **Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

OLIVEIRA, J, P de; FREIRE, C. A. da R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

RODRIGUES, Cintia Régia. **O Positivismo, o Estado Nacional e as populações fetichistas no Brasil.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

188 SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Poder tutelar e formação do Estado no Brasil: o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais na Primeira República.** Cadernos de Memória, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.82-91, out. 96/mar. 97. (Museu da República/IPHAN). Site Memorial da Democracia. Criado o CNPI, para proteger os índios. Rondon presidirá o conselho, que também cuidará da política indigenista. <<http://memorialdademocracia.com.br/card/criado-o-conselho-de-protecao-aosindios>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Site Dourados News, a fonte da informação. **Aldeia Bororó ganha primeiro CRAS indígena do Brasil.** Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/noticias/brasil/aldeia-bororo-ganha-primeiro-cras-indigena-do-brasil-40c76712ac4c8131f/317290/>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

# FOTOGRAFIA, CULTURA E INFÂNCIA: INTERCONEXÕES E POSSIBILIDADES

ISABELLA CZAMANSKI ROTA<sup>1</sup>

Resumo: Mesmo que os custos fossem relativamente elevados, as famílias de meados do século XX viam na fotografia uma oportunidade de registrar momentos, lugares e pessoas que gostariam de relembrar no futuro. Assim, um grande número de acervos de caráter intimista foi feito e permanece inexplorado. A fotografia familiar, em especial a que contém crianças, acaba por ser um material de estudos deixado de lado. Porém, considerando a revolução documental do século XX, a fotografia passa a ser vista como um tipo de documento que tem relevância para os estudos históricos, tornando-se interessante do ponto de vista acadêmico devido às possíveis análises e interpretações subsequentes que podem proporcionar para a História Cultural. Este artigo tem como objetivo fazer uma retrospectiva sobre o estudo histórico através da fotografia, culminando com uma breve reflexão acerca das possibilidades de contribuição que o retrato da infância pode vir a ter na construção do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Fotografia. História Cultural. Infância.

Abstract: Even though costs were relatively high, mid-twentieth-century families saw in the photo an opportunity to record moments, places, and people they would like to remember in the future. Therefore, a large number of intimate character collections has been made and remains unexplored. Family photography, especially that which contains children, turns out to be a study material laid aside. However, considering the documentary revolution of the twentieth century, photography is seen as a type of document that has relevance to historical studies, becoming interesting from the academic point of view due to possible analyzes and subsequent interpretations that can provide for the Cultural History. This article aims to make a retrospective on the historical study through photography, culminating with a brief reflection on the possibilities of contribution that the portrait of childhood can have in the construction of historical knowledge.

Keywords: Photography. Cultural History. Childhood.

---

1. Bacharelada em Ciência da Computação (2013). Especializada em Design Gráfico (2017). Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo, com foco em História Cultural, Cultura Material e Fotografia. E-mail: bellacza@gmail.com

## Considerações iniciais

A fotografia é o documento iconográfico mais abundante na atualidade. Diariamente, são produzidos incontáveis registros fotográficos, gerando diferentes olhares de momentos e situações, que, por mais mundanos que sejam, jamais voltarão a acontecer exatamente no mesmo contexto. Ela é parte da vida do ser humano com tamanha importância que dificilmente encontraremos alguém que jamais tenha tido algum contato com a fotografia, por mínimo que seja, como seus próprios retratos, em materiais jornalísticos ou de marketing, ou mesmo na internet.

O assombro que a fotografia causou na sociedade desde seu lançamento oficial, ocorrido na França em 1839, se deve, em partes, ao fato delas poderem mostrar para qualquer pessoa momentos não vividos e lugares não visitados, além de indivíduos que se encontram em lugares distantes ou que não estejam mais vivos.

Este registro, aparentemente permanente se tratado com os devidos cuidados, tornou-se popular com rapidez nos anos que se seguiram, inicialmente entre aqueles que podiam pagar um alto preço para ter retratos seus feitos, posteriormente ganhando acesso pelas camadas populares devido, principalmente, à invenção do filme fotográfico por George Eastman, fundador da empresa americana Kodak, que, além de possuir preço mais baixo do que os outros métodos de fixação de imagens, ainda possibilitava que amadores operassem com mais facilidade as câmeras que faziam uso da tecnologia (KODAK, 2018). Até então, os materiais e processos para a revelação de fotografias eram diversos, mas experimentais, demandando a produção quase artesanal do papel, chapas de vidro ou metal preparados para fazer a fixação da imagem.

Ainda que a fotografia seja tão presente e importante na atualidade, para a disciplina histórica, ela passaria muito tempo como apenas mais uma forma de ilustração de textos, junto das pinturas e demais iconografias, enquanto os únicos documentos considerados para a análise e escrita histórica eram os escritos – que historiadores até então viam como detentores da verdade e imutáveis (LE GOFF, 1998).

O reconhecimento das fontes visuais como documento histórico se deu em meio a outras mudanças na forma como se escreve história ocorridas ao longo do século XX, tornando indivíduos comuns em situações cotidianas foco de estudos, em um renovado interesse acadêmico. É neste contexto que também são construídos os conceitos da História Cultural, onde os historiadores podem se beneficiar com o uso da fotografia, além de outras fontes diversas e também ignoradas até então (a exemplo da música, a memória e todo o tipo de objeto de uso cotidiano, que passam a ser vistos como subproduto cultural), como documento em suas pesquisas (BURKE, 2005).

A História Cultural, por sua vez, possibilita que historiadores percebam como objeto de interesse acadêmico e científico as culturas das mais diversas sociedades. Ela conta com a História Visual, que, segundo Meneses (2003, p. 25), “trata-se apenas de um campo operacional, em que se elege um ângulo estratégico de observação da sociedade” e não de mais uma subdivisão da História, sendo o campo de estudos que vê nos documentos visuais fontes de estudo para a compreensão de aspectos sociais.

A partir destas possibilidades proporcionadas pela História Cultural e a História Visual, estudos referentes à fotografia são efetuados. Não apenas os retratos em si se tornam objetos de estudo, mas os fotógrafos por trás deles e os contextos que rodeiam a fotografia, desde a sua concepção até sua distribuição. A fotografia passa, então, a ser considerada como um objeto inerentemente histórico a partir do momento em que há a intenção de fotografar, por ter como um de seus objetivos o registro da memória.

Dentre os assuntos cotidianos que passaram a ser de interesse da História, estudos acerca da infância tornaram-se possíveis. Acervos familiares, em especial, ainda que, por muito tempo, rejeitados como fonte histórica, passam a ser vistos como fontes ricas em possibilidades. As crianças foram e ainda vêm sendo fotografadas nos últimos dois séculos, em diversas partes do mundo e em diferentes contextos, se tornando uma fonte inesgotável para a análise histórica de acordo com o foco que se pretende estudar.

Para exemplificar questões apontadas durante a segunda parte do presente artigo, intitulada “O retrato de infância”, são utilizadas majoritariamente fotografias do conjunto reunido durante a pesquisa de mestrado da presente autora, que possuiu foco na análise da infância através das fotografias feitas pelos fotógrafos Czamanski, que exerceram a função durante o século 20 nas cidades de Passo Fundo (na loja Foto Moderna) e Porto Alegre (no estúdio A Czamanski & Cia), principalmente. Os três irmãos fotógrafos foram Armando Czamanski (o mais velho dele e primeiro a iniciar a carreira em fotografia, nos anos 1920), Daniel Czamanski e Deoclides Czamanski.

## **A fotografia e a História Cultural**

O estudo de diferentes culturas através de imagens e como estas são capazes de disseminação das informações ganhou importância no final do século XX. A construção do conhecimento acerca do assunto costuma envolver campos interdisciplinares, como a Psicologia, a Antropologia, a Filosofia, a Sociologia e a Arte, entre outras disciplinas das Ciências Humanas e Sociais (MONTEIRO, 2012, p. 10).

Na História, os campos que costumam se beneficiar diretamente destes estudos são a História Cultural e a História das Artes. Porém, as possibilidades de estudo nestes

e, ainda, em outros campos, são enormes, uma vez que existem diferentes documentos essencialmente visuais que podem fornecer considerações diferentes sobre temas já estudados, mas, também, sobre outros ainda não explorados.

Dentre os documentos visuais passíveis de estudos históricos se encontra a fotografia. Por mais que sua existência formal conte com quase duzentos anos, apenas no século XX as fotografias ganharam espaço como documento primário histórico, ainda que, como ocorre com outros tipos de fontes, ela precise ser combinada com outros documentos (textuais, orais, imagéticos) para que seu uso seja válido.

Até então, elas, assim como outros tipos de imagens, eram utilizadas muito mais como ilustração do que como fonte de investigação e estudos. Isto ainda ocorre nos dias atuais, mesmo que exista um esforço por parte de autores desde o final do século passado por comprovar a capacidade histórica da fotografia, como é o caso de Boris Kossoy, no Brasil. Existem mais estudos acerca da história *da* fotografia, estes efetuados principalmente dentro da História da Arte, do que sobre a história *pela* fotografia.

A identificação da fotografia como um documento se deu em decorrência da revolução documental proporcionada pelos estudiosos da Escola dos Annales, acontecida ao longo do século passado. As imagens fotográficas, assim como outros tipos de documentos, passaram a ser vistos como fontes valiosas para a investigação e construção do conhecimento histórico (BORGES, 2014, p. 24).

192

Meneses (2003, p. 19-20) considera que a importância das fontes visuais para a história remonta à década de 1960, quando os historiadores, esclarecidos pela consolidação da noção de documento, começaram a examinar relações entre suas disciplinas e as imagens, fazendo uso das novas metodologias quantitativas e qualitativas de análise. O autor, porém, assume que a História, até o início do século XXI, não contava com tantos esforços sobre a compreensão e o uso das fontes visuais quanto outras disciplinas das Ciências Humanas, como a Sociologia e a Antropologia.

Mesmo com este reconhecimento recebido, a fotografia se aproximou da História Cultural apenas recentemente. Canabarro (2005, p. 17) aponta como possíveis motivos para esta aproximação o fato de a própria fotografia passar a ser reconhecida como um produto cultural, uma forma de expressão e de circulação da cultura. Para Chartier (1990, p. 16, *apud* CARVALHO, 2005, p. 149), o objeto de estudo da História Cultural é "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler". A fotografia teria, então potencial de revelar algumas das perguntas acerca da sociedade que o historiador pode fazer.

Canabarro (2005, p. 18) explica que

A fotografia, como produto cultural, representa todo um conjunto de

elementos em seu processo de constituição, instituindo-se como uma mediação entre a tecnologia e as dimensões do olhar. Por outro lado, como expressão e circulação da cultura, contribui nos processos e se constitui como um meio que produz e expressa um conjunto de imagens que nos dão várias visões do mundo, sendo, portanto, uma janela aberta para o mundo.

As fotografias registram diversos aspectos visuais da cultura, ao mesmo tempo em que também pode disseminar, se considerarmos seus meios de circulação, informações acerca destes aspectos. As nuances da vida cotidiana são registradas pelas lentes dos fotógrafos, revelando detalhes culturais que, devido à sua capacidade de circulação, fez da fotografia uma revolução cultural (CANABARRO, 2015, p. 19). Com ela, é possível ver aspectos de diferentes culturas, de lugares desconhecidos e distantes, com povos de hábitos tão diferentes com uma facilidade não vista até então na história da humanidade e que ainda causa assombro nos dias atuais. Kossoy explica que a “fotografia está definitivamente inserida na história cultural, pois ela se faz presente como meio de comunicação e expressão em todas as atividades humanas” (2003, p. 153).

Esta revolução na cultura e sua disseminação também trouxe mudanças para o foco da própria História Cultural. A disciplina deriva da História das Culturas, que, por sua vez, visa o estudo de obras clássicas e eruditas, excluindo todo o tipo de cultura popular. Estes tópicos deixados de lado foram abraçados por uma variante deste tipo de estudos, chamada, então, de História Cultural, que teve suas origens na década de 1990 com escritos de Roger Chartier, na França, e Lynn Hunt, nos Estados Unidos.

Os aspectos multiculturais da sociedade a tornam complexa e a História Cultural oferece possibilidades para o entendimento dessa complexidade, em um constante desafio ao historiador. Ele é o responsável por se apropriar da imagem, além das tecnologias para produzi-las e compartilhá-la, para encontrar significados no imaginário através da representação visual.

Desta maneira, é possível considerar que a fotografia se tornou uma fonte de estudos importante para estudos na História Cultural. Ela, diferente de outros tipos de iconografias, como as pinturas e ilustrações, possui uma produção muito maior, mais rápida e com maior alcance, além de sua alta capacidade de reprodutibilidade, principalmente se considerarmos as tecnologias que permitem que esse compartilhamento e reprodução aconteçam, como a impressão e, nas últimas três décadas, a internet. Estas características fazem dela um documento abundante e cheio de significados.

A disciplina histórica, no geral, tem considerado a importância ao estudo das imagens, principalmente a fotografia. Segundo Meneses (2003, p. 21-22),

As iniciativas em torno da história da fotografia e da imagem fotográfica são consistentes, aqui e em outras plagas. É o campo que melhor absorveu a problemática teórico-conceitual da imagem e a desenvolveu intensamente, por conta própria. É também o campo que mais tem demonstrado sensibilidade para a dimensão social e histórica dos problemas introduzidos pela fotografia, multiplicando-se os enfoques: ideologia, mentalidades, tecnologia, comercialização, difusão, variáveis políticas, instituição do observador, standardização das aparências e modelos de apreensão visual, quadros do cotidiano, marginalização social, etc., etc. É também a fotografia que provocou o maior investimento em documentação, com a organização de bancos de dados, a maioria já informatizados (grandes coleções institucionais de iconografia urbana, álbuns de família, documentação de categorias sociais, eventos ou situações — como guerras, conflitos, migrações, fome, pobreza, etc.). Na organização das “memórias” (de partidos políticos como o PCB, ou de eventos como a Revolução Constitucionalista de 1932, ou a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, ou a campanha de Canudos ou do Paraguai, ou ainda nas memórias empresariais, e assim por diante) predomina a fotografia. Aqui se deve menção ao fotojornalismo, apenas para explicitar que ele tem sido mais tratado como fornecedor de matéria-prima para tais bancos de dados do que contribuidor para a construção de modelos de visão de coisas, eventos, processos ou, então, fator ativo dos regimes escópicos.

194

O historiador modernista Lucien Paul Victor Febvre (1878-1956), cofundador da Escola dos Annales, advertiu que a história também pode ser reconstituída quando os documentos escritos não existem. Este historiador ainda sugere procedimentos de investigação que recomendam a análise das evidências detectadas nas fontes históricas como *interpretação*, nunca como *representação* do passado. Ao assumir o ofício de interpretar o passado em fontes iconográficas, o historiador pode explorar os sinais subjetivos, porém evidentes, na fotografia e suas relações com outras fontes históricas.

Mesmo que a discussão tenha sido levantada na primeira metade do século XX, foi apenas depois da década de 1960 que fontes iconográficas passaram de fato a ser consideradas importantes para a História em geral (MENESES, 2003, p. 19-20). As desconfianças sobre seu uso como fonte histórica são diferentes daquelas aplicadas a outros tipos de imagens, que anteriormente foram hierarquizadas dentro do conceito de arte (arte erudita, arte popular, etc). A imagem fotográfica sofreu questionamentos pois ela podia ser entendida como história por si mesma, um objeto capaz de transportar o observador para o passado com o olhar e suscitar uma série de sentimentos.

Porém, intrínseca à sua própria característica imagética, além de sentirmos emoções ao observá-la podemos ler informações, entender situações, descrever paisagens, objetos e pessoas, imaginar épocas e pessoas, invocar memórias. É necessário considerar que uma imagem fotográfica pode ser mais expressiva que alguns documentos escritos. Embora haja uma série de dificuldades em analisar a

imagem fotográfica sem referencial escrito, não é possível entendê-la como simples percepção sensorial, separada de sua historicidade. A ausência do documento escrito pode ser superada com uma sequência consistente de registros fotográficos, mas, como em todo documento, existe a possibilidade de registros falsos.

Déborah Borges explica que “quando o conceito de conhecimento histórico deixa de ser percebido como *dado natural* e passa a ser entendido como *conteúdo cultural sujeito a interpretações*, estamos diante de um outro paradigma” (2008, p. 18, grifos nossos). A fotografia passou por este processo, quando se deixou de pensá-la como uma imagem carregada de sentimentos e memórias apenas, passando-se a entendê-la como um documento suscetível às análises das mais diferentes formas. Pensando desta forma, é compreensível que não seja mais possível considerar a fotografia pelos aspectos e conceitos de fontes históricas como aqueles vistos no século XIX.

A fotografia em si, como as demais fontes historiográficas, não é a representação fiel dos fatos nem testemunhas isoladas, não é explicativa por si mesma, mas pode ser indicadora de mudanças ocorridas ao longo de um período. Por outro lado, é necessário advertir que o uso da fotografia como fonte histórica não dispensa o emprego de metodologias capazes de extrair informações corretas de sua imagem, mesmo que seja uma sequência fotográfica. As práticas fotográficas devem ser entendidas dentro de um campo de forças, em que cada indivíduo ou grupo se posiciona e, a partir deste lugar, apropria-se da fotografia como um marcador social. A imagem fotográfica possui um discurso, uma linguagem interessada para circular numa arena de poder e dentro de estruturas institucionais responsáveis pela produção de consensos que têm como eixo interesses dominantes.

A fotografia como fonte histórica é relevante, mas é preciso considerar que, assim como os testemunhos orais e textos escritos, deve ser tratada como um vestígio de uma época que possibilite o entendimento de uma realidade e a elaboração de uma versão do passado. Se utilizada como um retrato fiel do passado, a fotografia não passa de ilustração. Se, por outro lado, o historiador fizer uso das possibilidades do emprego da fotografia como fonte histórica, acompanhado de metodologia adequada, novas possibilidades se abrem durante as análises, sendo mediadoras de um universo sociocultural e não apenas seu reflexo (BORGES, 2008, p. 18).

## **O retrato de infância**

Através da História Cultural e o leque de possibilidades que ela abre ao

pesquisador, historiadores podem pensar em estudar pessoas comuns ou com importância reduzida à sua região de atuação, grupos minoritários ou propositalmente excluídos da historiografia, seus diferentes cotidianos e pontos de vista sobre um mesmo assunto, além de outros tipos de informações que passariam como desinteressantes para os estudiosos de menos de um século atrás.

Dentro do próprio campo da fotografia, um conjunto delas passou muito tempo despercebido, pois era considerado sem importância e comum demais para merecer a atenção de estudiosos da história. As fotografias familiares são um tipo de documento imagético que se encontra constantemente em perigo de ser perdido para sempre, pois apenas uma pequena parcela delas acaba em museus, que possuem técnicas e infraestrutura necessária para mantê-las através do tempo.

Porém, conforme Kossoy (2003, p. 33), mesmo que as imagens fotográficas estejam armazenadas em museus, com a passagem do tempo fica cada vez mais difícil de conseguir informações referentes a ela, fazendo com que partes dos acervos acabem nunca sendo estudadas o suficiente para que façam parte de coleções a serem expostas ou sirvam para a construção do conhecimento histórico.

Muitas famílias brasileiras possuem fotografias passadas entre gerações, com seus antepassados registrados. Os retratos acabam por se deteriorar com o mal manuseio ou pelas precárias condições em que são armazenados, sendo destruídos pela umidade, insetos que se alimentam de papel, fogo e, até mesmo, sendo intencionalmente descartados, por já não terem mais valor sentimental para a geração que os herdou.

Estas fotografias de cunho mais íntimo e sentimental, porém, são interessantes fontes de estudos antropológicos, históricos e culturais. Elas contêm informações significativas sobre diferentes tópicos, que podem ser explorados indefinidamente. Além disso, elas existem em abundância, sejam avulsas, emolduradas ou organizadas em álbuns, armazenadas em museus e espalhadas em acervos pessoais.

No Brasil, desde os anos trinta e quarenta do século XX, com o começo da democratização do registro fotográfico e o estabelecimento de fotógrafos, "a vida dos grupos sociais e dos indivíduos passou a ser registrada muito mais pela imagem do que pelos livros de memórias, cartas ou diários" (SIMSON *apud* SAMAIN, 1998, p. 22). A memória individual e, também, a familiar, passou a ser construída principalmente tendo por base o suporte imagético nas camadas médias brasileiras.

Bourdieu (1965, p. 53-54) dissertou sobre o significado do álbum de família durante o século XX, onde

A galeria de retratos democratizou-se e cada família tem, na pessoa do seu chefe, o seu retratista. Fotografar as suas crianças é fazer-se historiógrafo da

sua infância e preparar-lhes, como um legado, a imagem dos que foram... O álbum de família exprime a verdade da recordação social. Nada se parece menos com a busca artística do tempo perdido do que estas apresentações comentadas das fotografias de família, ritos de integração a que a família sujeita os seus novos membros. As imagens do passado dispostas em ordem cronológica, "ordem das estações" da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. É por isso que não há nada que seja mais decente, que estabeleça mais uma confiança e seja mais edificante do que um álbum de família: todas as aventuras singulares que a recordação individual encerra na particularidade de um segredo são banidas e o passado comum ou, se se quiser, o mais pequeno denominador comum do passado tem o brilho quase presunçoso de monumento funerário frequentado assiduamente.

Para o autor, as fotografias produzidas por famílias, assim como outros tipos, são intrinsecamente históricas a partir do momento de sua idealização. Elas são produzidas com o objetivo de registrar as memórias e constituírem a história dos indivíduos que compõe a família, principalmente se considerarmos a organização delas em álbuns fotográficos.

Esta própria organização do álbum não é feita de forma gratuita. A disposição das fotografias, comumente agrupadas por eventos em ordem cronológica, tornou possível a construção de uma história com início, meio e fim através de imagens e pouco ou nenhum texto como forma de legenda. Em meio às fotografias de adultos com diferentes graus de parentesco, não era incomum reservar um espaço maior do álbum para os registros do crescimento das crianças da família, isso quando o álbum inteiro não era dedicado exclusivamente para armazenar os retratos de uma criança em especial, nas mais diversas situações e em diferentes companhias. Uma das exceções seria o álbum de casamento que, mesmo assim, ainda contaria com algumas fotos dos noivos juntos dos familiares mais jovens, coadjuvantes que passam despercebidos em um primeiro olhar.

A figura do álbum se tornou tão simbólica que até mesmo nos dias atuais, com as novas tecnologias e possibilidades trazidas com o surgimento da internet, convencionou-se chamar de álbum as coleções de fotografias nos mais diversos lugares digitais – em especial, nas redes sociais.

Outra forma comum de exibição da fotografia das crianças da família foi, por muito tempo, através da exposição em molduras e porta-retratos. A prática se deu como uma continuação da exposição de retratos em forma de pintura. Intrinsecamente ligada com a evolução do conceito de infância e a crescente importância que a sociedade dava para sua prole, a representação da criança de forma imagética acontece desde a antiguidade, quando os egípcios e gregos passaram a incluí-las em seus desenhos e esculturas. Neste tipo de imagem a criança era comumente representada como um

adulto em proporções menores, com membros longos, de tamanho proporcional ao de um ser humano desenvolvido e sempre em companhia de adultos. Vale notar, porém, que a representação da criança na arte da antiguidade não é homogênea, havendo diversas exceções. Os próprios gregos passariam por uma fase no quarto século a.C. em que as crianças começaram a ser retratadas sozinhas pela primeira vez na história da antiguidade clássica e de forma a ser facilmente reconhecíveis como tal, em vez de parecidas como miniaturas dos adultos (BOBOU, 2018).

A regra de representar crianças, quando esta representação acontecia, desta forma “deformada” se manteve até o Renascimento. Ariès constata que “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (1986, p. 50).

No Renascimento as crianças começaram a aparecer representadas como diferentes dos adultos, utilizando como recurso a imagem do cupido copiada diretamente da arte clássica, em uma reprodução do deus Eros dos gregos, que, mesmo que parecesse uma criança não tinha como objetivo representar uma de fato. A partir do século XV, a representação da criança ganhou contornos rechonchudos, bochechas avermelhadas salientes, além de aparecerem geralmente nuas, com cabelos cacheados, às vezes portando um pequeno par de asas e, não raramente, acompanhados do arco e flecha de Eros.

Se por um lado o Eros dos gregos era representado como um bebê ou criança pequena como forma de ilustrar a inocência e a eterna juventude do amor profundo, sua imagem para o Renascimento foi utilizada como forma de representar a inocência e o desejo de eternizar a infância (ARIÈS, 1986, p. 52).

Mesmo que passassem a aparecer ilustradas de forma mais condizente com a realidade, as crianças ainda passariam a ser representadas como coadjuvantes nas pinturas por algum tempo. Nas pinturas de família, a elas estariam relegadas às posições menos centrais e sem elementos que remetessem à sua própria personalidade. Foi apenas no século XVII que se tornaram numerosas as pinturas onde crianças apareciam sozinhas (ARIÈS, 1986, p. 60). A partir de então, as crianças passaram a ganhar um protagonismo na sociedade que passaria a ser refletido na forma como eram retratadas. Sua individualidade seria explorada, rendendo um número expressivo de pinturas de jovens filhos de nobres junto de seus brinquedos ou animais de estimação preferidos.

Com a possibilidade de fotografar lugares e pessoas a partir do século XIX, a sociedade passou a substituir a pintura de retratos pelas fotografias. Inicialmente cara, elas não eram feitas em abundância por todos, que reservaram os eventos únicos na

vida de um indivíduo, como o nascimento, o casamento e a morte (FERRAZ, 2014).

A alta mortalidade infantil contribuiu para que a fotografia pós-morte se tornasse popular na Era Vitoriana, logo estendida também aos adultos, animais de estimação e a outros países. O fato de as crianças terem ganhado individualidade ao longo do Renascimento contribuiu para que a infância fosse vista como uma fase única na vida de uma pessoa, alimentando o anseio de eternizá-la de alguma maneira, desejo este que a fotografia tornou possível à sua maneira.

Na Figura 1, abaixo, é possível ver um registro de uma menina, feito após a morte da mesma. A criança foi posicionada de forma a parecer que está dormindo apoiada no que parece ser um braço de poltrona, vestindo aquelas que seriam suas melhores roupas em vida. A fotografia foi cuidadosamente mantida emoldurada, servindo como uma forma de superar o luto e manter a memória da criança viva por aqueles que se importavam com ela.

A partir do lançamento do primeiro modelo da câmera Brownie Kodak, em 1900, e do filme fotográfico, cada vez mais pessoas passaram a ter acesso à fotografia. Eventos sociais e familiares foram fotografados cada vez com mais frequência, até que as câmeras e processos de revelação se tornassem simples o suficiente para que leigos pudessem fotografar sem a ajuda de um profissional.

199

Segundo Sontag (1981, p. 11), um estudo foi feito na França na década de 1980 sobre a relação entre o número de câmeras e a existência ou não de crianças em uma casa. Uma moradia que contivesse crianças tinha duas vezes mais chances de possuir pelo menos uma câmera, isto em relação às casas sem nenhuma criança. Ainda segundo este estudo, a maioria das casas francesas possuía ao menos uma câmera na época.

Ainda que depois da primeira metade do século XX a câmera fotográfica tenha se tornado cada vez mais presente nos lares, até então a maioria das pessoas dependia de estúdios para fazer seus retratos. As fotografias resultantes eram cuidadosamente preparadas, seja pelo cliente ou pelo fotógrafo. O primeiro tinha a intenção de mostrar sua melhor aparência, fazendo uso de suas melhores roupas e acessórios, além de exibir poses consideradas dignas que ficariam registradas para a posterioridade. Já ao fotógrafo cabia fornecer um cenário que condissesse com a solenidade da fotografia (é possível observar uma tendência a cenários com plantas e elementos da arte clássica greco-romana), ajustar ângulos, possíveis poses, iluminação e todo o tipo de trabalho técnico anterior ou posterior à tomada da fotografia para que o resultado final ficasse o melhor possível.

Na Figura 2 pode ser visto um registro familiar comum como tantos outros feitos durante o século XX, onde é possível notar características referentes à preocupação com as aparências, principalmente através das roupas, do cenário e das poses. Não é incomum encontrar crianças em fotografias familiares em todos os círculos sociais, uma vez que casais buscavam registrar seus núcleos familiares como uma forma de recordação. O status era um dos motivos pelos quais se buscava retratar a família em suas melhores roupas, muitas vezes copiando o estilo que era utilizado pelas camadas mais abastadas.

É possível encontrar um grande número de fotografias, sejam elas feitas em estúdio ou não, com crianças em meio a situações ou com objetos que não são consideradas infantis pela concepção moderna de infância. Desta forma, nem toda representação de criança, seja ela em pinturas ou na fotografia, é, também, uma representação da infância.

A análise deste tipo de fotografia com criança, por si só, resulta em interpretações relevantes de como a criança é vista pela sociedade e como o significado da infância tem mudado no decorrer dos anos. Se antes o uso de aparatos militares tornava uma fotografia em uma expressão de como os pais gostariam de ver as crianças no futuro, hoje temos uma visão diferente, que considera inapropriado para uma criança portar armas, mesmo que ser soldado ainda seja uma opção de carreira a ser exercida na maturidade. O mesmo acontece com bebidas alcoólicas, o fumo, a erotização – todas estas práticas já foram comuns ou, pelo menos, não impedidas. Hoje, elas fazem parte de uma lista de atividades das quais parte da sociedade quer proteger os jovens, estabelecendo regras com limitação de idade, como é o caso da maioridade.

200

Na Figura 3 podem ser observados dois exemplos de fotografias que possuem elementos não condizentes com o conceito de infância dos dias atuais. Na foto à esquerda, três meninos utilizam o que parecem ser réplicas de uniformes militares e portam espingardas que, curiosamente, são proporcionais ao tamanho dos meninos. A data e a autoria exata da fotografia são desconhecidas, ainda que ela tenha sido encontrada junto ao acervo da Foto Moderna.

Na fotografia à direita, Bolívar Czamanski, fotografado por seu pai, Armando Czamanski, por volta de 1940, utiliza um cachimbo que, mesmo se não estivesse aceso, ainda representa o ato de fumar, uma prática que já foi vista como benéfica, mas, atualmente, não é recomendada nem para os adultos por conta dos danos que pode vir a causar à saúde.

A partir do estudo de fotografias com crianças uma gama de possibilidades se

abre. Entendendo a forma como elas foram registradas no passar dos últimos dois séculos podemos compreender melhor sua participação em eventos que antes não era possível saber, além de desenrolar aspectos novos com grande potencial, como sugere Meneses (2003, p. 21), ao criticar o uso puramente ilustrativo das fotografias no seguinte trecho:

Exemplo altamente sintomático da persistência dessa inclinação para usos ilustrativos da imagem são estudos de altíssima qualidade e ornados de farta e bela documentação visual, às vezes até em grande parte inédita, e que dizem respeito à história do cotidiano, da vida doméstica, das relações de gênero, das crianças, etc. As imagens, contudo, não têm relação documental com o texto, no qual nada de essencial deriva da análise dessas fontes visuais; ao contrário, muitas vezes algumas delas poderiam mesmo contestar o que vem dito e escrito ou, ao menos, obrigar a certas recalibrações. O pior, entretanto, é contemplar o desperdício de um generoso potencial documental.

Pesquisar neste tipo de material também é benéfico para seu armazenamento e conservação apropriados, que são incentivados a partir do momento em que historiadores voltam seu olhar para ele, além de proporcionar conteúdo histórico para utilizá-lo em exposições e escrita de livros.

## **Considerações finais**

A partir das considerações feitas acerca de fotografia, cultura e infância, este artigo visou uma breve reflexão sobre a História e suas interfaces com a fotografia, como documento histórico, com ênfase nos retratos que contenham crianças, sejam eles representações infância ou não, e suas possibilidades.

A displicência nos estudos históricos da infância, que contam com poucas obras clássicas acerca, como o livro escrito pelo francês Ariès, *História social da criança e da família*, de 1960, tem sido remediada aos poucos, com o enfoque de autores como Heywood (*Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*, publicado originalmente em 2001) e, mais recentemente, através de obras como *The Oxford Handbook of the Archaeology of Childhood*, organizada por Sally Crawford e Dawn Hadley e lançada em 2018, que compila uma série de artigos que abordam estudos históricos e arqueológicos sobre a criança e a infância.

Ainda assim, estudos históricos sobre a infância feitos a partir da fotografia são escassos, mesmo que o documento iconográfico seja abundante em quantidade e possibilidades de análises. Por mais que estudos a partir da fotografia tenham ganhado espaço a partir do final do século XX, as fotografias do cotidiano e do íntimo ainda não foram exploradas profundamente.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- BOBOU, Olympia. Representations of children in Ancient Greece. In: CRAWFORD, Sally; HADLEY, Dawn; SHEPHERD, Gillian (Org.). **The Oxford Handbook of the Archaeology of Childhood**. Oxford: Oxford University, 2018.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Un Art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie**. Paris: Minuit, 1965.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005.
- CANABARRO, Ivo dos Santos. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 23-39. Dez. 2005.
- CARVALHO, Fracismar Alex Lopes. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.
- FERRAZ, Salma. A morte nas Artes. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 1, p. 75-110, 2014.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- 202 KODAK. **Photography**. Disponível em: <<https://www.kodak.com/corp/aboutus/heritage/photography/default.htm>>. Acesso em: 22.02.2018.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da Revista do Globo. **Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2012.
- SIMSON, O. R. de M. von. Imagem e memória. In: SAMAIN, E. (Org.). **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- THE THANATOS ARCHIVE**. Disponível em: <<https://thanatos.net>>. Acesso em: 15.12.2018.

# UTILIZAÇÃO DE IMAGENS PARA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO ESPAÇO URBANO

MARINA BERTOLI GONÇALVES<sup>1</sup>

VERA LUCIA NEHLS DIAS<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância das fontes visuais (em especial, as fotografias) para análise e percepção da evolução histórica do espaço urbano, a partir da reflexão sobre os conceitos e os significados das fontes visuais. Destas reflexões buscou-se cruzar a teoria de análise de imagens com a de análise do espaço urbano, visando contribuir e criar categorias que esclareçam sobre o espaço urbano e suas significações. A pesquisa foi amparada em bibliografia, cujo alvo dirigiu-se para linguistas, historiadores, arquitetos e urbanistas numa perspectiva, e, em outra, abordou-se as ideias de Roberto Lobato Corrêa, geógrafo, que define os conceitos de espaço urbano.

**Palavras-chaves:** fontes visuais, evolução histórica, espaço urbano.

**Abstract:** The purpose of this article is to reflect the importance of visual sources (especially photographs) for analysis and perception of the historical evolution of urban space, based on the reflection on the concepts and meanings of visual sources. These reflections sought to cross the theory of image analysis with the analysis of urban space, aiming to contribute and create categories that clarify about urban space and its meanings. The research was supported by a bibliography, whose aim was addressed to linguists, historians, architects and urban planners in a perspective, and, in another, the ideas of Roberto Lobato Corrêa, geographer, who defined the concepts of urban space.

**Keywords:** visual sources, historical evolution, urban space.

---

1. Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN) pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. marina\_bertoli@hotmail.com

2. Professora do PPGPLAN, UDESC. Doutora em Geografia Social e Regional pela Université du Maine (França) veraludias@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

**N**os estudos relacionados à área do urbanismo as fontes visuais e ou imagens são, frequentemente, definidas de várias maneiras, mas a principal abordagem deste texto irá tratá-las como formas de representações; dependentes de uma série de significações para compreensão, não sendo utilizadas como meras ilustrações, de maneira a fomentar elementos que contribuam significativamente em termos históricos no estudo do espaço urbano.

Para Corrêa (1989), o espaço urbano, se define como o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. "Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão". (CORRÊA, 1989, p. 7). Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano "fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É, assim, a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais." (CORRÊA, 1989, p. 9)

## 2. FONTES VISUAIS

204

Com o passar dos tempos os historiadores sentiram a necessidade de abordar novos campos de conhecimento, que fugiam das maneiras de análise por fontes tradicionais, tais como documentos oficiais, livros e arquivos. Fazendo-se necessária a utilização de imagens como fonte de evidência histórica. Neste caso, segundo Burke (2004), a utilização de imagens deve ser realizada não para ilustrar conclusões a que o autor já havia chegado por outros meios, mas sim oferecer novas respostas e suscitar novas questões.

Meneses (2003) elenca como principal objetivo no estudo das fontes visuais "(iconografia, iconologia) dar um tratamento mais abrangente da visualidade como uma dimensão importante da vida social e dos processos sociais" (MENESES, 2003, p. 11).

Trabalhando com a teoria da História Visual, o autor destaca três focos principais: o visual (engloba a "iconosfera" e os sistemas de comunicação visual, ambientes visuais, as instituições visuais, a produção/circulação/consumo/ação dos recursos e produtos visuais, as instituições visuais, etc.); o visível (diz respeito à esfera do poder, aos sistemas de controle, à "ditadura do olho", ao ver/ser visto e ao dar-se/não-se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação e

invisibilidade, etc.) e a visão (os instrumentos e técnicas de observação, os papéis do observador, os modelos e modalidades do “olhar”) (MENESES, 2003).

Em relação às imagens, Joly (1999) argumenta que, embora possam ser imaginárias ou concretas, as imagens sempre são resultado de alguém que as produz ou reconhece. Neste sentido, as imagens indicam algo, nem sempre visível, mas tomam emprestado alguns traços do visual para serem resultado da produção de um sujeito (JOLY, 1999, p. 13).

Com Joly (1999) vê-se a importância dos conceitos de semiótica para o entendimento das imagens, abordadas sob a perspectiva da significação, considerando seu “modo de produção do sentido”, no caso a maneira como provocam interpretações, utilizando a teoria de Saussure<sup>3</sup> e a teoria de Pierce<sup>4</sup>.

Saussure trabalha com o signo linguístico, descrevendo-o como uma entidade de duas faces indissociáveis que uniam um Significante (os sons) e um Significado (o conceito), representado pelo seguinte diagrama:

Significado  
Significante

Um signo, para Pierce, é “algo que está no lugar de alguma coisa para alguém, em alguma relação ou alguma qualidade” (JOLY APUD PIERCE, 1999, p. 33); mantendo uma relação solidária entre pelo menos três polos: a face perceptível do signo, “representamen” ou significante; o que ele representa, “objeto” ou referente e; o que significa, “interpretante” ou significado. Esse entendimento pode ser resumido no seguinte esquema:

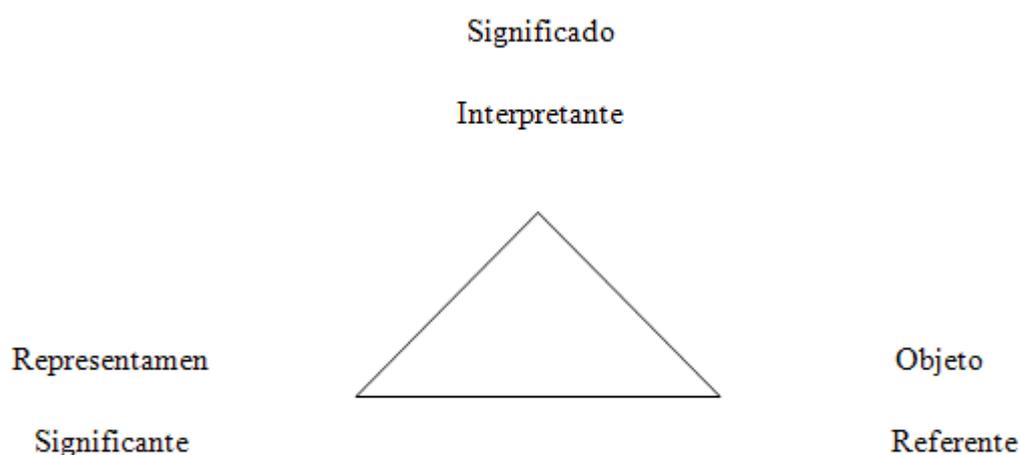
205

Figura 1 – Três polos de um signo, segundo Pierce.

---

3. Ferdinand de Saussure. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1974.

4. Charles Sanders Pierce. *Écrits sur le signe*. Paris: Seuil, 1978.



Fonte: Joly, 1999, p. 33.

206

A interpretação de um objeto iconográfico é proveniente do processo de catarse realizado pelo leitor, tornando a experiência única e dependente do interpretante. Este pode ser influenciado de alguma maneira pela "obra", por meio de recursos gráficos que orientem a leitura e interpretação de uma imagem. Processo esse que pode ser melhor entendido pela teoria da experiência estética de Jaus (2002), a qual utiliza o método de criação, recepção e assimilação, realizado em três etapas, a *Poiesis* (técnica e produção), a *Aisthesis* (recepção, na qual veicula a imagem) e, por fim, o processo de *Katharsis* (comunicação), categorias que compõem o processo estético realizado pelo leitor.

Iser (1996), afirma que a interpretação ou "solução de conflitos" só é possível com o envolvimento do leitor por meio do processo de catarse, por meio da qual "a obra de arte dá satisfação ao receptor apenas quando ele participa da solução e não se limita a contemplar a solução já formulada". (ISER, 1996, p. 95).

Assim, a partir desta prática, a imagem se transforma em uma narrativa visual sempre aberta e que é resignificada e memorizada a cada olhar; e o que foi experimentado, volta renovado em forma de bagagem atualizada.

### 3. RELAÇÃO COM O REAL

A construção da imagem fotográfica perpassa pelo processo de manipulação, independentemente do método utilizado para sua composição. O método mais difundido atualmente é o pautado na base digital, mas ainda se encontram pessoas

que conservam as origens da fotografia gerada por meio da técnica de colódio úmido<sup>5</sup> (Kossoy, 2005).

Em todos os casos os conteúdos dos documentos fotográficos codificam nas imagens questões relacionadas à informação e interpretações da cultura, técnicas artísticas, impressões estilísticas, questões ideológicas e outros fatores cujas “interpretações e/ou intenções são gestadas (antes, durante e após a produção da representação) em função das finalidades a que se destinam as fotografias, e refletem a mentalidade de seus criadores” (KOSSOY, 2005. p. 39).

A relação de realismo em um documento fotográfico é questionada a partir do momento em que o ato fotográfico acontece, pois por detrás do mesmo temos um “sujeito-fotógrafo” o qual imprime suas características relacionadas à trajetória e o contexto social no qual se insere (Mauad, 2010).

Com o propósito de não perder o foco em relação a essas análises e interpretações é interessante seguir metodologias que não sejam meramente descritivas, e que ao mesmo tempo, sejam orientadas para não exprimirem apenas o que o receptor tem a interpretar. Como por exemplo, a grade de análise do documento iconográfico, encontrada no livro *“Le commentaire de document iconographique en histoire”* da autora francesa Sophie Cassagne (1996).

Esta metodologia consiste em uma grade de análise, que parte de um inventário de questões a serem feitas sobre o documento iconográfico, não uma espécie de plano de comentários ou dissertação. É um estudo histórico da imagem, com o intuito de compreender seu contexto de elaboração e descrevê-la minuciosamente, para melhor interpretá-la. A estruturação da mesma se dá a partir de quatro níveis: apresentação do documento, descrição, interpretação e significação e, por último, alcance do documento.

A apresentação do documento iconográfico é a etapa que consiste em identificar a natureza do documento, o contexto da criação e o contexto do momento. A natureza do documento pode ser aferida por duas maneiras, a primeira com a identificação do tipo do documento, se se está trabalhando com desenho, pintura, escultura, objetos de artes, fotografia, folheto, representações arquitetônicas e outros; a segunda ocorre pela definição da natureza material do documento iconográfico, como por exemplo, qual a dimensão, sua fonte, material de constituição, as técnicas empregadas para criação, ordem de apresentação da composição, processos de composição e outros.

O contexto de criação é a categoria que analisa o autor da obra e seu comando e elaboração, trazendo traços históricos do período de formulação, biografia do

---

5. O método utiliza colódio, que é uma espécie de verniz, aplicado em estado líquido a placas fotográficas de vidro, posteriormente sensibilizadas com nitrato de prata para geração das fotografias.

autor, quem encomendou a obra, sua destinação, sua finalidade e qual o projeto de composição ao qual pertence. E, por fim, a categoria do contexto de criação em relação ao momento vai abordar a datação do documento, que pode ser feita de forma empírica, documental ou laboratorial; e a inscrição da obra em seu tempo, realizada por meio de uma relação com o contexto histórico geral e com o contexto histórico particular da obra.

A etapa de descrição resgata os elementos explícitos da obra, por meio da compreensão dos efeitos obtidos e evidenciando a primeira impressão do ícone, preparando o “leitor” para a interpretação das informações obtidas no documento iconográfico. Utiliza as categorias de descrição temática e descrição técnica e estilística. A primeira compreendida como o modo de construção da obra, os elementos de constituição, elementos de composição, a ação de ajuste, a perspectiva visual trabalhada e outros elementos a partir da natureza do documento iconográfico estudado. A segunda, a descrição temática, vai definir os elementos de leitura da imagem, qual o sujeito e a natureza abordados na imagem, quais os elementos representados e identificar as informações textuais de composição da obra.

Na etapa de interpretação e significação da obra, procura-se explicar os elementos levantados anteriormente, através de conhecimentos históricos. As categorias utilizadas são a de análise crítica, que afere a veracidade e subjetividade da representação gráfica, e as interpretações em todos os âmbitos possíveis. A primeira é obtida por meio da forma de construção da representação, entendida como as alterações sofridas em termos de cores, hierarquia de elementos, o local de inserção do texto, qual diálogo entre texto e imagem e outros; e pela relação com o real, tentando identificar se o documento iconográfico é uma construção que pretende produzir uma relação com a realidade por meio da imagem, o suporte<sup>6</sup> e seu modo de difusão. A categoria de interpretação vai abordar o âmbito do senso geral, as análises pré-existentes e da correlação entre ambas.

Por fim, a última etapa trabalhada é o alcance do documento iconográfico, aferido pelas categorias a) de influência e futuro e; b) interesse pelo historiador. A primeira compreendida pela difusão e como ela ocorre, pelo impacto gerado e qual será a contribuição para posteridade. A segunda, o interesse obtido pelo historiador, ocorre por meio dos apoios históricos utilizados e a significação da obra no contexto da civilização estudada em termos de originalidade e importância.

O documento iconográfico serve como a forma de expressão de algo concreto. Essa representação quando trata do objeto arquitetônico, deve ser aliada à leitura

---

6. Suporte aqui entendido como, por exemplo, a tela na qual se realiza um retrato ou o papel no qual se imprime a fotografia.

realizada do meio material feita sob a ótica das categorias de análise e percepção do espaço urbano em conjunto com a grade de análise do documento iconográfico.

#### **4. TEORIAS PARA ANÁLISE E PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

O termo morfologia é constantemente utilizado para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto, compreendendo as formas e correlacionando os fenômenos que lhe deram origem. O estudo da morfologia urbana abordará essencialmente “os aspectos exteriores do meio urbano e suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura” (LAMAS, 2011, p. 37).

Partindo de uma técnica de caracterização de categorias morfológicas estruturais do espaço urbano, que se desenvolveu em função de tarefas envolvendo conjuntamente pesquisa e projeto à escala urbana, feitas por Trieb e Schimdt, o estudo de Kohlsdorf (1996) apresentou seis categorias morfológicas estruturais as quais compreendem inúmeros elementos para análise do espaço urbano, sendo elas: 1) Sítio Físico, 2) Planta Baixa, 3) Conjunto de Planos Verticais, 4) Edificações, 5) Elementos Complementares e 6) Estrutura Interna do Espaço.

Nestas acepções, o espaço urbano é tomado como paisagem, num sentido que pouco dialoga com Corrêa para quem o espaço urbano comporta, sobretudo, uma organização social e humana.

Uma das principais teorias fundamentais de análise do espaço utilizada na área da arquitetura e do urbanismo se refere à obra de Ching (1998), que está disposta em sete capítulos, trabalhando respectivamente: elementos primários, forma, forma e espaço, organização, circulação, proporção e escala e os princípios da arquitetura. Podendo agir como norteadora para análise dos elementos que compõem o espaço urbano, a maneira como o mesmo é articulado e orientado segundo parâmetros formais.

Posterior a estes postulados que trabalham apenas com análises da estruturação física das cidades, no caso a morfologia e os elementos que influenciam e compõem as mesmas, se pode abordar teorias que discutam a percepção do usuário, como o observador e elemento norteador de análise. Como por exemplo, a teoria postulada por Lynch (1997), onde a análise limita-se aos efeitos dos objetos físicos perceptíveis; onde o conteúdo das cidades até ali estudadas, remetia-se às formas físicas, podendo ser adequadamente classificado em cinco tipos de elementos: as vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos, isso rege o conceito de imageabilidade que é descrito como:

Qualidade de um objeto físico que lhe dá uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador. Refere-se à forma, cor ou arranjo,

que facilitam a formação de imagens mentais do ambiente fortemente identificadas, poderosamente estruturadas e altamente úteis. (LYNCH, 1997, p. 9).

Outro ponto de análise dos espaços nesta mesma linha se dá por meio da teoria de Cullen (1996), chamada de visão serial, que pode ser entendido a partir da seguinte maneira:

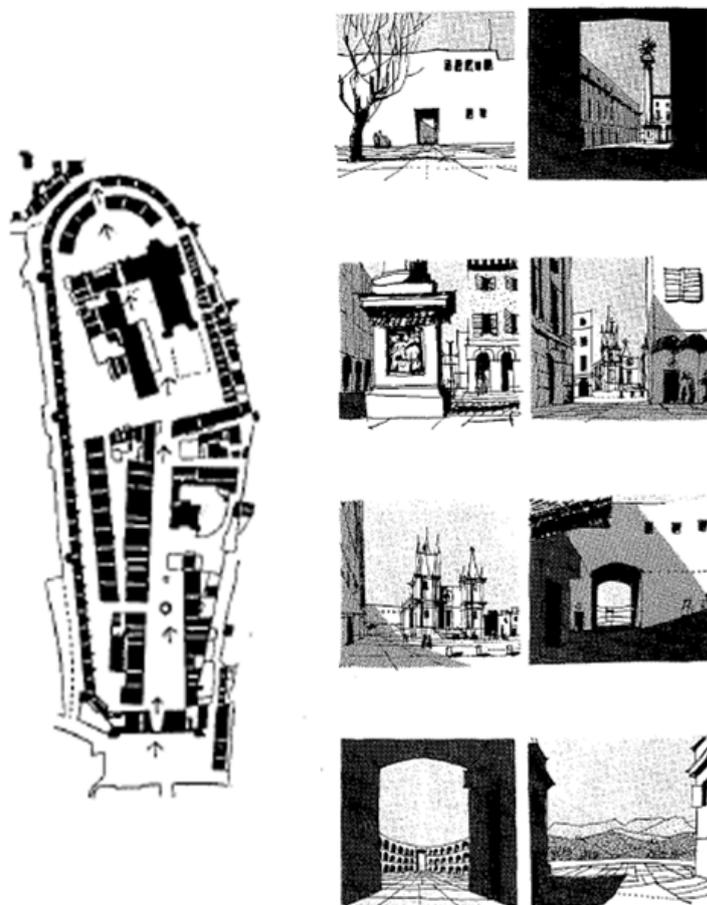
O percurso de um extremo ao outro da planta a passo uniforme, revela uma sucessão de pontos de vista [...] A progressão uniforme do caminhante vai sendo pontuada por uma série de contrastes súbitos que tem grande impacto visual e dão vida ao percurso[...] (CULLEN, 1996, p. 16).

A partir da visão serial se pode gerar as características imagéticas de um lugar, as quais se baseiam nessas experiências de percursos que caracterizam e identificam certa localidade a partir do espaço, da paisagem, da arquitetura, do urbanismo, da cultura, dos usuários e, principalmente, dependem do observador e sua interpretação de cada estímulo vivido durante essa experiência.

Os critérios de análises abordados por Cullen (1996) a partir de um percurso trabalham com a análise de diferentes pontos de vista, como se pode ver a seguir na imagem que ilustra o conceito no livro:

210

Figura 2 – Esquema gráfico em relação à visão serial.



Fonte: Cullen, 1996, p. 19.

A análise dos elementos arquitetônicos que compõem e dão características a esses espaços pode ser utilizada na análise dos elementos que compõem a imagem, por meio da grade de análise documental de Cassagne (1996). Principalmente em relação aos itens de descrição e interpretação/significação, evidenciando as características imagéticas predominantes que compõem o espaço urbano, verificadas através das imagens a serem analisadas.

Já no caso da teoria de Lynch (1997) para análise do meio urbano podemos associar os conceitos de semiótica. E a partir da pesquisa e interpretação de mais de uma pessoa, pode-se chegar a esses denominadores comuns a serem analisados nas fontes visuais, a serem geradas ou trabalhadas, pois o próprio estudo utiliza uma proposta de criação de mapas mentais de organização do espaço e entrevistas para a identificação dos elementos estruturadores de sua teoria. Essa teoria se aproxima mais dos aspectos sociais do espaço urbano levantados por Corrêa (1989), quando afirma que o espaço urbano é um reflexo da sociedade e, por esta razão, traduz seus conflitos e suas dinâmicas.

## 5. APLICABILIDADE E EXPERIMENTAÇÃO

Com o intuito de elucidar o proposto teoricamente, de maneira sucinta e simplificada, vamos fazer uma correlação entre parte da teoria da grade de análise documental de Cassagne (1996) e da teoria de Lynch (1997) a respeito da imageabilidade identificada a partir de elementos da morfologia urbana.

Respeitando a proposta da teoria de Cassagne (1996), partir-se-á da categoria apresentação, abordando como documento iconográfico a figura 3. Quanto à natureza do documento, seu contexto de criação e contexto histórico, pode-se afirmar que se trata de uma fotografia, com dimensão de 620 por 465 mm, divulgada em meio digital pelo site de notícias G1<sup>7</sup>. A imagem integra junto a outros recursos gráficos e textuais uma matéria jornalística intitulada "Ativistas do Greenpeace escalam Arco do Triunfo por energia renovável" datada de 11 de dezembro de 2015, referente a manifestação que ocorreu na mesma data. A imagem originalmente foi divulgada em um aplicativo de responsabilidade do Greenpeace<sup>8</sup> e depois foi vinculada a matéria da qual foi extraída, destinando-se aos leitores do portal.

Figura 3 – Documento iconográfico escolhida para análise



Fonte: Greenpeace via AP em Site do G1<sup>9</sup>.

7. Portal de notícias on-line mantido pelo grupo Globo e sob orientação da central Globo de jornalismo.

8. O Greenpeace é uma organização não governamental com cunho ambiental.

9. Disponível em: < <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/12/ativistas-do-greenpeace-escalam-arco-do->

A imagem refere-se à uma manifestação de oitenta ativistas do Greenpeace, que pintaram as ruas do entorno do monumento Arco do Triunfo, como se fosse um “sol”; fazendo referência ao aquecimento global com a intenção de reivindicar maior estímulo às energias renováveis. Fato este, que ocorreu na mesma época e local da fase final da 21ª Conferência do Clima (COP 21), cujo objetivo principal foi fomentar um acordo entre vários países para diminuir a emissão de gases que geram efeito estufa e limitar o aumento da temperatura global.

A este respeito é importante que se pondere algumas questões: o aquecimento global devido a ações humanas, por exemplo, não é consenso entre a maioria dos climatólogos do mundo, há inclusive recentes pesquisas feitas pelo IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) que mostram, ao contrário, um resfriamento global nos últimos dez anos. Entretanto, em relação a questões ambientais, a França é um dos países europeus que mais usa energia atômica, cujo lixo é exportado para ser guardado em países africanos. Estas questões, apesar de polêmicas, em nada diminuem a intenção do grupo de colocar em evidência a lei de transição energética francesa, cujo Estado se esquivava em cumprir, segundo a matéria.

No item de descrição do documento iconográfico, em relação a parte técnica e estilística e a descrição temática, observa-se uma imagem em perspectiva gerada por meio de uma fotografia de sobrevoo da área, com uma angulação que possibilita clara visualização do tecido urbano e do monumento. Aqui, o interessante é o início da vinculação às teorias de análise e percepção do espaço urbano, por meio da identificação do traçado característico de Paris, herdado pela intervenção higienista de Haussmann no século XIX. Nele se destaca vários pontos característicos da paisagem francesa por meio da análise urbana, como por exemplo, a orientação das superquadras, as quais surgem do traçado viário e abrigam as edificações em fita. A forma concêntrica, caracterizada pela dispersão das ruas que partem do Arco do Triunfo, neste caso, é identificada como um ponto nodal ou cruzamento, definido por Lynch (1997) como:

[...] são pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar e constituem intensivos focos par os quais e dos quais ele se desloca. Podem ser essencialmente junções, locais de interrupção num transporte, um entrecruzar ou convergir de vias, momentos de mudança de uma estrutura para outra. Os cruzamentos podem, também, ser simples concentrações que se revestem de importância por serem a condensação de alguns hábitos ou pelo seu carácter físico [...]. É destes nós que a sua influência irradia muitas vezes, tornando-se, por vezes, um cruzamento o símbolo de um bairro [...]. Em qualquer caso ou imagem, encontram-se pontos focais e, em alguns casos, eles são até a característica dominante. (LYNCH, 1997, p. 9).

---

-triufo-por-energia-renovavel.html> . Acesso em: 17 dez. 2018.

São as características urbanas, vinculadas ao contexto histórico e social, que auxiliarão na identificação do objeto da captura da fotografia e as características que vão integrar sua história e identidade, neste caso fazendo referência à cidade de Paris na França.

A metodologia de análise de Cassagne (1996) vai direcionar a forma de abordar o documento iconográfico e a teoria de Lynch (1997) serve para complementar os itens de análise e percepção propostos. Estas análises podem servir para identificar e gerar diretrizes de intervenção no espaço urbano, neste caso, viu-se a importância do ponto nodal para a configuração urbana da cidade de Paris, bem como a conformação de um espaço para manifestação de questões sociais, que confere uma maior visibilidade ao movimento em decorrência da questão de sua importância histórica e identitária. A foto reafirma Paris e sua identidade histórica, sua centralidade, destacando sua urbanização e valorizando, ainda que com críticas, seu traçado urbano moderno.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionamento do realismo das fontes visuais, se trabalhadas em conjunto com uma metodologia de análise de imagem e vinculadas às teorias de análise do espaço urbano, podem gerar resultados muito interessantes e nortear a visão do pesquisador para que se posicione de maneira direta e crítica em relação a análise daquelas fontes.

Unindo esses conceitos acredita-se que a interpretação e utilização das imagens na pesquisa científica, voltada ao espaço urbano, possa ser de grande valia, levando ao fomento de diferentes técnicas na análise do desenvolvimento histórico do espaço urbano.

Como espaço social, o espaço urbano, promove o encontro de diferentes tipos de pessoas, usos, formas, organização, culturas, cujos significados mudam ao longo do tempo e das conjunturas.

Esta pesquisa buscou elucidar sobre conceitos e estratégias de perceber o espaço urbano a partir de imagens, em especial, as fotografias, e destacar a importância destas significações para a construção de diferentes tipos de leitura do espaço enquanto paisagem social em permanente estado de recriação.

## 6. REFERÊNCIAS

BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

- CASSAGNE, S. **Le commentaire de document iconographique em histoire**. Paris: Elipses, 1996.
- CHING, F. D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CULLEN, T.G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GUIMARÃES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: ProLivros, 2004.
- ISER, W. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- JAUSS, H. **A estética da recepção: colocações gerais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1999.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Ed. da UnB, 1996.
- KOSSOY, B. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. In: **Revista Brasileira de História**. v. 5, n. 49, p. 35-42, 2005.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MAUAD, A. M. Imagens contemporâneas: experiência fotográfica e memória no século XX. In: PARANHOS, K. R.; LEHMKUHL, L.; PARANHOS, A. (Orgs.). **História e imagens: textos visuais e práticas de leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 2010.
- MENESES, U. T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, vol. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

# O PÓS-11 DE SETEMBRO NAS CORES DA MARVEL: ANÁLISE DAS MINISSÉRIES GUERRA SECRETA (2004), GUERRA CIVIL (2005 – 2006) E INVASÃO SECRETA (2007)

MAICON JOSÉ ALVES<sup>1</sup>  
MÁRCIA BLANCO CARDOSO<sup>2</sup>  
LUIZ ANTÔNIO MARONEZE<sup>3</sup>

**Resumo:** Na manhã de 11 de setembro de 2001, o mundo inteiro assistiu perplexo a uma de suas maiores potências, os Estados Unidos, ser atacada em seu território. O presente trabalho buscou trazer uma percepção, sobre o olhar das histórias em quadrinhos lançados pela editora Marvel, quanto aos desdobramentos desses atentados. Foram analisadas as minisséries Guerra Secreta de 2004, Guerra Civil que foi lançada entre os anos de 2005 e 2006, e Invasão Secreta lançada em 2007. A análise buscou estabelecer relações entre os enredos dos quadrinhos e as ações promovidas pelo governo Bush pós – 11 de setembro. Posteriormente, foram analisados os eventos presentes nas publicações, estabelecendo correlações entre elas, e os acontecimentos históricos, contribuindo assim, com a forma como a política norte-americana passou a ser compreendida.

**Palavras-chaves:** Histórias em quadrinhos; Intervencionismo; Doutrina Bush; Editora Marvel; Análise de conteúdo.

**Abstract:** On the morning of September 11, 2001, the whole world was perplexed by one of its greatest powers, the United States, being attacked on its territory. The present work sought to bring a perception, on the look of the comic books launched by the Marvel publishing house, regarding the unfolding of these attacks. The mini-series Secret War of 2004, Civil War that was launched between the years of 2005 and 2006, and Secret Invasion launched in 2007 were analyzed. The analysis tried to establish relations between the entanglements of the comics and the actions promoted by the Bush administration post-11 of September. Subsequently, the events present in the publications were analyzed, establishing correlations between them, and the historical events, thus contributing, with the way in which the North American policy came to be understood.

**Keywords:** Comic books; Interventionism; Bush Doctrine; Publisher Marvel; Content analysis.

---

1. Licenciado em história pela Universidade Feevale; mestrando do Projeto de Pós-Graduação em Processos e Manifestações culturais. 0112832@feevale.br

2. Mestre em Estudos Históricos Latino-americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (2003), possuindo graduação em História - Licenciatura (1995), pela mesma Universidade. É professora adjunta da Universidade Feevale, na qual atua como coordenadora do curso de História; líder do Programa de Extensão "Educação e Cultura em Direitos Humanos" e professora dos cursos de História e Pedagogia. Desenvolve trabalhos nas áreas de História da América Contemporânea e Ensino de História; mcardoso@feevale.br

3. Mestre em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994) e doutorado em História das sociedades Ibero-americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Desde o ano 2000 é professor adjunto na universidade Feevale no curso de História e, desde 2010, no programa de pós-graduação de Processos e Manifestações culturais, no qual é coordenador substituto. Tem experiência na área de Teorias da História e Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade moderna, evolução urbana, violência, memória, patrimônio histórico e processos culturais.

## Introdução:

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o posicionamento político da editora Marvel, nas obras selecionadas, relacionando com a história contemporânea norte-americana (especificamente com o período do pós-11 de setembro). Para esta pesquisa foi utilizada como metodologia, primeiramente de revisão bibliográfica, já que, segundo Prodanov (2013), precisamos levar em conta as fontes teóricas levantadas, para a elaboração de uma contextualização entre a pesquisa em si e o referencial teórico. Foram usados como aporte teórico autores como Paulo Fagundes Vizentini, Francisco Carlos Teixeira entre outros, como o jornalista Bob Woodward e sua biografia de George W. Bush.

Para realizar a análise dos aspectos qualitativos e quantitativos, utilizaremos a metodologia da análise de conteúdo, como aporte teórico, a técnica defendida por Laurence Bardin e Roque Moraes, na qual definiremos os conceitos mais relevantes. Em relação ao foco específico deste trabalho, que se baseia em entender o posicionamento da editora diante da política intervencionista e o radicalismo da segurança nacional norte-americana no início do século XXI.

### *Análise de conteúdo: métodos e procedimentos*

Ao utilizar a análise de conteúdo, é preciso realizar a contagem de um ou vários temas, ou itens de significação, determinando uma unidade de codificação. Desta forma, é possível perceber, no material determinado, certas tendências, chamadas de resultados. Segundo Bardin, em uma análise de conteúdo os resultados podem ser variados:

Estes resultados veem-se bem, confirmam em partes as hipóteses avançadas, ou melhor, aferem-nas. Por outro lado, a análise realizada segundo esta dimensão, fornece outras informações, que dizem respeito a outras hipóteses iniciais (exemplo: o aspecto egocêntrico do discurso centrado no indivíduo), ou remete-nos para outras hipóteses não perceptíveis numa primeira leitura. (BARDIN. 1977, p. 80).

Ainda segundo a autora, os resultados desse tipo de análise, sozinho, não podem ser considerados irrefutáveis, contudo podem corroborar com a conclusão das mais diversas pesquisas, valendo-se da interpretação livre do pesquisador ante os resultados dos estudos. Para que os objetivos sejam alcançados, devem-se manter alguns procedimentos, ou seja, a elaboração de indicadores seguros e precisos, que darão ao pesquisador uma noção de "[...] recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para a análise temática e de modalidade de codificação para o registro

de dados.” (BARDIN, 1977, p. 100). Este procedimento permite a condensação dos resultados, demonstrando a relevância das informações obtidas pelo pesquisador.

Para fazer uma análise de conteúdo, primeiramente, é preciso ter uma temática, que consiste em traçar ligações entre os chamados núcleos de sentido, que por sua vez, compõe a comunicação propriamente dita, cuja aparição ou repetição trazem consigo significados para o objeto analítico escolhido. Segundo o pesquisador Roque Moraes (1999), a pesquisa deve seguir certos procedimentos para um melhor resultado:

Naturalmente haveria muitas formas de categorizar possíveis objetivos de pesquisas realizadas utilizando análise de conteúdo. Entretanto historicamente estes têm sido definidos em seis categorias, levando em consideração os aspectos intrínsecos da matéria prima desta análise, do contexto a que as pesquisas se referem e das inferências pretendidas. Esta classificação se baseia numa definição original de Laswell, em que este caracteriza a comunicação a partir de seis questões: 1) *Quem fala?* 2) *Para dizer o que?* 3) *A quem?* 4) *De que modo?* 5) *Com que finalidade?* 6) *Com que resultados?* Utilizando esta definição podemos categorizar os objetivos da análise de conteúdo de acordo com a orientação que toma em relação a estas seis questões. (MORAES, 1999, p. 3).

### **Aproximação com o objeto de análise: As minisséries**

O início do século XXI mostrou-se um fértil território para as histórias em quadrinhos, assim como para outras mídias. Nesse cenário político, confuso e polêmico, que foram criadas as três minisséries a serem analisadas. A primeira delas é do ano de 2004, ano da reeleição de Bush. Apresenta uma trama de espionagem e intrigas internacionais. Segundo Woodward (2003), o recurso da espionagem foi largamente usado durante o governo Bush:

Num determinado momento, nos anos 1990, somente doze pessoas estavam sendo treinadas para o futuro, num intenso programa de um ano nas instalações da CIA chamadas *The farm* (A fazenda), no interior da Virgínia. Em 2001, Tenet tinha conseguido multiplicar por dez o número de pessoas sendo treinadas. Esse aumento inacreditável foi deliberado no intuito de aumentar o HUMINT (termo em inglês para definir inteligência) e viabilizar ações secretas, se autorizadas pelo presidente. (WOODWARD, 2003, p. 23)

Essa minissérie trata principalmente da intervenção norte-americana e suas consequências para aqueles que dela participaram. Entre os anos de 2005 e 2006, a editora Marvel lançou a segunda minissérie, Guerra Civil. As histórias dessa minissérie

retratam a chamada “Lei de Registro”, que foi instituída após um grave incidente envolvendo heróis destreinados. A Lei de Registro obrigava todo e qualquer herói a revelar sua identidade ao governo, além de ter que passar a trabalhar como agente federal. A minissérie trouxe ao público a discussão segurança *versus* privacidade. Suscitou as questões levantadas na época da implantação do “*Patriotic Act*”, pelo governo Bush<sup>4</sup>.

No ano de 2007, os Estados Unidos estavam envoltos em dias de paranoia total. Essa situação foi resultado da Doutrina Bush, que espalhou a desconfiança contra a comunidade muçulmana. Segundo Vizentini (2005), a construção do povo Islâmico como inimigo, passa pela imposição do medo por parte do governo. Esse cenário serviu de inspiração para o roteirista da minissérie *Invasão Secreta*, Brian Michael Bendis.

O elemento principal dessa trama é a invasão sofrida pela terra por uma raça alienígena, com características que em muito lembravam os extremistas religiosos. Sempre que os invasores praticavam algum ato, falavam em sua língua nativa. Algo que é incompreensível, tanto para os personagens a sua volta, quanto para o leitor. Dada a aproximação com as minisséries, deve-se iniciar a análise de conteúdo.

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo deve ser iniciada com uma leitura livre ou flutuante, para elaborar certas observações e hipóteses provisórias. Nesse sentido, todas as hipóteses, apresentadas a seguir, foram elaboradas pelo pesquisador, através da análise feita nas minisséries já mencionadas.

A primeira hipótese consiste em: no caso de as revistas em quadrinhos analisadas funcionarem para os leitores como um sistema de projeções, em uma situação ambígua, através de um discurso vago, que permite a modificação do sentido, de acordo com a interpretação daquele que está consumindo essa mídia. Ou seja, é um instrumento que pode levar a uma autoavaliação, ou pelo menos, conduzir a questionamentos mais profundos. Uma espécie de espelho fantasioso, que reflete a sociedade e suas situações cotidianas.

Já a segunda hipótese construída consiste em: as minisséries analisadas trazem duras críticas ao governo Bush e sua política, tanto interna, quanto externa. Desta forma, apresentam, através de metáforas, argumentos para defender determinado ponto de vista, usando como fio condutor, os acontecimentos ligados aos atos de terrorismo, acontecidos em território norte-americano.

---

4. O portal eletrônico do jornal Folha de São Paulo publicou no dia dois de outubro de 2003: Atualidades: USA Patriotic Act e o fim da privacidade: Em nome da segurança e da guerra ao terror, o governo dos EUA investe contra os direitos individuais. Criado em outubro de 2001 pelo presidente George W. Bush, o USA Patriotic Act visa facilitar a captura de terroristas e, para tanto, permite aos órgãos de segurança e de inteligência vasculhar a privacidade dos cidadãos. Livre de ordenação judicial, essa nova lei assegura aos agentes poder para rastrear e-mails, vigiar o uso da internet e grampear ligações telefônicas. Obriga bibliotecas e livrarias a informar que livros buscaram determinados cidadãos e permite a detenção de “suspeitos” por períodos prolongados.

A terceira hipótese mostra que: os quadrinhos analisados fornecem aos leitores o referencial para o entendimento do mundo em que vivem. Assim sendo, os elementos de pesquisas trazem referenciais metafóricos sobre o extremismo religioso, sobre a política intervencionista norte-americana e as consequências desses conceitos.

A quarta hipótese, aponta que: através dos quadrinhos da editora Marvel, que compõem as minisséries analisadas, o leitor tem contato com as ideologias e posicionamentos daqueles responsáveis por sua realização. Mesmo sem uma leitura mais aprofundada, para a condução de uma sistematização, é possível perceber quais os caminhos essas ideologias conduzem, que é a busca incansável de fazer oposição ao governo. Nesse sentido, fazem uso de metáforas e simbologias, que vão desde a utilização de personagens icônicos da editora, até discursos inflamados de personagens coadjuvantes.

A quinta e última hipótese traz a seguinte ideia de que: as Minisséries analisadas oferecem ao leitor a possibilidade da autoavaliação ou, ao menos, o eventual desconforto, ao vislumbrar uma situação avessa a sua realidade ou posicionamento. Para isso, o leitor precisa estar munido de um poder de imersão, tornando-se capaz tirar proveito das situações que envolvem os personagens da editora. Constitui-se um excelente objeto de reflexão.

220 Após a concepção do grupo de hipóteses, através da leitura flutuante, deve-se realizar a leitura mais profunda, atenta a todos os detalhes. Durante esse tipo de leitura é que se inicia a análise das temáticas e a construção dos quadros conceituais que serão apresentados a seguir.

#### *Analisando as temáticas das Minisséries: Guerra Secreta, Guerra Civil e Invasão Secreta*

Para Bardin (1977), após a elaboração das hipóteses, é preciso analisar as temáticas do material, ou seja, conduzir a contagem de um ou mais itens de significação, criando uma unidade de decodificação para facilitar a interpretação dos dados. Através da análise temática, é possível fazer um levantamento dos termos e conceitos mais utilizados pelos autores, podendo, assim, entender para qual direção o texto está conduzindo o leitor. Foram utilizadas a segunda e terceira hipóteses para efetuar as análises, levando em conta que esses dois itens trazem os tópicos mais polêmicos ligados, conforme a seleção realizada pelo autor desta pesquisa, a política externa norte-americana, o extremismo religioso e a doutrina Bush.

Foram elaborados dois quadros de categorias, que representam relevância nas publicações analisadas. Para interpretá-los, cabe uma pequena explicação de cada elemento desses, utilizando como referência os estudos feitos por Bardin (1977).

1. Categorias ou Rubrica: Essa seção é referente as temáticas a serem analisadas.
2. Componentes: É a palavra que define o sentido da análise.
3. Exemplos: São frases que fazem alusão aos componentes durante as obras analisadas.
4. Números de itens presentes: São os números de repetições de cada componente no decorrer das minisséries estudadas.
5. Percentagem em relação ao número de frases: Essa seção é reservada para o percentual das frases que fazem alusão aos componentes em relação ao número total de frases no material analisado. Para chegar a estes números contei com o auxílio do software chamado MAXQDA, desenvolvido para conduzir pesquisas de análise de conteúdo.

O primeiro quadro apresenta as ações primárias, ou seja, trata das ações que trouxeram consequências durante as histórias analisadas.

Quadro 1: Ações Primárias

Categorias ou Rubrica	Componentes	Exemplos	Número de itens presentes	% em relação ao número de frases
Política externa norte-americana.	Intervenção	<p>"Vamos derrubar o governo deles." (Guerra Secreta)</p> <p>"Vocês me ajudaram a assassinar a líder eleita dele." (Guerra Secreta)</p> <p>"Não estamos aqui para machucá-los, viemos salvá-los!" (Invasão Secreta)</p> <p>"Nós a Elegemos." (Guerra Secreta)</p> <p>"Sou um general de guerra! Eu tenho armas, soldados e uma missão a cumprir!" (Guerra Secreta)</p> <p>"Vocês vão se submeter. Serão assimilados ao nosso modo de vida, porque nossos costumes funcionam. E porque não há outra escolha." (Invasão Secreta)</p>	690	7,6
Extremismo religioso	Fanatismo	<p>"As palavras das escrituras foram proferidas, a vitória é certa" (Invasão Secreta)</p> <p>"Viemos para cá dispostos a morrer para que a vontade de Deus se cumpra." (Invasão Secreta)</p>	725	8

Doutrina Bush	Repressão	"O Super-humano que recusar a lei de registro agora é um criminoso" (Guerra Civil) "Está é a superprisão, onde eles estão mantendo nossos aliados" (Guerra Civil)	695	7,7
	Desconfiança	"Você deve poder confiar em quem está ao seu lado" (Invasão Secreta)		
Total			2110	23,3

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

O segundo quadro apresenta exatamente as consequências destas ações.

Quadro 2: Consequências das ações primárias

Categorias ou Rubrica	Componentes	Exemplo	Número de itens presentes	% em relação ao número de frases
Política externa norte-americana	Ataque Terrorista	"Esta noite foi um ataque terrorista organizado em solo americano." (Guerra Secreta) "Você vai testemunhar a destruição de seu povo como tentaram fazer com o meu!" (Guerra Secreta)	745	8,2
	Culpa	"Isso é uma bomba Fury, e você apertou o gatilho!" (Guerra Secreta)		
Extremismo religioso	Terrorismo	"Isso foi extremismo. Terrorismo puro e simples" (Invasão Secreta)	684	7,6
Doutrina Bush	Paranoia	"Estamos travando uma guerra sem poder confiar no soldado ao lado." (Invasão Secreta)	691	7,7
Total			2120	23,5

Ao agrupar as ações primárias e as consequências dessas ações, é possível criar um quadro geral representativo da essência conceitual das minisséries analisadas. Observa-se que das nove mil frases contidas nas revistas, 46,8% fazem algum tipo de crítica à maneira que o governo norte-americano estava conduzindo o país. Esta é uma constatação importante, visto a situação em que se encontrava a política tanto interna, quanto externa. O conteúdo das edições pode ser interpretado de maneiras diferentes, porém, após as análises feitas em materiais anteriores e uma leitura mais atenta dessas minisséries é possível encontrar ligações ao posicionamento, demonstrado pela editora no passado, tais como: as questões ligadas aos Direitos Civis, e as ideias do

imperialismo norte-americano.

O resultado da análise temática confirma, ainda que parcialmente, as hipóteses elaboradas através da leitura intuitiva. Contudo, essa análise aponta para detalhes a serem observados, como as referências ao imperialismo norte-americano que, ao longo do tempo, poderia passar despercebidas, em uma primeira leitura. Quantitativamente, o número de referências, centradas nas ações e consequências, principalmente ligadas ao governo, confirma o caráter crítico contido nas minisséries apresentadas.

Qualitativamente, uma análise mais precisa, pode indicar qual o ponto de vista dos roteiristas, em determinados assuntos. Assim, é possível ampliar os desdobramentos temáticos, justificando o significado do discurso, classificando em categorias pré-determinadas, delineado pelo próprio material analisado.

Por serem produtos de uma época pós-11 de setembro, as minisséries analisadas, são atreladas a estes acontecimentos. Os artistas, envolvidos nesses projetos, trazem representações ideológicas através de metáforas e símbolos. Para poder atingir o maior número de leitores possíveis.

### **Guerra Secreta (2004) – O Iraque da Marvel**

O mundo da espionagem sempre se mostrou fascinante, fazendo parte do imaginário popular, graças a sua introdução por meio da literatura, cinema e outras expressões midiáticas. A Marvel tem sua própria gama de espiões, sendo o maior representante desse mundo, Nick Fury. Apesar de apresentar sua origem ligada a Segunda Guerra Mundial, o personagem foi adaptado para o tema de espionagem durante a Guerra Fria.

No início dos anos 2000, a América anglo-saxã se viu envolta em mais uma guerra, desta vez contra o “terror”. Esta guerra influenciou o mundo pop no início do século XXI. Nesse clima, em 2004, Nick Fury foi novamente reformulado. Deixou-se de lado a espionagem formal, em que o bem e o mal eram bem delineados, para adentrar em um mundo de agentes com moralidade mais ambígua, contando com alta tecnologia e histórias carregadas de suspenses. Nessas mudanças, Fury deixa de ser um operário de campo, para assumir a diretoria da S.H.I.E.L.D.<sup>5</sup>

A minissérie Guerra Secreta (2004), foi roteirizada por Brian Michael Bendis. Conta a história de um seletivo grupo de super-heróis que é enviado para a Letônia<sup>6</sup> em busca

---

5. Criada por Stan Lee e Jack Kirby Strange Tales 135 (Agosto de 1965), o acrônimo originalmente significava Supreme Headquarters of International Espionage and Law-Enforcement Division. Em 1991, a sigla mudou para Strategic Homeland Intervention Enforcement Logistics Division.

6. Letônia é uma das localidades mais importantes do universo Marvel. Um país fictício localizado no leste europeu. Rodeado pela Hungria, Sérvia e Romênia. Originalmente era governado pelo vilão ditador Victor Von Doom, também

de armas de tecnologia avançada, que estariam sendo contrabandeadas para vilões norte-americanos, mostrando uma clara influência dos ataques norte-americanos ao Iraque um ano antes. Durante um diálogo, Nick Fury, sentencia:

Minha agência descobriu uma ameaça palpável aos Estados Unidos por parte de Lúcia Von Bardas primeira-ministra eleita da Latvéria. Nossos criminosos de baixo nível estavam sendo financiados com um propósito [...] Mas eu fiz uma promessa para mim mesmo anos atrás: Se eu tivesse de escolher entre os acordos que um milionário eleito fez com empresas de petróleo e tecnologia e a segurança de gente inocente não haveria escolha alguma. (Guerra Secreta)

A citação demonstra os motivos para a invasão de um país estrangeiro. Além de novamente retomar questões ligadas ao “Destino Manifesto”, na intervenção em nome da defesa dos inocentes. Segundo Pecequilo (2011), os atentados do 11 de setembro acabaram por legitimar as ações militares. Citando Bush: “[...] nós tínhamos razão, existem ameaças”. A autora completa afirmando que as questões ligadas a segurança foram supervalorizadas. A visão de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2015) corrobora com a opinião de Pecequilo:

224

Para o grupo que ocupava a Casa Branca na época, mais que uma agressão, os eventos surgiram como uma oportunidade (...). Agredidos e com o direito legitimado pelo consenso internacional não só de se defender como de revidar, os Estados Unidos trouxeram como contra-ataque a “cruzada” global contra o “terrorismo” [...] (TEIXEIRA DA SILVA, 2015, p. 50)

Algo sutil mostrado na série, foi o assassinato da líder eleita da Latvéria. Coincidência, ou não, dois dias antes dos atentados de 11 de setembro o Comandante Massud foi assassinado. Ele seria o provável governante em um governo pós-Talibã. Segundo Vizentini (2005), ele tinha ligações com a Rússia e Irã, o que indica que uma guerra já estava programada e o novo governo deveria ter tendências amigáveis com os Estados Unidos.

Outro ponto que liga a minissérie aos acontecimentos pós-11 de setembro, foi o fato de que, assim como no mundo real, não fica claro se o país invadido era detentor de tais armas. O enredo da história deixa transparecer, a todo o tempo, que se trata de

---

conhecido como Doutrina Destino.

7. Destino Manifesto é a crença filosófica que considera que os Estados Unidos são o país escolhido por Deus como guardião da democracia e das liberdades, legitimando o expansionismo norte-americano como um dever da república.

uma crítica a política intervencionista norte-americana. Mostrando as consequências dessa prática.

A crítica ao governo fica evidente em passagens que o personagem Nick Fury faz comentários sobre o governo tais como "Já passei por doze presidentes na minha vida, e tudo que eu posso dizer do que aprendi com isso é que o povo americano pode eleger qualquer mané." ou "será que o presidente queria que eu agisse por minha conta e desse jeito na encrenca porque as mãos dele 'tavam' amarradas... ou sujas demais?". Outro ponto visado pelo roteirista é a política do governo norte-americano de financiar governos ditatoriais ao redor do mundo, ao citar empréstimos fornecidos à Letônia.

Outras críticas, sobre o intervencionismo norte-americano, surgem ao longo da minissérie. Algumas sutis, como nas primeiras páginas, de um diálogo entre agentes da S.H.I.E.L.D. e o diretor Nick Fury: "Vai ser lançado mês que vem um novo livro do repórter Bob Woodward, do Washington Post, afirmando que o presidente tem sérias dúvidas sobre o envolvimento da S.H.I.E.L.D. no problema com a HIDRA em Bagdá ano passado." Outros mais explícitos como na passagem em que o próprio Nick Fury admite o erro de levar adiante a intervenção em um país estrangeiro dizendo: "Na verdade, sem permissão da ONU e da corte mundial seria muito pior do que isso. Um ato de traição global, terrorismo." Ambas as situações podem ser interpretadas como ações pautadas pelo neoconservadorismo. A passagem do livro "Impérios na história" dá um panorama desse conceito na política norte-americana:

Regados por campanhas neoconservadoras, os Estados Unidos agem através de uma consistente e intervencionista política exterior que, apesar das diferenças internas entre os partidos Democratas e Republicanos, fora consolidada de maneira nada conflitiva durante o tempo em que se revezam os partidos até os anos 1980. (MEDEIROS e CALDEIRA in: TEIXEIRA DA SILVA, 2009, p. 399)

A invasão do país gerou repercussões gigantescas no universo Marvel. Os heróis envolvidos na trama, Capitão América, Wolverine, Demolidor, Luke Cage e uma nova personagem que foi apresentada, chamada Tremor, foram manipulados pelo diretor da S.H.I.E.L.D. tendo suas memórias, sobre o evento, apagadas.

As consequências foram além da manipulação, os heróis acabaram sendo atacados em suas casas por vilões, representando, assim, outra metáfora usada para o ataque de 11 de setembro de 2001. Os poderosos heróis foram usados como representação do povo norte-americano, que também sofreu com um ataque em seu território, mesmo sendo o país "mais poderoso do mundo". O próprio Luke Cage, o primeiro herói a ser atacado, é usado como metáfora, sua pele impenetrável não

permitia que os médicos o ajudassem. Então o personagem Danny Randy, o Punho de Ferro, profere a frase: “É sempre assim o maior poder dele impedindo que os médicos sequer tenham ideia de como agir”. Ou seja, o maior poder dos Estados Unidos, o poder bélico, sempre causam males ao próprio país. Como consequências dessa minissérie, Nick Fury perdeu seu posto de diretor da S.H.I.E.L.D e passa a ser perseguido como um criminoso. Também serve de estopim para uma das mais importantes tramas das histórias em quadrinhos, A Guerra Civil.

### **Guerra Civil (2005 – 2006) e a doutrina Bush**

Como já citado anteriormente essa minissérie é reflexo direto de Guerra Secreta. O roteirista Mark Millar traz a repercussão negativa das ações da invasão da Latvéria, sem autorização governamental. Esse acontecimento, juntamente ao incidente em Stanford, em que 900 pessoas perderam suas vidas, criou uma atmosfera de desconfiança em relação à comunidade dos super-heróis. Esses fatos fizeram com que o governo norte-americano apertasse o cerco nas atividades dos super-heróis, criando a chamada Lei de Registros.

Todos que quisessem exercer a atividade de heróis deveriam registrar-se e trabalhar para o governo, para aqueles que não aceitassem o acordo restava a prisão, tal medida causou a cisão do universo Marvel. O Capitão América foi convocado para liderar o grupo pró-registro e, mais uma vez, voltou-se contra o governo. A segunda opção foi o Homem de Ferro que aceitou a proposta.

O próprio *slogan* da trama, de Guerra Civil (2005 – 2006), “De que lado você está?”, demonstra os conflitos ideológicos que estariam nas páginas das publicações da editora. A narrativa faz referências diretas aos acontecimentos do dia 11 de setembro e da Doutrina Bush. As críticas ao longo do evento não são apenas voltadas as ações do governo, também são uma crítica aos *Realities Shows* e a busca por audiência. Isso fica claro quando o início da história mostra um grupo de heróis sem treinamento, os Novos Guerreiros<sup>8</sup>, participantes de um *Reality Show* que na busca desesperada por audiência, acabam por causar a morte das 900 pessoas, entre elas a maioria dos alunos de uma escola das redondezas.

O incidente é tachado de terrorismo, o clima das cenas lembra em tudo o dia 11 de setembro. Já nos primeiros quadros, após o combate, é possível perceber

---

8. O grupo de jovens heróis foi criado em 1989, que se autodenominaram Novos Guerreiros, o roteirista Tom DeFalco foi o idealizador. O supergrupo de adolescentes era composto por Night Trasher, batizado de Radical no Brasil, Namorita prima de Namor, Kid Nova, Justiça, Speedball e Firestar. Em 2005, a equipe foi remodelada e a nova formação contava com a volta de Radical, que havia deixado o grupo, Speedball, Namorita com novo visual recheado de tatuagens tribais, Nova, Microbe e Debrii.

as simbologias carregadas por esta minissérie, explicado por Callari em seu artigo intitulado *Política e terrorismo na série Guerra Civil da Marvel Comics*, publicado da revista *Domínios da Imagem*<sup>9</sup> na edição de junho a dezembro de 2014:

Um dos elementos norteadores da trama que seria desenvolvida ao longo da série. Em lados opostos da imagem, encontram-se o Homem de Ferro e o Capitão América. Os dois personagens que dividiram os super-heróis entre aqueles a favor da lei de registros e aqueles que passariam à clandestinidade são separados pelo Sol, desenhado no centro da imagem [...] a primeira página dupla da revista destaca a destruição perpetrada pelos supervilões e a ação dos super-heróis na tentativa de resgatar os sobreviventes. A explosão de Nitro, nesse momento, evoca enquanto representação dos atentados terroristas ao World Trade Center, as vítimas inocentes e a incapacidade de defesa do governo dos Estados Unidos, representada pela bandeira destruída embaixo de um dos maiores símbolos da cultura estadunidense, um Capitão América de cabeça baixa, sem altivez e com o punho cerrado. (CALLARI, 2014, p. 151)

As muitas referências que a minissérie faz a Doutrina Bush, podem ser reconhecidas como o fato de a Lei de Registros representar a perda da privacidade dos heróis, assim como o ato patriótico<sup>10</sup> permitia que o governo espionasse os cidadãos norte-americanos, sem precisar de mandato. A questão de Guantánamo também é explorada pelos autores, quando esses incluem no roteiro uma prisão, localizada na Zona Negativa<sup>11</sup>, para onde os heróis anti-registro eram enviados, sem qualquer julgamento. Para Vizontini (2005), as medidas tomadas pelo governo Bush cerceavam os Direitos Civis, além de reforçarem as atitudes unilateralistas e belicista dos norte-americanos. A questão de Guantánamo pode ser melhor apreciada na passagem do artigo de 2008 produzido por Cabral e Cangussu, intitulado *"A proteção das liberdades públicas e dos direitos humanos pela suprema corte norte-americana após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001"*, publicada na biblioteca eletrônica *Buscalegis*<sup>12</sup>:

Em 2002, uma Corte de apelação britânica alertou a contradição da permanência de prisioneiros em Guantánamo/Cuba em custódia indefinida,

---

9. A revista *Domínios da Imagem* é uma publicação coordenada pelo laboratório de Estudos dos Domínios de Imagem da universidade de Londrina Paraná, sendo um projeto interdisciplinar, integrado ao Departamento de História Social.

10. Em pouco tempo o próprio Congresso americano aprovou o denominado Patriot Act, um conjunto de leis que ampliavam imensamente a ação do Estado em setores considerados de segurança, permitindo a limitação das liberdades civis. (TEIXEIRA DA SILVA, 2004).

11. É uma espécie de universo antimatéria descoberto por Reed Richards há alguns anos.

12. Biblioteca virtual criada em 1997, vinculada ao laboratório de informática jurídica da Universidade de Santa Catarina.

sem direito ao habeas corpus. Tal corte chegou a afirmar que a prisão em Guantánamo transformou-se num autêntico buraco negro legal. (CABRAL, CANGUSSU, 2008, p. 3)

Durante as três primeiras edições o roteirista soube manter o clima dúbio. Por vezes justificando as ações do grupo do Homem de Ferro, como sendo a Lei de Registros, uma evolução do mundo dos super-heróis, ou seja, heróis treinados causariam menos danos colaterais. Outras vezes defende o posicionamento anti registro, trazendo a ideia de que estes defendem a liberdade civil e os direitos individuais, deixando o leitor indeciso quanto a qual lado está correto. A partir da terceira edição, os posicionamentos, defendidos por ele, começam a serem delineados. Essa edição é o divisor de águas para a série. É nela que fica claro que o grupo de Stark não mediria esforços para levar a cabo as ordens recebidas, sem se importar com as consequências. Foram capazes de clonar Thor, e sem um controle maior sobre ele, acabou por assassinar o herói anti registro, chamado Bill Foster, mais conhecido como Golias Negro.

A discussão moral fica mais evidente, ao passo que revela até onde cada lado do conflito estava disposto a ir para conseguir seus objetivos. Enquanto o Capitão América e seus vingadores secretos, como ficou conhecido o grupo contrário a Lei de Registro, continuavam a combater criminosos na ilegalidade, o grupo do Homem de Ferro recrutava os mesmos criminosos, com a promessa de perdão a todos seus crimes. Outras questões, como a manipulação da mídia, também são representadas através da influência de Tony Stark, quando o Homem-Aranha revela sua identidade secreta, em uma coletiva de imprensa, com o intuito de angariar outros superseres para as fileiras pró-registro. Por várias vezes é mencionado que a aprovação da Lei de Registros chegava a 90%, do mesmo modo que a aprovação das medidas impostas por Bush, com o Ato Patriótico. Nesse ponto o posicionamento de seus realizadores já estava definido.

Os embates seguiram por vários títulos da editora, culminando com uma batalha de proporções épicas no centro de Nova Iorque, em que o grupo contra o registro estava vencendo. No entanto, ao ver toda a destruição causada por eles, o Capitão América se rende, pondo fim à batalha. Ao ser levado para seu julgamento é alvejado três vezes e morre.

Com a morte de Rogers é possível entender, claramente, o posicionamento político da editora nas páginas do livro, chamado "Quadrinhos no cinema Vol. II". Escrito por Daniel Lopes, Alexandre Callari e Bruno Zago, editores da Panini, responsável pela publicação da Marvel no Brasil, tem-se uma ideia de qual a importância simbólica dos personagens envolvidos nesta minissérie:

O Capitão América tem os ideais iluministas, típicos dos Estados Unidos, quando da época de sua formação, o país grande e generoso de Lincoln, Washington

entre outros que redigiu o texto inspirador da constituição e adotou a estátua da liberdade como símbolo; o Homem de Ferro é a América corporativista que eclodiu após a ascensão que o país obteve depois da Segunda Guerra Mundial, capitaneada principalmente pela indústria armamentista. (CALLARI, ZAGO, LOPES, 2012, p. 68).

Portanto, é possível entender, com essa passagem, que junto a Steve Rogers, morreram os ideais norte-americanos de liberdade em nome de outros, não tão nobres. Os acontecimentos ocorridos após a morte do Capitão América e as repercussões da próxima minissérie a ser analisada, culminaram em um novo arco de histórias chamado “Reinado Sombrio”.

### **Invasão secreta (2007) – Referências históricas e paranoia**

Invasão Secreta (2007), também do roteirista Brian Michael Bendis, é a única minissérie a ser analisada que não é uma consequência direta das anteriores, apesar de que a falta de confiança nos heróis continuasse a reverberar. A trama traz diversas referências históricas e diversas críticas ao governo Bush e sobre a paranoia que se instaurou após a implantação da Doutrina Bush. O próprio *slogan* da minissérie, “Em quem você confia”, evoca a entrevista do então presidente, George Bush, para o repórter Bob Woodward (2003, p. 416):

O presidente levantou uma possibilidade ainda mais assustadora. A mais grave das preocupações do FBI era que membros da Al-Qaeda, “assassinos frios, calculistas”, como ele os chamava, tivessem se escondido dentro da sociedade americana, estabelecidos com empregos, casas com jardins, em qualquer lugar, esperando pelo determinado, planejado e organizado com antecedência, para atacar.

A história tem início exatamente com alguns membros da raça alienígena, chamada Skull<sup>13</sup>, infiltrando-se nos diversos setores da sociedade norte-americana. Inclusive na comunidade de heróis, para colocar em prática um ataque coordenado, nas principais agências de segurança do governo e aos supergrupos de heróis, deixando a terra desprotegida. O intuito dos invasores era promover a paranoia, botando um herói contra o outro, em nome de uma nova era para a terra. Contudo, o enredo da trama, não se sustenta apenas com as críticas ao governo. Abordam questões como o fundamentalismo religioso, o imperialismo norte-americano, tanto no presente, quanto do passado.

Os autores buscaram evidenciar a questão do Destino Manifesto, quando Stark

---

13. Uma raça de aparência grotesca, possuem a capacidade de transformar-se em qualquer pessoa.

em um momento reflete sobre como ele e os "Illuminati"<sup>14</sup> agiam para salvaguardar as liberdades e direcionar o mundo, para o caminho, que em sua opinião, deveria ser conduzido. Da mesma maneira que os Estados Unidos sempre evocaram essas motivações para os conflitos em que se envolveram, mantendo-se como defensores da democracia e das liberdades. O discurso de Stark referencia as palavras da presidência norte-americana, como se observa no artigo publicado na revista da Margem<sup>15</sup>, de autoria de Mary A. Junqueira intitulado "Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano":

Assim, Bush utilizou frases como: "Mais uma vez somos chamados para defender a segurança de nosso povo, e as esperanças de toda a espécie humana", ou ainda, "Os norte-americanos se fortalecem a cada teste que sofreram", e completava com "Não reivindicamos trilhar todos os caminhos da Providência, mas colocamos nossa confiança em Deus". (JUNQUEIRA, 2003, p.164)

230

O clima de tensão toma conta das oito edições que compõe a trama. A desconfiança dos personagens, quanto a quem possa estar ao seu lado, contribui para essa atmosfera. Em muitos dos diálogos os heróis deixam claro que não podem confiar em ninguém, nem mesmo naqueles que conheciam há anos. Ao recorrer as ideias, defendidas por Francisco Carlos Teixeira da Silva (2004), justifica-se essa tensão interna através de uma frase proferida por Bush: "Cada país tem uma decisão a tomar: ou está do nosso lado ou do lado dos terroristas". Para o autor essa foi uma forma de forçar um alinhamento com os Estados Unidos para sua "Guerra Contra o Terror". Esse tipo de declaração expressa a atmosfera do país naqueles dias, o que serviu de inspiração para o roteirista. Segundo as revistas, os próprios Skulls, que foram infiltrados na sociedade, achavam que eram os personagens reais, sendo "Agentes Dormentes"<sup>16</sup> esperando a hora do despertar, fazendo com que alguns, por viverem a vida dos humanos, desertassem e passassem a apoiar os terráqueos. Estes fatos remetem a paranoia gerada com a implantação da Doutrina Bush.

Os roteiristas usaram a palavra alienígena como artifício de composição, uma vez que pode ser usada, em inglês, tanto para designar criaturas extraterrenas, quando para estrangeiros. A mesma expressão é usada nos dias de hoje pelo presidente Donald Trump, quando esse lançou um serviço de voz para denunciar "alienígenas infiltrados

---

**14.** Grupo secreto formado pelos líderes dos maiores grupos de heróis da terra. Os membros fundadores foram Charles Francis Xavier, fundador dos X-Men; Doutor Estranho Stephen Strange, ex-cirurgião e mago supremo da Terra; Reed Richards, líder do Quarteto Fantástico e uma das mentes mais brilhantes da terra; Namor, rei da submersa Atlântida; Homem de Ferro, fundador e líder dos Vingadores e Raio Negro, rei e líder da raça Inumana.

**15.** Periódico da USP.

**16.** São espões colocados em países ou organizações para agirem quando solicitados, sem data marcada.

no país<sup>17</sup>. Curiosamente a invasão se deu em todo o mundo, mas a centralidade das ações e histórias se passa em solo estadunidense. Nesse sentido, deixou ainda mais evidente, a intenção de criticar o governo e a sociedade norte-americana com relação aos imigrantes, principalmente os originários do oriente médio.

As batalhas seguem por todas as edições dessa trama. No momento final do embate, Thor adentra o campo de batalha, usando seus poderes no fim da contenda. Entretanto, o tiro final foi dado por Norman Osborn, que abate a líder dos alienígenas, na frente das câmeras dos repórteres televisivos. Com os Skulls derrotados, Thor, que ainda se ressentia com os acontecimentos da guerra civil, profere o seguinte discurso:

Não se equivoque com minhas intenções, Stark. Eu vim aqui porque se fez necessário. Eu lhe disse que jamais voltaria a lutar ao seu lado. Que nunca mais formaríamos fileira. Tenho ojeriza do que se tornou, e tenho certeza de que não serei o único a creditar que todo este fiasco recai sobre seus ombros. (Invasão Secreta)

A forte preleção de Thor demonstra o sentimento da opinião pública internacional a respeito do governo Bush<sup>18</sup>. Sendo que o Homem de Ferro, o empresário milionário da indústria armamentista, representa metaforicamente a administração norte-americana.

A história termina com as indústrias Stark perdendo os contratos com o governo. A culpa da invasão realmente recaiu sobre o Homem de Ferro, e a nomeação de Osborn para ser o secretário de justiça. A última cena o mostra em uma reunião com diversos vilões, dando início ao arco de histórias do Reinado Sombrio.

231

## Respondendo as perguntas

Por fim, resta responder as perguntas apresentadas no início deste capítulo. De certa forma algumas já forma respondidas ao longo das explicações sobre os objetos

---

**17.** O jornal *o Globo* noticiou em seu portal eletrônico no dia 27 de abril de 2017 a seguinte manchete: Americanos denunciam 'alienígenas ilegais' no país: O que deveria ser um canal de denúncias para informar onde estariam imigrantes ilegais que cometeram crimes se transformou em uma linha para delatar "alienígenas infiltrados no país". A confusão se deu por conta da expressão usada pelo governo, "criminal alien", que pode tanto ser entendida como estrangeiro ou alienígena criminoso em inglês. Outro fato que fez os americanos entenderem de forma diferente o projeto é que ele foi lançado no "Alien Day", um dia promocional apoiado por produtores de filmes estrangeiros. Assim, várias pessoas utilizaram a linha para denunciar "atividades suspeitas de Ets".

**18.** "O Que o Mundo Pensa Sobre os Estados Unidos", que vai ao ar hoje na Grã-Bretanha. Enquanto isso, 56% acreditam que os Estados Unidos erraram ao invadir o Iraque, sendo 81% entre os russos e 63% entre os franceses. Ao todo, 37% dos entrevistados disseram que a guerra foi correta, inclusive 54% dos britânicos, 74% dos americanos e 79% dos israelenses entrevistados. Para a composição da pesquisa, foram ouvidas mais de 11.000 pessoas em 11 países de diversos continentes, durante os meses de maio e junho. Além de Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Israel e Rússia, a BBC colheu opiniões na Austrália, no Brasil, no Canadá, na Coreia do Sul, na Indonésia e na Jordânia. A emissora não divulgou a margem de erro. (Estadão, 17 de junho de 2003)

de estudo, como “Quem fala?”, “Para dizer o que?” e “De que modo?”. Portanto, as demais são respondidas a seguir.

Segundo Moraes (1999), quando os dois primeiros questionamentos são respondidos, suas respostas levam ao “Para dizer o que?”. Levando em conta o tema das revistas analisadas e os argumentos listados nos subtítulos anteriores, é possível dizer que os roteiristas trouxeram a sua visão de mundo para seus projetos, para mostrar as falhas do governo Bush e as consequências dessas falhas, creditando as administrações anteriores, e a de Bush, os ataques do 11 de setembro de 2001. Também demonstrou o quanto foi nociva foi a Doutrina Bush, que causou uma histeria generalizada. A xenofobia foi igualmente explorada na questão alienígena, de não ter empatia com o outro.

A pergunta “A quem fala?” pode ser respondida, através de um relatório de pesquisa realizada em 2010, divulgado pela *Simba Information inc.*<sup>19</sup>, que realiza pesquisas sobre o mercado editorial norte-americano. Segundo suas pesquisas 11% dos consumidores são adultos entre os dezoito e trinta e três anos, 18% entre os trinta e três e os quarenta e cinco anos, de quarenta e cinco e sessenta e cinco anos foram 11%, mais de sessenta e cinco anos, representam 4% dos leitores. Crianças e adolescentes são uma faixa de 56% dos leitores. O mercado editorial norte-americano mostra-se atrativo para os mais diversos perfis de leitores. O reflexo desse movimento é a grande variação da faixa etária dos acompanhantes de quadrinhos nos Estados Unidos.

“Com que finalidade?”, nesse ponto a análise se volta novamente para aqueles que escreveram as minisséries, orientando a finalidade de seus discursos. Ao analisar os conteúdos das revistas pode-se perceber o esforço em incentivar o olhar crítico daqueles que consomem essa mídia, principalmente em questões políticas e sociais. Esse ponto de vista fica evidente ao buscar as opiniões dos autores fora de seu trabalho nas revistas. Mark Millar, criador da minissérie Guerra Civil, escreveu em seu blog sobre a época pós-11 de setembro:

Lembro-me da época, no período aquecido que antecedeu a Guerra do Golfo, quando mais de mil pessoas assinaram uma petição cibernética para me demitir da Marvel porque eu discordava da guerra no Iraque como uma resposta ao 11 de setembro [...]

Ou na resposta dada por Brian Michael Bendis, para o site especializado em quadrinhos *News a Rama*, no dia três de agosto de 2011, quando perguntado sobre a

---

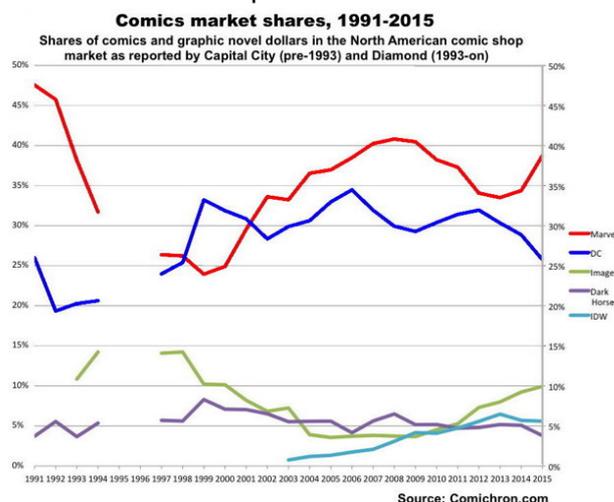
19. A *Simba Information* é uma empresa norte-americana especializada em realizar pesquisas de mercado.

mudança étnica do Homem-Aranha:

Quando se trata de citar as “minorias” - e eu realmente quero dizer minorias “entre aspas”, porque às vezes eu acho que não existe mais - a experiência de todos na vida é tão diferente. E Miles será diferente, e será informado por quem ele é e de onde ele veio, será uma experiência universal de toda a cultura afro-americana ou latina. Há uma estrada muito específica em que esse garoto está, e estou animado para explorá-lo.

É preciso lembrar que no caso da questão “Com que Resultados?”, essas minisséries foram lançadas já no segundo governo Bush, momento em que a popularidade do presidente estava em declínio, portanto não se pode creditar aos quadrinhos esses resultados. A melhor forma de representar os resultados diretos dos enredos é uma observação dos números de vendas das revistas da editora Marvel. Para isso, observa-se o gráfico, apresentado pela empresa *Comichron*<sup>20</sup>:

Figura 20: Gráfico da venda de quadrinhos entre os anos de 1991 e 2015



Fonte: Disponível em: [www.comichron.com/](http://www.comichron.com/)

Ao interpretar o gráfico percebe-se o crescimento das vendas de quadrinhos da editora, no período de lançamentos das minisséries, demonstrando o sucesso das vendas. Muito mais que números de venda de revistas, essas cifras representam a força do discurso da editora Marvel, assim como, o aceite e o consenso, por parte dos leitores, do discurso proferido.

Ao ler e reler as minisséries analisadas é possível perceber outros fatos, e outros pontos de vista, que não ficaram evidentes a época da primeira leitura. Um deles foi referente à Guerra Secreta, em que as críticas vão além da intervenção militar, incluindo

20. Empresa norte-americana especialista em vendas de histórias em quadrinhos.

a manipulação de eleições e golpes de Estados engendrados pelos Estados Unidos.

Na minissérie Guerra Civil, o autor, nas primeiras edições, deixa sempre uma dúvida de qual lado está certo. As sutilezas empregadas como recursos são incríveis. Cada quadro é importante, principalmente os que não fazem uso de diálogos.

Na última minissérie que foi analisada, Invasão Secreta, na primeira leitura o que salta os olhos é o extremismo religioso. Através da leitura mais profunda e direcionada é possível enxergar algo além, a manipulação da mídia, e, sobretudo como a questão da xenofobia e do imperialismo, construíram a imagem do governo norte-americano ao longo do tempo.

No decorrer desta pesquisa percebeu-se a necessidade de compreender o contexto, para a assimilação das ideias das histórias. A comunicação das revistas em quadrinhos é simbólica e metafórica. Portanto, para o entendimento do enredo é preciso levar em conta muito mais do que está escrito ou desenhado. É preciso considerar o roteirista, o leitor e as formas com que ele quer passar sua mensagem.

Segundo Moraes (1999), o contexto analisado deve ser explicitado. Mesmo que os dados estejam claros no conteúdo estudado, os mesmos devem ser reconstruídos pelo pesquisador, dependendo apenas do autor a delimitação do limite do estudo. Sendo assim, a importância da análise de conteúdo, possibilitou o entendimento das necessidades dos pesquisadores envolvidos nas áreas da comunicação. Sendo mais aproveitadas por aqueles que buscam a análise qualitativa e quantitativa.

234

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao optar pela análise de conteúdo me deparei com algumas dificuldades principalmente metodológicas, como a contagem de frases, a separação por temáticas, mesmo com a ajuda do software, e os cálculos de porcentagem. Separar por temática foi um dos processos mais difíceis, e exigiu um pouco mais de interpretação, pois a mesma palavra pode ser empregada em diferentes sentidos. Porém, no decorrer da pesquisa, os números começaram a ter coerência, a fazer sentido, quantificando os codificadores, dando tamanho aos conceitos. O elevado número de vezes que alguns termos eram repetidos, tais como: "ataques terroristas", "perda de liberdades civis" ou "paranoia", possibilitou validar as hipóteses que conduziram este artigo.

Para uma melhor percepção dos temas abordados é preciso levar em conta que toda história em quadrinhos produzida carrega consigo significados, construídos através das relações sociais. Portanto, a base empírica desse material deve ser impregnada de valores econômicos, culturais e sociais. Sendo assim, as minisséries analisadas fazem alusão a alguns dos momentos mais conturbados da história norte-americana.

Dito isso, as HQs do passado, assim como a história, necessitam de explicação, ou em alguns casos de interpretação. O acesso a esta leitura, proporciona um espectro do tempo em que foram escritas, e não sua totalidade. A proposta deste projeto foi, através de reflexões pessoais, buscar ligações entre os quadrinhos e a história norte-americana do início do século XXI, para formar uma visão parcial, e não definitiva, sobre os fatos estudados. Assim, este estudo pode contribuir, mesmo que de forma sutil, para a compreensão desses fatos.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. A. **Os Estados Unidos pós 11 de setembro**: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 45. No 1. Brasília Jan. Jun. 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.
- BENDIS, B. M. **Guerra Secreta**. Encadernado. São Paulo: Salvat. 2013
- BENDIS, B. M. **Invasão Secreta**. Encadernado. São Paulo: Salvat. 2013.
- CABRAL, Bruno Fontenele. CANGUSSU, Débora Dadiani Dantas. **A proteção das liberdades públicas e dos direitos humanos pela suprema corte norte-americana após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11970/a-protecao-das-liberdades-publicas-e-dos-direitos-humanos-pela-suprema-corte-norte-americana-apos-os-ataques-terroristas-de-11-de-setembro-de-2001>> acesso em: 10 mai. 2018.
- CALLARI, V. **Política e terrorismo na série Guerra Civil da Marvel Comics**. Domínios da Imagem, Londrina, v. 8, n. 16, p. 146-167, jun./dez. 2014.
- COMICHRON. **Comic Book Sales by Year**. Disponível em: <<http://www.comichron.com/yearlycomicssales.html>>. Acesso em: 12 mai. 2018.
- ESTADÃO. **Opinião pública internacional condena Bush**. 17 jun. 2003. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,opinioao-publica-internacional-condena-bush,20030617p29898>>. Acesso em: 12 mai. 2018.
- JUNQUEIRA, M. A. **Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano**. Margem, São Paulo, n. jun. 2003, p. 163-171, 2003.
- LOPES, D. CALLARI, A., ZAGO, B. **Quadrinhos no cinema**. Panini: São Paulo. Vol. II. 2012
- MILLAR, M. **Guerra Civil**. Encadernado. São Paulo: Salvat. 2013
- O GLOBO. **Americanos denunciam “alienígenas ilegais” no país**. 27 abr. 2017 disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/americanos-denunciam->

[alienigenas-ilegais-no-pais-21265663](#)>. Acesso em: 12 Mai. 2018.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

SIMBA INFORMATION. **Study reveals that adults in the US are reading more comics**. Disponível em: <<https://www.simbainformation.com/Shift-Digital-Mathematics-9587747/>>. Acesso em: 10 mai. 2018

TEIXEIRA DA SILVA, F. Os Estados Unidos e a guerra contra o terrorismo. **Revista Princípio**. São Paulo: Anita Garibaldi. ed. 75. 2004

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Os impérios na história**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

VISENTINI, P. G. F. PECEQUILO, C. Estados Unidos o último império? DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. (Orgs). IN: **Os impérios na história**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

WOODWARD, B. **Bush em guerra**. São Paulo: Arx. 2003.

# SOFÍSTICA E POLÍTICA EM ATENAS: AS CONTRIBUIÇÕES DO GÓRGIAS RETÓRICO PARA A DEMOCRACIA ATENIENSE

LUCIDALVA PEREIRA GONÇALVES<sup>1</sup>

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar de que forma o sofista Górgias de Leontino contribuiu para o âmbito político no período de vigência da democracia na cidade de Atenas (séculos V e IV a.C.), apontando de que forma contribuiu para a persuasão entre os que integravam as instituições democráticas. Primeiramente, objetiva explicar o processo de institucionalização da democracia na cidade de Atenas. Em seguida, intenciona evidenciar que consistiu o movimento da sofística, enfatizando suas características gerais e a crítica da filosofia socrática em relação aos sofistas. Como objetivo final, busca interpretar a teoria do sofista Górgias, concluindo que para o mesmo a arte retórica estaria relacionada à impossibilidade de se alcançar a verdade, cuja afirmação é assegurada a partir de três princípios fundamentais (o ser não existe, se existisse não poderia ser pensado, e se existisse não poderia ser comunicado).

Palavras-chave: Democracia. Sofistas. Retórica. Górgias.

ABSTRACT: This study aims at the decision of the client of the governance in the decision of the governance in the decision of the persuasion between the integrated democratic institutions. Firstly, the process of institutionalization of democracy in the city of Athens is objectified. Next, we intend to highlight the consistency of the movement of sophistication, its general characteristics and the criticism of philosophy towards the sophists. As a final objective, it seeks to interpret the theory of sophism, to finalize the idea of making a rhetoric about the impossibility of meeting, the affirmation is assured from a fundamental mandate (being does not exist, if it exists it was not thought, and could not be communicated).

Keywords: Democracy. Sophists. Rhetoric. Gorgias.

---

1. Possui graduação em Ciências Humanas com habilitação em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão e atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, apresentando como proposta de dissertação de mestrado o título: Política e subjetividade: a amizade como prática política no mundo moderno a partir de Hannah Arendt.

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos séculos V e IV a.C. a filosofia inaugura um novo contexto de discussão com o movimento da sofística na Grécia Antiga, ocorrendo, segundo Chauí (2002), nas localidades da Grécia Continental, região Ática e mais necessariamente em Atenas, devido à consolidação de instituições democráticas na cidade e ao desenvolvimento de sua economia e poderio militar. Essa inovação provocada pelos denominados sofistas no âmbito filosófico atende ao deslocamento do eixo de discussão filosófica, relacionado até então com a *phýsis*<sup>2</sup> e com o *Kósmos*<sup>3</sup>, para o homem e tudo o que lhe é relacionado, envolvendo assim questões como a política, a ética, a arte, a religião, a educação, entre outros assuntos que caracterizam a vivência do homem em comunidade política.

Essa característica atribuída ao fenômeno da sofística decorre da função que seus representantes exerciam no meio social, cujo trabalho remetia ao ensino e instrução de jovens e a mostras de eloquência publicamente. Tal exercício permite denominá-los hoje como “[...] os primeiros professores pagos na história da educação” (CHAUÍ, 2002, p.161). Entretanto, nem sempre os sofistas foram interpretados a partir dessa óptica, uma vez que os registros deixados por Tucídides, Aristófanes, Xenofonte, Platão e Aristóteles apresentam uma visão negativa em relação aos sofistas. Isto porque, para os mesmos, os sofistas se faziam pagar para ensinar a arte da argumentação e da persuasão, o que denunciaria sua falta de compromisso com a *alétheia*,<sup>4</sup> pois, uma vez assim fazendo, trabalhariam, então, com opiniões *oudóxai* contrárias, ensinando como

238

---

2. “Natureza. Possui três sentidos principais: 1) processo de nascimento, surgimento, crescimento (sentido derivado do verbo *phýomai*); 2) disposição espontânea e natureza própria de um ser; características naturais e essenciais de um ser; aquilo que constitui a natureza de um ser; 3) força originária criadora de todos os seres, responsável pelo surgimento, transformação e perecimento deles. A *phýsis* é o fundo inesgotável de onde vem o *kósmos*; e é o fundo perene para onde regressam todas as coisas, a realidade primeira e última de todas as coisas. Opõe-se a *nómos*”. Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. v. 1, 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 509.

3. “Bom ordenamento de coisas e pessoas; boa ordem; arranjo conveniente e adequado; disciplina; organização do cerimonial religioso, organização do Estado; ordem estabelecida; princípio ordenador e regulador das coisas; ordem do mundo e, por extensão, mundo. Inicialmente esta palavra indica a ação dos seres em conformidade com um comportamento estabelecido; a seguir, significa a ação humana organizadora que produz uma ordem nas coisas ou nas instituições; por extensão, refere-se à ordem e organização da natureza ou do mundo”. Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p.504.

4. “Verdade, realidade. Palavra composta pelo prefixo negativo *a* e pelo substantivo *léthe* (esquecimento). É o não-esquecido, não-perdido, não-oculto; é o lembrado, encontrado, visto, visível, manifesto aos olhos do corpo e ao olho do espírito. É ver a realidade. É uma vidência e uma evidência, na qual a própria realidade se revela, se mostra e se manifesta a quem conhece. A palavra grega se difere de duas outras que vieram, com ela, formar a ideia ocidental da verdade: a palavra latina *veritas*, que se refere à veracidade de um relato; e a palavra hebraica *emunah*, que significa confiança numa palavra divina. *Alethés*, o verdadeiro, significa: o não-esquecido, o não-escondido; donde: sincero, veraz, justo, equitável, verídico, franco ou não-dissimulado”. Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 494.

5. “Opinião, crença, reputação (isto é, boa ou má opinião sobre alguém), suposição, conjetura. Esta palavra possui

convencer o público de que determinada opinião seria a mais favorável.

A reprodução desse pensamento influenciou inclusive estudiosos posteriores sendo que somente no findar do século XIX, segundo Chauí (2002), é que historiadores da Grécia Antiga e da filosofia passaram a considerar os sofistas como fundadores da pedagogia democrática, como também mestres da arte da educação do cidadão. Entretanto, mesmo tendo se tornado fundamento para uma visão estereotipada em relação ao movimento da sofística, o trabalho com a *TékhnêRhetoriké*<sup>6</sup>, ou seja, com a arte da persuasão por meio do *lógos*<sup>7</sup> (argumento e/ou definição), correspondeu a uma atividade de grande relevância para as exigências surgidas com a consolidação da democracia na cidade de Atenas.

Esse regime político começou a se institucionalizar a partir do governo de Sólon (594 a.C.), mas fora com Clístenes (510 a.C.) que se estabeleceu com bases ainda mais indistintas de uma política democrática. As comunidades, que se encontravam organizadas a partir de uma divisão social e territorial denominada pólis<sup>8</sup>, passaram a ser regidas por uma representatividade política baseada em dois princípios fundamentais: a isonomia, sendo esta o princípio de que todos os cidadãos são iguais perante a lei, e a isegoria, a qual estabelece que todos possuem o direito de exprimir a sua

---

dois sentidos diferentes por ser usada em dois contextos diferentes: o contexto político, no qual foi usado inicialmente, e o contexto filosófico, a partir de Parmênides e Platão. Deriva-se do verbo *dokéo*, que significa: 1) tomar o partido que se julga mais adequado para uma situação, 2) conformar-se a uma norma estabelecida pelo grupo; 3) escolher, decidir, deliberar e julgar segundo os dados oferecidos pela situação e segundo a regra ou norma estabelecida pelo grupo. Era este o seu sentido na assembleia dos guerreiros que deu origem à assembleia política, na democracia. Como a escolha e decisão se davam a partir do que era percebido, dito e convencionado pelo grupo, *dóxa* ganha também o sentido de uma modalidade de conhecimento e, agora, articula-se ao verbo *doxázo*, que significa: ter uma opinião sobre algumas coisas, crer, conjecturar, supor, imaginar adotar opiniões comumente admitidas. É neste segundo sentido que *dóxa* pode ter o sentido pejorativo de conhecimento falso, preconceito, conjectura sem fundamento, sem convenção arbitrária". Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 498-499.

6. De acordo com Marilena Chauí *Tékhnepode* pode ser definida como a "Arte manual, técnica, ofício, profissão, habilidade para fabricar, construir ou compor alguma ou artefato: habilidade para decifrar presságios; habilidade para compor com palavras (poesia, retórica, teatro). Obra de arte. Produto da arte. A *tékhnese* apresenta por meio de obra ou objetos: o médico é um técnico cuja obra é produzir a saúde, assim como o arquiteto faz a casa e o oleiro faz o vaso de cerâmica; o dramaturgo é um técnico que produz como obra uma peça teatral, assim como o poeta produz o poema e o pintor, o quadro; o capitão produz a vigem da embarcação, como o tecelão produz o tecido". Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 512. Nesse contexto, a *TékhnêRhetoriké* pode ser entendida como a habilidade de compor argumentos para persuadir os outros.

7. "Esta palavra sintetizavários significados que, em português, estão separados, mas unidos em grego. Vem do verbo *légo* (no infinitivo: *légein*) que significa: 1) reunir, colher, contar, enumerar, calcular; 2) narrar, pronunciar, proferir, falar, dizer, declarar, anunciar, nomear claramente, discutir; 3) pensar, refletir; ordenar; 4) querer dizer, significar, falar como orador, contar, escolher; 5) ler em voz alta, recitar, fazer dizer. *Lógosé*: palavra, o que se diz, sentença, máxima, exemplo, conversa, assunto da discussão; pensar, inteligência, razão, faculdade de raciocinar; fundamento, causa, princípio, motivo, razão de alguma coisa; argumento, exercício da razão, juízo ou julgamento [...]. *Lógos* reúne numa só palavra quatro sentidos: linguagem, pensamento ou razão, norma, ou regra, ser ou realidade íntima de alguma coisa". Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 504.

8. "Cidade. Cidade-Estado; reunião dos cidadãos em seu território e sob suas leis. Dela se deriva a palavra política (*politikós*: o cidadão, o que concerne ao cidadão, os negócios públicos, a administração pública)". Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 509.

opinião publicamente, ou seja, na Boulé<sup>9</sup> ou na Ekklesia<sup>10</sup>, espaços políticos em que os cidadãos deliberavam sobre assuntos de interesse da cidade. Entretanto, embora todos dispusessem do direito de utilizar o lógos para externar sua manifestação política, somente intervinham na política os que possuíam o domínio da expressão oral da palavra, ou seja, a habilidade retórica. Sendo assim, o trabalho dos sofistas passou a se tornar necessário para ensinar os cidadãos a arte de bem argumentar. O trabalho com a habilidade retórica era comum a todos os sofistas, sendo perceptível em suas teorias os fundamentos que embasavam seus discursos.

Nesse sentido, levanto como questionamentos neste trabalho questões como, de que forma a democracia ateniense se constituiu? Como era o contexto social da cidade de Atenas e que contribuiu para a mudança no eixo de discussão filosófica? Quem eram os sofistas e o que diziam? Após responder a essas perguntas aborda-se, então, a teoria do sofista Górgias de Leontini com a intenção de identificar neste trabalho de que forma é possível perceber em seu pensamento uma contribuição ao funcionamento das instituições democráticas (a Boulé e a Ekklesia) na cidade de Atenas. Para tanto, problematiza-se: de que maneira o sofista Górgias contribuiu em favor do fenômeno da retórica e, assim, interferiu na forma de administração política da democracia ateniense?

240 Nesse sentido, vale destacar que Górgias utilizou-se do niilismo para fundamentar sua retórica, a qual se constituiu a partir de três princípios básicos, pelos quais se afirmam que

1) Não existe o ser, ou seja, *nada* existe. [...] 2) Se o ser existisse, 'não poderia ser cognoscível'. 3) [...] mesmo que fosse pensável, o ser permaneceria inexprimível. Com efeito, a palavra não pode transmitir verazmente coisa nenhuma que não seja ela própria [...] (REALE, 2003, p.78).

Com os princípios destacados, Górgias estabeleceu, respectivamente, que as considerações sobre o ser, efetivadas pelos filósofos, até então, correspondem a conclusões que se anulam (logo o ser não existe); que o pensamento não poderia exprimir o ser, uma vez que o proveniente do pensar não existe de fato, pois se assim fosse deveriam existir as coisas fantásticas e monstruosas que o homem pensa; e que

---

9. "Conselhos Quinhentos, aberto a todos os homens atenienses com mais de trinta anos. Reunia-se diariamente, fiscalizava os funcionários e as finanças das cidades, preparava a agenda da *ekklesia* e a presedia. Seus membros eram os *bouleutai*, conselheiros escolhidos por sorteio em cada uma das *phylé*, com mandato de um ano e sem reeleição". Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 496.

10. "A assembleia aberta a todos os homens atenienses com mais de dezoito anos. Organismo soberano da cidade, voava sobre todas as questões principais da paz e da guerra e elegia os funcionários mais importantes. Era convocada regularmente e seu poder era superior ao da *boulé*". Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 500.

se o ser pudesse ser pensável seria impossível comunicá-lo, uma vez que a palavra transmite apenas o que ela é e não o ser.

Dessa forma, segundo Górgias seria impossível alcançar a Alétheia, ou seja, a verdade absoluta, e caberia à razão ser guiada pelas circunstâncias conforme suas particularidades, isto é, de acordo com cada situação. Com bases fundamentadas adota-se neste trabalho a hipótese de que para o sofista Górgias de Leontini a retórica seria baseada na impossibilidade de se alcançar a Alétheia (ou seja, a verdade), pois se o ser existisse – mas para Górgias, o Ser não existe – não poderia ser nem pensado, uma vez que o pensado não existe de fato, nem comunicado, uma vez que apenas palavras são comunicadas e não seres. Portanto, há independência entre realidade e pensamento, entre realidade e palavra, o que inviabiliza o alcance da verdade, tornando prevalente a força de persuasão do discurso. Isso assegura, portanto, seu emprego junto às instituições democráticas atenienses (a Boulée e a Ekklesia).

Com base nesses pressupostos, este trabalho intenciona, como objetivo geral, analisar o pensamento do sofista Górgias percebendo sua contribuição à arte retórica e, sua consequente interferência na forma de administração política da democracia ateniense. Para tanto, o presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, os quais buscam atender aos objetivos de descrever como ocorreu o processo de institucionalização da democracia enquanto regime político na cidade de Atenas; evidenciar o papel desempenhado pelos sofistas nesse contexto democrático (assim como a óptica da filosofia socrática em relação ao movimento da sofística); e, por fim, explicar a teoria do sofista Górgias, buscando identificar sua contribuição à arte retórica e ao âmbito político ateniense.

Para a realização deste trabalho foi adotada como metodologia a hermenêutica, ou seja, a interpretação de fontes bibliográficas que tratam das questões levantadas. Entre estas fontes cabe conceder relevância às obras *Introdução à história da filosofia* de Marilena Chauí, *História da Filosofia* de Giovanni Reale e *The Sophists* de W. K. C. Guthrie, cujos membros da filosofia, uma vez promovendo o contato com as produções filosóficas passadas, nos permitem perceber com minúcia a riqueza registrada na história pelos amantes do saber. Essa riqueza, uma vez representando o germe das reflexões e discussões filosóficas atuais, nos possibilita entender os motivos de se valorizar e estudar as produções deixadas no período clássico. Conhecer a contribuição deixada pelo sofista Górgias para a democracia ateniense constitui uma forma de se conhecer os princípios que fundamentaram o regime político democrático.

## 2 As Organizações social, econômica e política na cidade de Atenas no Período Homérico (séculos XII-VI a.C.)

No decorrer dos anos que se sucederam entre 1200 e 800 a.C., correspondendo esse intervalo de tempo ao Período Homérico<sup>11</sup> da civilização grega, a organização dos povos gregos baseava-se nos chamados génos<sup>12</sup>, os quais representavam uma forma de “[...] grupamentos familiares extensos, em que os membros se aglutinavam no culto de um antepassado comum, em geral um herói ou semideus” (FERREIRA, 2013, p.56). Em outras palavras, o géno, conforme destacou Chauí (2002), correspondia à unidade composta pela família (pai, mãe, filhos e escravos, compondo assim o oikos<sup>13</sup>, em conjunto com os seus pertences: casa, terras, gado, armamentos e demais bens), pelo parentesco sanguíneo e irmandade religiosa (a phrátria.<sup>14</sup>)

Nessa forma de organização da sociedade, a economia era de subsistência e se baseava no trabalho agropastoril. O poder era exercido pelo patriarca (que em grego era chamado de despótes<sup>15</sup>), ou seja, pelo chefe de cada família, e sua vontade era considerada uma lei, o que o fazia ter direito inclusive de decidir pela vida ou morte dos representantes do oikos. Seu poder era fundamentado pela crença na “religião doméstica”, sendo esta “[...] o que mantinha a família unida para poder assegurar as relações sociais e as atividades que eram executadas no seio desta comunidade [...]” (SOUZA; MELO, 2011, p.2). Em meio a essa realidade, era comum que os vários despótes

242

---

11. A divisão do tempo efetuada pela historiografia apresenta a história da civilização grega dividida entre os períodos Pré-Homérico (séculos XX-XII a.C.), Homérico (séculos XII-VI a.C.), Clássico (séculos V e IV a.C.) e Helenístico (século IV), conforme destacado por João Paulo Mesquita Hidalgo Ferreira. Cf. FERREIRA, João Paulo M. Hidalgo. **Nova história integrada**. Primeira série, v. 1, 3 ed. Campinas: Companhia da Escola, 2013, p. 55-64.

12. “Nascimento, tempo, lugar e condição do nascimento, origem, descendência, reunião dos seres criados que têm uma origem comum, família, parentesco, classe ou grupo social, povo ou nação, geração. [...] A palavra *gênos* provém da mesma raiz de *gênesis* (força produtora, causa, princípio, origem, geração, criação, gênese) e do verbo *gígnomai* (nascer, acontecer, devir, produzir-se, tornar-se, vir a ser). *Gênos* indica a proveniência de alguma coisa e seu pertencimento a um todo. Inicia-se com o sentido concreto de nascimento e pertencimento de um indivíduo a um grupo (família, tribo, nação etc.) e torna-se um conceito abstrato para indicar um todo que explica a causa e as características das partes que lhes pertencem”. Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 501.

13. “Casa, habitação; por extensão: propriedade, bens, haveres. Os derivados de *oikeios* são: o que é propriedade da casa ou da família (edifícios, terras, plantações, animais, escravos, objetos, instrumentos agrícolas e de artesanato); *oikeiotes*: parentesco, parentela, a família (ancestrais, descendentes, pai, mãe, filhos, marido, mulher, irmãos, tios, tias, primos)”. Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 506-507.

14. “[...] o estilo da família, a divisão do território, a religião mítica, o éthos tradicional”. Cf. SANTOS, Claudiano Avelino dos. **O Górgias Retórico e o Górgias de Platão**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp059463.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

15. “Pai de família, ou chefe de família. A família é a casa, *oikos*, entendida como o conjunto de todas as pessoas (esposa, filhos), escravos, animais, bens móveis e bens imóveis (terra, edificações, plantações etc.). O *despótesé* o chefe de casa, tendo poder absoluto de vida e de morte sobre tudo o que lhe pertence e obedecendo apenas à sua própria vontade. Na política, o déspota é o que governa sem as leis, fazendo sua vontade e seus desejos terem poder de lei; seu governo é chamado despótico”. Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 497.

do génois ora dividissem o poder, gerando assim a oligarquia (o governo de alguns), ora o disputassem, fazendo surgir os governos tirânicos.

### **3 A transição da comunidade gentílica para a *pólis* e a institucionalização da democracia na cidade de Atenas**

Com o passar dos séculos o sistema gentílico entrou em declínio, ocasionando o surgimento da *pólis*. Esse fato teria decorrido, segundo Ferreira (2013), do contraste entre crescimento populacional e a existência de poucas terras para o cultivo, o que culminou numa distribuição das riquezas, gerando assim a propriedade privada, e uma conseqüente desigualdade social, uma vez que as melhores terras foram concedidas aos patriarcas e aos seus parentes mais próximos. Surgiu, assim, uma elite fundiária denominada eupátrida, como também “[...] pequenos proprietários rurais, comerciantes, artesãos, estrangeiros e escravos [...]” (FERREIRA, 2013, p.57). Estes últimos, em geral, eram estrangeiros aprisionados em guerras e pequenos proprietários rurais que, uma vez endividados, não conseguiam pagar sua dívida.

Dessa forma, da desagregação das comunidades gentílicas, ocasionada por volta do século IXa.C, surgiram as chamadas cidades-estado gregas, tais como Corinto, Tebas, Mileto, Esparta e Atenas, entre outras, as quais se baseavam na propriedade privada da terra, no sistema de escravidão, de produção artesanal e no comércio. Das pólis citadas, fora Atenas o palco do surgimento da democracia, sendo o significado desse regime correspondente a “governo do povo”. Segundo Chauí (2002, p. 133) “em vez de *demoarkhía*, a palavra escolhida foi *demokratía*, em que *krátos* (força, poder, senhorio) não designa uma função – a função de governo – e sim o princípio da própria soberania, ou seja, os cidadãos”.

A institucionalização da democracia na cidade de Atenas foi antecedida pela monarquia, oligarquia e pela tirania, cujos regimes políticos remetem a herança deixada pelo sistema patriarcal do génois. Durante o regime monarca, a *pólis* era governada por um “[...] *Basileus*, com poderes de sumo-sacerdote, juiz e chefe militar, auxiliado por um conselho de anciãos chamado *Areópago*” (FRANÇA, 2014, p.407). Já no início do século VIII a. C. a sociedade ateniense passou a ser regida por um governo oligarca, o qual, segundo Ferreira (2013) era composto pelos eupátridas e se dividia em três esferas: dos *polemarcas*, dos *arcontes*<sup>16</sup> e dos representantes do conselho. Os primeiros

---

16. Segundo MarildeLoiola Menezes “[...] o *arcontado*[...] teria nascido da fragmentação do poder real primitivo entre três magistrados: o rei, o *polemarco* e o *arconte*. O rei presidia os sacrifícios, o *polemarco* dirigia as operações militares; ao *arconte* cabia a função de distribuir justiça. Os três magistrados eram, porém, designados coletivamente de *arcontes*. No início, eram eleitos para o cargo vitalício; posteriormente, passaram a ser eleitos para um mandato de dez anos”. Cf. MENEZES, MarildeLoiola de. Justiça e cidadania nos antigos e modernos. **Revista de Ciências Sociais**, Ceará: UFC, v. 37, p. 47, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Meus%20documentos/Downloads/542-778-1-SM.

eram magistrados que cuidavam dos assuntos referentes às guerras; os segundos se encarregavam com todos os demais assuntos da cidade; e o conselho, por sua vez, era responsável pela escolha desses magistrados e por administrar o âmbito jurídico.

Segundo Ferreira (2013), a sociedade ateniense enfrentou um processo de crescimento econômico e de colonização de novos territórios, o qual possibilitou a cidade se tornar um grande centro comercial. Nesse sentido, “enriquecidos com o crescimento econômico, comerciantes e artesãos, somados aos proprietários pobres, passaram a exigir direitos políticos dos eupátridas” (FERREIRA, 2013, p.60), uma vez que eram estes que ocupavam os cargos políticos no regime oligárquico. De acordo com França (2014), essa realidade correspondeu a de várias póleis.

Em 594 a.C., Sólon, o qual ficou conhecido por “[...] liderar atenienses em batalhas bem sucedidas e fazer surgir um período de prosperidade e ascensão diante das demais cidades-Estados [...]” (FRANÇA, 2014, p.410), é nomeado arconte. De acordo com França (2014), Sólon criou, entre outras medidas, mecanismos políticos com verdadeiro caráter democrático, os quais é possível citar a

[...] *Boulé*, órgão deliberativo e representativo, também chamado de conselho dos quatrocentos, [...] cujos membros foram escolhidos nas três primeiras classes atenienses conforme sua divisão censitária; [...] a *Ekklesia*, a assembleia popular com faculdades constituintes, legislativa, eleitoral e que significava a última instância judicial; regulou o papel dos diferentes tribunais, que eram presididos pelos demais arcontes (eram nove, no total) instituindo, além disso, um grande tribunal popular, o *Helieu*, ou Tribunal de Heliiaia, que julgava a maior parte dos processos criminais e desempenhava o papel de tribunal de apelação nos assuntos cíveis. (GLÜCK 2006 apud FRANÇA, 2014, p.411).

244

Em 560 a.C. Pisístrato<sup>17</sup> sucedeu Sólon elegeu como arconte. Em sua representatividade política conservou os elementos de estrutura democrática criados por Sólon (a Boulé, a Ekklesia e os tribunais da heliaia). Entretanto, de acordo com Chauí (2012, p. 133), somente “[...] com a reforma de Clístenes, inicia-se a democracia [...]”. Essa reforma, por sua vez, teve seu início datado a partir de 510 a. C., quando Clístenes foi escolhido pela assembleia popular de Atenas para exercer o governo. A partir de então, foram adotadas medidas que contribuiriam ainda mais para minimizar

---

pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

17. De acordo com Leandro Mendonça Barbosa, Pisístrato foi um legislador que ganhara nome na guerra contra Mégara e fora tido como um exemplo de soldado ateniense. Segundo o autor Pisístrato “modificou as bases da política e da sociedade ateniense, todavia sem a capacidade de transformá-las. O legislador diminuiu os poderes da então nova aristocracia que havia se instalado no campo e elaborou leis para os trabalhadores destas terras: os *hectémoroie* os *pelatai*, creditando maior direito aos trabalhadores, em uma tentativa de diminuir os descontentamentos e evitar o estouro de um conflito na sociedade, que a desestruturaria e acarretaria na tomada de poder por uma tirania”. Cf. BARBOSA, Leandro Mendonça. **O demagogo e o homem providencial**: Pisístrato pelas *histórias*, de Heródoto. Lisboa: Cadmo, 2011, p. 171. Disponível em: < [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23612/1/Cadmo21\\_Artigo10.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23612/1/Cadmo21_Artigo10.pdf) >. Acesso em: 22 dez. 2018.

os privilégios políticos da aristocracia e institucionalizar a democracia.

Nesse contexto, "O território foi dividido em dez tribos; cada tribo, por sua vez, era composta de três distritos chamados trítias: um localizado nas proximidades da cidade e outros dois nas áreas rurais" (SANTOS, 2008, p.12). Essas trítias (ou distritos) eram formadas por um ou mais dêmoi, que segundo o mesmo autor correspondia a uma espécie de aldeia que até então já existia na zona rural. Segundo França (2014, p. 413) o demos "[...] pretendia diluir a influência local das famílias poderosas, abolir o caráter tribal da sociedade ateniense e imprimir-lhe características de cidade". Além dessas medidas, implantadas na organização social, Clístenes elevou para quinhentos os representantes da Boulé "[...] com cinquenta representantes de cada classe [ou seja, tribo], escolhidos pelos demos em número proporcional à população de cada um deles" (FRANÇA, 2014, p.413) e consolidou no sistema político ateniense como princípios fundamentais "[...] a isonomia, isto é, a igualdade de todos os cidadãos<sup>18</sup> perante a lei, e a isegoría, isto é, o direito de todo cidadão de exprimir em público (na Boulé ou na Ekklesía) sua opinião [...]" (CHAUÍ, 2002, p.134).

Sendo assim, nesse novo sistema político

[...] o povo expressa sua vontade, não por meio da força econômica, física ou de castas, porém mediante a força do discurso nas assembleias, do *lógos*, e a ação de votar, [...] vem a ser fundamentada pela persuasão que este comporta. O *lógos*, portanto, ocupa papel primordial na Ética e na Política gregas (SANTOS, 2008, p.3).

245

Entretanto, embora todos os cidadãos na ocupação de um cargo governamental, dispusessem do direito de utilizar ológos para externar sua manifestação política, nos espaços reservados a essa finalidade,

[...] intervinham apenas os homens capazes de se dirigir a uma multidão numerosa e frequentemente indisciplinada; ou seja, os que tinham o domínio da palavra oral. Esses oradores, qualificados por seus adversários de 'demagogos', tendiam a se tornar verdadeiros profissionais da política [...] (MOSSÉ, 2004 apud SANTOS, 2008, p.6).

Passado o período governamental de Clístenes foi a vez de Péricles liderar o âmbito político na cidade de Atenas. O mesmo governou a cidade entre os anos de 461 a 429 a.C. e devido a sua atuação política nesse período, a segunda metade do século V (440 a 404 a.C.) ficou conhecida para a história, em sua homenagem, como

---

18. A cidadania, segundo Marilena Chauí, existia somente para homens adultos, livres e naturais da cidade de Atenas. Sendo assim, mulheres, crianças, escravos e estrangeiros eram isentos do título de cidadãos. Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. v. 1, 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 134.

século de Péricles. Também chamada de Era de Ouro de Atenas, foi esse o período em que a democracia ateniense atingiu sua plenitude. Nesse intervalo de tempo, na cidade “[...] consolidaram-se as tendências culturais que vinham sendo criadas e, [...] surgiram novas tendências que iriam prosseguir nos séculos seguintes [...]” (CHAUÍ, 2002, p.136). Sendo assim, cabe destacar que Atenas, nesse contexto,

[...] pelo papel de liderança na guerra contra os persas, pela prosperidade econômica crescente e pelos poetas que haviam elevado sua vida intelectual a alturas jamais alcançadas antes, tornou-se o centro intelectual da Grécia. Quem quisesse ganhar reputação como pensador tinha de passar por Atenas. Os produtos do mundo inteiro estavam à disposição do cidadão de Atenas. Novas estátuas dos deuses erguiam-se com esplendor, no imortal trabalho dos mais finos artistas. O povo ouvia, nos festivais de Dioniso, as palavras e cantos da tragédia e deliciava-se com a engenhosidade flamejante e barulhenta da comédia. Multidões se acotovelavam nas salas de conferência dos sofistas, com sua nova sabedoria vestida no manto belo e sedutor da linguagem, convidando os jovens a serem seus alunos (ZELLER, 1931, p.95 apud CHAUÍ, 2002, p.136).

Péricles fora filiado ao partido democrático, o qual chegou a se tornar líder em 461 a. C. Em suas palavras declarou que a democracia

[...] nada tem a invejar dos outros: é modelo e não imita. Chama-se democracia porque age para o maior número e não para uma minoria. Todos participam igualmente das leis concernentes aos assuntos públicos; é apenas a excelência de cada um que institui distinções e as honras são feitas ao mérito e não à riqueza. Nem a pobreza nem a obscuridade impedem um cidadão capaz de servir à cidade. Livres no que respeita à vida pública, livres também somos nas relações cotidianas. Cada um pode dedicar-se ao que lhe dá prazer sem incorrer censura, desde que não cause danos. Apesar dessa tolerância na vida privada, nós nos esforçamos para nada fazer contra a lei em nossa vida pública. Permanecemos submetidos aos magistrados e às leis, sobretudo àquelas que protegem contra a injustiça e às que, por não serem escritas, nem por isso trazem menos vergonha aos que as transgridem (Tucídides, II, 37 apud CHAUÍ, 2002, p.135).

Como medidas adotadas em seu governo é possível destacar que o democrata

[...] conseguiu a permissão para permitir aos pobres assistir gratuitamente peças teatrais, subsidiada as entradas pelo Estado. Em seguida conseguiu abaixar a exigência de propriedade necessária para a eleição de arconte, e concedeu salários generosos para os cidadãos que serviam ao Tribunal de Heliaia. Procurou pôr em prática leis que concediam às classes mais baixas acesso ao sistema político e aos cargos públicos, dos quais eram barrados anteriormente devido aos seus recursos limitados ou origens humildes (FRANÇA, 2014, p.414).

A morte de Péricles ocasionada em 429 a.C. devido a uma doença epidêmica levou ao governo sucessores cuja liderança se caracterizava mais por agir em conformidade com o pensamento da multidão “[...] seguindo políticas instáveis, procurando mais

aquilo que era popular do que o que realmente era útil” (FRANÇA, 2014, p.418). Com isso, o regime democrata ateniense entrou em declínio, dando espaço novamente à instalação de uma oligarquia, governada por aristocratas.

#### **40 MOVIMENTO DA SOFÍSTICA NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA ATENIENSE**

Para abordar com clareza em que consistiu o movimento da sofística vale destacar que o sentido original da palavra *sophistés*, segundo Guthrie (1971) citado por Chauí (2002) deriva do verbo *sophízeisthai* cujo significado compreende a “praticar a *sophía*” designando esta “[...] uma qualidade intelectual ou espiritual cuja origem é a habilidade num ofício determinado” (CHAUÍ, 2002, p.160). Com o decorrer do tempo o termo *sophistés* passou a se referir especificamente ao sentido da técnica, ou seja, a habilidade, enquanto que *sophós*, palavra empregada durante anos como sinônima daquela passou a significar o “sábio contemplativo”.

Nesse sentido, segundo Chauí (2002), a palavra *sophistés* designou primeiramente uma referência aos grandes poetas antigos, como Homero, Hesíodo e outros, considerados os primeiros educadores gregos, passando no século V a.C. a se referir aos que escreviam em prosa, uma vez que “Um sofista, diz Guthrie, ensina e escreve porque tem um dom especial ou porque tem um saber prático a comunicar” (CHAUÍ, 2002, p.161). Sem tardar, ainda no século V a.C. e já no período de grande ascensão da Era de Ouro de Atenas, os sofistas passaram a representar um grupo social de profissionais específicos. Os mesmos trabalhavam com a arte retórica, sendo que esta, segundo Guthrie (1977), “[...] corresponde a devida execução da justiça em que seu objetivo está em bajular uma audiência e produzir a aparência, não a realidade, da justiça” (p.177). Em outras palavras, a retórica é a “arte do *lógos*”, ou seja, do discurso argumentativo e persuasivo.

Para entender o fenômeno da sofística ocorrido na Grécia Clássica (séculos V e IV a. C.), cabe considerar que sua interferência não se restringiu às fronteiras da cidade de Atenas uma vez que seus representantes, os chamados sofistas, eram nômades e, por isso, tinham acesso a outras culturas e formas de organização social. Isso contribuiu para que o objeto de discussão filosófica pelo qual se ocupavam estivesse relacionada a vida do homem. Os sofistas deslocaram “[...] o eixo da reflexão filosófica da *physis* e do *cosmos* para o homem e aquilo que concerne a vida do homem como membro de uma sociedade” (REALE, 2003, p.73-74).

Esse aspecto repercutiu significativamente na educação dos gregos, que já deixava de ser algo restrito a um pequeno grupo privilegiado pela crença no

parentesco com a divindade, e favorecia a população cada vez mais crescente. Dessa maneira, os sofistas “[...] se fazem porta-vozes da ideia de que a ‘virtude’ (a areté) não depende da nobreza do sangue e da nascença, mas se funda no saber” (REALE, 1990, p.75). Com isso, de acordo com Santos (2009), é perfeitamente aceitável que os sofistas sejam considerados hoje os precursores da ideia de uma “educação igualitária”, ainda que, conforme destacou Bambirra (2010), essa educação tenha continuado a favorecer um pequeno grupo, àqueles que podiam pagar o trabalho remunerado dos sofistas, os quais seriam, então, os comerciantes, enriquecidos com o crescimento do comércio e da economia na época.

Para os sofistas, a aptidão para governar não seria definida pela *physis*, ou seja, por uma determinação da natureza, mas sim relacionada ao *nomos*<sup>19</sup>(ao convencional de cada cultura), sendo este sujeito a mudanças conforme o espaço geográfico e o tempo. Isso contrastou significativamente com os aristocráticos que faziam parte da política: “Ser cidadão, diziam eles, é algo que se é por natureza, a virtude cívica é inata (o ateniense é cidadão excelente por natureza) e não se pode ensinar a ninguém a ser cidadão” (CHAUÍ, 2002, p.162). De acordo com Chauí (2002), o posicionamento dos membros da aristocracia se fundamentava no temor que tinham de que as classes mais baixas da sociedade se tornassem habilidosas na prática retórica e com isso passassem a intervir e a dominar as discussões na Assembleia Geral e no Conselho dos Quinhentos.

248

O contato que os sofistas tinham com as diferentes pólis, e a consequente percepção da mutabilidade cultural dos povos, os concedia um caráter de desapego à tradição e a paradigmas que a sociedade apresentava, fazendo-os confiar plenamente na racionalidade humana. Sendo assim, “Nunca se poderia falar numa verdade irreversível no âmbito sofístico” (SANTOS, 2009, p.67), sendo as relações humanas sujeitas a convenções. Por conta disso, segundo Reale (1990), os sofistas chegaram a ser chamados de “iluministas gregos”.

Entretanto, embora o trabalho com a “arte do *lógos*” fosse a principal característica dos sofistas não foram eles os precursores dessa prática. Segundo Guthrie (1977) a “invenção” da retórica é atribuída a Corax e Tísias, dois Sicilianos da primeira metade do quinto século a. C., e seu nascimento em Siracusa está estreitamente relacionado à decadência da tirania e consolidação da democracia. Sendo assim, para Guthrie (1977, p. 179) “[...] a retórica é par excellence a arte democrática que não pode, nem em sua forma forense nem em sua forma política, florescer sob a tirania”.

---

19. “Regra, lei, norma. O primeiro sentido desta palavra é aquilo que se possui por partilha, aquilo que se usa porque atribuído por uma partilha; por extensão: uso, costume conforme ao uso ou ao costume. Esta conformidade ao costume passa a significar a norma ou a regra costumeira de um comportamento de um grupo, as convenções sociais que o grupo estabelece para seus membros. Mais adiante: opinião geral, máxima geral, regra de conduta. Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 506.

Com os sofistas, a retórica, segundo destacou Aristóteles (Retórica 1402 apud Santos, 2009) consistia em tornar forte um raciocínio fraco, conforme fosse mais favorável aos interesses de determinado cidadão ou grupo de cidadãos. Dessa maneira, por meio da razão, argumentos e definições os sofistas persuadiam ao se apresentarem publicamente com discursos eloquentes e também ensinavam a persuadir também aqueles que manifestassem o interesse de se destacar no âmbito político.

## 5 CRÍTICAS DA FILOSOFIA SOCRÁTICO-PLATÔNICA AOS SOFISTAS

O trabalho de ensinar a persuadir exercido pelos sofistas se tornou para a filosofia socrático-platônica fundamento de desprestígio em relação à sofística. De acordo com Chauí (2002), essa forma de tratamento não era decorrente do fato dos sofistas trabalharem de forma remunerada, pois a democracia ateniense, uma vez concedendo pelos princípios da isonomia e da isegoria a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e o direito de participarem ativamente na vida pública, chegava mesmo a efetuar pagamentos aos mais pobres quando tinham que participar das reuniões na Ekklesia ou na Boulé para compensar o dia de trabalho. O motivo para o descontentamento com os sofistas era consequência de ensinavam (a areté) em troca de remuneração. Assim, Xenofonte chegou a escrever: "aqueles que vendem sua sophía por dinheiro a qualquer um que a queira são chamados sofistas" (CHAUÍ, 2002, p.161).

249

Esse posicionamento da filosofia socrático-platônica é perceptível nos diálogos de Platão, como O Sofista e Protágoras. Em ambos a imagem dos sofistas é associada a um comerciante que vende o conhecimento. No primeiro diálogo citado (O Sofista), por exemplo, Platão estabeleceu seis definições que manifestam suas críticas em relação aos sofistas, as quais são: "caçador interesseiro de jovens ricos", "o comerciante em ciências", "pequeno comerciante de primeira ou de segunda-mão", "erístico mercenário" e "o sofista, refutador".

A crítica da filosofia socrático-platônica também deve ser entendida pela diferença de pensamento em relação aos sofistas. Enquanto estes últimos se apresentavam como mestres do saber, Sócrates se posicionava como quem nada sabia, mas que almejava alcançar a sabedoria. Nesse sentido, nunca ensinava, mas se utilizava da prática de fazer perguntas nos diálogos para buscar a verdade. Em outras palavras, Sócrates acreditava que por meio do método dialético seria possível conduzir o seu interlocutor ao alcance do conhecimento, que já estaria presente na *Psykhé*<sup>20</sup> do indivíduo. Para Sócrates,

---

20. "Alma, psique; sopro de vida; princípio da vida; o vivente; caráter temperamento; sede dos desejos, sentimentos e pensamentos. Personificada. *Psyché* simboliza a imortalidade e é atormentada por *Eros*" Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p. 510.

[...] da mesma forma que a mulher que está grávida no corpo tem necessidade da parteira para dar à luz, também o discípulo que tem a alma grávida de verdade tem necessidade de uma espécie de *arte obstétrica espiritual* que ajude essa verdade a vir à luz [...] (REALE, 2003, p.103).

Dessa maneira Sócrates acreditava ser possível alcançar uma verdade universal, a qual se alcançaria por meio do diálogo, único meio capaz de fazer o homem abandonar as falsas concepções e conhecer o que é verdadeiro para todos. Diferentemente de Sócrates, os sofistas não manifestavam preocupação com a busca da verdade, pois eram céticos e, por isso, não acreditavam em sua existência. Para os representantes da sofística, “[...] tudo é por convenção e tudo é opinião; tudo é tal como nos aparece e tal como nos parece; o sim e o não dependem apenas dos argumentos para persuadir alguém a manter ou mudar de opinião” (CHAUÍ, 2002, p.188).

Conforme já destacado nestas linhas, os sofistas recebiam pagamento por seus ensinamentos. Segundo Xenofonte citado por Santos (2008), Sócrates observava nessa forma de trabalho remunerado uma maneira de retirar a liberdade de quem ensinava, pois “[...] caso recebesse, seria obrigado a ensinar a qualquer um que pudesse pagar, discorrendo como sábio sobre qualquer coisa” (SANTOS, 2008, p.27). Os membros da aristocraciata também efetuavam críticas aos sofistas, pois “[...] para eles, o saber era fruto de desinteressada comunhão espiritual [...]” (REALE, 1990, p.75) e deveria permanecer vinculado a um determinado grupo, a saber os de nascença nobre.

Além de tudo o que fora exposto cabe considerar ainda que por serem nômades, “[...] os sofistas também eram estigmatizados pela pretensão de ensinar aos cidadãos sem serem eles mesmos cidadãos” (SANTOS, 2008, p.27). Dito de outro modo, ensinavam a virtude política sendo que eles mesmos não podiam ser políticos, por se tratarem de estrangeiros. Assim, ensinavam algo que não praticavam.

## 6 OS PRINCIPAIS SOFISTAS CONHECIDOS NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Os representantes da sofística não correspondem a um grupo uniforme de pensadores. Em virtude disso, de acordo com Reale (2003), é possível dividi-los em quatro grupos distintos: os da primeira geração, os *erísticos*, os político-sofistas e os naturalistas. O primeiro grupo possui como representantes os mestres Protágoras, Górgias e Pródico; o segundo e o terceiro grupo, também considerados “os da segunda geração”, teriam se desenvolvido a partir da influência teórica e dialética de Protágoras e Górgias, respectivamente; e os naturalistas apresentam um pensamento que contrapõem as leis da natureza às leis humanas, privilegiando as primeiras e

relativizando estas últimas.

Enquanto representante da primeira geração de sofistas, Protágoras (481-411 a.C.) apresentou um pensamento que gira em torno do princípio de que “o homem é a medida de todas as coisas, daquelas que são por aquilo que são e daquelas que não são por aquilo que não são” (REALE, 2003, p.77). Por “todas as coisas” deve-se conceber tudo, “[...] desde os artefatos feitos [...] pelas mãos dos técnicos até os objetos naturais, desde as qualidades opostas (quente, frio, seco, úmido [...]) até as opiniões ou *logói*” (CHAUÍ, 2002, p.170). Nesse sentido, enquanto medida de tudo, é o homem (individual), que define o que é bom ou não, verdadeiro ou falso, de acordo com a relatividade de cada caso. Assim,

Para Protágoras, portanto, tudo é relativo: não existe um “verdadeiro” absoluto e também não existem valores morais absolutos (“bens” absolutos). Existe, entretanto, *algo que é mais útil, mais conveniente e, portanto, mais oportuno*. O sábio é aquele que conhece esse *relativomais útil, mais conveniente e mais oportuno*, sabendo convencer também outros a reconhecê-lo e pô-lo em prática (REALE, 2003, p.77).

No que tange ao sofista Górgias caberá abordar suas considerações no próximo capítulo. Quanto a Pródico (470-460 a. C.), estese destacou por basear a sua discussão no método da sinonímia, isto é “[...] na distinção entre os vários sinônimos e na determinação precisa das nuances do seu significado” (REALE, 2003, p.79). Essa prática, segundo Reale (2003), chegou ainda a influenciar a metodologia socrática, que com a pergunta “o que é?” buscava o sentido original de tudo que correspondia as suas problemáticas.

Como representantes da corrente naturalista é possível destacar Hípias e Antifonte. Ambos, segundo Fernandes (2010, p. 23) “[...] pregavam uma reforma da cultura através de uma orientação mais estreita pela natureza do homem”. Em outras palavras, conscientes da diferença entre cultura e natureza procuravam legitimar o valor que a natureza deveria ter em relação à cultura humana.

Hípias, seguindo essa linha, valorizava o conhecimento matemático e das ciências da natureza, assegurando sua necessidade para reger a moral a conduzir os indivíduos. Para ele, conforme salientou Reale (2003), segundo as leis naturais, não haveria razões para os homens viverem num contexto de discriminações (fundadas em leis positivas, ou seja, criadas pelo homem), pois pela natureza todos os cidadãos são iguais. Com isso, reproduzia e fundamentava os valores advindos da democracia ao mesmo tempo em que contribuía para romper com as antigas concepções de prestígio dos aristocráticos. Além disso, Hípias ficou também conhecido “[...] por ter proposto uma forma de conhecimento enciclopédico e por ter ensinado a arte da memória

(mnemotécnica)” (REALE, 2003, p.81).

De maneira mais radical ao aspecto naturalista presente no sofista Hípias, Antifonte se referiu à oposição entre “natureza” e “cultura” de forma ainda mais enfática, assegurando “[...] que a ‘natureza’ é a ‘verdade’ e que a ‘lei’ positiva é a ‘opinião’, estando elas, portanto, quase sempre em antítese uma com a outra” (REALE, 2003, p.81). Além disso, para o pensamento de Antifonte,

[...] a consequência mais grave da desobediência de uma lei humana é ser reprimido pelos outros cidadãos [...]. Disso [...] concluía que a lei natural tem de ser obedecida por si mesma, pois a sua obediência traz-nos um benefício inerente à nossa própria natureza; a lei humana, por outro lado, deve ser obedecida apenas diante de testemunhas, somente aos olhos dos outros, para angariar fama de justo (FERNANDES, 2010, p.27).

Com base na consideração acima, cabe ressaltar que foram os sofistas políticos os mais influenciados com as contribuições de Antifonte. Para eles era vigente a seguinte concepção de que

[...] a lei humana era útil para que nós ostentássemos a sua obediência, para que todos pensassem que éramos respeitadores – e aí, às ocultas, poderíamos ter a máxima vantagem em desobedecê-la, pois o faríamos cobertos pela nossa reputação e pela confiança que os homens porventura tivessem depositado em nós por conta disso (FERNANDES, 2010, p.27).

252

De acordo com Reale (2003), os sofistas-políticos teriam manifestado influência da retórica gorgiana, a qual será trabalhada no próximo capítulo. Como representantes da vertente dos sofistas-políticos, torna-se relevante citar Crícias e Trasímaco da Calcedônia. O primeiro se referiu aos deuses como sendo a criação de um político cuja finalidade seria tornar os homens obedientes às leis; o segundo, por sua vez, é conhecido por conceber a justiça como a vantagem do mais forte, cuja consideração não deixa de representar o pensamento da corrente naturalista, “[...] pois na natureza era a força que sempre decidia o que ia ser a realidade (FERNANDES, 2010, p.28).

Quanto aos sofistas erísticos, estes, segundo Reale (2003) tiveram influência maior da antilogia de Protágoras. Se dedicaram eles ao trabalho com a linguagem, cuja prática fazia uso de argumentos e proposições que possibilitaram aos mesmos trabalharem “[...] jogando com paradoxos, absurdos, contradições, etc., [...]” (FERNANDES, 2010, p.23). Para Fernandes (2010) seus sofismas também contribuíram para a estruturação da lógica.

## **7 GÓRGIAS E A RETÓRICA**

Conforme destacado por Santos (2008), um orador e sofista grego chamado Filóstrato deixou em registro duas importantes informações sobre o Górgias, seu local de nascimento e sua fama de pai da “arte dos sofistas”. Com isso, sabe-se hoje que o referente sofista nascera em Leontini, na Sicília, e que sua contribuição para a sofística atingiu grande relevância, uma vez que lhe são atribuídas as raízes da arte retórica, influenciando os que integraram esse movimento na filosofia, em especial os sofistas-políticos que “[...] derivam suas armas do niilismo e da retórica gorgiana” (REALE, 2003, p.80).

Segundo Guthrie (1971), Górgias “[...] foi primeiramente um professor de retórica, associado ao seu compatriota Tísias no uso do argumento da probabilidade” (p.192). Embora não tenha sido o pai da retórica foi considerado pelo orador Filostrato como pai da “arte dos sofistas”. De acordo com Santos (2008; p. 35),

Ele liderou o movimento dos sofistas pela sua maneira assombrosa de falar, pela sua inspiração e interpretação grandiosa de grandiosos assuntos, pelas suas interrupções bruscas e pela ausência de transição, que tornava o discurso mais agradável e mais incisivo, e ornamentou-o, além disso, com nomes poéticos para lhe conferir beleza e gravidade.

No diálogo de Platão que leva o nome “Górgias”, a retórica é adotada como tema central da discussão, na qual os personagens (Górgias, Sócrates, Cálicles, Pólo e Querofonte) abordam questões quanto a justiça e a Eudaimonía. No decorrer do diálogo, Górgias é referido como um rétor e mestre no ensino da arte retórica que não consegue vencer Sócrates na discussão, o que evidencia o desprestígio de Platão em relação a Górgias e a todo grupo de sofistas.

Muitos dos registros deixados por Górgias se perderam, mas dos que restaram cabe ressaltar o Elogio de Helena, Defesa de Palamedes, e Sobre o não-ser ou Sobre a Natureza. No primeiro, Górgias esclareceu

A arte da persuasão ultrapassa de longe todas as outras e é de longe e distante a melhor, para fazer todas as coisas suas escravas por submissão voluntária, não por violência”. Tão irresistível é seu poder que se Helena foi persuadida a cometer adultério ela foi tão culpada como se tivesse sido sequestrada a força (GUTHRIE, 1977, p.192).

No que tange à Defesa de Palamedes, Górgias teria apenas fornecido um modelo de retórica, no qual seria possível perceber, segundo Guthrie (1995) citado por Santos (2008, p. 3), que “[...] o lógos aparece como ambivalente, capaz de produzir tanto a dóxos quanto a aletheia”. Quanto ao Tratado Sobre o não-ser ou Sobre a Natureza, este corresponde ao registro em que Górgias, por meio de três princípios fundamentais, estabelece as bases da arte retórica, as quais serão destacadas e analisadas no item

seguinte.

## 8 A RETÓRICA DO GÓRGIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA ATENIENSE

O Tratado do Não Ser ou Sobre a Natureza criado por Górgias não se preservou com o tempo. O que se tem hoje como herança do registro de seu pensamento são duas paráfrases de seus argumentos:

[...] uma na pequena obra *Sobre Melissus, Xenophanes e Górgias* atribuída a Aristóteles, e uma em Sextus. Eles não estão sempre de acordo, e a seção relevante de MXG contém lacunas e corrupções, mas entre elas dão uma boa ideia do tipo de argumento que Górgias usou (GUTHRIE, 1977, P.193).

De acordo com Dinucci (2008) é descartada hoje a hipótese de que a paráfrase do MXG corresponde a um escrito de Aristóteles, não se tendo hoje conhecimento de quem seria sua autoria. Isso, entretanto, não corresponde a uma questão a ser problematizada nestas linhas, sendo necessário considerar apenas que em ambos os registros é possível se extrair os princípios do pensamento do Górgias. Tais princípios seriam contrários às concepções de Melissos de Samos e Parmênides, dois representantes do eleatismo, cujo pensamento pregava que o "ser" seria uno, imutável e atemporal. Segundo Guthrie (1977, p.193), Górgias estabeleceu "[...] (a) que nada existe, (b) que mesmo se existisse ele é incompreensível para o homem, (c) que, mesmo se ele é compreensível para alguém, ele não é comunicável a mais ninguém" <sup>21</sup>.

254

De acordo com Chauí (2002), para se entender o significado da primeira premissa é necessário considerar que para a língua dos gregos, devido à herança das línguas indo-europeias, o verbo ser significava existir. Ou seja, o uso da expressão "eu sou" correspondia ao mesmo significado de "eu existo". "Por este motivo, para os primeiros filósofos, sobretudo os eleatas, ser, pensar e dizer eram idênticos, designados por uma única palavra, lógos (o real, o inteligível e o comunicável em si mesmo)" (CHAUÍ, 2002, p.174). Por outro lado, havia também o emprego do verbo ser enquanto verbo de ligação entre sujeito e predicado, tal como na frase "o céu é azul" (CHAUÍ, 2002, p.174). Nesse caso o emprego do verbo ser não equivale ao sentido de existência, ou seja, "[...] não se diz que o céu existe azul e sim que há uma qualidade, o azul, atribuída ao céu [...]" (CHAUÍ, 2002, p.174).

Consciente dessas particularidades, Górgias fez uso de ambas as formas de se empregar o verbo ser. Nesse sentido, considerando as premissas de Parmênides "o ser é, o não-ser não é", percebia que nesse caso o uso do verbo significava existência

---

21. O sentido de "ele" apresentado nas premissas corresponde ao sentido de Ser.

(realidade), referindo-se a dois substantivos. “[...] Dizer ‘o ser é, o não-ser não é’ seria o mesmo que dizer ‘há/ existe o ser, não há/não existe o não ser’ [...]” (CHAUÍ, 2002); por outro lado, utilizando-se o emprego do verbo de ligação se poderia afirmar “o ser é o ser”, “o não-ser é o não-ser”, sendo que nesse sentido o ser e o não ser ocupam os espaços tanto de sujeitos como de predicados. Ora, sendo assim, dizer: o “ser é o ser”, “o ser é uno”, “o ser é imutável” ou ainda “o ser é eterno”, não é o mesmo que dizer que existe tais coisas(o sujeito ser e os predicados que lhes são atribuídos). Górgias, assim, argumenta diferente dos eleatas, que haviam considerado o verbo ser somente com o significado de existência.

Mas como o sofista chega ao princípio de que nada existe? Partindo do pressuposto acima, Górgias concluiu que ao se referirem ao ser os filósofos da *physis*, utilizando na verdade o verbo de ligação, não chegaram a conclusões sobre sua existência, mas apenas lhe atribuíram qualitativos, tal como em “o céu é azul”. Assim, conforme destacou Reale (2003, p. 78), “[...] os filósofos que falaram do ser determinaram-no de tal modo que o ser não pode ser ‘nem uno, nem múltiplo; nem incriado, nem gerado’ e, portanto, é nada [...]”. Além disso, ao refutar Parmênides, assegurando que se o não-ser não é (ou seja, não existe) torna-se possível assegurá-lo, fazendo uso do verbo de ligação, ser alguma coisa, a saber o inexistente, e enquanto é o inexistente, o não-ser é, ou seja, o nada existe.

No que tange à segunda premissa, “se existisse o ser, este não poderia ser pensado”, Górgias assegurou que aquilo que é pensado de fato não existe, pois “[...] o pensado enquanto pensado não existe porque, se existisse, deveriam existir todas as coisas absurdas e monstruosas que os homens pensam” (CHAUÍ, 2002, p.173). Portanto, há independência entre ser e pensamento, podendo-se pensar em coisas que não existem e não existir coisas que são pensadas.

Quanto à terceira premissa, “mesmo que o ser fosse pensável seria incomunicável”, Górgias esclarece que aquilo que é comunicado corresponde somente a palavras e não a coisas existentes. Dito de outro modo, devido a realidade só ser transmitida ao ser humano por meio dos órgãos do sentido (audição, visão, tato, olfato e paladar), torna-se impossível por meio da comunicação nos ser transmitido o ser, ou seja, “[...] a palavra não pode transmitir verazmente coisa nenhuma que não seja ela própria [...]” (REALE, 2003, p. 78). Por isso, o ser é incomunicável.

Em virtude das considerações elencadas vale considerar que segundo Chauí (2002, p. 175),

O que Górgias afirma é que podemos pensar o inexistente e dizer o inexistente, que o pensamento pode pensar irrealidades e a linguagem pode dizer irrealidades, e que, em contrapartida, não é necessário e inevitável que a realidade possa ser pensada (conhecida) e comunicada (proferida).

Mas em que sentido é possível assegurar ter contribuído esses fundamentos da retórica do Górgias para a democracia na cidade de Atenas?

Responder essa questão exige considerar que a institucionalização da democracia na cidade de Atenas, conforme já registrado nestas linhas, ocorreu a partir de reformas criadas nos períodos de liderança política de Sólon e Clístenes, uma vez que os mesmos criaram as instituições democráticas (Boulé, EkklesíaeHelieu), cujo funcionamento se baseava na força do discurso persuasivo, e os princípios da isonomia edaisegoría, que igualava os cidadãos perante a lei e lhes concedia o direito de externar suas opiniões nas instituições políticas citadas. Nesse contexto “[...] O lógos era o instrumento, a força por excelência, de manifestação dos fins políticos das cidades” (SANTOS, 2008, p.5).

Integrando o grupo dos sofistas que surgiu de modo a atender essa nova realidade política, Górgias contribuiu com o regime democrático fazendo-se perceber que o lógos não constitui, tal como pensavam os eleatas, uma unidade. Se o ser não é (não sendo os qualificativos que os filósofos da physis lhes haviam concedido) então o não ser é; e mesmo se o ser fosse (o que pensaram os filósofos da physis) não poderia ser pensado, porque o pensado é simplesmente pensamento e não existe; e se mesmo se o pensado existisse não poderia ser comunicado, pois o que é comunicado é simplesmente a palavra e não o que é real. Considerando esses argumentos, segue-se que há independência entre realidade e pensamento e entre realidade e palavra, o que torna inviável o alcance de uma verdade absoluta, podendo a palavra em sua autonomia persuadir o público de acordo com o interesse de quem a tivesse emitindo, não estando ela transmitindo uma verdade. Nisso consistiu a retórica do Górgias e a influência que tiveram os sofistas-políticos do mesmo. O emprego das contribuições aqui elencadas se manifestava nos discursos contrários pronunciados nas instituições democráticas atenienses.

256

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O surgimento da pólis grega ocasionada a partir do século IX a.C. devido à desagregação da comunidade gentílica viabilizou a Grécia Clássica uma nova organização social. Surgiram as bases da comunidade política desprendida dos princípios dos chamados génois. A nova organização social concedeu espaço a formas de governos não mais baseadas na figura do Basileu.

Na cidade de Atenas, enquanto os regimes políticos foram a monarquia e a oligarquia, a representação política permaneceu privilegiando um pequeno grupo baseado na nobreza de sangue. Porém, com a ascensão da democracia a partir das reformas de Sólon (com a implantação de instituições como a Boulé e a Ekklesia), e com as mudanças de Clístenes, que inseriu princípios da igualdade de todos os cidadãos perante a lei e o direito de todos esses cidadãos externarem em público suas visões e interesses políticos, a cidade de Atenas viu surgir uma nova concepção sobre a virtude (areté). A virtude passou a ser vinculada à vida cívica na pólis, relacionando-se à política e à ética. Nesse contexto, a paideia<sup>22</sup>, enquanto prática educacional ganhou como objetivo a formação do cidadão, não sendo mais restrita a uma classe específica, baseada na descendência com os deuses.

Em virtude dessa nova concepção surgiram os sofistas, um grupo de técnicos em retórica. Apresentavam-se como mestres do saber, ensinando a virtude (areté) aos que pudessem pagar pelo seu ensinamento. Sendo a palavra o principal elemento para a realização da nova virtude, os sofistas se dedicaram ao ensino da arte retórica, ensinando aqueles que haviam enriquecido com o crescimento do comércio (os que podiam pagar pelos saberes dos sofistas) a arte da persuasão. Isso, por sua vez, provocou a crítica da filosofia socrático-platônica. Para essa vertente filosófica, baseada nos ensinamentos de Sócrates, alcançar a virtude seria atingir a excelência naquilo a que é destinado a ser. Para os socráticos, ensinar a qualquer uma habilidade retórica poderia conduzir o governo a uma demagogia.

Durante anos essa mentalidade acerca dos sofistas foi predominante na filosofia, mas atualmente são eles considerados os primeiros professores a trabalhar de forma remunerada, no que tange à história da educação. O que é perceptível no movimento da sofística é que sua atuação na sociedade atendeu às exigências que surgiram na política com a consolidação da democracia (o governo do povo), fazendo os cidadãos das camadas mais baixas terem acesso ao saber que até então se limitava aos membros da aristocracia.

---

22. "Educação ou cultivo das crianças, instrução, cultura. O verbo *paideúo* significa: educar uma criança (*país-paidós* em grego), instruir, formar, dar formação, dar educação, ensinar os valores, os ofícios, as técnicas, transmitir ideias e valores para formar o espírito e o caráter, formar para um gênero de vida. Da mesma família é a palavra *paidéia*; a ação de educar, educação, cultura". Cf. CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, 2002, p.507.

Em meio a esse fenômeno característico de um regime democrático destacou-se Górgias de Leontino como membro da sofística e colaborador de destaque ao funcionamento das instituições que surgiram no contexto em questão. Com sua retórica, tornou-se possível identificar que entre “realidade”, “pensamento” e “comunicação” há uma independência de tal modo que a expressão de um não coincide com a do outro. A verdade absoluta torna-se inviável, podendo a palavra em sua integridade, desvinculada do ser, usufruir da persuasão. Isso explica sua contribuição e relevância que tivera para funcionamento das instituições democráticas atenienses, vindo a influenciar, conforme já elencado nestas linhas, os sofistas-políticos posteriores.

## REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, Felipe Magalhães. A Inflexão Antropológica da Sofística nos Albores da Filosofia do Direito e do Estado. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, jan./jun. 2010. 32 p. Disponível em: < [www.fumec.br/revistas/meritum/article/download/892/674](http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/download/892/674)>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- BARBOSA, Leandro Mendonça. O demagogo e o homem providencial: Psístrato pelas histórias, de Heródoto. Lisboa: Cadmo, 2011. Disponível em: < [https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23612/1/Cadmo21\\_Artigo10.pdf](https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23612/1/Cadmo21_Artigo10.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2018.
- 258 CHAUI, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. v. 1, 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DINUCCI, Aldo. Paráfrase do MXG do Tratado do Não-Ser de Górgias de Leontinos. *SciELO*, São Paulo, v. 31, n. 1, 2008. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732008000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732008000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2014. Acesso em: 20 jul. 2018.
- FERNANDES, Marcos Sinésio Pereira. A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos. *Anais de Filosofia Clássica*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 7, 2010. Disponível em: < <http://www.ifcs.ufrj.br/~afc/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- FERREIRA, João Paulo M. Hidalgo. Nova história integrada. Primeira série, v.1, 3 ed. Campinas: Companhia da Escola, 2013.
- FRANÇA, José Felipe Quintanilha. Democracia, a Herança Grega de Atenas no Pensamento Político Universal (Sólon / Clístenes / Péricles). In: *História do Direito*. Coleção CONPEDI/UNICURITIBA. vol. 29, 1. ed. Curitiba: Clássica Editora, 2014. 503p. Disponível em: < <http://www.editoraclassica.com.br/novo/ebooksconteudo/Historia%20do%20Direito.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- GUTHRIE, W. K. C. *The Sophists*. Cambridge: University Press, Cambridge, 1977.
- MENEZES, Marilde Loiola de. Justiça e cidadania nos antigos e modernos. *Revista de*

Ciências Sociais, Ceará: UFC, v. 37, p. 47, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Meus%20documentos/Downloads/542-778-1-SM.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

PLATÃO. Diálogos (O Banquete – Fédon – Sofista – Político). Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/03-Plat%C3%A3o-Cole%C3%A7%C3%A3o-Os-Pensadores-1991.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

PELLEGRINI, MARCO CÉSAR. NOVO OLHAR HISTÓRIA. PRIMEIRA SÉRIE, V. 1,2 ED. SÃO PAULO: FTD, 2013.

REALE, Giovanni. História da filosofia: Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990.

REALE, Giovanni. História da filosofia: filosofia pagã antiga. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Claudiano Avelino dos. O Górgias Retórico e o Górgias de Platão. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp059463.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTOS, Luiz Roberto Alves dos. Ética Sofística: o papel educativo da relativização dos valores. CadernosUFS – Filosofia, São Cristovão, ano 5, v. 5, jan-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.journals4free.com/link.jsp?l=22329327>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

SOUZA, Paulo Rogério de; MELO, José Joaquim Pereira. O Embate entre a Velha Ordem Gentílica e a Nova Sociedade da Pólis na Peça Édipo em Colono. In: X Jornada de Estudos Antigos e Medievais. Anais Eletrônicos... Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03060.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

# EGREGIOS, PRÁCTICAS “CIENTÍFICAS” Y CULTURA MATERIAL EN LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LOS ESTUDIOS DE ANTIGUO ORIENTE A FINES DEL SIGLO XIX Y PRINCIPIOS DEL XX

HORACIO MIGUEL HERNÁN ZAPATA<sup>1</sup>

**DA RIVA, Rocío y VIDAL, Jordi (Eds.). *Descubriendo el Antiguo Oriente. Pioneros y arqueólogos de Mesopotamia y Egipto a finales del S. XIX y principios del S. XX*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2015. 318 p.**

A fines del siglo XIX y principios del XX, en el contexto de una intensa competencia imperialista –entre un pequeño número de Estados europeos (primero Gran Bretaña y Francia, posteriormente Alemania, Bélgica, Italia, Portugal, España y los Países Bajos) y extraeuropeos (Estados Unidos y Japón)– por la apropiación de gran parte de África y de Asia, la subordinación de sus poblaciones y la constitución de un nuevo orden político y económico, tuvo lugar la progresiva institucionalización formal de los estudios antiguo-orientales dentro de los ámbitos académicos occidentales. En efecto, dicho proceso de constitución tuvo por acontecimientos inaugurales tanto la invasión napoleónica en Egipto en 1798 y de Siria-Palestina en 1799 como las primeras empresas de búsquedas y apropiación de materiales arqueológicos a cargo del cónsul francés Émile Botta y del funcionario inglés Austen Henry Layard en Mosul y Nimrud respectivamente (antiguas capitales asirias). Esas actividades llevaron a intensificar las expediciones y excavaciones de sitios antiguos en Egipto y Medio Oriente. Fue así que individuos procedentes de campos y actividades distintas (soldados, funcionarios, viajeros, mercaderes y eruditos) recorrieron diversos paisajes, mostraron un interés estratégico por las así denominadas “maneras” y “costumbres” de los países islámicos, aprendieron los idiomas de las sociedades que los habitaban, descifraron las lenguas y textos de los pueblos desaparecidos y acumularon innumerables objetos de su cultura material (cerámicas, vasijas, cilindro-sellos, tablillas, relieves, papiros, estelas, frontones, estatuillas y estatuas).

Durante el desenvolvimiento de estas distintas, el saqueo de tumbas y sitios para lucrar con su contenido existió por supuesto, al menos en Egipto, y convivió cómodamente con los intentos más “serios”, organizados y sistemáticos de

---

1. Docente-Investigador. Universidad Nacional del Chaco Austral (UNCAus)/Universidad Nacional del Nordeste (UNNE)/Instituto de Investigaciones en Ciencias Sociales (ICSOH)-Consejo de Investigaciones de la Universidad Nacional de Salta (CIUNSa), Argentina. Correo electrónico: horazapatatjotinsky@hotmail.com

investigaciones arqueológicas. Aun así, es indudable que las prácticas inauguradas por el imperialismo y la dominación colonial posibilitaron el acceso no sólo a múltiples espacios antes desconocidos o apenas imaginados, sino además a nueva información (proporcionada tanto por los restos arqueológicos como por los informantes locales) a partir de la cual fue posible construir una imagen mucho más aproximada –y sustentada empíricamente– de las antiguas sociedades que poblaron la región. Coetáneo a los nuevos hallazgos y actividades, se produjo la progresiva fragmentación y especialización temática dentro del propio orientalismo antiguo, diferenciándose así ciertas subdisciplinas (Egiptología, Asiriología, Siriología, Anatolística y Estudios Bíblicos), como también dos tareas específicas en la labor investigativa: la del arqueólogo (encargado de organizar las excavaciones y recolectar los nuevos materiales) y la del filólogo (preocupado por desentrañar las lenguas antiguas y sus sistemas de escritura a partir de la traducción del material epigráfico).

Considerando lo anteriormente expuesto, es innegable que esta descripción sintetiza una dinámica mucho más compleja y sinuosa de un campo de estudio que, luego de su afianzamiento, creció y expandió, ampliando horizontes y permitiendo avances investigativos significativos para la posteridad sobre las antiguas culturas y sociedades de Egipto, Mesopotamia, Anatolia y la franja sirio-palestina. El libro que el lector tienen entre sus manos, *Descubriendo el Antiguo Oriente. Pioneros y arqueólogos de Mesopotamia y Egipto a finales del S. XIX y principios del S. XX*, compilado por Rocío Da Riva y Jordi Vidal, reconocidos profesores españoles y especialistas en arqueología e historia antigua oriental, se ocupa justamente de las historias de algunos de los primeros estudiosos occidentales que trabajaron en la región y que con su multifacética labor contribuyeron al nacimiento de la historiografía y arqueología del Cercano Oriente Antiguo. El volumen compila las intervenciones de la mayoría de los expositores que participaron del workshop llevado a cabo en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Barcelona a finales de noviembre de 2013. Dicho evento académico reunió a destacados especialistas en la historia antigua de Egipto y Próximo Oriente y a otros investigadores más preocupados por temas de historiografía con la intención de debatir sobre la formación y evolución de los estudios antiguo-orientales, la definición de subdisciplinas, analizar el accionar de los primeros exploradores y las prácticas científicas de las etapas iniciales con la intención de encontrar afinidades temáticas y establecer futuros proyectos de investigación. El resultado final es una bien lograda compilación de once artículos que más allá de la forma que cada autor escogió para escribirlo y de los enfoques empleados en cada uno de ellos, coinciden en la intención de presentar datos nuevos, informaciones novedosas o revisiones críticas de teorías o ideas ya conocidas.

El libro abre con una acertada introducción sobre el concepto de historiografía y los actuales debates alrededor de esta especialidad a cargo de Jordi Cortadella. Para este autor, el historiador es un profesional que recopila hechos del pasado humano conforme a criterios que suponen una elección de valores y categorías, pero para hacerlo precisa de la intermediación de los testimonios que aquel debe interpretar. En consecuencia, la labor del historiador consiste en la escritura de una Historia no sólo desde su propia perspectiva, sino también a partir de la mirada de otros intérpretes que lo precedieron. Para Cortadella, entonces, la historia de la historiografía se ocupa de definir qué tipos de hechos son los que preocupan a un historiador determinado y cuál es la motivación específica de aquel historiador por estudiar tales hechos en un momento determinado. En otras palabras, se trata de un campo cuya principal premisa pasa por mostrar que cualquier problema histórico posee per se su propia historia. Seguidamente, en una segunda introducción general sobre la historiografía del Próximo Oriente, Jordi Vidal identifica los motivos del escaso interés que han suscitado los estudios de corte historiográfico en el campo del Orientalismo Antiguo así como también algunas tendencias generales que resultan evidentes en los materiales publicados hasta el momento sobre la temática, como por ejemplo la preponderancia de los estudios biográficos, los análisis de casos nacionales y el predominio anglosajón en este tipo de investigaciones. No obstante, el historiador catalán indica que esta última tendencia si bien no puede discutirse, debe ser matizada en la medida que prestigiosos investigadores de otros países –como Alemania, Francia e, incluso, España– han comenzado a incursionar en diversas cuestiones y dimensiones relativas al cultivo y desarrollo de los estudios antiguo-orientales en sus historiografías nacionales.

La sección del libro dedicada a Egipto y Norte de África se inicia con el artículo de Roser Marsal (Universitat Autònoma de Barcelona), el cual expone la historia de los primeros exploradores que recorrieron el Desierto Occidental egipcio a finales del siglo XIX. La historiadora plantea que, en los inicios de las investigaciones egiptológicas, el desierto del Sáhara no constituyó un objeto de interés debido a que las duras condiciones climáticas lo volvían un supuesto terreno inhóspito para el desarrollo de la vida humana. Sin embargo, conforme se iban acumulando nuevas evidencias arqueológicas con cada nueva exploración (como los sedimentos lacustres, algunos restos de cultura material y las pinturas rupestres halladas en Jebel Uweinat, Gilf Kebir, Wadi Sura o la Cueva de los Nadadores), el noreste africano comenzó a suscitar mayor interés entre los estudiosos, ampliando el espectro temporal de sus investigaciones y, consecuentemente, llevándolos a incursionar en las etapas neolíticas. La autora concluye mostrando que tales estudios no sólo gozan de buena salud en la actualidad, sino que también contribuyen a poner de relieve los aportes culturales africanos en la

formación de la civilización egipcia. Por su parte, Josep Cervelló (Universitat Autònoma de Barcelona) reconstruye con su estudio las bases de una “historiografía de los orígenes de Egipto” a partir del aporte de Jacques De Morgan, William E. Petrie, James E. Quibell, Frederick W. Green y Émile Amélineau, deteniéndose en las excavaciones que emprendieron en el Alto Egipto a lo largo de la década 1893-1903. A partir de la minuciosa revisión de la labor de estos pioneros de la arqueología egiptológica, Cervelló expone que los materiales exhumados de los sitios de Hieracómpolis, Nagada y Abidos permitieron reconstruir las primeras dinastías faraónicas y sus cementerios, bosquejar un primer panorama histórico y producir una primera cronología de los orígenes prehistóricos de la cultura egipcia.

En su artículo, Juan Carlos Moreno García (CNRS, Université Paris-Sorbonne París IV) analiza la formación y consolidación, en la producción de los egiptólogos de finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX, de la imagen de un Egipto antiguo como una civilización “excepcional”, diferente de las otras sociedades del mundo antiguo y transmisora de un importante legado de valores culturales. Se trata de un mito historiográfico que se revelaría sumamente tenaz dentro de los estudios orientales, con prolongaciones hasta nuestros días, cuyas raíces pueden escudriñarse –según el autor– en la crisis de la cultura occidental a finales del siglo XIX. Moreno García señala que el Egipto de los faraones se transformó en una suerte de “paraíso perdido” sobre el cual las distintas burguesías europeas proyectaron sus miedos sociales y ansiedades culturales, agravadas por el auge de los viajes a Oriente, por el desenvolvimiento de una arqueología que oscilaba entre la práctica científica, la aventura romántica y la caza de tesoros y, finalmente, por la creación de una particular versión de la Egiptología por parte de unos profesionales con formación bíblica y unos valores políticos precisos. El estudio de Francisco Gracia Alonso (Universitat de Barcelona) sigue el accionar de algunos de los más destacados representantes de la arqueología británica de la Segunda Guerra Mundial –como Mortimer Wheeler, Leonard Woolley, John Bryan Ward-Parkins y Geoffrey S. Kirk– que, en el marco de los combates entre las tropas del Eje y el Octavo Ejército Británico entre 1940 y 1943, participaron de las tareas de protección del patrimonio arqueológico de Egipto, Libia y Túnez puesto en peligro por las operaciones militares. El autor indica que el servicio que prestó este elenco de arqueólogos, helenistas e historiadores de la Antigüedad en las filas del Ejército Británico durante las campañas del Egeo y el norte de África implicó dos dimensiones: por un lado, la protección y salvamento de los yacimientos arqueológicos y, en segundo lugar, su utilización como arma propagandística de las destrucciones ocasionadas por la guerra.

La sección dedicada a Oriente Próximo se abre con el trabajo de Juan José

Ibáñez (CSIC) y Jesús Emilio González Urquijo (Universidad de Cantabria) alrededor de la figura del sacerdote cántabro González Echegaray, precursor en los estudios de la etapa neolítica del Cercano Oriente dentro del ámbito ibérico. Los autores examinan las excavaciones del yacimiento de El Khiam (Desierto de Judea, Palestina) que este pionero dirigió en 1962 y resaltan su contribución teórica a la comprensión de la transición hacia el Neolítico en el Levante Mediterráneo a través de la definición del denominado "periodo Khiamiense". En el segundo trabajo de esta sección, Juan Muñiz y Valentín Álvarez (Misión Arqueológica Española de Jebel Mutawwaq) se ocupan de identificar las primeras referencias a los monumentos megalíticos en Transjordania que aparecían desperdigadas en las páginas de diversas obras, diarios de exploración o trabajo de campo etnográfico de viajeros y eruditos del siglo XIX que se desplazaban a Tierra Santa seducidos por los relatos románticos de peregrinaciones, innumerables ruinas de grandes civilizaciones abandonadas, tesoros ocultos, etc. Seguidamente, Jordi Vidal (Universitat Autònoma de Barcelona) considera la manera tradicional de relatar el hallazgo de la antigua ciudad de Ugarit (actual Ras Shamra). El investigador plantea que dicho relato "canónico" se encuentra atravesado por una perspectiva marcadamente eurocéntrica, manifiesta en la subvaloración u omisión tanto de las contribuciones locales al hallazgo del yacimiento como de la participación otomana en dicho acontecimiento, ocurrida mucho antes del arribo de los arqueólogos franceses al sitio.

264

En su artículo, María Eugenia Aubet (Universitat Pompeu Fabra de Barcelona) examina el proceso de "redescubrimiento" arqueológico de la cultura fenicia y el papel que la monumental obra de Ernest Renan, *Mission de Phénicie* (1864-1874), tuvo respecto al respecto. La arqueóloga señala que este particular escrito motivó las primeras exploraciones en las regiones de Libia y Siria luego de la Primera Guerra Mundial con la intención de recuperar un importante cúmulo de artefactos hoy desaparecidos (como esculturas, monumentos funerarios y epígrafes procedentes de Biblos, Saïda y Oum el-Awamid, cerca de Tiro), pero de los que tenemos conocimiento en la actualidad debido a los excelentes grabados y planimetrías que pueblan las páginas del informe que compuso este polémico intelectual francés durante su célebre expedición a Fenicia en 1960 y 1961. A su turno, Rocío Da Riva (Universitat de Barcelona) incursiona en la vida y obra del arqueólogo alemán Robert Koldewey. Enmarcando su trabajo en un estudio del rol de la arqueología en el Imperio Alemán durante el siglo XIX, la investigadora madrileña reseña los diferentes trabajos que el renombrado Koldewey realizó en Babilonia y detalla con minuciosidad sus aportes empíricos e innovaciones metodológicas al campo de la asiriología –aún en formación– y a la arqueología de la arquitectura, así como la incidencia de su labor en la prensa española contemporánea.

Como cierre del libro, Carles Buenacasa (Universitat de Barcelona) nos lega un artículo en el que ensaya un conjunto de argumentos y reflexiones a propósito de los 200 años del “redescubrimiento” de la ciudad de Petra –capital del antiguo pueblo ismaelita (localizada a 80 km al sudeste del mar Muerto)– por el suizo Jean Louis Burckhardt, un profundo conocedor de la lengua árabe y de la religión islámica que, haciéndose pasar por un mercader árabe, viajó por el Oriente Próximo y Nubia. El pormenorizado examen del autor le permite identificar en el relato oficial de este episodio de la arqueología de principios del siglo XX –y su celebración bicentenaria– una suerte de memoria historiográfica del “hallazgo” pensada desde y para Occidente, orientada a remarcar la figura del explorador europeo como único responsable y, en paralelo, a invisibilizar la colaboración que algunos pobladores locales brindaron al explorador europeo, oficiando las veces de guías debido al detallado conocimiento que poseían del terreno. Como pone de manifiesto Buenacasa a lo largo del texto, se trata de una percepción historiográfica eurocéntrica que además desconoce, tanto en el pasado como en el presente, el hecho de que la antigua capital de los nabateos, esa ciudad de época clásica tan original y poco convencional nunca estuvo “extraviada” para los jordanos.

Al finalizar la lectura de los distintos artículos que integran la compilación, el lector habrá comprobado que ha accedido a diversos y singulares modos de configurar enfoques, metodologías e interpretaciones acerca del primer momento historiográfico de los estudios antiguo orientales que con gran éxito han logrado conjugar los compiladores en un solo volumen. No dudamos al aseverar que dicha característica es, quizás, una de las virtudes más significativas del libro. Sin embargo, no queremos dejar de destacar otras dos características sobresalientes. En primer lugar, la compilación muestra que las prácticas “científicas” que marcaron la génesis de los estudios históricos sobre las culturas antiguas del Próximo Oriente no pueden separarse de la situación geopolítica, los intereses económicos y los imaginarios culturales en un mundo integrado (y fragmentado) por el mercado capitalista y la expansión imperialista, en el cual diferentes agentes, motivaciones e intereses recuperan un lugar que la historiografía nacida en el mismo del siglo XIX invisibilizó con las biografías de los grandes precursores y la épica del progreso de la ciencia. Y en segundo lugar, se trata de una obra intrépida, en tanto deja al desnudo que mientras las sociedades antiguas del Cercano Oriente fueron “redescubiertas” y retratadas, desde un tamiz ontológico eurocéntrico, colonialista y racista impuesto por la dominación imperialista, como parte de un pasado exótico, maravilloso y monumental, a los pueblos que habitaban dichas regiones se les reservó el indulgente lugar de la degradación o inexistencia contemporánea.

En efecto, en una época en que las teorías racistas estaban al orden del día, los exploradores y colonizadores europeos no reconocieron a los diversos grupos étnicos con los que entraron en contacto como herederos de las prósperas civilizaciones de Oriente, considerando que se trataba de poblaciones "salvajes" y "bárbaras" sin historia, ajenas a dichas tradiciones culturales, incapaces de imitar en inteligencia y refinamiento a los creadores de antaño y, por tanto, de reconocer la riqueza de los grandes descubrimientos arqueológicos. Ello nos recuerda un dato bastante infeliz: que no sólo infinidad de objetos hicieron un viaje sin retorno a Europa a partir de la idea de que Occidente tenía la misión insoslayable de salvar esos tesoros de la supuesta ignorancia y vandalismo de los beduinos, sino que además esta misión de rescate pasó a justificar las innumerables usurpaciones, saqueos y robos cometidos, el despojo de tierras de los grupos locales, su sumisión, explotación y, en casos extremos, pero demasiado frecuentes, su exterminio; todos actos cometidos en nombre de la conservación de un patrimonio del cual las sociedades occidentales se sentían únicas y legítimas herederas. Se trata de un aspecto que, como latinoamericanos, haríamos mal en subestimar, pues ese mismo tipo de representación específica del pasado –de carácter más mítico y preconcebido antes que histórico y documentado–, que provee los parámetros ontológicos y epistemológicos para la comprensión del mundo desde una matriz occidentocéntrica, es la misma forma de percepción de la cultura histórica que, desde fines del siglo XIX, incidió precisamente en la invención de nuestras tradiciones historiográficas nacionales. Y, en tal dirección, la compilación se presenta como una necesaria y saludable invitación para que, desde nuestras periferias científicas, reflexionemos sobre los agentes, paradigmas y contextos locales que animaron el surgimiento y expansión de los equipos y/o centros de investigación dedicados al estudio de las culturas preclásicas del Cercano Oriente en Brasil, Argentina y otros países de América Latina.